



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA –
PROGESP
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA
E CIDADANIA

SALIM SANTOS LÁZARO

ATUAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS GUARDAS
MUNICIPAIS NA PROTEÇÃO PREVENTIVA: UM ESTUDO
DE CASO NA CIDADE DE LAURO DE FREITAS - BA

Salvador - BA
2023

SALIM SANTOS LÁZARO

**ATUAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS GUARDAS
MUNICIPAIS NA PROTEÇÃO PREVENTIVA: UM ESTUDO DE CASO
NA CIDADE DE LAURO DE FREITAS - BA**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Segurança Pública Justiça e Cidadania, Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Segurança Pública Justiça e Cidadania.

Orientadora: Profa. Dra. Claudiani Waiandt (UFBA).

Salvador – BA
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L431 Lázaro, Salim Santos

Atuação e formação profissional dos guardas municipais na proteção preventiva: um estudo de caso na cidade de Lauro de Freitas – BA / por Salim Santos Lázaro. – 2023.

209 f. : il., color.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Claudiani Waiandt.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito; Universidade Federal da Bahia – Escola de Administração, Salvador, 2023.

1. Segurança pública. 2. Segurança pública - Lauro de Freitas (BA). 3. Políticas públicas. 4. Lauro de Freitas (BA) - Guarda Municipal - Competência. I. Waiandt, Claudiani. II. Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Direito. III. Universidade Federal da Bahia – Escola de Administração. IV. Título.

CDD – 363.1

SALIM SANTOS LÁZARO

**ATUAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS GUARDAS MUNICIPAIS NA
PROTEÇÃO PREVENTIVA: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE LAURO DE
FREITAS - BA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania da Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 30 de novembro de 2023.

Banca Examinadora

Profa. Claudiani Waiandt – Orientadora
Doutora em Administração pela UFBA
Universidade Federal da Bahia

Profa. Maria Carolina de Souza Sampaio
Doutora em Difusão do Conhecimento pela UFBA
Universidade Federal da Bahia

Prof. Paulo Wenderson Teixeira Moraes
Doutor em Psicologia pela UFBA
Universidade do Estado da Bahia

Não a nós, Senhor, nenhuma glória para nós, mas sim ao teu nome, por teu amor e por tua fidelidade.

Sl 115, 1

AGRADECIMENTOS

Essa é a hora especial de agradecer, primeiramente, ao Pai eterno, autor da vida pela força espiritual nos momentos difíceis. Agradeço às pessoas que fizeram parte desse processo, contribuindo para que eu chegasse até aqui e que estiveram ao meu lado.

Agradeço de forma especial à minha querida orientadora, Prof. (a) Dra. Claudiani Waiandt, pela impecável orientação, com rigor científico, gentileza, paciência e confiança nesta trajetória. Sem o seu apoio, este trabalho não seria possível.

Agradeço a Prof. (a) Dra. Maria Carolina S. Sampaio e ao Prof. Dr. Paulo Wenderson T. Morais, pelos elogios, críticas e conselhos durante a banca de qualificação da pesquisa, que muito contribuíram para a construção do trabalho.

Agradeço à minha família: minha mãe Eudia, pai Jamilson (*in memorian*) por serem meus modelos, terem me ensinado a valorizar a humildade, incentivo e perseverança nos estudos. Agradeço aos meus irmãos Jeudilene, Jeudenise, Jamilson que sempre acreditaram. À minha amada esposa Claudenize Lázaro, agradeço pela parceria de uma vida, o apoio fundamental, as preocupações compartilhadas e por acreditar em mim. Agradeço ao meu sogro Sr. Estelino Oliveira (*in memorian*) e sogra Sr (a) Florilda Oliveira (*in memorian*) pelo carinho e incentivo aos estudos. Agradeço ao amigo Gutemberg pela confiança e apoio

Agradeço ao corpo docente do Curso do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania da Universidade Federal da Bahia pela contribuição na construção do conhecimento, a atenção e a paciência que me foram dispensados durante a realização desse trabalho, formaram a base do meu conhecimento que possibilitou meu crescimento como ser humano e profissional.

Agradeço aos coordenadores do PROGESP à Prof^ª. Dr^ª. Ivone Freire Costa e ao Prof. Dr. Horácio Nelson Hastenreiter Filho por buscarem proporcionar a sociedade baiana a melhorias na qualidade da segurança pública, realizada pela qualificação profissional efetiva de relevância social, realizada através da rigorosa pesquisa científica.

Agradeço aos meus primeiros professores na UFBA à Prof^ª. Dr^ª. Iêda Matos F. de Carvalho, Prof^ª. Dr^ª. Núbia dos R. Ramos, Prof^ª. Dr^ª Rubenilda Sodrê e à Prof^ª. Dr^ª. Andrija O. Almeida, pela oportunidade de inserção em um campo de estudo tão empolgante quanto o da Segurança Pública, pelos incentivos e pelo apoio constante nas atividades acadêmicas.

Ao secretário da Segurança Pública Municipal de Lauro de Freitas, Sr. José Souza Pires obrigado por permitir a realização do trabalho de pesquisa, ao Coordenador da Guarda Municipal de Lauro de Freitas e a todos colegas da Guarda, pelo companheirismo.

Aos que apoiaram e colaboraram com o trabalho durante a realização das entrevistas, sou grato pela confiança ao prestarem seus depoimentos, pela doação dos seus tempos, pela paciência e atenção com as quais responderam às minhas perguntas.

Somente há impacto após avaliação do beneficiado! Somente há impacto se houver 'entrega'!

(Claudiani Waiandt)

RESUMO

O crescimento das violências e da criminalidade no Brasil aumenta a preocupação da população brasileira por segurança pública e demanda mais ações do governo, tornando-se um grande desafio para os gestores públicos que viabilizam políticas públicas para limitar o avanço desse fenômeno. A Guarda Municipal tem sido uma política pública implementada pelos municípios para resolver este contexto, cuja atuação profissional é influenciada por práticas de duas correntes teóricas contraditórias de “Polícia Municipal/Polícia Cidadã” e “modelo de formação profissional tradicional” que acabam criando insegurança na atuação profissional dos guardas municipais. Influenciado por esta premissa, realizou-se uma pesquisa aplicada de relevância social com o objetivo de compreender a atuação profissional dos guardas municipais na segurança pública na cidade de Lauro de Freitas, Bahia. A abordagem metodológica foi a pesquisa qualitativa por meio de um estudo de caso, por meio de entrevistas semiestruturadas com 18 guardas municipais, 4 gestores ou responsáveis pela pasta e 5 representantes das comunidades, além da análise documental e observação participante. Verificou-se uma insegurança na atuação profissional dos guardas municipais de Lauro de Freitas devido à necessidade de formação e capacitação profissional contínua e efetiva em conformidade com a identidade profissional preventiva comunitária, à inadequação ou inexistência de legislação municipal que estabelece suas funções orientada pelo Governo Federal e à limitada quantidade de servidores e falta de estrutura de trabalho. A partir desta compreensão se propôs uma síntese de competências da atuação da guarda municipal a partir da legislação e entrevistas que poderá colaborar com a criação de regulamentação, diretrizes e estratégias adequadas às mudanças e particularidades vivenciadas pela atuação profissional dos guardas municipais inspirados nas práticas da corrente teórica de polícia Cidadã.

Palavras-chave: Segurança Pública. Guarda Municipal. Trabalho. Política Pública. Competências Profissionais.

ABSTRACT

The growth of violence and crime in Brazil has increased the Brazilian population's concern for public safety and demanded more action from the government, making it a major challenge for public managers to implement public policies to limit the advance of this phenomenon. The Municipal Guard has been a public policy implemented by municipalities to resolve this context, whose professional performance is influenced by the practices of two contradictory theoretical currents of "Municipal Police/Citizen Police" and "traditional professional training model" that end up creating insecurity in the professional performance of municipal guards. Influenced by this premise, an applied socially relevant study was carried out with the aim of understanding the professional performance of municipal guards in public security in the city of Lauro de Freitas, Bahia. The methodological approach was qualitative research through a case study, using semi-structured interviews with 18 municipal guards, 4 managers or those responsible for the portfolio and 5 community representatives, as well as document analysis and participant observation. There was insecurity in the professional performance of the municipal guards of Lauro de Freitas due to the need for continuous and effective professional training and capacity building in line with their professional community prevention identity, the inadequacy or non-existence of municipal legislation that establishes their functions, guided by the federal government, and the limited number of civil servants and lack of work structure. Based on this understanding, a synthesis of the competencies of municipal guards was proposed, based on legislation and interviews, which could help to create regulations, guidelines and strategies suited to the changes and particularities experienced by the professional performance of municipal guards, inspired by the practices of the theoretical current of Citizen Police.

Keywords: Public Security. Municipal Guard. Work. Public Policy. Competence.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1	Espiral de Criação de Conhecimento Organizacional.....	31
Figura 2	Essência da SECI.....	32
Figura 3	Modelo de componentes da competência.....	38
Figura 4	Identificação do <i>gap</i> de competências.....	42
Figura 5	Fluxograma da pesquisa	47
Figura 6	Mapas de calor de ocorrências de roubos, furtos e lesões corporais por bairros em Lauro de Freitas – BA, 2021.....	68
Figura 7	Mapas de calor de ocorrências de roubos, furtos e lesões corporais por bairros em Lauro de Freitas – BA, 2022.....	71
Figura 8	Modelos ou correntes influenciadoras de atuação na segurança urbana municipal utilizados pela GMLF ano 2023.....	97
Figura 9	Foto do verso do certificado de formação dos guardas municipais ano 2012 da GMLF.....	132

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1	Principais características das Políticas de Segurança.....	26
Quadro 2	Definições de Competências.....	35
Quadro 3	Perspectivas sobre o conceito de competência.....	36
Quadro 4	Definição dos elementos ou dimensões da competência.....	39
Quadro 5	Sujeitos da Pesquisa.....	49
Quadro 6	Entrevistados do Grupo A (guardas municipais).....	50
Quadro 7	Entrevistados do Grupo B (servidores da SMSP função de gestor).....	51
Quadro 8	Entrevistados do Grupo C (representantes da comunidade).....	52
Quadro 9	Técnicas de Coleta de Informações e Dados.....	53
Quadro 10	Análise documental.....	56
Quadro 11	Estratégia metodológica.....	56
Quadro 12	Etapas do Mapeamento de Competências.....	58
Quadro 13	Percepção dos Entrevistados sobre a Inadequação das atividades da Guarda Municipal.....	78
Quadro 14	Marcos normativos sobre as atribuições da GMLF.....	83
Quadro 15	Percepções sobre as características das Guardas Municipais na segurança pública.....	90
Quadro 16	Atividades realizadas pela GMLF em 2022.....	94
Quadro 17	Percepção dos guardas municipais sobre atividades na GMLF.....	99
Quadro 18	Conhecimentos específicos relacionados a atividades que foram desempenhadas pelos guardas municipais na GMLF.....	116
Quadro 19	Percepções positivas e negativas sobre o significado de direitos humanos na segurança pública.....	118
Quadro 20	Situação da formação profissional da GMLF primeiro semestre de 2023.....	122
Quadro 21	Conhecimentos Específicos do concurso GMLF ano 2012.....	124
Quadro 22	Conhecimentos específicos dos concursos para o cargo de guarda municipal ano 2023.....	127
Quadro 23	Conhecimentos Específicos do concurso GCMS ano 2019.....	129
Quadro 24	Cursos de formação continuada realizado pelos guardas municipais entrevistados.....	136
Quadro 25	Atividades realizadas pelos guardas municipais da GMLF ano 2022.....	143
Quadro 26	Competências Conhecimentos (Saber) e suas fontes de origens.....	146
Quadro 27	Competências Habilidades (Saber Fazer) e suas fontes de origens.....	150
Quadro 28	Competências Profissionais da Guarda Municipal de Lauro de Freitas a partir das atividades desempenhadas ano 2022.....	152
Quadro 29	Lacunas de competências dos guardas municipais da GMLF.....	163

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1	Aumento populacional de Lauro de Freitas 1970 a 2022.....	61
Tabela 2	Quantidade de ocorrências roubos, furtos e lesões corporais por bairros em Lauro de Freitas – BA, 2021.....	67
Tabela 3	Quantidade de ocorrências roubos, furtos e lesões corporais por bairros em Lauro de Freitas – BA, 2022.....	69
Tabela 4	Percepção dos entrevistados sobre o Uso de Arma de Fogo.....	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AF	Armas de Fogo
AGMB	Associação dos Guardas Municipais do Brasil
AISP	Área Integrada de Segurança Pública
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas
CDEP	Coordenação de Documentação e Estatística Policial
CIOP	Centro Integrado de Operações Policiais
COMSPDS	Conselho Municipal de Segurança Pública e Defesa Social
CPP	Código de Processo Penal
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT	Concelho Tutelar
CTB	Código Trânsito Brasileiro
CF	Constituição Federal do Brasil
DOI-CODI	Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna
ESG	Escola Superior de Guerra
EGGM	Estatuto Geral dos Guardas Municipais
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FMSP	Fundo Municipal de Segurança Pública
GALF	Grupamento Ambiental de Lauro de Freitas
GCM	Guarda Civil Metropolitana
GEM	Grupamento Especial Motorizado
GF	Governo Federal
GGIM	Gabinete de Gestão Integrada Municipal
GM	Guarda Municipal
GMPA	Guarda Municipal de Porto Alegre
GMLF	Guarda Municipal de Lauro de Freitas
GMS	Guarda Municipal de Salvador
GMRJ	Guarda Municipal do Rio de Janeiro
GOE	Grupamento de Operações Especiais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia
LOM	Lei Orgânica do Município
MCNFGM	Matriz Curricular Nacional para a Formação das Guardas Municipais
MEC	Ministério da Educação
MJ	Ministério da Justiça
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MVI	Mortes Violentas Intencionais
OECD	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
OS	Ordens de Serviços
OSPML	Observatório da Segurança Pública do Município de Lauro de Freitas
PCCV	Plano de Cargos, Carreira e Vencimento
PCONU	Programa Conjunto da Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PMBA	Polícia Militar da Bahia
PMSP	Plano Municipal de Segurança Pública

PMRJ	Polícia Militar do Rio de Janeiro
PNDP	Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas
PNSP	Programa Nacional de Segurança Pública
PROGESP	Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão em Segurança Pública
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
RJ	Regimento Jurídico
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SALVA	Sociedade de Amigos do Loteamento Vilas do Atlântico
SEJU	Secretaria da Juventude
SESA	Secretaria de Saúde
SEMOP	Secretaria Municipal de Ordem Pública
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SENDESC	Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania
SEPADHIR	Secretaria de Políticas Afirmativas, Direitos Humanos e Promoção da Igualdade Racial
SETTOP	Secretaria de Trânsito, Transporte e Ordem Pública
SECULT	Secretaria da Cultura
SF	Senado Federal
SSM	Superintendência de Segurança Municipal
SSP-BA	Secretaria de Segurança Pública da Bahia
SMASDH	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
SMTR	Secretaria Municipal de Transportes
SMSP	Secretaria Municipal de Segurança Pública
SNI	Serviço Nacional de Informações
SPM	Secretaria de Políticas para Mulheres
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STF	Supremo Tribunal Federal
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	26
2.1	PARADIGMAS DE SEGURANÇA	27
2.2	ESTUDOS SOBRE A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA	29
2.3	FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO POLICIAL.....	36
2.4	A NOÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	41
2.5	MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS.....	47
2.6	ENTENDIMENTO DE EFETIVIDADE DA POLÍTICA PÚBLICA.....	50
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	53
3.1	FLUXOGRAMA DE TRABALHO	53
3.2	TIPO DE ESTUDO	54
3.3	LOCAL E PARTICIPANTES DO ESTUDO	55
3.4	TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS.....	59
3.5	ANÁLISE DOS DADOS E INFORMAÇÕES	62
3.6	ASPECTOS ÉTICOS E TECNOLOGIA	65
4	ESTUDO DE CASO: ATUAÇÃO DOS GUARDAS MUNICIPAIS NA SEGURANÇA PÚBLICA EM LAURO DE FREITAS.....	67
4.1	CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM LAURO DE FREITAS.....	67
4.2	ATIVIDADES DOS GUARDAS MUNICIPAIS E AS DIFICULDADES NA DEFINIÇÃO DE SUAS ATRIBUIÇÕES	81
4.3	A PRÁTICA PROFISSIONAL DA GUARDA MUNICIPAL E OS MODELOS DE ATUAÇÃO.....	95
4.4	DESEMPENHO DA GUARDA MUNICIPAL: AS CONDIÇÕES DE TRABALHO ..	113
4.5	O IMPACTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS GUARDAS MUNICIPAIS NO DESEMPENHO DAS SUAS ATIVIDADES	121
4.5.1	Significado dos Direitos Humanos na Segurança Pública	127
4.5.2	Formação Profissional dos Guardas Municipais em Lauro de Freitas	130
4.5.3	Análise dos conhecimentos requeridos no concurso público e no curso de formação para o cargo de guarda municipal da GMLF	133
5	MATRIZ DAS COMPETENCIAS PROFISSIONAIS DA GMLF ...	151
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
	REFERÊNCIAS	184
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	196
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: GUARDA MUNICIPAL	197
	APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: GESTOR DA SSPM.....	199
	APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: COMUNIDADE	201

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno do crescimento da violência e da criminalidade urbana vivenciada pela sociedade brasileira, junto à dúvida sobre a presente forma tradicional de prover segurança pública, leva ao crescimento de uma sensação de medo e insegurança coletiva. Isso tem levado a uma preocupação da coletividade, junto a uma maior demanda por segurança. Apesar da recente e frágil redução de 6,5% nas mortes violentas intencionais do ano de 2020 em relação a 2021, a mesma não ocorreu de forma homogênea nos estados da federação, ou seja, ainda convivemos com a violência extrema. Destaque para a região norte e nordeste do Brasil, onde a Bahia figura como o maior número de homicídios do país e teve o 3º maior número absoluto de vítimas de roubo, ficando atrás de São Paulo e Rio de Janeiro.¹

Nas últimas décadas, a questão da segurança pública no Brasil tomou-se um dos principais problemas para a sociedade e um grande desafio para os gestores públicos, no sentido de proporem e viabilizarem políticas efetivas capazes de limitar o crescimento da violência e da criminalidade que grassa não apenas pelos grandes centros urbanos. Esse problema ganhou notoriedade e viabilizou vários debates que envolvem diversos grupos de profissionais como pesquisadores, profissionais, gestores e a comunidade, de uma forma muito abrangente. Nesse sentido, diante de suas necessidades e especificidades locais, muitos municípios adotam a criação das guardas municipais voltadas para a atuação no contexto local como uma de suas políticas de segurança pública municipal, amparadas nas garantias dos Artigos 5º, 6º, 18, 30, Inciso I, e 144, § 8º da Constituição Federal Brasileira (CF) (Brasil, 1988).

A segurança é um direito constitucional fundamental individual e social garantido aos cidadãos brasileiros. Nesse sentido, compreende-se que as guardas municipais são “[...]”

¹ O Data SUS (banco de dados oficial do Ministério da Saúde) divulgou pesquisa pelo Centro de Pesquisa em Direito e Segurança (Cepedes) aponta o estado da Bahia como o mais violento do Brasil registrando 6.371 assassinatos no ano de 2021, quase o dobro do que o segundo colocado, Pernambuco, que teve 3.356 casos – uma diferença de 89,8%.

Instituições Públicas Municipais, uniformizadas, hierarquizadas, desmilitarizadas, armadas ou não, de criação constitucionalmente facultativa, por iniciativa exclusiva do Executivo Municipal” (Ventris, 2010, p. 91). Assim, esses agentes têm sua função norteadora nas perspectivas das ações de competências profissionais voltadas às atividades das novas demandas preventivas e comunitárias para o profissional na Segurança Pública, no que se refere à função de proteção municipal, conforme orientações, descritas no Estatuto Geral dos Guardas Municipais (EGGM), Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014 (Cerqueira, 2014).

Dessa forma, as competências, princípios, objetivos, estratégias, meios e instrumentos sobre a participação dos municípios na prevenção ao crescimento da violência e da criminalidade na segurança pública são balizados pela Política Nacional de Segurança Pública (PNSP), Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (Brasil, 2018). Ademais, a participação municipal vai além da criação das guardas municipais, ela pode ocorrer através de múltiplas agências locais, e suas ações podem ter como base as políticas municipais de segurança cidadã (De Mesquita Neto, 2006) e ter como modelo as prevenções primária, secundária e terciária (Ratton, 2012).

Nesse sentido, essa pesquisa tem como cerne a condição específica do município de Lauro de Freitas, na Bahia, tendo em vista que cada cidade confere uma particularidade relacionada ao contexto local. Pois, muitos municípios ainda não constituíram ou não estruturaram e adequaram a atuação desses profissionais à norma norteadora o EGGM.

A Guarda Municipal de Lauro de Freitas (GMLF) foi criada pela Lei Orgânica do Município (LOM), destinada à proteção dos bens, serviços e instalações, em 5 de abril de 1990, sendo regulamentada, com seu funcionamento e competências definidos em 31 de outubro de 2007, pela Lei Municipal nº 1.276/2007 (Lauro de Freitas, 2007). A legislação municipal disponibiliza um efetivo de 600 agentes a ser composto de forma gradual, através de concurso público. Atualmente, conta com um efetivo de 119 guardas municipais, sendo 108 do sexo masculino e 11 feminino, passando por várias mudanças na estrutura organizacional até a criação da recente Secretaria de Municipal de Segurança Pública (SSPM) pela reforma administrativa publicada na Lei Municipal nº 1.898 de 23 de dezembro de 2020, antes denominada de Superintendência de Segurança Municipal (Lauro de Freitas, 2020).

Apesar da importância da criação das guardas municipais, a atuação desses profissionais no cotidiano das cidades brasileiras ainda encontra desafios, mesmo com a legislação norteadora Estatuto Geral dos Guardas Municipais (EGGM), Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014 (Brasil, 2014), que estabeleceu princípios basilares para a prática profissional. Sua atuação profissional junto à sociedade deve ter como princípio básico a

prevenção, de modo que, se as ações forem desvinculadas e direcionadas equivocadamente, podem revelar o desvio da atividade, incorrendo em risco para o agente e em perigo para a comunidade, uma vez que provoca críticas e resistência por parte da mídia e da coletividade.

Nesse sentido, é possível destacar a fala de Sérgio Adorno, a qual colabora no entendimento destes desafios. Em entrevista para o *Nexo Jornal*, no *YouTube*, o professor ressalta que “[...] no Brasil, se confunde repressão com prevenção [...]”. Assim, na sua atuação profissional, é possível que os guardas municipais não compreendam suas atribuições preventivas no contexto local da segurança urbana, podendo ocorrer uma indecisão ou confusão em se definir policiamento ostensivo e repressivo, com a atribuição do mesmo significado a ambos (Mariano, 2013).

Esta situação ocorre devido à falta da normatização e adequação legal prevista, além da construção de uma identidade profissional institucional, comprometendo o estabelecimento dos limites da atuação preventiva ostensiva (uniformizado, equipado e preparado) para atuar junto à sociedade.

Faz-se necessário, portanto, entender as condições legais previstas na legislação brasileira que norteiam e viabilizam a atuação do município na segurança pública (Bezerra, 2018). Como exemplo, a questão do uso da arma de fogo no trabalho da guarda municipal, apesar de ter a previsão legal, fica a critério de a gestão municipal manifestar o interesse e atender aos requisitos e às condições previstas na norma legal.

Outro aspecto importante sobre a atuação profissional do guarda municipal está relacionado com a sua formação na segurança pública, visto que ela reflete na forma como esses agentes constituem seus conhecimentos profissionais. Na falta da formação básica adequada e necessária à atividade profissional, esses agentes podem aderir a um conhecimento informal sobre a área de segurança pública, que não prioriza os aspectos preventivos norteadores da sua atividade, e que por muitos anos, tradicionalmente, influenciou a formação do policial brasileiro, tornando-se um obstáculo para as práticas policiais contemporâneas (Poncioni, 2007). Devido a essa indefinição, os agentes podem “[...] reproduzir modelo da truculência em detrimento da legalidade que são atitudes provenientes de um *habitus* autoritário tanto das polícias como da população [...]” (Almeida; Brasil, 2011, p. 611).

Em face desse quadro, elegemos responder à seguinte questão norteadora: Qual a percepção dos guardas municipais sobre o resultado da sua atuação profissional na segurança pública? Pressupõe-se que a atuação dos guardas municipais é influenciada pelo modelo de formação “Policial Profissional Tradicional” (Poncioni, 2005), voltado às atividades de

resolução de conflitos com o uso de força policial reativa, legalista, belicista e repressiva, denominada “Polícia Municipal” (Furstenau, 2006). Esse modelo surgiu da discussão das correntes repressivas e preventivas com base nos modelos de políticas públicas de segurança nomeados de “Tolerância Zero” e “Nova Prevenção” (Almeida, 2007, p. 42, 43).

Consequentemente, a atuação profissional na segurança urbana municipal passa por uma indefinição, pois oscila entre duas correntes: uma que prevê o guarda municipal como agente de proteção social, com suas atividades voltadas à prevenção; e outra como “Polícia Municipal”, com ações voltadas à repressão do crime com poder da violência legítima (Furstenau, 2006), mesmo com a edição do Estatuto Geral dos Guardas Municipais (EGGM) como um marco regulamentador e norteador das atividades.

Assim, objetivou-se, com esta proposta, **compreender a atuação profissional dos guardas municipais na segurança pública na cidade de Lauro de Freitas, Bahia.**

Como objetivos específicos, buscamos:

- Contextualizar a realidade da segurança pública de Lauro de Freitas, a partir de dados sobre violência municipal;
- Examinar e destacar as funções da guarda municipal, a partir da legislação municipal e federal;
- Verificar e descrever as atividades realizadas pelos guardas municipais de Lauro de Freitas;
- Examinar o processo de formação profissional dos guardas municipais de Lauro de Freitas;
- Sintetizar as competências profissionais de guardas municipais de Lauro de Freitas;
- Identificar a Lacuna de Competências profissionais dos guarda municipais de Lauro de Freitas.

A pesquisa, de natureza aplicada e abordagem qualitativa, será realizada a partir de um estudo de caso na Guarda Municipal de Lauro de Freitas (GMLF), que está estruturada na recém-criada Secretaria Municipal de Segurança Pública de Lauro de Freitas (SMSP). O trabalho foi autorizado pela Prefeitura da referida cidade.

Os estudos sobre a atuação profissional dos guardas municipais ainda são escassos. Em uma breve pesquisa bibliográfica realizada no Portal de Periódicos da CAPES, em 06 de maio de 2022, utilizando-se a busca da palavra-chave “guarda municipal”, foram encontrados 253 artigos publicados; utilizando-se filtros com o termo “revisado por pares” e com a definição do período compreendido entre os anos de 1988 e 2021, foram encontradas

170 publicações. Após leitura do título, palavras-chaves e resumo dos artigos, apenas 10 deles foram selecionados para a leitura integral, utilizando-se como critério para a sua seleção a ocorrência precisa do termo “guarda municipal” escrito no título, nas palavras-chave ou no resumo do trabalho.

Devido ao pequeno número de trabalhos encontrados, realizou-se nova busca utilizando-se as palavras-chave “guarda civil municipal”, “guarda civil”, “guarda civil metropolitana” e “guarda metropolitana”, havendo-se encontrado, respectivamente, 5, 69, 12 e 1 ocorrências, totalizando 87 artigos. Após leitura do título e resumo, porém, apenas dois deles foram selecionados para a leitura integral, totalizando 12 publicações, as quais foram separadas por assunto abordado, sendo 8, Atuação Profissional; 2, Formação e Conhecimento Profissional; e 2, Saúde do Trabalhador.

A maioria das publicações é voltada para compreender a atuação profissional, como em Vargas e De Oliveira Júnior (2010), que estudou a Guarda Municipal da cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais. Os autores concluem que a Guarda Municipal tem uma cultura organizacional que ainda não se consolidou institucionalmente (construção de uma identidade profissional) nem o seu modelo de atuação profissional (definição de modelo de prática). A atuação da guarda municipal passa por uma indefinição quanto aos modelos de: policiamento comunitário (apaziguador, mediador); policiamento convencional ou Polícia Municipal (polícia profissional tradicional voltado para a repressão e a aplicação da lei); acrescentando-se, ainda, o modelo de policiamento patrimonial (protetor de bens e de pessoas).

Desse modo, Vargas e De Oliveira Júnior (2010) afirmam que todos esses modelos são empregados em estágio rudimentar, sendo mais predominante o modelo de policiamento tradicional, considerado uma “[...] complementariedade assimétrica com o realizado pela Polícia Militar [...]” (Vargas; De Oliveira Junior, 2010, p. 106), ou seja, sem atender às particularidades, o trabalho torna-se não efetivo, apresentando, portanto, dificuldade de aderir à estrutura de modelo de policiamento, como também ao estilo de atuação. As guardas municipais vivenciam, assim, uma indefinição – ainda que apresentem tendências de inovação, com os encaminhamentos do Governo Federal, através do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP); e da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) para a construção de uma identidade profissional preventiva, o que resultou na construção do elemento norteador em 2014 o EGGM e no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Mello (2010), ao realizar sua pesquisa etnográfica sobre o impacto das políticas

públicas de Segurança Municipal em Niterói, no estado do Rio de Janeiro, verificou as condições de socialização dos guardas municipais na atuação profissional que se estabeleceu através de uma relação conflituosa com os camelôs. A autora identificou que os guardas municipais conduzem suas ações no espaço público por um *habitus* (Bourdieu, 1989) que tem como referência valores repressivos, autoritários, hierárquicos e legalistas; sendo, portanto, constituídos e marcados por uma história de conflitos em suas atividades, a exemplo das manifestações de sofrimento físico e perda das mercadorias dos camelôs com a presença daqueles no ordenamento do espaço público. Identificou, assim, que através de características de militarização, os guardas municipais viabilizam o afastamento da identidade preventiva através da interação social repressiva, disseminando um clima de medo e descrédito profissional da guarda municipal junto à sociedade.

Farias (2016) pesquisou a relação entre as noções de espaço e esfera pública no contexto sócio-histórico do estado do Rio de Janeiro, assim como analisou a percepção da política pública denominada “Choque de Ordem” por parte dos usuários e trabalhadores da praia (barraqueiros, vendedores ambulantes) e dos agentes públicos que atuaram na sua execução (Guarda Municipal, Polícia Militar, Bombeiros e Salva-vidas). A pesquisa etnográfica revelou que as ações de controle e fiscalização do espaço público têm significados diferentes. Entre eles, destaca-se a separação e a organização de usuários e trabalhadores, e a “ordem” com base nas diretrizes das instituições de segurança pública envolvidas. Chama a atenção, assim, a atuação do Grupamento de Operações Especiais (GOE) da Guarda Municipal do Rio de Janeiro (GMRJ), que, diante o processo de ordenamento, realizou em suas ações a imposição da “ordem”, força, medo, concretizando uma confusão de competências institucionais que não prioriza a noção de convivência democrática nos espaços públicos.

No mesmo sentido, Matos (2019) pesquisou a gestão do espaço urbano pelo controle social de pessoas e de comportamentos na cidade de Salvador, capital da Bahia, no ano de 2016, através da atuação da Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP), da Guarda Municipal de Salvador (GMS) e da Polícia Militar da Bahia (PMBA); “mobilizando a noção de ilegalismos de Foucault, 1987 e Telles, 2010” (Matos, 2019, p. 60) para compreender o uso do poder punitivo como organizador do espaço social público, legitimado pelo entendimento equivocado que vincula desordem a criminalidade. O pesquisador identificou a policização do espaço urbano, que viabilizou práticas de criminalização de pessoas, violência institucional, segregação e privatização do espaço pelas instituições que realizavam o controle.

Ainda sobre a gestão do espaço público, Squillace (2020) pesquisou o procedimento de controle social imposto a jovens suburbanos – a política de segurança “Operação Verão”, na cidade do Rio de Janeiro, estabelecida e executada pela Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMRJ), pela Guarda Municipal (GM), pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) e pela Secretaria Municipal de Transportes (SMTR), com o objetivo de preservar a segurança nas praias da capital e prevenir os “arrastões” (modalidade de executar roubos com a participação de muitas pessoas). A pesquisa viabilizou compreender “[...] uma tensão dialética entre garantir uma praia segura e manter um espaço público para os/as cidadãos/ãs [...]” (Squillace, 2020, p. 44), como a atuação da guarda municipal, em parceria com outras forças policiais, que desencadeou em segregação dos espaços públicos pela legitimação do medo, ou seja, excluindo e criminalizando jovens, tendo como referência a pobreza e a delinquência, e, como base, a suspeição de pessoas com base em estereótipos.

Para a compreensão e a discussão teóricas de sua pesquisa etnográfica, Squillace (2020) mobilizou o entendimento de que os jovens incorporam a “sujeição criminal”, de Misse (2007), enquanto potenciais criminosos, como também o controle de pessoas que têm origem em regiões pobres como lugar de “bárbaros” e civilizados, de Todorov (2010), dentre outros estudos teóricos. A “Operação Verão”, por meio da atuação das forças policiais, viabilizou contenção, exclusão e criminalização de pessoas com base no estereótipo da pobreza.

Maciel (2022) analisou as mudanças na gestão pública do espaço urbano voltado a promover a segurança devido ao grande índice de violência ocorrido no bairro de Jangurussu, periferia da cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, onde foi implantada a “[...] célula de proteção comunitária (torres de observação, *drones*, câmeras de vigilância e patrulhamento miliar ostensivo, com guarda municipal e polícia militar circulando em bicicletas e motos) em lugares com altas taxas de criminalidade [...]” (Maciel, 2022, p. 482). Além da vigilância sistêmica e da militarização do espaço urbano, implantou-se ações e iniciativas socioeducativas e desportiva para usuários de drogas. O pesquisador utiliza os entendimentos teóricos de Mbembe (2017), sobre necropolítica, Foucault (2010), micropoder, e Certeau (2003), sobre a chamada “invenção do cotidiano”, para compreender o Jangurussu, comunidade que sofria com a violência do tráfico de drogas e a truculência por parte da guarda municipal e da polícia militar.

Contribuindo para o entendimento da atuação profissional por meio da Linguística Cognitiva, Rodrigues (2021) analisou os *frames* nas narrativas de um boletim de ocorrência

que serviu de base para a expedição judicial da prisão preventiva dos acusados; descrito por autoridade policial, o documento narrava que a Guarda Civil Metropolitana (GCM) apresentou três pessoas moradoras de rua, por suposta prática criminosa. Utilizando “[...] conceitos do funcionalismo norte-americano, como estrutura argumental e valência” e de que “*frames* nem sempre evocam entidades concretas [...]” (Rodrigues, 2021, p. 46). Na construção de suas narrativas, os GCM ativam em seus *frames* elementos que enaltecem sua atividade, como “integridade” e “honestidade”, e desativam elementos que desabonem sua conduta, como “violência policial”. Sobre os acusados, são ativados *frames* de elementos praticantes de atividade ilícita, como “uso de drogas” e “desobediência”; elementos como “vítima de violência policial” são desativados.

Em um trabalho quantitativo, Pereira et al. (2018), ao avaliar se a implantação das Guardas Municipais que melhorou as taxas da criminalidade (homicídios e roubos, e furtos de veículos) nas cidades onde foram implantadas, através de “[...] estratégias de identificação baseadas na literatura de resultados potenciais, com foco nos tratamentos sob a ótica binária, a multivalorada discreta e a contínua.” (Pereira et al., 2018, p. 516), identificando a dificuldade em se mensurar os dados devido aos modelos disformes de atuação (Polícia Municipal, Polícia Comunitária e Guarda Patrimonial), não excludentes. Entretanto, os autores concluem que a criação de guardas municipais pode reduzir a criminalidade contra a pessoa, mesmo diante das complexidades jurídicas, organizacionais e das funções não específicas vivenciadas por esses agentes na atuação profissional.

Os que tratam sobre a Formação e Conhecimento Profissional das guardas municipais – como o trabalho de Almeida e Brasil (2011), através de discussões de temas relacionados à atuação profissional, o papel das guardas, “conflitos e desafios dos guardas, além de depoimentos sobre experiências, dúvidas, perspectivas e incertezas”, realizadas no curso de formação da guarda municipal de Fortaleza, em 2008 – afirmam que a relação da formação profissional e o papel dos guardas são um conjunto complexo formado por aspectos das relações formais e legais, como também da informalidade, do inusitado de representações da atuação profissional no contexto social.

O estudo de Almeida e Brasil (2011) é fundamental para compreender que a ausência de uma identidade voltada para atender à diversidade de conflitos e a uma formação formal e técnica que não corresponde aos aspectos da aventura da aprendizagem e da experiência humana. Mobilizou, como referencial teórico, o pensamento de Paulo Freire sobre o processo autônomo de aprender a “construir” e “reconstruir” para a cidadania – aspectos pertinentes à formação humana; como também o de George Simmel, “espírito aventureiro”

que reflete que viver um possível conflito de destino faz parte da vida. Assim, concluem que não refletir sobre a preparação adequada deve resultar em incerteza na prática profissional.

No mesmo sentido, Pereira et al., (2020) concluem em seu trabalho que muitos guardas municipais da cidade de Curitiba não estavam preparados para atender a sociedade no auxílio e na resolução de conflitos voltados a pessoas surdas, uma vez que não conseguem interagir e nem se comunicar devido a uma formação profissional deficitária no conhecimento do surdo e da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A pesquisa concluiu que os guardas municipais compartilham um conhecimento que tem como referência uma perspectiva clínica da surdez (ou seja, que a pessoa surda é doente, deficiente, e que não fala porque não ouve). Entretanto essas pessoas devem ser tratadas como seres sociais que interagem por meio visual e sinalizado. Pereira et al., (2020) sinaliza a necessidade de capacitação contínua para atender a essa deficiência da prática junto à diversidade e à particularidade da sociedade como fundamental para os guardas municipais.

Em Saúde do Trabalhador, Baierle e Merlo (2008) objetivou, em sua pesquisa, compreender as consequências da reestruturação do trabalho da Guarda Municipal de Porto Alegre (GMPA) junto aos seus trabalhadores (guardas municipais) sobre a dinâmica saúde/sofrimento mental, utilizando a Psicodinâmica do Trabalho. A pesquisa é centrada no pensamento de Dejours (1992), voltado a compreender a normalidade, e não a patologia; ou seja, como os guardas não ficam doentes, diante das particularidades e especificidades do trabalho realizado? Assim, foi possível identificar vários aspectos do trabalho dos guardas municipais que causam consequências na saúde e na vida social, como também as estratégias individuais e coletivas de defesas utilizadas com objetivo de neutralizar os sofrimentos.

Como exemplo, na pesquisa, destaca-se a extensa jornada de horas de trabalho executada em turnos, podendo causar vários problemas, como o alcoolismo e a drogadição. Entretanto, os guardas municipais entrevistados afirmaram que a questão financeira melhorou, que estão acostumados às dificuldades vivenciadas na prática, que têm o reconhecimento dos colegas, e que é possível realizar trocas no plantão. Assim, a pesquisa identificou uma lacuna de prescrição para realizar o trabalho na GMPA, que é a falta de normatização e de adequação para trabalho.

Por fim, Castro e Merlo (2011), em seu estudo, objetivaram investigar a saúde mental no trabalho, tendo como campo de pesquisa a Guarda Municipal de Porto Alegre (GMPA) e, como sujeitos, os guardas municipais que trabalham no Grupamento Especial Motorizado (GEM), entidade que propõe um serviço diferenciado realizado por meio do motopatrulhamento das vias. Os pesquisadores fizeram uso da Psicodinâmica do Trabalho,

baseando-se em uma pesquisa-ação, metodologia que permite compreender a organização do trabalho e suas estratégias a partir da escuta e da fala, e fundamentando-se no pensamento de Dejours (2004), que trata da importância do reconhecimento profissional do trabalhador no local de trabalho. Assim, a pesquisa identificou que diante dos sofrimentos causados pelo trabalho, os profissionais criaram estratégias de reconhecimento, como a de que para negar o medo e a virilidade é preciso recorrer à técnica, visando à construção de uma identidade de grupamento especial, viabilizando a união coletiva e a cooperação.

Apesar das pesquisas selecionadas que tratam o objeto de estudo por diversas perspectivas de abordagem e campos teóricos, verificou-se que o número de publicações sobre a atuação profissional dos guardas municipais é ainda incipiente. Assim, o presente estudo contribui para a produção do conhecimento científico sobre a prática profissional dos guardas municipais e serve de norte para novas pesquisas acadêmicas, com a finalidade de aprofundar e compreender as atribuições profissionais das guardas municipais.

Buscando refletir sobre a relevância social da pesquisa, verificou-se o interesse nos programas de pós-graduação pelo estudo do policiamento comunitário e o interesse governamental na melhoria do serviço prestado à sociedade.

Tavares et al. (2019), ao realizarem pesquisa nos Programas de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Segurança Pública através do repositório do Ministério da Educação (MEC), na Plataforma Sucupira, utilizando a palavra-chave “segurança pública”, referente ao biênio 2016 - 2017, verificaram cinco programas de pós-graduação em três regiões do país que tratavam sobre o tema. Além disso, identificaram que no Mestrado Profissional da Universidade Federal da Bahia: as “dissertações que tratam de policiamento comunitário e da atividade policial são os temas mais abordados [...]”; o policiamento comunitário representa 17,07 % das 41 dissertações produzidas; e “quem mais estudou sobre o policiamento comunitário foram os discentes oriundos da própria polícia militar” (Tavares, 2019, p. 87-88). Esses resultados demonstram o interesse dos policiais em melhorar os serviços prestados para a sociedade. Por outro lado, revela uma carência das pesquisas sobre a atuação das guardas municipais na segurança pública.

Em nível federal, verifica-se a existência do Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019 (Brasil, 2019), que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), a qual viabiliza melhorias na qualidade do serviço prestado para a sociedade. Entretanto, nos municípios, além da inadequação da legislação referente a regulamentação das atividades dos guardas municipais, verifica-se dificuldade na promoção do desenvolvimento dos servidores públicos com competências necessárias para uma atuação no cargo.

Desta forma, a pesquisa contribui com informações relevantes para desenvolvimento de políticas públicas de segurança, para regulamentação da atuação dos guardas municipais no município, e indiretamente com a gestão da segurança pública em Lauro de Freitas-BA, ao mapear as competências profissionais da Guarda Municipal e examinar as suas ações.

Nesse sentido, a pesquisa possui aplicabilidade de médio e longo prazo, podendo influenciar a própria atuação da Guarda Municipal (a partir do paradigma de Segurança Cidadã), com o objetivo de realizar uma prática mais efetiva, humanizada e cidadã, e colaborando, assim, conseqüentemente, com a diminuição das ocorrências de inconformidade legal.

Diante das limitações do modelo tradicional de prevenção e da necessidade social no tocante à prevenção da violência, Rolim (2006, p. 108) verifica que esta “adquire especial importância no momento em que se torna patente a crise das formas tradicionais de controle oferecido pela justiça criminal, por um lado; e quando se mede a relação custo/benefício dos programas preventivos, por outro.” Assim, entende-se que esta pesquisa promoverá reflexões fundamentais para a atuação profissional, viabilizando o desenvolvimento de diagnósticos e projetos para as comunidades do município de Lauro de Freitas-BA, marcado pela divisão social, com o objetivo de viabilizar um trabalho preventivo, participativo e garantidor de direitos.

Assim a dissertação encontra-se estruturada em cinco capítulos, no primeiro capítulo a Introdução, apresenta a contextualização e relevância do principal tema abordado, problematização, questão, objetivos e relevância científica e social da pesquisa. No segundo, é discutido o Referencial Teórico que norteia o estudo, abordando os principais entendimentos e conceitos, buscando atender aos objetivos propostos. No terceiro, Aspectos Metodológicos o detalhamento dos métodos e das técnicas utilizados que possibilitou a construção desse trabalho de pesquisa. E por fim, no quarto capítulo apresenta os principais Resultados produzidos na pesquisa, propostos pelos objetivos, proveniente do emprego da técnica de análise das respostas das entrevistas, das análises dos documentos e da observação. Ao final, são traçadas as Considerações Finais de todo estudo realizado, implicações dos resultados para a prática, limitações do estudo e apresentação de sugestões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O crescimento da violência vivenciada no Brasil nas últimas décadas levou ao aprofundamento dos estudos e do debate entre pesquisadores, especialistas da área e a sociedade. Em geral, os temas relacionados à segurança pública apresentam caráter reflexivo e uma dinâmica da discussão “multifacetada em diversos aspectos teóricos, metodológicos e culturais (ideológicos)” (Da Nóbrega Júnior, 2018, p.43). Os diferentes estudos, com suas características críticas ou mais técnicas, contribuem para a compreensão do fenômeno da violência e suas particularidades, com a finalidade de indicar possíveis soluções para a atuação na segurança pública, diante de sua relevância junto à sociedade brasileira.

Nesse sentido, torna-se relevante discutir a atuação profissional dos guardas municipais na Segurança Pública, refletindo as suas atribuições na proteção preventiva no contexto local, compreendendo a sua formação e atuação profissional no enfrentamento da violência junto à sociedade como agente que têm suas atribuições centradas na proteção municipal preventiva.

A segurança é uma necessidade do convívio humano, um sentimento de bem-estar e um direito social garantido pela CF de 1988. É possível afirmar que Segurança Pública é um campo aberto na sua definição conceitual, com várias interpretações e significados vivenciados em diferentes momentos da história brasileira (Freire, 2009), por isso, torna-se fundamental compreender os paradigmas de segurança pública vivenciados na história do Brasil, como também as concepções e abordagens sobre prevenção da violência, uma vez que estão diretamente relacionadas à atribuição das guardas municipais.

Por fim, buscando “o desenvolvimento da prática profissional” (Waiandt, 2021, p. 21), discute-se a noção de competência, que se constitui como um requisito básico para viabilizar a compreensão do mapeamento das competências, ferramenta que visa contribuir para verificar os conhecimentos, habilidades e atitudes dos guardas municipais.

Assim, o referencial teórico inicia-se a partir das discussões sobre os Paradigmas

de Segurança, seguindo para os estudos sobre a Prevenção da Violência, Formação Profissional, Formação Profissional Policial, Noção de Competência, Entendimento de Efetividade das políticas públicas, Mapeamento de Competência e, por fim, os Modelos de Mapeamentos de Competências.

2.1 PARADIGMAS DE SEGURANÇA

O presente trabalho aborda o entendimento produzido sobre os paradigmas de Segurança Pública vivenciados na história brasileira. Sobre o conceito de “paradigma”, entende-se que ele compreende “toda constelação de crenças, valores, técnicas [...] partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada” (Kuhn, 2003, p. 218) em período e contexto histórico definido.

No período do regime militar, implantado no Brasil de 1964 a 1985, prevaleceu a percepção de “segurança nacional”. O termo “segurança pública” aparece descrito na Constituição Federal de 1937, na qual, competia à União legislar sobre “o bem-estar, a ordem, a tranquilidade e a segurança públicas” (Brasil, 1937, art. 16, inc. V). Entretanto, o seu entendimento era a defesa do Estado, da ordem política e social (Freire, 2009).

Nesse paradigma de Segurança Nacional, a Escola Superior de Guerra (2016, p. 59) conceitua a Segurança Pública como sendo “a sensação de garantia necessária e indispensável a uma sociedade e a cada um de seus integrantes, contra ameaças de qualquer natureza”, entendendo-se a violência como uma ameaça ao Estado. Efetivou-se, assim, através das Forças Armadas do Brasil, a criação de mecanismos de repressão e eliminação aos opositores do Regime Militar, utilizando-se de força desmedida, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI). Com isso, vivenciou-se, na história do Brasil, um período de relevantes perdas na democracia, com subtração de direitos, forte repressão, torturas e assassinatos (Freire, 2009; Joffily, 2008).

Com a redemocratização do país, a Constituição Federal de 1988 fortaleceu a ideia de Segurança Pública, conforme descrita em seu Art. 144, o qual estabelece: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]” (Brasil, 1988, cap. III, art. 144). Esta legislação elenca as organizações responsáveis e que fazem parte do campo da segurança pública, mas faltou uma definição específica sobre este instituto e a

descrição do papel de outras organizações governamentais que já atuavam na prevenção da violência e da criminalidade, além dos municípios e da comunidade, por exemplo. (Freire, 2009).

A Carta Magna de 1988 foi uma resposta ao autoritarismo, inovou no sentido de atribuir a segurança pública aos governos estaduais, de mudar o paradigma, e de definir as atribuições e competências das Forças Policiais, que formam a Segurança Pública, e das Forças Armadas, que compõem a Segurança Nacional. Como descrito no Art. 142, as Forças Armadas “destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (Brasil, 1988, cap. II), sendo empregadas na manutenção da defesa nacional. Quanto ao paradigma da Segurança Pública sobre prevenção e repressão, o enfrentamento à violência e à criminalidade tornou-se responsabilidade das Forças Policiais. Com isso, viabilizou-se a distinção entre Segurança Nacional e Segurança Pública (Freire, 2009).

Conforme afirmação de Tavares dos Santos (2004), apesar das mudanças ocorridas devido às históricas lutas sociais contra a violência, que podem levar a uma atuação das forças policiais que tenha como principal referência a sociedade civil e a construção da cidadania, ainda sim, grande parte das instituições de segurança, no Brasil, apresenta características tradicionais de militarização e repressão. Dessa maneira, exercem o monopólio da segurança pública, e os governos não demonstram interesse em imiscuir-se no assunto de forma efetiva junto à sociedade. (Tavares dos Santos, 2004).

Para Velásquez (2004), a perspectiva de uma Segurança Cidadã está relacionada a “uma ordem cidadã democrática que elimina as ameaças de violências na população e permite a convivência segura e pacífica” (Velásquez, 2004, p. 187). Entretanto, não deve estar voltada unicamente para a questão da segurança e da criminalidade, e sim para a questão do reconhecimento de direitos do cidadão, estando relacionada também à segurança humana (Velásquez, 2004).

No trabalho de Freire (2009), é possível compreender os paradigmas que influenciaram a política de segurança implantada no Brasil em diferentes contextos históricos e seus reflexos na sociedade. Sendo os três principais: Segurança Nacional, implantado durante a Ditadura Militar; Segurança Pública, com a promulgação da Constituição de 1988; e Segurança Cidadã, ainda em construção, o qual busca a proteção absoluta da cidadania, entendendo a violência como um fenômeno multicausal que exige a atuação por controle ou prevenção, “por meio de políticas públicas integradas no âmbito local” (Freire, 2009, p. 52).

Este último paradigma é contrário à perspectiva operacional-repressiva,

contribuindo como um núcleo das principais características legais constituídas através de ações norteadoras para a construção da identidade profissional das guardas municipais no Brasil pelo Estatuto Geral dos Guardas Municipais (EGGM), marco regulamentador e norteador das atividades dessas instituições.

2.2 ESTUDOS SOBRE A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

A prevenção da violência, segundo Dias Neto (2005), é abordada por diversos atores sociais a partir de três concepções de estratégia distintas: a repressiva, a estrutural e a da cultura da paz:

- **Repressiva** - entente que a questão da prevenção está diretamente relacionada à segurança pública, direcionada à atuação policial como força repressiva, criação e aplicação de instrumentos de punição (policiamento ostensivo e reativo, aplicações de leis mais gravosas, adeptos à ideologia belicista e armamentista).
- **Estrutural** - tem como base o campo da saúde pública com criação de políticas públicas e programas voltados ao enfrentamento dos fatores que desencadeiam as diferentes violências na sociedade, fatores de riscos (consumo de álcool e drogas etc.).
- **Cultura da Paz** - tem como princípio propor a transformação de valores, atitudes e comportamentos para viabilizar repensar a violência e a formação de conflitos na sociedade com ações orientadas pelos princípios da promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais (prática da não violência, mediação negociada de conflitos etc.)

A concepção do conhecimento preventivo (Cultura da Paz) preza por “mudanças inspiradas em valores como justiça, diversidade, respeito e solidariedade, por parte de indivíduos, grupos, instituições e governos” (Milani, 2003, p. 38), desta maneira, acredita-se mais adequada com a função das guardas municipais no enfrentamento da violência, a mesma. Diferentemente do modelo oficial de política de “segurança pública tradicional” implantada

no Brasil, a qual viabiliza o “modelo de polícia profissional tradicional”² de força policial repressiva, militarizada, legalista (Cultura Repressiva) que vem influenciando na formação e na atuação profissional de algumas guardas municipais ao longo dos anos (Poncioni, 2014).

Na contemporaneidade segurança pública deve ser pensada em uma perspectiva ampla e participativa. O tema ‘prevenção da violência’ da segurança pública se encontra nos campos das políticas de prevenção ao delito; na sociologia criminal; na tendência atual do modelo da “Nova Prevenção” (denominação de origem francesa “*Nouvelle Prévention*”); e, na política de prevenção com base na Saúde Coletiva. Assim, deixa de ser tratada apenas como uma política de segurança pública ‘questão de polícia’ ou como uma ordem pública que deve ser imposta pelo aparato repressivo do poder público.

A atuação profissional pode refletir práticas que se moldam a partir de um “isomorfismo institucional” (Dimaggio; Powell, 2005). Ou seja, as organizações ou instituições (do mesmo campo organizacional e definição institucional) aderem ou copiam modelos, processos, aspectos de outras, e passam pelas influências dessas organizações que são reconhecidas como padrão ou exemplo, e essas referências são reforçadas pelas expectativas da sociedade onde desempenham suas atividades. Assim, o resultado da atuação profissional na segurança pode refletir em práticas preventivas ou repressivas, com base nas correntes influenciadoras de discussões sobre a problemática da atuação na segurança urbana municipal como ‘Polícia Municipal’ e ‘Agente de Proteção Social’ (Furstenau, 2006).

Por exemplo, no caso das guardas municipais, o isomorfismo institucional e com referência aos preditores de nível organizacional e de campo, apresentado por Dimaggio e Powell (2005) pode ocorrer pela capacidade do aperfeiçoamento, homogênea e agregadora. No aperfeiçoamento, ocorre devido ao enfraquecido engajamento na identidade profissional de proteção preventiva, diante das dificuldades de consolidação na segurança pública de alguns municípios, levando a identificação com outras formas de aperfeiçoamento ou formação profissional com base no “modelo formação profissional tradicional.” Homogêneo, pois diante da diversidade ou de inovarem na prática preventiva e comunitária que podem ser realizadas na segurança pública municipal, por muitas vezes preferem o modelo de policiamento, ou de identidade profissional saturado, concretizado e ainda dominante, realizado pelas polícias estaduais. Por fim, agregador, pois na busca da conformidade passam por incertezas, dificuldades e dependência, acabam por agregar o modelo de organização,

² O “modelo policial profissional tradicional”, Ostensivo e repressivo é voltado para o “combate ao crime” e para os aspectos do legalismo da prática policial com ênfase para o controle do crime.

valores ou crenças do campo institucional das polícias militares.

Assim, o isomorfismo institucional atua em algumas guardas municipais, mas apresentam resultados contrários à participação desses agentes na proteção preventiva na segurança pública municipal, pois devido à ausência de uma identidade profissional preventiva, que é a base legal da prática norteada pelo EGGM, na busca da consolidação acabam por reproduzir o modelo de policiamento reativo e repressor com seus problemas, realizados pelos policiais militares estaduais.

As percepções da atuação profissional dos guardas municipais serão analisadas e classificadas de acordo com as políticas públicas de segurança “Tolerância Zero” e “Nova Prevenção”, por suas particularidades e especificidades quanto à compreensão do enfrentamento da criminalidade e da violência urbana, além de estarem relacionadas as características das correntes influenciadoras que norteiam a atuação dos guardas municipais.

Segundo De Oliveira (2014), a “Teoria das Janelas Quebradas” (*The Broken Windows Theory*) foi criada pelos criminologistas da Universidade de Harvard, James Q. Wilson e George Kelling, em meados de 1982, e teve como base um experimento realizado por Philip Zimbardo, psicólogo da Universidade de Stanford, em 1969. De forma genérica, a conclusão do estudo foi que, se qualquer espaço ou objeto público ou privado está abandonado, havendo ausência de vigilância, essa situação gera os primeiros passos para o vandalismo e a violência, ou seja, a desordem gera mais desordem. Assim, é possível afirmar que a teoria tinha como base o controle social e serviu de fundamento para a política criminal americana “Tolerância Zero”, implantada no ano de 1994 em Nova York pelo então prefeito Rodolf Giuliani, tendo como objetivo reduzir a criminalidade.

Shecaira (2009) afirma que a principal característica da Tolerância Zero era a repressão forte a todo tipo de desordem social, ou seja, mesmo que não fosse tipificada como crime, a atuação policial sobre uma conduta repreensível deveria ser firme, rigorosa e inflexível. Essas ações legitimaram a brutalidade e o racismo por parte da força policial nova-iorquina, assim: “A opção da polícia era clara: atingir jovens representantes de minorias, especialmente negros, latinos e imigrantes” (Shecaira, 2009, p. 167).

Nesse sentido, Wacquant (2011) afirma que as ações policiais enquadradas na Tolerância Zero eram legitimadas pela gestão pública e judiciária da pobreza e do racismo, tornando-se uma oportunidade politicamente produtiva junto à expansão da dimensão da insegurança urbana. O pesquisador aponta o grande número de pessoas que foram presas, à época, durante a atuação policial: no ano de 1998, foram detidas 345.130, entretanto, dessas

detenções, “18.000 foram anuladas pelo procurador antes mesmo que as pessoas presas passassem diante de um juiz, e outras 140.000 foram declaradas sem motivo pela corte” (Wacquant, 2011, p. 44), caracterizadas por serem legalistas e segregacionistas.

Segundo Fagundes (2007), os primeiros estudos e pesquisas sobre prevenção da violência na sociologia criminal datam do século XX, na Escola de Chicago³, nos Estados Unidos da América, inicialmente com pesquisadores da área das ciências sociais, que inovaram no método empírico, tendo como princípios: “intervenção pela prevenção, técnicas voltadas à alteração do ambiente físico e cultural, programas visando aumentar o controle social nas áreas afetadas por desorganização social” (Fagundes, 2007, p. 22). Os estudiosos tiveram a “ecologia humana” como premissa e, ao investigarem a questão do crime, identificaram as áreas criminológicas e viabilizaram o emprego de métodos voltados à prevenção (Fagundes, 2007).

Freitas (2002) afirma que os estudos da Escola de Chicago na perspectiva da “ecologia humana” tinham como causa da criminalidade a desordem social, diversidade étnico-cultural e a transmissão cultural da delinquência. E objetivaram como solução a intervenção pela prevenção, alteração do ambiente físico e social e aumento do controle social nas regiões afetadas pela desorganização social. Em suma, o aumento e a visibilidade dos diversos problemas sociais que foram identificados derivaram do crescimento demográfico e espacial de regiões da cidade de Chicago, consequência do processo de desorganização social.

Diante disso, Tangerino (2007) afirma que a Escola de Chicago tinha o entendimento que a prevenção ocorria por intervenção de política pública, para enfrentar o surgimento de bairros degradados, criminalidade, prostituição e desemprego, decorrente do crescimento forte das cidades e de suas populações. Nesse sentido, destaca-se o *Chicago Area Project*, programa de prevenção a violência e a criminalidade, voltado para o controle social informal com enfrentamento por meio de ações estatais e da sociedade civil (participação dos integrantes da comunidade) como base a recuperação de áreas destruídas e o desenvolvimento das relações das comunidades.

Guimarães et al. (2021, p.1209) esclarece que a Escola de Chicago foi referência para a construção de novas teorias, tendência e perspectivas, de enfrentamento e controle da violência e da criminalidade na contemporaneidade. Os seus postulados foram fundamentais

³ O termo Escola de Chicago é utilizado nesse trabalho para definir a vertente dos estudos criminológicos realizada pelos sociólogos da Universidade Chicago.

para o “[...] empoderamento dos Municípios e a democratização no âmbito do diagnóstico dos problemas, formulação do planejamento, implementação, monitoramento e avaliação das ações em curso [...]” para a promoção de Políticas de Segurança Pública Cidadã que promovam a segurança das comunidades espacialmente determinada, fundamentada no respeito aos direitos humanos e na garantia de direitos fundamentais. Assim, as guardas municipais na prática da proteção preventiva junto às comunidades podem viabilizar uma convivência segura e pacífica pautada na Segurança Cidadã.

Os estudos da prevenção da violência utilizados nessa pesquisa compartilham, assim, do entendimento de Kahn e Zanetic (2005) de que a atuação na segurança pública deve deixar de ser uma competência exclusiva das forças policiais dos estados e da União, devendo ser um tema transversal, objeto de várias políticas públicas municipais. Portanto, conforme a definição de prevenção da violência, segundo a qual são compreendidas por “políticas, medidas e técnicas utilizadas fora dos limites do sistema de justiça penal e dirigidas à redução do dano produzido por ações definidas como delito pelo Estado” (Van Dijk, 1990, p.1).

Conforme Dias Neto (2005), o modelo da “Nova Prevenção” foi introduzido em alguns municípios europeus e prioriza o momento anterior à infração, de forma não penal, além de buscar a complementação e a integração com outros sistemas já implantados, ao invés de sua substituição, viabilizando a redução de situações de insegurança na sociedade. Esta política de segurança está mais relacionada com a função preventiva das guardas municipais; além disso, os estudos sobre prevenção da violência incluídos compreendem as problemáticas da violência e da criminalidade como fenômenos originados de múltiplas causas e de manifestações diversas na sociedade (Cerqueira; Lobão, 2004).

Freire (2009 p. 53) destaca que os pilares para as ações “voltadas para a prevenção à violência” é efetiva participação da comunidade é “o respeito às normas de convivência e a resolução pacífica de conflitos.” Nesse sentido, é possível compreender que justiça e cidadania são basilares para as ações de prevenção às violências.

Adorno (2010), ao mencionar as ações de prevenção as violências, afirmou que atualmente as políticas de segurança pública e de controle social para se tornarem eficientes não podem deixar de “considerar os múltiplos significados, os múltiplos atores implicados na produção, disseminação, recepção e contenção das violências” (Adorno, 2010, p. XIII).

Os pesquisadores Freire (2009) e Adorno (2010) apesar das perspectivas distintas de estudos compartilham que prevenção da violência envolve especificidades e participação de diversas ações e agentes.

Conforme especificado nas obras de Dias Neto (2005), Furstenau (2006) e

Fagundes (2007), foi possível realizar a construção do quadro 1 com as principais características das políticas de segurança:

Quadro 1. Principais características das Políticas de Segurança

Políticas de segurança		
“Tolerância Zero”	Denominação	“Nova Prevenção”
Segurança Pública Tradicional	Paradigma	Segurança Cidadã
Modelo de “polícia profissional tradicional”. Policciamento repressivo e reativo. Intervenção local.	Atuação profissional	Polícia cidadã. Policciamento preventivo. Intervenção local.
Controle social com força policial repressiva. Segurança como assunto de polícia. Não valorização do espaço local. Política de Segurança Pública (atividades tipicamente policiais, atuação policial <i>stricto sensu</i>).	Bases teóricas	Prevenção com participação da sociedade. Entendimento interdisciplinar da segurança. Valorização do espaço local. Políticas Públicas de Segurança (envolve as diversas ações, governamentais e não governamentais).
“Polícia Municipal”. Enfrentamento urbano.	Correntes de atuação dos guardas municipais	“Agente de Proteção e Prevenção”. Tolerância urbana.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Rolim (2007) destaca que outros estudos têm como referência as estratégias de prevenção com base nas estratégias da saúde coletiva. Essa perspectiva é muito utilizada nas pesquisas da área de segurança pública, relacionando prevenção e fatores de riscos para a violência e para a criminalidade a partir de uma perspectiva humanística, reconhecendo uma forte interface entre as políticas de saúde e as de segurança pública, por meio das quais se “vinculam problemas da saúde como alcoolismo, a dependência química de drogas pesadas e as desordens psicológicas mais sérias” a crimes violentos (Rolim, 2007, p. 9).

Segundo Rolim (2006), as prevenções da violência com base no campo da saúde coletiva se remetem aos níveis de prevenção da violência: na esfera primária, as medidas e as políticas têm como alvo a comunidade inteira que podem ter intervenções no meio ambiente físico e social; na esfera secundária, as medidas e as políticas são voltadas às pessoas que têm alto risco de se iniciarem na delinquência, projetos que visem garantir apoio social aos jovens; e, na esfera terciária, as medidas e as políticas são voltadas para aquelas pessoas que já se iniciaram no processo de criminalização com abordagens para reabilitação e reintegração de vítimas e agressores, viabilizando apoio para as vítimas e familiares. Assim, relacionadas aos três níveis dimensões – Estrutural, Psicológica e Relativa às circunstâncias do crime, essas se relacionam a infratores, vítimas e locais. O recomendável é que sejam empregadas em projetos de forma integradas.

Além dessas políticas de prevenção as violências nas dimensões primaria,

segundária e terciária, segundo Rolin (2006) podem ser realizadas outras como as voltadas para a Prevenção em Fatores de Riscos e de Proteção, seja com o autor ou possível vítima com base no modelo da Organização Mundial da Saúde (OMS), que dependendo das categorias ou da natureza, podem ser definidas como: Prevenção no desenvolvimento individual, visa prever potencialidades para a prática de crimes, baseada em intervenção em fatores de risco (comportamento antissocial e criminoso, impulsividade, desordem de conduta e agressão, uso de drogas etc.) e fatores de proteção com base no desenvolvimento humano como programas de qualidades ambientais e desenvolvimento saudável do jovem e adolescente.

Na Prevenção comunitária, voltada a realizar intervenções sociais e institucionais que possam um produzir o comportamento criminoso nas comunidades (famílias, vizinhanças, normas, clubes, organizações etc.) Na Prevenção situacional, realizar medidas de prevenção voltadas para reduzir as oportunidades, aumento dos riscos e dificuldades para a ação criminosa. E por fim, Prevenção do sistema de justiça criminal, relacionada pelos órgãos de justiça criminal busca a prevenção por meio da detenção, ressocialização, incapacitação e reabilitação, todos construídos pela aplicação da lei (Rolin, 2006). Essas categorias estão relacionadas aos fatores de risco e de proteção, como individual, familiar e escolar (Rolin, 2006; Silveira, 2014).

Assim, é possível afirmar que se trata de uma política de prevenção que possui uma interface com o trabalho policial voltado à prevenção, a exemplo de fatores de riscos individuais na família, na escola e na prevenção situacional do crime, e não uma relação direta com a atividade policial, como nos modelos de policiamento ostensivo e reativo. (Rolin, 2007). Todavia, existe uma relação direta com o trabalho do guarda municipal executado sob a concepção da corrente de atuação como agente de proteção social, voltado para a esfera da prevenção primária, como consta por várias vezes no EGGM (Furstenau, 2006), e viabilizado pela implantação de parcerias com os diversos segmentos da administração municipal, com instituições externas e com a comunidade, visando melhorias e o exercício da cidadania (Cerqueira, 2014).

Quanto às atividades profissionais realizadas pelos guardas municipais, é importante destacar que esses profissionais estão subordinados a gestão municipal, que define suas atribuições diante das principais demandas e particularidades locais. Ressalta-se que essas devem ser centradas na proteção preventiva comunitária, voltadas a interagir com a comunidade, buscando soluções de possíveis problemas, participando de projetos locais voltados para a proteção e cidadania. Diante da diversidade de atividades relacionadas às

competências profissionais centrada na Segurança Cidadã, Junior et al, (2021, p.5) identificou “zelar pelos equipamentos que estiverem sob a sua guarda” e “atuar na segurança escolar.”

Nessa percepção, De Oliveira (2019, p, 185) acrescenta como possíveis atividades das guardas municipais como atuar nas “unidades de saúde, no apoio a redes de assistência social, fiscalizando e controlando o trânsito de veículos e pessoas, mediando conflitos, fazendo o patrulhamento preventivo urbano, e atuando em todos os tipos de situações de emergência e defesa civil.” Bem como todas as atividades preconizadas no EGGM.

Vargas e De Oliveira Júnior (2010) afirmam que de modo dessemelhante ao previsto no EGGM de atividade profissional preventiva e comunitária, o “modelo de policiamento tradicional” ostensivo e reativo realizado pela Polícia Militar torna-se não efetivo para as guardas municipais. Nesse sentido, Mello, (2010) e Farias, (2016) compreendem que esse modelo se estabelece através de uma relação conflituosa, e tem como referência valores repressivos, autoritários, hierárquicos e legalistas, viabiliza o afastamento da identidade preventiva, concretizando uma confusão de competências institucionais.

2.3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO POLICIAL

A formação profissional encontra novos desafios na contemporaneidade – caracterizada pela sociedade da informação – que impõe a indivíduos e organizações a transformação de uma grande quantidade de informação em conhecimento, promovendo o desenvolvimento da capacidade social de validar e colocá-lo em prática nos diferentes contextos de atuação profissional, constituindo-se em “competências genéricas e críticas” (Gómez, 2016, p. 87).

As competências genéricas são de conhecimento geral, para todos os profissionais que ingressam na carreira, as quais permitirão um desempenho adequado na atuação profissional; e, as competências críticas são aquelas que possibilitarão ao profissional desenvolver a sua capacidade de atuar diante de contextos e situações reais e diversas para praticar uma atuação de qualidade.

É nesse sentido de transformar informação em conhecimento efetivo, voltado à prática que Gómez (2016) compreende que a formação profissional é um processo complexo, onde os componentes cognitivos articulam-se e dão sentido aos significados a partir de informações e experiências individuais e coletivas. Assim, para ser efetiva, deve discernir sobre aspectos críticos de possíveis situações problemáticas, refletir sobre quais são os conhecimentos prévios importantes para a compreensão e a tomada de decisão na atuação

profissional, ou seja, a formação contemporânea exige um currículo voltado para a construção de um conjunto de competências destinadas a atender o contexto da realidade profissional.

Refletindo sobre os desafios da formação profissional e sobre a construção das competências apresentadas por Gómez (2016), é possível afirmar que vários profissionais construíram competências destinadas a atender as novas demandas complexas voltadas a realidade da atividade profissional, imposta pelo contexto atual de uma pandemia mundial, adequaram às formas de trabalhar, de disseminação e aquisição de conhecimento junto as suas atividades profissionais. A pandemia de Covid-19 impulsionou a sociedade a se adequar a novas formas de acesso e disseminação de conteúdos de formação e aperfeiçoamento profissional, passando do presencial para o “presencial online” (De Souza Coelho et al, 2020).

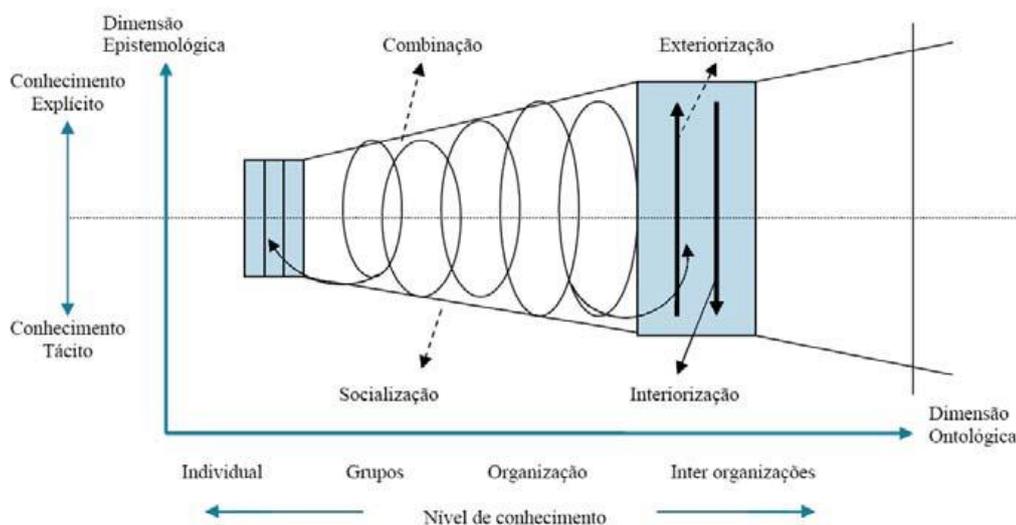
Assim, segundo Deluiz (2004), é possível afirmar que o trabalho requer novas demandas e tendências, caracterizando-se por imprevisibilidade, intelectualidade e autonomia; necessitando de um profissional que tenha não apenas a qualificação formal relacionada às atividades do seu posto de trabalho, ou seja, certificação e diplomação adequadas, e, sim, a habilidade de construir um conjunto de competências. Nesse sentido, a formação do profissional deve ser direcionada para a qualificação, sendo essa um conjunto de competências ou conhecimentos, habilidades e atitudes que derivam da “formação geral (conhecimento científico), da formação profissional (conhecimento técnico) e da experiência de trabalho e social (qualificações tácitas)” (Deluiz, 2004, p. 74).

Nonaka e Takeuchi (1997), ao formularem a Teoria da Criação do Conhecimento Organizacional, destacaram que o processo de criação do conhecimento nas organizações é resultado da interação dos conhecimentos tácitos e explícitos, esse processo é denominado de conversão de conhecimento. O conhecimento tácito é aquele que vem da experiência de cada funcionário na organização. Desta forma, ele é subjetivo, pois decorre dos valores e da vivência, é difícil de ser transferido para a linguagem formal, escrita. Já o conhecimento explícito, muito valorizado em nossa cultura ocidental, é aquele que já foi transformado para a linguagem formal, registrado em forma de manuais, leis, normas, protocolos, modelos de treinamento etc., ou objetivo.

Esse processo de interação e articulação de conhecimento, chamado de “Espiral do Conhecimento” (Nonaka; Takeuchi, 1997), potencializa o desenvolvimento e a transmissão destes novos conhecimentos nas organizações. Além disso, afirmam que a base deste desenvolvimento, ou construção, é o conhecimento tácito criado por pessoas. A figura 1 apresenta uma dimensão ontológica, encontram-se suas características como formato de

espiral, demonstra a forma cíclica do conhecimento que deriva do indivíduo se transformando evolutivamente, passando pelos níveis de conhecimento num processo dinâmico e contínuo. Ele passa pelo seguinte processo representado pelo espiral: o conhecimento é iniciado na combinação, passando pela socialização, transformando-se em externalização e, depois, transmuta-se em internalização dando continuidade a um novo ciclo.

Figura 1. Espiral de Criação de Conhecimento Organizacional



Fonte: Adaptado de Nonaka e Takeuchi (1995, p.73)

O conhecimento explícito é formal (sequencial e racional, acessível por meio da consciência, transferível por meio da linguagem formal, reside na mente) e aprendido através das frases, desenhos, escritas, relatórios, aulas, treinamentos, filmes etc. O conhecimento tácito é informal (mais difícil de transmitir, habilidades do movimento, experiências físicas, sentidos, intuição, reside na mente e no corpo) e é apreendido sem instrução direta (com utilidade prática, aprender fazendo) está relacionado com a iniciativa própria (Nonaka; Takeuchi, 1997; Roza, 2020).

No contexto da Guarda Civil Municipal, o conhecimento explícito refere-se às leis, manuais, estatutos, diretrizes, ordens de serviços, vídeos, reuniões, experiências, imagens etc. (conhecimento objetivo e formal sobre a realização das atividades), sua internalização junto às experiências aumenta a construção do conhecimento tácito. Segundo Nonaka e Takeuchi (1997), o profissional é capaz de produzir e expandir um novo conhecimento junto aos seus modos de conversão, a exemplo de socialização, externalização, combinação e internalização. Mas, destaca se esse conhecimento individual não for compartilhado entre outros indivíduos, ele será perdido. Assim, percebe-se que os autores têm a construção do

conhecimento como um processo de interação entre pessoas, pois derivam do contexto social. As organizações, imbuídas de resolver seus problemas, criam conhecimentos internos para se adaptar ao ambiente, diante das diversidades vivenciadas.

Refletindo sobre a proposta de Nonaka e Takeuchi (1997), é possível afirmar que os guardas municipais constroem seus conhecimentos a partir dos conhecimentos tácito e explícito. No tácito de maneira individual conforme a realidade vivenciada na organização e de sua atuação profissional, diante das particularidades que estão relacionados à prática, ou seja, por meio de suas interações, socializações e convivências no trabalho. Esses conhecimentos (tácito e explícito) são criados, interagem e são ampliados na organização, parte do individual ao coletivo e podem ser de diversas origens e por meio dos elementos da espiral do conhecimento nos quatros modos de conversão.

A figura 2 em uma dimensão epistemológica destaca as características dos modos de conversão do conhecimento, a exemplo de socialização, externalização, combinação e internalização, conhecida pela sigla SECI.

Figura 2. Essência da SECI



Fonte: Baseado em Nonaka e Takeuchi (2008).

Assim, a formação profissional se constitui como um processo complexo, onde os componentes cognitivos existentes articulam-se e dão sentido aos significados a partir de informações e experiências individuais e coletivas. É voltado às necessidades das práticas

mais adequadas e ajustadas as necessidades, preocupa-se em adicionar valores às informações, filtrando-as, resumindo-as e desenvolvendo um conhecimento profissional que possibilita atingir os objetivos necessários para realizar a prática.

Refletindo sobre a formação do policial brasileiro, historicamente, ela esteve relacionada ao militarismo “guerreiro”, que prioriza a noção de resolução dos conflitos por meio da força, do aumento do efetivo e do poder do material bélico, não priorizando a resolução negociada dos conflitos (Batitucci, 2010), o que reflete de forma negativa, destacando-se os últimos dados da letalidade policial no Estado da Bahia. Segundo estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública o número de pessoas vítimas da violência policial na Bahia saltou de 773, em 2019, para 1.137, em 2020. Mesmo diante das conquistas, vê-se que a violência no Brasil ainda tem um “perfil epidemiológico”, devido aos grandes índices de mortalidade registrados (Reichenheim et al. 2011). A formação policial deveria, assim, ter sua base voltada para proteger o cidadão e não para a “guerra”.

Poncioni (2014) afirma que essa concepção de educar para a formação de um “modelo policial profissional tradicional” (repressivo, ostensivo, que prioriza os conteúdos jurídicos) é imbuída do discurso do “bom profissional”, concepção que vem, basicamente, se repetindo, “com poucas mudanças no eixo de formação profissional”, não priorizando os conhecimentos preventivos (Poncioni, 2014, p. 67) e as mudanças empregadas ainda são pequenas. Inspirada no “combate ao crime”, na sua maioria, difundem no conhecimento informal uma visão negativa dos Direitos Humanos (Schabbach, 2015), de que são “defensores de bandidos”, o que dificulta e impede o trabalho da polícia. Essa formação voltada para o militarismo, inspirada no modelo de policiamento tradicional, pode influenciar a formação profissional dos guardas municipais.

Nesse sentido, é possível afirmar que muitas guardas municipais incorporam esse modelo de formação, apesar das mudanças ocorridas, como a Matriz Curricular Nacional para a Formação das Guardas Municipais (MCNFGM), que prioriza a formação de um profissional mais reflexivo e autônomo que tem como referência o novo paradigma, e dos direcionamentos do EGGM (Barroso; De Souza Martins, 2016). Prevalendo, ainda, essa concepção de formação operacional, voltada para repressão, belicismo e legalismo, disseminada nos cursos de formação, aliada às dimensões do processo formativo e ao saber informal, que é a reprodução do saber policial pelos mais antigos – “ser e fazer polícia” (Cortes; Mazzurana, 2015, p.8).

Almeida e Brasil (2011) compreendem a relação da formação profissional e o papel dos guardas municipais como um conjunto complexo, composto não apenas por

aspectos das relações formais e legais, como também da informalidade, do inusitado, de representações e da atuação profissional no contexto social, assim como das experiências realizadas através das discussões em sala de aula no curso de formação e das percepções sobre suas experiências profissionais, descrevendo a construção do conhecimento profissional formal e informal.

Misse e Bretas (2010), em pesquisa realizada com guardas municipais de oito municípios, identificaram que estes mantinham suas atividades voltadas à vigilância e à preservação de bens públicos municipais, ora atuando como uma espécie de polícia ostensiva. Nesse sentido, é importante destacar que o trabalho foi realizado antes da criação do EGGM.

A formação profissional dos guardas municipais ainda é um desafio para o processo de fortalecimento da atuação profissional na segurança urbana municipal, pois influencia e é influenciada pelo conceito de “modelo policial profissional tradicional”, o qual pode ser aplicado em instituições como quartéis, academias e cursos de formação policial. Michel Foucault, em sua obra “Vigiar e Punir”, abordou a formação com base no disciplinamento do sujeito, destacando que é nessas instituições de formação que se inicia o processo de docilização dos corpos, referindo-se ao corpo “que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (Foucault, 2002, p. 125).

Viana (2018), em seu estudo etnográfico, identificou que o processo de militarização da Guarda Municipal de Niterói tem origem na estrutura da gestão da instituição e se consolidou na realização do curso de formação e nas práticas, podendo ser vistos *ethos* repressivos e militares que fortalecem a questão da militarização, incorporando métodos, fardas e símbolos. Os *ethos* repressivos são viabilizados devido a uma cultura judiciária punitiva, os *ethos* militares referem-se a toda a organização da força policial, ligada tradicionalmente e de forma excessiva ao Exército. O *ethos* refere-se à valorização positiva do saber e à desvalorização do saber do outro, sendo contrário a uma formação crítica e à ética do conhecimento, e influenciando a intermediação dos conflitos na sociedade (De Lima, 2021).

2.4 A NOÇÃO DE COMPETÊNCIA

O termo competência tem sido utilizado por várias áreas do conhecimento, Brandão (2007) afirma que na Idade Média era associado às questões jurídicas e correspondia à faculdade ou capacidade que era atribuída a uma pessoa, ou a uma instituição para se

pronunciar, apreciar e julgar, a respeito de algumas questões ou assuntos. Na Revolução Industrial estava relacionada ao domínio que o trabalhador teria sobre máquinas, aumento da produção para a indústria (Miranda, 2004). Na contemporaneidade o termo competência no contexto das organizações está associado ao indivíduo que realiza o trabalho que lhe foi atribuído de maneira eficiente. Tem origem nas ciências da organização e surge com a crise dos modelos taylorista e fordista diante das novas imposições da globalização, como novas formas de organização do trabalho e do processo de democratização da sociedade (Deluiz, 2004).

Fleury e Fleury (2001) retratam que a primeira ocorrência do termo foi em 1973, em um artigo publicado pelo americano David C. McClelland, com o título *Testing for Competence Rather Than Intelligence*. Segundo McClelland, (1973) competência é um “conjunto de características individuais observáveis, conhecimento, habilidades, valores que levam a um desempenho superior e notadamente diferenciado” observa-se que mantém o foco no desempenho e nos valores. Essa linha de pensamento acaba por construir a primeira corrente sobre o assunto na perspectiva norte-americana, que compreende os estudos sobre competências como um conjunto de qualificações ou características (conhecimentos, habilidades e atitudes) necessárias e que habilita o profissional a realizar determinado trabalho. (Brandão, 2006)

A segunda corrente e sua perspectiva sobre competência refere-se aos estudos franceses como o realizado por Zarifian (1999) que relaciona a competência não a um conjunto de qualificações do indivíduo, que leva ao desempenho elevado, propostos pela primeira corrente, mas às suas concretizações, resultados da prática, ou seja, a produção ou realização concretizada no trabalho. Diante de tantas definições do conceito sobre competência Brandão (2006) sinaliza a existência de uma terceira corrente, caracterizada por uma perspectiva integradora, ou seja, busca definir o conceito através da união das concepções das correntes anteriores. Assim, o debate sobre outras perspectivas do conceito de competência foi construído, contribuindo para o conhecimento das pessoas e das organizações. (Brandão, 2006)

Quadro 2. Definições de Competências

	Conceitos de competência	Autor
1	“Conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes interdependentes e necessárias à consecução de determinados propósitos.”	(Durand; 1998, p. 3)
2	“Competência é um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, interagir, transferir conhecimentos, recursos, habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social para o indivíduo.”	(Fleury; Fleury, 2001, p. 21)
3	“A competência profissional é uma combinação de conhecimentos, de saber fazer, de experiências	(Zarifian, 2001, p.

e comportamentos que se exerce em um contexto preciso. Ela é constatada quando de sua utilização em situação profissional a partir da qual é passível de avaliação. Compete, então, à empresa identificá-la, validá-la e fazê-la evoluir.”	66)
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Fonte: Adaptado de Bitencourt e Barbosa (2004, p. 238-269 *apud* Andrade, 2005, p. 60).

O termo competência passou por várias discussões acadêmicas nas literaturas americana, europeia e francesa, referente a sua compreensão e ao entendimento conceitual no nível das pessoas e das organizações, devido às necessidades e especificidades decorrentes do contexto vivenciado pelas organizações na globalização, encontrando-se ainda em construção (Fleury; Fleury, 2004). Segundo Ruas et al. (2005), é possível afirmar que nos últimos anos a noção de competência está ligada à maneira de repensar as formas e os modelos das organizações, e o papel dos indivíduos que as integram.

O quadro 4 expressam as perspectivas de competência construídas pelos autores Durand (1998), Fleury e Fleury (2001) e Zarifian (2001).

Quadro 3. Perspectivas sobre o conceito de competência

Perspectivas de competência		Autor
1	Destaca os elementos que constitui a competência (conhecimentos habilidades e atitudes) da pessoa que são interligados e necessários para a realização dos objetivos. Observa-se que o foco é no desempenho.	(Durand; 1998, p. 3)
2	A noção está relacionada a verbos: saber agir, saber aprender, saber engajar-se etc. Refere-se a todo um saber agir responsável (contextualizado com conhecimento e <i>know how</i>) e reconhecido que agrega valor econômico a empresa e valor social ao indivíduo. Observa-se que o foco é na ação, responsabilidade, resultados e valores.	(Fleury; Fleury, 2001, p. 21)
3	Competência está configurada como um conjunto conhecimento, habilidade e atitudes que combinam com ação realizada no contexto profissional, podendo ser pela empresa identificada, validada, avaliada e aperfeiçoada. Com foco na ação, aptidão, desempenho, mensuração, resultados.	(Zarifian, 2001, p. 66)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em resumo, na perspectiva de competência segundo Durand (1998), o foco estaria no desempenho, pois entende competência como um conjunto de elementos (conhecimentos habilidades e atitudes) que estão interligados para a realização dos objetivos da atuação profissional, ou seja, um profissional habilitado para cumprir demandas da prática. No contexto das guardas municipais essa perspectiva não aborda pontos fundamentais para a execução de uma política pública como a avaliação dos resultados e a efetividade da prática na comunidade local.

Na perspectiva de Fleury e Fleury (2001) ocorre uma ampliação de compreensão de competência, que tem como objetivo a ação articulada com responsabilidade, o que é fundamental para o agente de segurança pública municipal, compreender o seu papel profissional de proteção preventiva e comunitária na sociedade. Essa atuação concretizada com efetividade proporciona resultados positivos e agregar valores para o poder público

municipal, aumentando os níveis de qualidade e de satisfação dos serviços prestados à comunidade e para o servidor com reconhecimento e valorização profissional. Conforme compreendido por Castro e Merlo (2011) que diante dos desafios e malefícios da prática com reflexos na saúde mental dos guardas municipais, torna-se fundamental a valorização profissional do trabalhador no local de trabalho.

No entendimento de Zarifian (2001), a competência vai além do conjunto de conhecimento, habilidade e atitudes, voltadas para a prática, podendo ser gerida (identificada, validada, avaliada e aperfeiçoada). Essa perspectiva é fundamental para obter resultados efetivos, possibilita compreender o emprego da instituição guarda municipal como uma política pública de segurança cidadã e sua atuação profissional na proteção preventiva e comunitária que devem ser geridas e reformuladas, junto as reais necessidades da comunidade local.

Dessa forma, a Guarda Civil Municipal (GCM) não pode ser um simples cumpridor de determinações diante dos “eventos” e “das expectativas da clientela”, e sim um profissional voltado para atender as transformações do mundo do trabalho na proteção preventiva da segurança pública dos municípios. Os resultados da atividade profissional podem refletir no desempenho da prática e no valor da instituição junto à sociedade, como também o contexto da função vivenciada. Como exemplos, os estudos apresentados na justificativa do trabalho pela pesquisa bibliografia nas categorias de Indefinição na atuação profissional, Formação e conhecimento profissional insuficiente e inadequado e Saúde do trabalhador prejudicada devido às particularidades do trabalho que causam danos físico e mental.

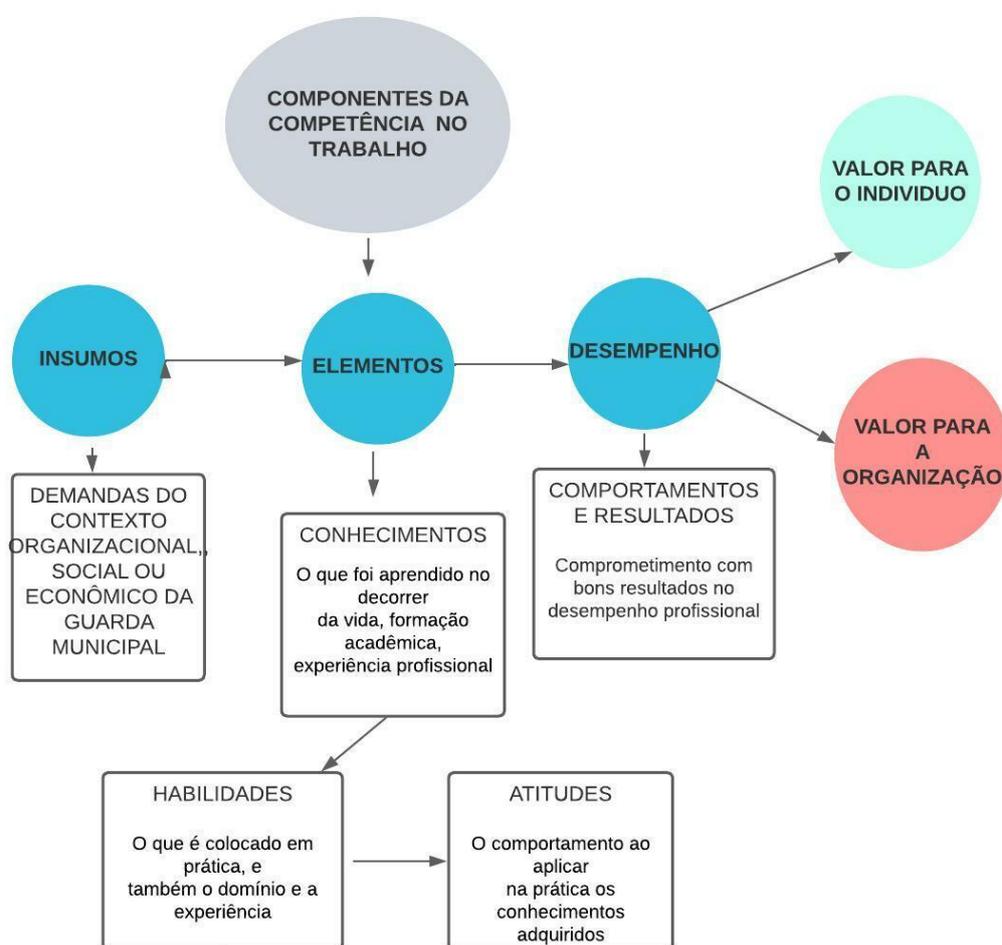
Assim, dentre várias definições do conceito de competência, apresenta-se o modelo de conceito que está ligado ao entendimento da proposta do trabalho.

Competência não é apenas o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para exercer determinada atividade, mas também o desempenho expresso pela pessoa em determinado contexto, em termos de comportamentos e realizações decorrentes da mobilização e aplicação de conhecimentos, habilidades e atitudes no trabalho. Competências humanas são combinações sinérgicas de conhecimentos, habilidades e atitudes, expressas pelo desempenho profissional dentro de determina do contexto organizacional, que agregam valor a pessoas e organizações (Brandão, 2006, p.150).

O conceito apresentado por Brandão (2006) tem foco na ação, comportamento e desempenho, associa competência ao desempenho relacionado ao contexto profissional. Sendo competência um conjunto (conhecimento, habilidades e atitudes) mobilizado pela pessoa, demonstrada pelo desempenho da prática, de acordo com o contexto em que está

inserido, agregando valor ao indivíduo e a organização. Brandão (2016) coloca o desempenho profissional como elemento agregador de valor. Nessa concepção, o trabalho não é a simples execução das tarefas relacionadas à função ou ao cargo de GCM, e sim um conjunto de competências desenvolvidas para desempenho profissional na segurança pública, que a cada dia é mais mutável e imprevisível, exigindo contínua qualificação e valorização profissional dos funcionários da organização (Lima; Zambroni de Souza; Araújo, 2015). A figura 1 apresenta um modelo de competência com base em Brandão (2021)

Figura 3. Modelo de componentes da competência



Fonte: Autoria própria baseado em Brandão (2021)

Segundo Brandão (2021), o desenvolvimento ou aperfeiçoamento das competências profissionais nas organizações é realizado através do processo da aprendizagem em uma perspectiva cognitivista que viabiliza a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes. O desenvolvimento ou aperfeiçoamento das competências profissionais pode ser

formal ou informal, ou ainda pelo processo psicossocial. Há, portanto, a ação formal (institucional, estruturada e planejada para desenvolver competências) e, por outro lado, a ação informal (de iniciativa própria, que pode ou não ter apoio institucional). Brandão (2009) em seu trabalho realizou a definição dos elementos ou dimensões da competência para o autor esses fatores influenciam na realização do trabalho.

Quadro 4. Definição dos elementos ou dimensões da competência

Elementos	Definição	Dimensão
Conhecimento	São os saberes teóricos e práticos que cada pessoa acumula durante a vida, que impactam sobre seu modo de agir, julgar e atuar (Brandão, 2009)	Informação Saber o que e por que fazer
Habilidade	“Experiências anteriores, conhecimentos e técnicas apropriadas para examinar e solucionar um problema qualquer.” (Brandão, 2009, p. 11)	Saber como fazer algo Saber o que e porque fazer
Atitudes	“uma predisposição do indivíduo para reagir – positivo ou negativamente – a um estímulo, uma constatação avaliadora – favorável ou desfavorável em relação a objetivos, pessoas ou eventos.” (Brandão, 2009, p. 12)	Desejar Querer fazer

Fonte: Autoria própria baseado em Brandão (2009)

Segundo Zarifian (1999), as competências são demonstradas quando o indivíduo se colocar diante de situações profissionais. As mesmas podem ser organizacionais, essenciais ou individuais. As competências organizacionais podem ser de diferentes áreas de conhecimento, como competências sobre organização, processos, técnicas e sociais, todas relacionadas a ações de pessoas. Dessa forma, estão ligadas diretamente ao desenvolvimento das competências individuais, às particularidades e especificidades do contexto (Zarifian, 1999).

Gómez (2016) trabalha com um conceito sobre “competência” voltado para o conhecimento prático, constituindo-se na capacidade de atender as demandas complexas e diversas da atuação profissional da realidade de forma efetiva, composta pela “mobilização e adequação de capacidades, conhecimentos, atitudes e valores”, denominada de “competências fundamentais”, conforme apresentado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*The Organization for Economic Co-operation and Development – OECD*) e descrito no documento Definição e Seleção de Competências (DeSeCo) (Gómez, 2016, p. 84).

Ainda segundo Fleury e Fleury (2004), as competências individuais estão relacionadas ao contexto do indivíduo e de toda a empresa, em um entendimento disposto em competências de negócios, competências técnico-profissionais e competências sociais. Assim, entendem competência como fonte de valor social para o indivíduo e, para a organização, como fonte de valor econômico. Em termos gerais, as competências podem ser classificadas

como individuais (referentes aos profissionais no âmbito individual) e organizacionais (as que referem aos atributos ou capacidades da organização), sendo que uma influencia a outra e vice-versa.

Assim, é possível afirmar que através do mapeamento das competências no contexto da atividade profissional dos GCM, onde se identifica e operacionaliza-se as competências individuais necessárias para a execução das atividades da proteção preventiva, compreende-se que para serem efetivas, devem refletir “as competências do indivíduo, as demandas da tarefa e o ambiente organizacional” (Faiad, et al. 2012, p. 395). Conforme modelo definido por Brandão (2021) na figura 1.

2.5 MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS

O mapeamento de competências tem papel fundamental na gestão de pessoas para orientar as ações nas organizações. Sua aplicação permite a identificação de atributos como habilidades, conhecimentos e atitudes para executar os objetivos e a missão institucional, além de contribuir para desempenho profissional.

O mapeamento das competências constitui-se na identificação das competências, as quais, corretamente implantadas e revisadas, são indispensáveis não só para a “construção de um perfil profissiográfico do cargo”, bem como para viabilizar ações voltadas “à educação formal e informal” e para realizar o “acompanhamento e avaliação dos resultados” na atuação profissional de agentes da segurança pública (Faiad et al., 2012 p. 392).

Nesse sentido, é possível destacar os benefícios da implantação dessa ferramenta nas organizações de segurança pública, em especial da GCM para a realização de seus objetivos profissionais, como a atualização da prática as novas demandas do cargo na proteção preventiva e as competências relacionadas à atuação profissional do guarda municipal. Tendo como resultado, a conformidade e construção da identidade profissional preventiva e comunitária norteadas pelo EGGM.

Pois, o mapeamento de competências contribui para viabilizar a compreensão do conhecimento voltado ao direcionamento profissional na organização, pode ser realizada pela forma de seleção do profissional (avaliação psicológica periódica) que tenha os requisitos necessários para a função, formação inicial e continuada, comprometida com os Direitos Humanos. E, ao mesmo tempo em que apontam a importância do empenho de toda a organização e do apoio da direção para efetiva realização, Faiad et al. (2012) também afirmam os riscos da ineficácia, se não forem observadas outras questões ligadas ao

desempenho no trabalho, como a cultura de valorização profissional.

O mapeamento de competência é utilizado com o objetivo de identificar os conhecimentos, habilidades e atitudes que o profissional precisa para o desempenho de suas atividades na organização, resultando em um perfil de competências (Faiad et al. 2012).

Segundo Brandão e Bahry (2005), o mapeamento tem como momento inicial identificar as competências da organização e dos profissionais para viabilizar possíveis correções da organização, diante das mudanças e da necessidade de novas competências, sendo de grande importância realizar periodicamente um novo mapeamento para que elas não se tornem obsoletas com o passar do tempo.

Assim, a descrição operacional de uma competência, para Brandão (2021), deve ser uma ação, um desempenho desejável e executável pelo profissional, que possa ser observada e avaliada, não podendo ser confundida com uma abstração (um estado ou situação desejável), viabilizando, assim, o aprimoramento e o desenvolvimento de competências relacionadas às atividades do cargo.

Buscando compreender como identificar as competências requeridas de guardas municipais, buscou-se examinar os modelos de mapeamento de competências que empregam diferentes técnicas e procedimentos, para verificar e sintetizar as competências técnicas e comportamentais requeridas para o bom desempenho de atividades no trabalho, além de traços de personalidade considerados imprescindíveis à facilitação do desempenho (Faiad et al., 2012).

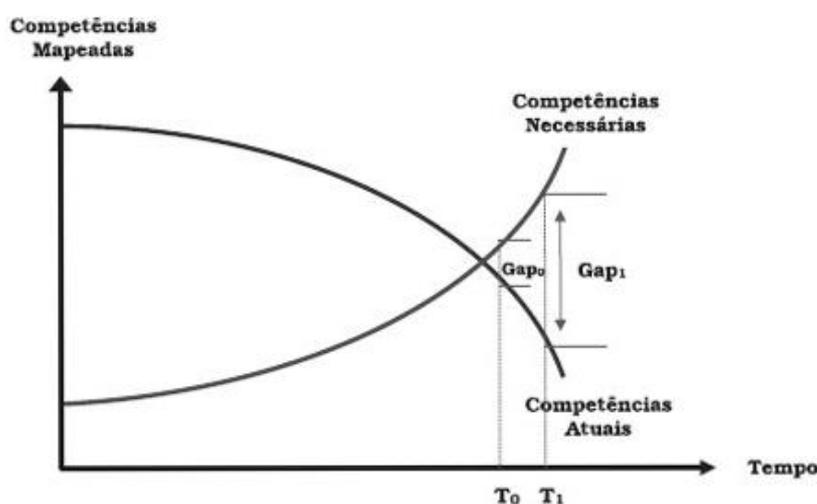
Uma metodologia que se destaca nas publicações acadêmicas é a do inventário comportamental, que, segundo Leme (2006), permite a implantação do processo de gestão de pessoas, viabilizando identificar quais as competências necessárias para a organização e para se assumir e desenvolver a atividade de um cargo. O inventário é equivalente a uma lista de indicadores de competência (conduta ou comportamento ideal, desejado em sintonia com a organização), procedimento que se divide nas seguintes etapas: mapeamento das competências comportamentais da organização; mapeamento das competências comportamentais de cada função; avaliação de competências comportamentais; e plano de desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores.

O modelo de mapeamento de competências, apresentado por Brandão e Bahry (2005), tem como objetivo “identificar o *gap* ou a lacuna de competência” que corresponde à discordância das competências imprescindíveis para se concretizar os objetivos da corporação e as competências internas existentes (Brandão, Bahry; 2005, p. 182). Segundo Brandão (2021) o termo GAP em inglês tem o significado de distância, lacuna, divergência ou

diferença. E a expressão *gap* de competência refere-se a uma possível existência de diferença ou discrepância entre as competências profissionais desejadas e as existentes na instituição.

O mapeamento tem como objetivo fundamental identificar o *gap*, conforme apresentado na figura 4, a curva ascendente representa as competências que são fundamentais para a organização para conquistar seus objetivos, diante da necessidade do surgimento de novas competências. E outra curva descendente representa as competências existentes na organização que diante das mudanças vivenciadas durante o tempo podem estar desatualizadas. Assim, o ideal seria a intersecção entre as duas. (Brandão; Guimarães, 2021)

Figura 4. Identificação do *gap* de competências



Fonte Ienaga apud Brandão e Guimarães (2001)

Nesse sentido, destacando-se a importância da participação ativa dos gestores no processo de construção, o qual se realiza através da aplicação de métodos e técnicas de pesquisa como coleta de dados, análise documental, observação, questionários estruturados e grupos focais, pois representa etapa fundamental para a gestão de competências. O método adotado para o cálculo do *gap* de competências foi por meio da seguinte expressão.⁴

$$L = I \cdot (5 - D)$$

L = lacuna, **I** = Importância, **5** = Níveis de importância da escala utilizada, **D** = Domínio.

⁴ Fórmula apresentada pelo MPOG em seu Guia Prático de Referência para Mapeamento e Avaliação de Competências do SIPEC, como também em Brandão (2021).

2.6 ENTENDIMENTO DE EFETIVIDADE DA POLÍTICA PÚBLICA

A sociedade na contemporaneidade apresenta uma necessidade por serviços públicos de qualidade que são essenciais para uma boa convivência nas cidades. A indisponibilidade desses serviços pode apresentar problemas, viabilizando dificuldades em corresponder às necessidades da sociedade, como no atendimento da saúde pública, dificuldade de mobilidade nos grandes centros urbanos, violência urbana e poluição ambiental. Essas dificuldades são muito impactantes na vida das pessoas e causadoras de insatisfações, pois por muitas vezes não atendem aos resultados esperado referentes às demandas vivenciadas da sociedade.

No campo da administração pública, Denhardt (2002) afirma que na abordagem do “Novo Serviço Público” torna-se fundamental conferir não só a eficiência, mas também a efetividade da política pública (programas e serviços), ou seja, em que ordem atinge o resultado esperado para as pessoas destinadas. Assim, é necessário compreender que a avaliação da efetividade contribui para o contínuo aperfeiçoamento que tem como consequência viabilizar melhorias para a sociedade.

Segundo Coutinho (2000), isso ocorre devido ao estilo de administração pública adotado, ou melhor, a ausência de um modelo gerencial, voltado para a qualidade dos serviços prestados ao cidadão que tenha como base os valores democráticos e o interesse público, não como preconiza o conceito cidadão-cliente com seus princípios de mercado, mas uma administração pública voltada para o cidadão, com conceitos e princípios da administração pública com foco no cidadão. A partir dessa compreensão, é possível afirmar que na área da administração pública, a efetividade pode ser entendida como a necessidade de aferir em que medida os resultados de uma ação proposta traz benefícios para o público, ou se o objetivo resultou em melhorias para as pessoas pretendidas (Castro, 2006).

Martelli (2022) afirma que, no campo das políticas públicas, a efetividade diz respeito à avaliação de impactos, os efeitos sobre determinado público, as mudanças pretendidas nas condições sociais, podendo ser efetividade objetiva, subjetiva e substantiva. A mesma política pode gerar simultaneamente os “impactos objetivos, gerando mudanças quantitativas nas condições da população-alvo; impactos subjetivos, alterando o “estado de espírito” e um impacto substantivo, mudando qualitativamente as condições de vida da população.” (Martelli, 2022, p. 625). Nesse sentido, é possível considerar que a efetividade pode indicar uma avaliação com base em princípios de justiça social que deve nortear as políticas públicas.

No campo da Segurança Pública, em um trabalho quantitativo, Pereira et al. (2018), avaliou a implantação das Guardas Municipais nas cidades onde foram implantadas, identificando a dificuldade em se mensurar os dados devido aos modelos disformes de atuação (Polícia Municipal, Polícia Comunitária e Guarda Patrimonial), não excludentes. Entretanto, os autores concluem que a criação de Guardas Municipais pode reduzir a criminalidade contra a pessoa, reduzindo as taxas da criminalidade (homicídios e roubos, e furtos de veículos) mesmo diante das complexidades jurídicas, organizacionais e das funções não específicas vivenciadas por esses agentes na atuação profissional. Assim, apesar das particularidades que dificultam a atuação das Guardas Municipais. Ainda assim, contribuem de maneira significativa na segurança pública municipal.

Uma dessas particularidades é a situação dos Municípios de pequeno ou até médio porte, muitos apresentam dificuldades financeiras e encontram-se inseridos em um contexto particular, onde seus serviços estão em contato direto com a comunidade local, são mais cobrados e recebem um maior número e uma diversidade de demandas. Como exemplo, o estudo de Almeida e Brasil (2011), constatou que algumas guardas municipais são empregadas profissionalmente sem atender aos requisitos e condições básicas legais que norteiam a prática. Essas particularidades vivenciadas pelos Municípios podem interferir na qualidade e nos resultados da realização dos serviços junto à comunidade local. Sano (2013), destaca que as ações governamentais estão relacionadas às questões do desenvolvimento social e o não comprometimento de gestores públicos com os instrumentos de avaliação como a efetividade pode levar a resultados negativos para a sociedade.

Outro ponto fundamental é que os agentes municipais por muitas vezes não têm seus direitos fundamentais ligados à dignidade humana relacionada à atividade profissional atendidos de forma efetiva, assim viabilizando consequências que prejudicam na saúde e na vida social (Campos, 2018). Pois, as poucas políticas públicas de segurança que são idealizadas e concretizadas pelo poder público, os mesmos não são incluídos como cidadãos de direitos fundamentais garantidos, inseridos tão somente na política de segurança como executores. Conforme afirma Lipsky (2019) essas particularidades podem interferir no resultado de uma política pública, pois agentes de segurança pública (burocratas de nível de rua) são os executores das ações, ou seja, no exercício do poder discricionário legitimado por suas organizações devem firmar compromisso com as boas práticas e o respeito aos cidadãos.

Em sua pesquisa, Giroto (2021) afirma que muitos desses serviços são realizados por execução indireta, ou seja, pela iniciativa privada, através da terceirização de serviços, o que não desobriga de cumprirem os princípios e regras instituídos na Constituição e na

Administração Pública.

Segundo Souza (2007), é fundamental atender esses requisitos visando à sua eficiência (avaliação dos processos), eficácia (avaliação dos objetivos) e efetividade (avaliação do impacto), podendo servir como métodos indicadores de avaliação da gestão pública. Assim, é possível refletir que avaliar a efetividade ainda é um grande desafio, em particular no âmbito municipal, pois é fundamental implantar uma gestão pública capacitada com objetivo de atender às necessidades da sociedade, serviço de qualidade e elevação do desempenho. Cabe destacar o indispensável papel das entidades de fiscalização, entretanto é necessário expandir fiscalização incluindo a efetividade na pauta das auditorias.

O próximo capítulo traz a metodologia adotada no desenvolvimento deste trabalho.

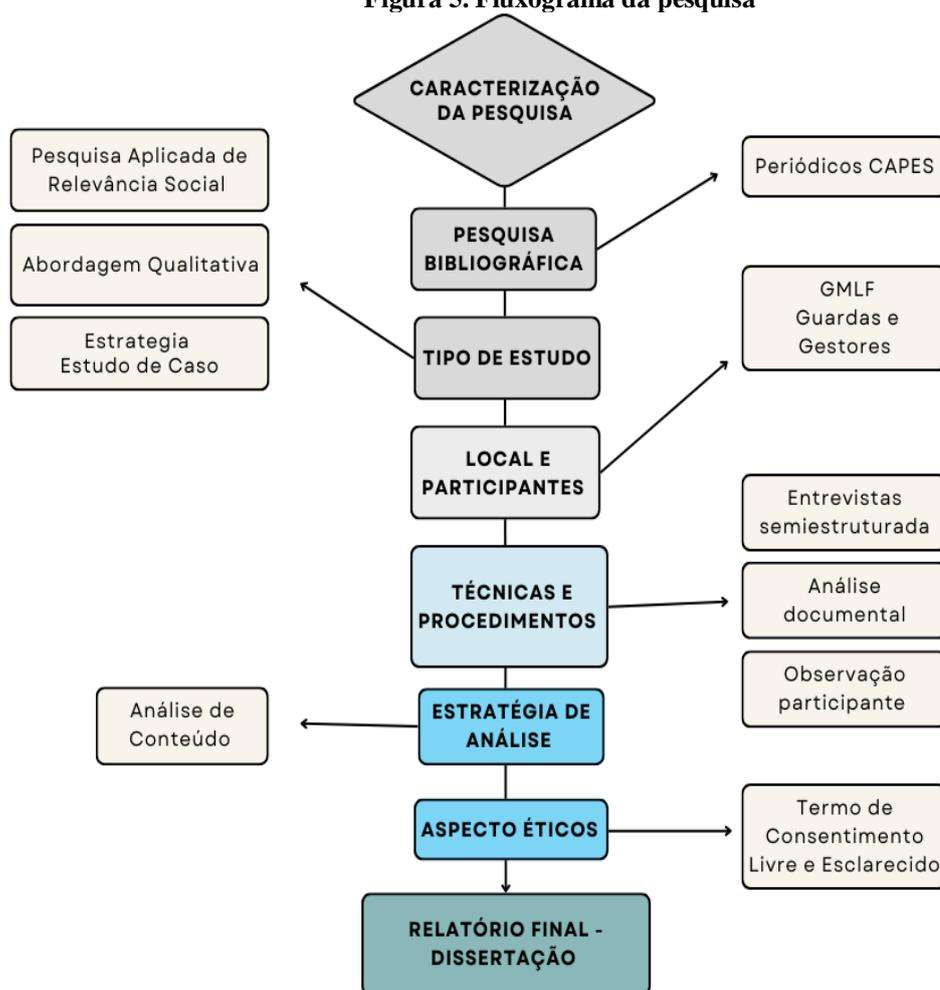
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta o detalhamento dos métodos e das técnicas utilizados que possibilitou a construção desse trabalho de pesquisa. Inicialmente discute-se o tipo de estudo, mostra como caracterizou-se a pesquisa quanto à natureza, à forma, aos objetivos e aos procedimentos adotados. Após, descreve os sujeitos da pesquisa, apresentando os entrevistados: no grupo 1, guardas municipais da GMLF; no grupo 2, servidores que ocupam cargos de gestão da SMSP; e, no grupo 3, pessoas que utilizam os serviços da Guarda Municipal de Lauro de Freitas. Após, apresenta as técnicas e procedimentos utilizados na coleta dos dados e informações. E posteriormente, a análise dos dados, definição das técnicas utilizadas na análise e interpretação, além dos aspectos éticos.

3.1 FLUXOGRAMA DE TRABALHO

Para executar os objetivos propostos na pesquisa, estabeleceu-se um fluxograma de trabalho, conforme apresentado na figura 5.

Figura 5. Fluxograma da pesquisa



Fonte: Autoria própria

3.2 TIPO DE ESTUDO

A princípio ao ingressar no mestrado do Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão em Segurança Pública – PROGESP, é possível afirmar que o trabalho de pesquisa inicial ganhou um novo direcionamento, que ficou caracterizado como interdisciplinar (centrada nas Ciências Sociais e Administração), e, inspirado pelo estudo Waiandt (2021), buscou a relevância social.

Quanto à sua natureza, a pesquisa é aplicada, de abordagem qualitativa, usando o estudo de caso como estratégia. Foram realizadas entrevistas, observação, e análise de documentos públicos e privados (Alonso, 2016).

A abordagem da pesquisa utilizada foi qualitativa, para alcance do objetivo de compreender o resultado da atuação profissional dos guardas municipais na segurança pública

na cidade de Lauro de Freitas, Bahia. Realizada com base na prática, uma vez que se trata de sujeitos ativos, dotados de intenções e que produzem suas interpretações do mundo social.

A estratégia de pesquisa foi o estudo de caso, pois segundo Yin (2005, p. 32), o estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

3.3 LOCAL E PARTICIPANTES DO ESTUDO

A pesquisa foi realizada com a Guarda Municipal de Lauro de Freitas, vinculada a Secretaria Municipal de Segurança Pública – SMSP, da Prefeitura de Lauro de Freitas, os sujeitos da pesquisa foram:

- Grupo A composto por Guardas municipais, todos estatutários de carreira única e ingresso apenas por concurso público e que estão em atividade profissional no referido município.
- Grupo B formado pelos gestores ou responsáveis (secretário, diretor, superintendente, corregedor). Os servidores do grupo B foram incluídos, pois correspondem um conjunto de agentes que são detentores de informações importantes para o cumprimento dos objetivos da pesquisa.
- Grupo C constituído por representantes da comunidade (órgãos, secretarias municipais, associação de bairros) foram incluídos no trabalho por serem usuários dos serviços da GMLF, fundamental para compreender a efetividade.

Os entrevistados do Grupo A são os agentes lotados no serviço externo e no serviço interno os quais estão distribuídos em quatro plantões, denominados pelas letras do alfabeto fonético (Alfa, Bravo, Charlie e Delta) nas escalas de 24x72 horas, 12x36 horas, e administrativo, das 08h às 17h.⁵ Em sua maioria, os agentes atuam em escala de revezamento de 24 horas de trabalho, por 72 horas de descanso (com exceção dos servidores que trabalham em funções de gestão e administrativas). Os funcionários ocupantes de função de gestores

⁵ Entende-se como serviço externo as demandas profissionais que são destinadas aos guardas municipais que estão lotados na base da GMLF que são realizadas nas comunidades do município de Lauro de Freitas e serviço interno são as atividades realizadas no ambiente interno e nos postos de serviço que são realizadas a segurança patrimonial pela GMLF.

trabalham na SMSP e estão submetidos ao expediente administrativo. Assim, foi possível identificar os cargos e as funções desempenhadas, quantidade de agentes e respondentes, todos distribuídos no quadro 5, sendo que as entrevistas ocorreram no ambiente institucional da GMLF e na SMSP.

O grupo B são os gestores SMSP é estruturada pelo Gabinete do Secretário (a), Coordenação Executiva, Superintendência de Segurança e Participação Social composta por (Departamento de Articulação com os Conselhos de Segurança nos Bairros, Departamento de Projetos de Políticas Públicas de Prevenção à Violência), Coordenação de Segurança Municipal composta pelo (Departamento de Segurança e Gestão da Guarda Municipal e Departamento de Corregedoria Municipal), Coordenação de Monitoramento e Gestão Integrada com Secretarias Municipais e Governo do Estado, Departamento de Ouvidoria de Segurança Municipal e Departamento de Salvamento Aquático.

E por fim o grupo C que é composto por representantes da comunidade de Lauro de Freitas como a Sociedade de Amigos do Loteamento Vilas do Atlântico (SALVA), órgãos como Concelho Tutelar (CT), secretarias e serviços municipais como a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), Secretaria da Cultura (SECULT), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS AD) que fazem uso dos serviços da GMLF.

Quadro 5. Sujeitos da Pesquisa

GRUPO A		GRUPO B		GRUPO C	
Cargo de Guardas Municipais		Cargo de Gestores da SSPM		Comunidade	
Função	Qtde.	Função	Qtde.	Representante	Qtde.
Inspetor		Secretário		Itinga	
Conductor de veículo		Coordenador Executivo		Portão	
Guarda		Superintendente		SALVA	
		Corregedor		CT	
		Diretor		SPM	
		Coordenador		CREAS	
		Gerente de Operações		CAPS AD	
Total		18		Total	

*As entrevistas foram concluídas quando ocorreu a saturação das respostas.

Fonte: Autoria própria.

Para a construção dessa pesquisa foi solicitado a participação voluntária dos entrevistados e respeitando o anonimato não foram identificados as funções e o setor das pessoas que participaram das entrevistas, e sim o total dos respondentes nos cargos de guarda municipal, gestor e participantes da comunidade. Esses foram escolhidos intencionalmente por comporem um conjunto de interlocutores que estão relacionados ao objeto de estudo, acumulam informações relevantes e pertinentes para a pesquisa. Pois, participam da

elaboração, execução e utilização dos serviços da GMLF, que se constitui uma política pública municipal de segurança.

Ao realizar a pesquisa com os guardas municipais foi utilizado como critério estarem em atividade, realizando funções do cargo de guarda municipal, seja no serviço interno realizado na sede da GMLF (atividades administrativas) ou no serviço externo na comunidade local (atividades preventivas e patrimonial). Nesse sentido, foi possível identificar os perfis e as experiências, fundamentais para compreender as particularidades da atuação profissional desses agentes na organização e no município de Lauro de Freitas. Conforme descrito no quadro 6. Assim, foram entrevistados 18 guardas municipais de nível hierárquico e atividades distintas, totalizando 6 horas e 5 minutos de gravação.

Quadro 6. Entrevistados do Grupo A guardas municipais

Nº	Data	Sexo	Formação	Tempo de serviço (anos)	Idade	Função	Duração em minutos	Plantão/Escala	Serviço
01	10/09	Masc.	Ensino médio	9 anos e 6 meses	52 anos	Guarda Municipal	10:49	Delta 24x72	Interno/CIOP
02	10/09	Masc.	Superior em Seg. Pública	14 anos e 3 meses	41 anos	Guarda Municipal	31:40	Delta 24x72	Interno/CIOP
03	14/09	Masc.	Especialização em Seg. Pública.	9 anos e 6 meses	40 anos	Guarda Municipal /Condutor de Viatura	35:43	Delta 24x72	Externo
04	18/09	Masc.	Superior em Tecnologia em Seg. Pública.	14 anos	45 anos	Guarda Municipal	15:32	Charlie 24x72	Externo
05	22/09	Masc.	Superior em Tecnologia em Seg. Pública e Privada.	5 anos	47 anos	Inspetor	26:55	Bravo 24x72	Externo
06	22/09	Masc.	Ensino médio	14 anos	55 anos	Guarda Municipal / Condutor de Viatura	18:32	Delta 24x72	Externo
07	22/09	Masc.	Superior em Gestão em Recursos Humanos.	9 anos e 6 meses	47 anos	Guarda Municipal /Condutor de Viatura	22:15	Delta 24x72	Externo
08	22/09	Masc.	Especialização em Seg. Pública.	15 anos	48 anos	Guarda Municipal	18:20	Alfa 24x72	Externo
09	30/09	Masc.	Especialização Psicopedagogia	9 anos e 6 meses	49 anos	Guarda Municipal	14:10	Alfa 24x72	Interno/CIOP
10	01/09	Masc.	Superior incompleto	14 anos	41 anos	Inspetor	33:17	Bravo 24x72	Externo
11	06/10	Masc.	Superior em Gestão de Seg. Pública e Privada.	14 anos	61 anos	Guarda Municipal	33:35	Bravo 24x72	Interno/P 1
12	06/10	Masc.	Especialização em Seg.	14 anos	48 anos	Guarda Municipal	12:44	Bravo 12x36	Externo

Nº	Data	Sexo	Formação	Tempo de serviço (anos)	Idade	Função	Duração em minutos	Plantão/Escala	Serviço
			Pública.						
13	25/10	Masc.	Especialização em Gestão Ambiental	14 anos	46 anos	Guarda Municipal	13:07	Alfa 24x72	Externo
14	25/10	Fem.	Superior incompleto	9 anos e 6 meses	45 anos	Guarda Municipal	14:12	Alfa 24x72	Interno/P1
15	25/10	Masc.	Superior Direito	14 anos	46 anos	Guarda Municipal	12:53	Alfa 24x72	Interno/P1
16	08/11	Masc.	Especialização em Seg. Pública.	14 anos	44 anos	Guarda Municipal	12:04	Administrativo	Interno
17	08/11	Masc.	Ensino Médio	9 anos	42 anos	Guarda Municipal	17:00	Charlie 24x72	Externo
18	08/11	Masc.	Ensino Médio	9 anos	43 anos	Guarda Municipal /Condutor de Viatura	20:15	Charlie 24x72	Externo

Fonte: Autoria própria

Ao serem convidados a participarem da pesquisa optaram por não participar do trabalho 4 guardas municipais, sendo 1 do gênero masculino e 3 do gênero feminino. O quadro 7 apresenta a quantidade de entrevistas realizadas com os guardas municipais distribuídos nos plantões e lotação no serviço.

As entrevistas com os servidores da SMSP na função de gestor totalizaram 1 hora e 48 minutos de duração de gravação e teve a participação de 4 servidores, conforme apresentado no quadro 8. Todos entrevistados aceitaram voluntariamente participar da pesquisa que foi realizada nas seções de trabalho dos servidores após prévio agendamento.

Quadro 7. Entrevistados do Grupo B servidores da SMSP função de gestor.

Nº	Data	Duração em minutos	Sexo /Gênero	Formação	Função	Idade	Tempo de serviço público (anos)	Vinculo	Serviço
01	06/10	22:40	Masc.	Especialização em Gestão da Seg. Pública.	Gestão na SSPM	45 anos	10 anos e 6 meses	Estatutário/ Cargo de confiança	Adm.
02	06/10	13:39	Masc.	Superior em Seg. Pública.	Gestão na SSPM	39 anos	14 anos	Estatutário/ Cargo de confiança	Adm.
03	11/11	25:41	Masc.	Especialização Direito Criminal	Gestão na SSPM	50 anos	14 anos	Cargo de confiança	Adm.
04	17/11	46:40	Masc.	Especialização Segurança Pública	Gestão na SSPM	57 anos	37 anos e 10 meses	Cargo de confiança	Adm.

Fonte: Autoria própria

As entrevistas realizadas com os representantes da comunidade que utilizam o

serviço da GMLF totalizaram 47 minutos de duração. Inicialmente foram convidados 7 pessoas para participar voluntariamente do estudo, mas apenas 5 aceitaram o convite, os 2 restantes um não respondeu o convite, e outro, optou por não participar.

Quadro 8. Entrevistados do Grupo C representantes da comunidade.

Código	Data	Duração em minutos	Sexo /Gênero	Idade	Formação
01	12/01	14:43	Feminino	52	Direito
02	06/03	09:00	Feminino	46	Serviço Social
03	09/03	06:00	Masculino	55	Direito
04	09/03	07:38	Masculino	61	Ensino Médio
05	15/03	09:50	Feminino	45	Pedagogia

Fonte: Autoria própria

E fundamental destacar que ao realizar o convite para participar da pesquisa de forma voluntária e explicar o objetivo do estudo e os aspectos éticos da pesquisa foi observado uma resistência das pessoas em participar das entrevistas, pois muitos têm vínculo funcional (cargos de confiança) na Prefeitura de Lauro de Freitas.

3.4 TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS

O trabalho teve início com a elaboração do Ofício de Apresentação (Apêndice A) entregue pessoalmente na coordenação da GMLF para ser encaminhada aos responsáveis na SMSP. O ofício continha informações sobre a universidade e o programa de origem e dados adicionais sobre a pesquisa realizada, responsáveis (pesquisador, orientação e coordenação). O referido documento solicitou formalmente o acesso do discente às informações e dados sobre a atuação profissional dos guardas municipais de Lauro de Freitas, realização de entrevistas e análise dos documentos institucionais.

O quadro 6 apresenta as técnicas metodológicas (Entrevista Semiestruturada, Análise documental e Observação) que foram utilizadas para o levantamento das informações e dados de acordo com cada objetivo específico.

Quadro 9. Técnicas de Coleta de Informações e Dados

Objetivos específicos	Fontes de informação	Técnicas metodológicas	Unidade de análise
Contextualizar a realidade da segurança pública de Lauro de Freiras-BA, a partir de dados sobre violência municipal.	Secretaria da Segurança Pública (Documentos); Área Integrada de Segurança Pública de Lauro de Freitas-BA (Delegados, Comandantes, Responsáveis).	Análise documental; Entrevista semiestruturada.	Registro de ocorrências; Tipos de crime, locais, quantidades, horário, tipo de delito praticado.
Verificar e descrever a atuação dos guardas municipais em Lauro de Freitas.	Secretaria Segurança Pública Municipal. Guarda Municipal de Lauro de Freitas	Análise documental; Observação; Entrevistas semiestruturada.	Atribuições e demandas diárias dos profissionais.
Verificar e descrever a atuação dos guardas municipais, a partir da legislação.	Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas-BA, Governo Federal (Leis, Decretos, Estatutos, Manuais e Normas); Guardas Municipais.	Análise documental; Observação; Entrevistas semiestruturada.	Leis e decretos; Ordens de serviço municipal.
Verificar o processo de formação dos guardas municipais em Lauro de Freitas-BA.	Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas-BA, Guarda Municipal (Leis, certificados); Guardas Municipais; Pesquisador (observação)	Análise documental; Entrevistas semiestruturada; Observação.	Formação formal e informal; Formação “tradicional” e preventiva;
Mapear as competências profissionais dos guardas municipais de Lauro de Freitas-BA.	Guarda Municipal (Leis, certificados); Guardas Municipais; Pesquisador (observação)	Análise documental; Entrevistas semiestruturada; Observação.	Conhecimentos, habilidades e atitudes do profissional para o desempenho de suas atividades.
Examinar as percepções dos guardas municipais sobre os resultados da sua atuação a partir das correntes “agente de proteção social” e “polícia municipal”.	Guardas Municipais (Relatório das Entrevistas).	Entrevista semiestruturada. Análise documental.	Percepção sobre melhores resultados e desempenho.

Fonte: Autoria própria.

As entrevistas semiestruturadas foram agendadas com os respectivos participantes e realizada em seus próprios postos de trabalho, observando aos cuidados para evitar a contaminação de Covid 19 como o uso de máscara de proteção facial e carteira de vacinação em dia. E atenderam ao seguinte planejamento: foram executadas com o roteiro de entrevistas (Apêndice B e C), para se formular as perguntas e efetuar os registros; foram realizadas individualmente, face a face, como unidade de amostra; em um modelo semiestruturado, combinando perguntas abertas e fechadas nas quais os entrevistados tinham a possibilidade de discorrer sobre as questões propostas; consistiram em um conjunto de questões previamente definidas, mas em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal (Cresweel, 2010).

Concluído a coleta das entrevistas que foram gravadas e armazenadas em acervo pessoal do pesquisador, logo após foram transcritas com a ajuda da ferramenta função “digitação por voz” disponível *online* no *software* de texto do “Google Docs” que é gratuita e seu uso depende de uma boa conexão à internet. Em seguida foram copiadas para o *software*

“Microsoft Word.” Depois de concluído o processo de transcrição das conversas foi realizado a conferência da fidedignidade dos áudios dos entrevistados comparados ao texto transcrito, objetivando corrigir possíveis erros dos *softwares*, junto a uma edição no texto das falas dos entrevistados para viabilizar a compreensão do que foi mencionado com o intuito de excluir do texto frases com erros gramaticais, repetições, vícios de linguagens, coloquiais, falas incompletas, repetições etc. Por fim, as etapas seguintes, consistem no processo de análise do conteúdo dos dados coletados na pesquisa.

A produção dos dados teve início no mês de setembro de 2021 e a amostragem da pesquisa foi concluída quando ocorreu a saturação das respostas dos entrevistados, sendo repetitivos e não mais contribuírem com informações relevantes para a pesquisa, com base na teoria (Flick, 2012). Conforme compreensão de Minayo (2001), o número de participantes em uma pesquisa é definido a partir da capacidade de obter informações relevantes sobre o objeto de estudo. Por fim, a coleta dos dados foi realizada em momento distinto pelo próprio pesquisador, com o objetivo de viabilizar melhor acesso e maior atenção na produção da pesquisa.

Paralelamente, será realizada a observação participante para compreensão da realidade profissional (Minayo; Deslandes; Gomes, 2013). O pesquisador é guarda municipal há nove anos, fato que colaborou com a pesquisa, visto que, segundo Flick (2012), essa peculiaridade contribui para o acesso ao campo e às pessoas inseridas no contexto, viabilizando uma observação mais concreta, voltada a responder aspectos da questão da pesquisa. Assim, possibilita a realização da observação participante descritiva e assistemática, com mais uma técnica metodológica, onde será realizada uma amostragem dos contextos em análise, quais sejam situações, pessoas e eventos (Flick, 2012), a qual se dará em campo, onde se encontram os sujeitos pesquisados na base da guarda municipal do município de Lauro de Freitas-BA. A observação facilitou a obtenção e confirmação dos dados, proporcionou uma percepção sobre conhecimento do cotidiano profissional dos guardas municipais.

Na análise documental, buscou-se a coleta de informações através das leis, decretos, relatórios de atividade, certificados todos relacionados à atuação dos guardas municipais na segurança pública em Lauro de Freitas-BA. Os documentos foram utilizados como uma “estratégia de validação do estudo” (Cresweel, 2010, p. 226)

Segundo Brandão (2013), é possível afirmar que a análise documental é a descrição objetiva e sistemática do conteúdo de materiais escritos como Planejamento estratégico (com destaque para a descrição da missão, visão, valores, metas.), normas, regimentos, estatutos, portarias, pareceres técnicos, relatórios, entre outros. Esse momento do

mapeamento de competências tem como objetivo, compreender melhor no conjunto dos documentos escritos o significado das palavras, frases e orações. Assim, durante a análise poder interpretar e descrever conteúdos, definir categorias de análise, identificar elementos que permitam fazer inferências sobre competências relevantes à consecução de objetivos organizacionais.

A utilização de “multimétodos” (Pires, 2008), combinando diferentes fontes e métodos de análise (Patton, 2002), viabiliza a confiabilidade e a validade da pesquisa qualitativa. Assim, o uso de diferentes fontes tem o objetivo de validação, evidenciando-se justificativas para os temas, diante das várias concepções da prática profissional dos entrevistados (Cresweel, 2010).

3.5 ANÁLISE DOS DADOS E INFORMAÇÕES

A estratégia de análise desta pesquisa é qualitativa, com base na análise de conteúdo, visto que “é uma das formas de tratar as informações que observa as frequências de palavras, de ideias, de procedimentos e de comportamentos que foram registrados” (Waiandt, 2019, p. 106), na modalidade temática onde denotam significados, segundo Bardin (2011).

A análise documental de “dados qualitativos” foi realizada de maneira que os documentos foram registrados em anotações e, quando possível, fotografados. Esses podem ser documentos públicos ou não. E além de revelar informações referentes à atuação profissional como missão, visão e valores, podem ir de encontro ou confirmar as percepções dos depoimentos das entrevistas. O objetivo é “interpretar e descrever seu conteúdo, definir categoria de análise e identificar elementos que permitam fazer inferências sobre as competências relevantes a consecução dos objetivos da organização” (Brandão, 2021, p. 29). Assim, consistiu em realizar a descrição do conteúdo dos materiais escritos, analisar e compreender suas características (conteúdo manifesto, significados, intenções) dos aspectos mais importantes, dos significados das palavras, frases ou orações. E podem, ainda, revelar o posicionamento do poder público sobre a atuação dos agentes.

Quadro 10. Análise documental

Etapas	Processos
1. Formulação da Estratégia Organizacional	Seleção de documentos considerando a importância, adequação e reconhecimento do documento frente ao objetivo da organização (Regimento interno, Estatuto, Leis, etc.). Compreensão dos objetivos da organização (Missão, Visão, etc.)

Etapas	Processos
2. Definição de categorias de análise	Identificar as competências individuais existente (que são utilizadas na instituição), que podem estar declinantes (perdem a importância para a instituição) Identificar as competências emergentes (são importantes para a instituição). Identificar competências relevantes para a função (técnicas e gerenciais.)
3. Análise Documental	Codificação e categorização das informações Agrupa-las com base na analogia (semelhança semântica ou temática) transformando em categoria classificando.
4. Tratamento dos resultados	Computar as frequências absolutas e relativas com que as competências mapeadas são mencionadas ou inferidas nos documentos analisados

Fonte: Elaborado com base em Brandão (2021).

No início de todas as entrevistas foi solicitada a autorização para gravação e explicada a questão do anonimato e feita uma breve explicação sobre o objetivo da pesquisa e os procedimentos metodológicos. As entrevistas foram numeradas para evitar a identificação nominal dos (as) entrevistados (as), gravadas com sua concordância e transcritas na íntegra, após realização das entrevistas, ou seja, transformadas em textos para procedimento de análise dos conteúdos em uma perspectiva comparada. A separação consiste em revelar possíveis concepções diferentes na atuação profissional, tendo como variáveis a capacidade de proteção municipal, assim como as correntes de atuação da “Polícia Municipal” e/ou de agente de prevenção da violência.

Depois de transcritos, todos os dados foram lidos para obtenção de uma visão geral, características, ideias, ou seja, dos pensamentos gerais. Antes da codificação dos dados será utilizada a estratégia dos oito passos descritos por Cresweel (2010), “que propulsiona uma análise útil” para viabilizar uma boa compreensão para a codificação e análise, com informações detalhadas sobre as percepções da atuação profissional, viabilizando citações e possíveis evidências específicas. Por fim, os dados foram informados através da narrativa qualitativa e interpretados com base no referencial teórico (Creswell, 2010), conforme etapas descritas no quadro 10.

Quadro 11. Estratégia metodológica

Análise dos Conteúdos	
1	Organização e preparação dos dados para análise (Transcrição).
2	Leitura atenta de todos os dados.
	Orientação para executar o processo de codificação:
Passo 1	Ler atentamente todos as transcrições e talvez fazer anotações importantes.
Passo 2	Pegar uma entrevista e perguntar “O que é isso?” pensando no significado subjacente e realizar anotações.
Passo 3	Fazer uma lista de todos os tópicos e reuni-los por similaridade, colocar em colunas por tópicos principais, únicos e descartáveis.
Passo 4	Pegar lista e voltar aos dados, abreviar os tópicos com códigos e escrever próximos aos seguimentos correspondentes do texto.
Passo 5	Transformar os códigos em categorias (agrupando os tópicos que se relacionam).
Passo 6	Abreviar as categorias em códigos e colocá-las em lista por ordem alfabética.
Passo 7	Reunir o material por categoria e realizar uma pré-análise.
Passo 8	Se necessário, realizar a recodificação dos dados.

3	Codificação (utilizar os códigos para gerar temas e categorias).
4	Identificação dos temas e categorias.
5	Definição de como serão representados os dados na narrativa para comunicar os resultados da análise (informações dos participantes em tabelas, quadros, adjuntos às discussões).
6	Realização da interpretação ou extração dos significados dos dados

Fonte: Elaborado com base em Cresweel (2010).

A observação foi participativa, inicialmente a partir de características gerais do campo, depois mais focada e mais coletiva quanto aos processos e problemas relacionados ao estudo, tudo registrado em anotações detalhadas no diário (Flick, 2012). Brandão (2021) ressalta que a observação assistemática viabiliza o destelhamento da realidade em um caráter mais exploratório, mas é recomendável estabelecer uma estrutura para direcionar o processo. Nesse sentido, o autor afirma que é fundamental a delimitação do objeto observado, elaboração de um roteiro, definição de amostra, mecanismo de registro etc. Assim, foi elaborado um roteiro (Apêndice D) para atender as especificidades do objeto da pesquisa e registro subsequente para evitar a perda das informações.

No mapeamento das competências dos guardas municipais o método adotado para o cálculo do gap das competências foi por meio da seguinte expressão $L = I (5-D)$, em que L = lacuna, I = Importância, 5 = Níveis de importância da escala utilizada e D = Domínio. E foi utilizado como instrumento a escala do tipo Likert⁶ de cinco pontos em dois momentos distintos do trabalho, primeiro para realizar a mensuração da importância e o domínio das competências descrita na expressão (Apêndice I) e em segundo no ranqueamento das competências encontradas (Apêndice H). (Carbone et al., 2006) A escolha de cinco pontos na escala tem como objetivo diminuir a complexidade no processo de escolha dos respondentes e a discriminação nas opções de escolha, tornando-se mais confiável que a de três pontos e mais fácil e mais veloz que a de sete pontos ou mais pontos. (Dalmoro et al., 2013).

O quadro 12 apresenta as etapas que foram utilizadas para a síntese das competências dos guardas municipais de Lauro de Freitas - BA.

Quadro 12. Etapas de Síntese de Competências

Síntese de Competências		
1ª etapa:	Levantamento das atividades desenvolvidas pelos guardas municipais, de acordo com a função que exerce.	Análise documental, entrevistas e observação; Divisão dos participantes de acordo com a função que exerce.
2ª etapa:	Identificação e classificação das competências necessárias (conhecimentos, habilidades e atitudes) para a atuação	Identificação e seleção das competências que ocorreram durante a realização da 1ª etapa. Compartilhamento com os guardas entrevistados as

⁶ Rensis Likert cientista social estadunidense em 1932 implantou um modelo de escala de mensuração tipo questionário que levaria o seu nome Escala Likert, muito conhecida e amplamente usada por pesquisadores para medir posturas e opiniões com um nível maior de nuance que uma simples pergunta de "sim" ou "não".

	profissional dos guardas municipais.	competências necessárias e inclusão das competências que ainda não haviam sido definidas (WhatsApp dos entrevistados aplicando o guia para realizar a avaliação do domínio e importância da competência para identificar o gap); Compatibilização das competências à função.
3ª etapa:	Confirmação das competências relacionadas as atividades desenvolvidas pelos guardas municipais, de acordo com a função de guarda municipal.	Construção de quadro de competência para a função de guarda municipal.
4ª etapa:	Ranquear competências identificadas	As competências identificadas na etapa anterior para o formulário “Ranqueamento de competências” e responder a escala de alinhamento, selecionando as melhores e transcrever no mapa de competências.

Fonte: Autoria própria.

3.6 ASPECTOS ÉTICOS E TECNOLOGIA

O estudo atendeu aos aspectos ético e moral, os entrevistados concordaram com o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), apêndice A, sobre os fatos observados entre pesquisador e entrevistados, para uso dos dados/informações e para esclarecimento sobre os fins da pesquisa, ou seja, o mesmo com a anuência da administração municipal. Assim, foi solicitado ao Secretário Municipal de Segurança Pública, através do ofício autorização para pesquisa, acesso ao órgão e aos servidores para realização das entrevistas e acesso a documentos.

A tecnologia pretendida com a dissertação é uma matriz das competências profissionais da Guarda Municipal de Lauro de Freitas (GMLF) e o Gap das competências para a profissionalização, formação e qualificação, a partir do estudo de caso em Lauro de Freitas-BA. O produto é de grande relevância para a instituição, constitui um elemento que tem o potencial de viabilizar a construção da identidade profissional da GMLF, uma vez que contribui no sentido de indicar possíveis caminhos para a atuação profissional e de adequar as competências requeridas dos servidores aos objetivos da instituição.

A longo prazo, a pesquisa contribui para fortalecer o paradigma de Segurança Cidadã, voltada para a “prevenção à violência” e efetiva participação da comunidade, tendo como base “o respeito às normas de convivência e a resolução pacífica de conflitos, que é um dos pilares das ações de prevenção” (Freire, 2009, p. 53). Assim, destaca-se o papel dos guardas municipais como agente de proteção social com suas atividades voltadas a prevenção.

A pesquisa apresenta demanda espontânea vinculada ao produto da conclusão do curso do Mestrado Profissional com objetivo experimental, pois fica a critério da gestão municipal de Lauro de Freitas aplicá-lo na Guarda Municipal, visto que a adequação é

discricionária às normas gerais que norteiam suas funções, conforme descrito na Lei Federal nº 13.022 de 08 de agosto de 2014, que estabelece o EGGM.

A área impactada pela produção é a gestão de serviço público da esfera municipal destinada à qualidade na prestação de serviço para a comunidade. Devido à Constituição Federal de 1988 “ter legado aos municípios novas competências e atribuições, o que possibilitou o reconhecimento da importância e da pertinência de que as propostas de desenvolvimentos sejam traçadas a partir do espaço local” (Neuhaus et al., 2017, p. 26), no caso em estudo, a guarda municipal é considerada uma política de segurança pública junto à comunidade local.

A proposta tem aplicabilidade de realização organizacional com alto potencial de ser adaptada e reaplicada, respeitando as características profissionais de cada instituição e o contexto específico de cada município. A produção tem teor inovativo, combinando conhecimentos pré-estabelecidos da área profissional da administração municipal para os guardas municipais, de acordo com métodos e técnicas apropriados. A abrangência do produto é organizacional, mas ele pode ser replicado para instituições de segurança pública de outros municípios.

4 ESTUDO DE CASO: ATUAÇÃO DOS GUARDAS MUNICIPAIS NA SEGURANÇA PÚBLICA EM LAURO DE FREITAS

Este capítulo apresenta o estudo de caso sobre a atuação profissional dos guardas municipais na segurança pública na cidade de Lauro de Freitas, Bahia. Num primeiro momento, contextualiza a realidade da segurança pública de Lauro de Freitas, a partir de dados sobre violência municipal. Em seguida, examina e destaca as funções da Guarda Municipal, a partir da legislação municipal e federal, e, em seguida, analisa as atividades realizadas pelos guardas municipais de Lauro de Freitas, classificadas em ordinárias, emergenciais e programadas. Após discute o processo de formação profissional dos guardas municipais que pode ser formal e informal. Por fim, desenvolve uma proposta de matriz das competências profissionais dos guardas municipais em Lauro de Freitas que é realizado a partir da sua atuação profissional.

4.1 CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM LAURO DE FREITAS

O antigo distrito de Santo Amaro de Ipitanga foi transformado em município de Lauro de Freitas em 27 de julho de 1962, pela Lei Estadual 1.753, inicialmente com uma área de 93 km² tem seus limites com as cidades de Salvador, Simões Filho e Camaçari. Em 1968 desmembrou uma área para o município de Salvador para a criação do Aeroporto 2 de julho atual Salvador Bahia Airport e da Base Aérea de Salvador, atualmente possuem 57.942 km². Estudos afirmam que o município vem passando por mudança consideráveis com passar dos anos, como o crescimento populacional segundo os últimos censos do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE). A Tabela 1 demonstra o crescimento populacional do município de 1970 a 2021, comparando ao ocorrido na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e no estado da

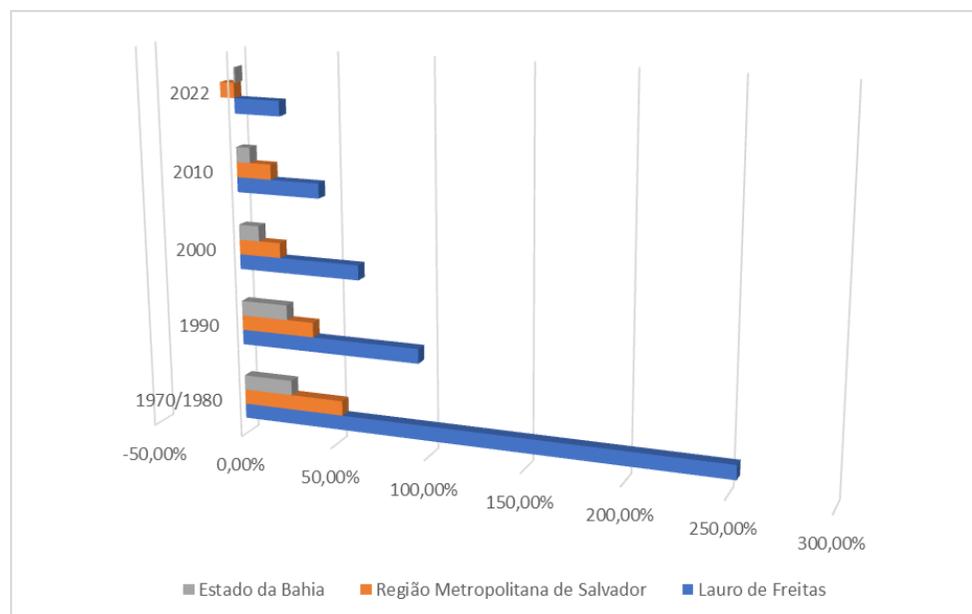
Bahia.

Tabela 1. Aumento populacional de Lauro de Freitas 1970 a 2022

Município, RMS, Estado da Bahia	1970	1980	%	1990	%	2000	%	2010	%	2022	%
Lauro de Freitas	10.007	35.431	254,03%	69.165	95,21%	113.543	64,16%	163.449	43,95%	203.334	24,04%
R M S	1.147.821	1.766.582	53,90%	2.472.131	39,93%	3.018.326	22,09%	3.573.973	18,40%	3 303 367	- 7,5%
Estado da Bahia	7.493.470	9.454.346	26,16%	11.801.810	24,82%	13.066.764	10,71%	14. 016. 906	7,27%	14.136.417	0,85%

Fonte: Adaptado de Carigé (2007) e IBGE

Gráfico 1. Aumento da população residente em Lauro de Freitas



Fonte: Autoria própria.

Conforme apresentado na tabela 1, é possível identificar o crescimento populacional do município de Lauro de Freitas de 1970 a 2022, comparando o número da população dos períodos e o percentual do crescimento ocorrido na Região Metropolitana de Salvador e no estado da Bahia, segundo os dados dos estudos do IBGE. De acordo com Carigé (2007), o aumento expressivo da população que ocorreu na década de 1970, devido às intervenções viárias para facilitar o acesso ao litoral norte baiano, (BA-99 e Avenida Paralela em Salvador) realizada pelo governo estadual, viabilizando o fácil acesso entre Lauro de Freitas e Salvador. Assim, o município que em 1970 tinha 10.007 habitantes, vivenciou um crescimento na construção civil, como exemplo a construção de condomínio residencial para classe média alta (Vilas do Atlântico), viabilizando a chegada de pessoas para trabalhar nas construções e residir, chegando 35.431 habitantes no ano de 1980.

Na Figura 6 representada por um gráfico de barras, é possível compreender a superioridade dos percentuais apresentados pelo município de Lauro de Freitas, comparados aos outros ocorridos na Região Metropolitana de Salvador e no Estado da Bahia. Apesar da série das décadas de 1970 a 2022 do município de Lauro de Freitas apresentarem um declínio, quando comparados aos dados da Região Metropolitana de Salvador e do Estado da Bahia, é possível identificar o aumento populacional expressivo. O município na série histórica que iniciou no ano de 1970, tinha 10.007 pessoas, chegando ao ano de 2022 a 203.334, um aumento de 1.931.92%, sendo 193. 327 cidadãos a mais.

Atualmente é possível constatar o crescimento imobiliário e o aquecimento do comércio e serviço (Parque Shopping Bahia, Atacadistas de alimentos, casas de ventos de música) movimentam a economia local. O Aeroporto Internacional de Salvador encontra-se localizado nos limites entre os municípios de Salvador e Lauro de Freitas, o município é cortado pela BA. 099, Avenida Santos Dumont (Estrada do coco) que é a principal rota para o litoral norte baiano (Costa dos Coqueiros). E com sete quilômetros de praias (Buraquinho, Vilas do Atlântico e Ipitanga.) o município torna-se uma opção de lazer para parte da população de Salvador. Outras particularidades como, por exemplo, a recente implantação da linha 2 do Sistema Metroviário de Salvador (Metrô de Salvador), a nova rodovia (Via Metropolitana) e um novo hospital público (Hospital Metropolitano), viabilizaram um crescimento da população residente e flutuante no município.

O crescimento populacional expressivo e movimentação flutuante impactaram em uma maior demanda por serviços por parte dos cidadãos, a gestão municipal precisou priorizar a ampliação dos serviços prestados como educação, saúde, trânsito, transporte, urbanização e segurança pública (prevenção das violências). O município de Lauro de Freitas

atua ampliando os serviços diante das demandas atuais, ao realizar uma pesquisa no site oficial da Prefeitura, foi possível identificar que foram criadas 20 secretarias municipais. Entre essas secretarias, algumas com ações diretas e indiretas, voltadas para o enfrentamento e ao crescimento das violências, além da Secretaria Municipal de Segurança Pública (SMSP), sendo; Secretaria da Educação (SEMED), Secretaria de Saúde (SESA), Secretaria de Transporte e Ordem Pública (SETTOP), Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SENDESC), Secretaria da Juventude (SEJU), Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), Secretaria de Políticas Afirmativas, Direitos Humanos e Promoção da Igualdade Racial (SEPADHIR).

Diante disso, foi possível identificar no mesmo site da Prefeitura em notícias, algumas ações realizadas, dentre várias desenvolvidas no ano de 2023, voltadas para atender às particularidades do cidadão, como; A SENDESC fez a entrega do 8º equipamento voltado ao atendimento de 250 pessoas em situação de vulnerabilidade social. A SEMED realiza ações como a Mostra de talentos do esporte das escolas da rede municipal, Programa Educarte, educar através da arte e do esporte. E para o enfrentamento da violência nas escolas, realiza a capacitação dos agentes de portaria das escolas públicas da cidade com objetivo de proporcionar um ambiente escolar mais acolhedor e seguro para todos “Campanha da Cultura da Paz e Não à Violência” com a participação da Polícia Militar.⁷

A SEPADHIR instituiu o Comitê Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos dos LGBTQIA+, destinado à implementação de políticas de promoção e defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais. E a SPM, através do Centro de Referência de Atendimento à Mulher Lélia Gonzalez (CRAM) realiza há 17 anos no município o acompanhamento de mulheres vítimas da violência doméstica ou em vulnerabilidade social, disponibilizando suporte psicológico, jurídico e social as assistidas. Como também, a recente criação do Observatório da Segurança Pública do Município de Lauro de Freitas (OSPML), através do Decreto Municipal nº 8.191 em 24 de maio de 2023, será coordenado pela SMSP⁸ e tem como atribuição precípua Art. 1º “[...] coletar, analisar e divulgar informações sobre a segurança pública na cidade.” (Lauro de Freitas, 2023) Enfim, é possível perceber a ampliação das ações da gestão municipal, voltada

⁷ Cabe ressaltar que em 23 de maio de 2022 foi divulgado no site da prefeitura, a criação do Centro de Referência e Apoio aos Imigrantes (CRAI) o equipamento vai atender cerca de 400 imigrantes venezuelanos que atualmente residem em Lauro de Freitas, disponibilizando atendimento técnico especializado para o enfrentamento as vulnerabilidades sociais e para o fortalecimento familiar.

⁸ A estrutura da Secretaria Municipal de Segurança Pública (SMSP) ainda disponibiliza a Guarda Municipal de Lauro de Freitas (GMLF) e o Centro Integrado de Operações Policiais (CIOP).

a prevenção das violências e da criminalidade ocorridas no município.

Mesmo com as ações da gestão municipal, voltada para a prevenção das violências e a atuação direta dos responsáveis pela segurança pública, na estrutura estadual da SSP-BA em Lauro de Freitas, composta pela Área Integrada de Segurança Pública (AISP 23)⁹, unidade territorial de planejamento integrado das ações policiais civil e militar, para prevenção e combate à criminalidade. (Lázaro, 2017) O município que compõe a região metropolitana de Salvador compartilha um histórico dos dados sobre os estudos da violência, quais apresentaram crescimento, superando 200 mortes por cada 100 mil habitantes jovens, homicídios e óbitos por Armas de Fogo (A.F), descrito pelo Mapa da Violência (Waiselfisz, 2015).

Buscando o enfrentamento à violência, no decorrer dos últimos dez anos, o município passou por uma intervenção para rever esse cenário, Lauro de Freitas foi escolhido para inserção de ações junto com outras duas cidades (Contagem – MG e Vitória – ES) para a implantação do Programa Conjunto da Organização das Nações Unidas (PCONU), Segurança com Cidadania realizado no bairro de Itinga, que ocorreu entre os anos de 2010 e 2013. O programa teve como objetivo prevenir a violência e viabilizar o fortalecimento da cidadania, promovendo a Cultura da Paz em comunidades brasileiras (PNUD, 2013).

É notório que a violência é um dos maiores problemas vivenciado pela sociedade na contemporaneidade, com reflexo direto na vida das pessoas. E ao analisar a realidade de Lauro de Freitas, no que tange á violência e á criminalidade, é possível afirmar que no ano de 2017 a cidade com uma população de 197.636, teve 187 registro de homicídios com 9 homicídios ocultos. Portanto, apresentou uma taxa estimada de 99,0 homicídios para os municípios com mais de 100 mil habitantes, sendo a terceira maior taxa entre os municípios do estado da Bahia, segundo os dados do Atlas da Violência Retrato dos Municípios Brasileiros (Cerqueira et al, 2019).

Esse estudo contribui ainda, em divulgar os vinte municípios mais pacíficos e mais violentos do Brasil, no universo daqueles com mais de 100 mil habitantes do ano de 2017. E lamentavelmente, foi possível identificar que os municípios do estado da Bahia só apareceram entre os mais violentos. Nessa lista apareceu 5 municípios da Bahia, ficando assim a classificação; Simões Filho 4^a, Porto Seguro 7^a, Lauro de Freitas 9^a, Camaçari 10^a e

⁹ Segundo Lázaro (2017), a AISP 23, é composta pela 23^a Delegacia Territorial (Centro), 27^a Delegacia Territorial (Itinga), 34^a Delegacia Territorial (Portão), 52^a Companhia Independente de Polícia Militar (CIPM), responsável pelo policiamento dos bairros da região leste (Centro, Vilas do Atlântico, Buraquinho etc.) e de Portão. A 81^a Companhia Independente de Polícia (CIPM), responsável pelo policiamento no bairro de Itinga e Base Comunitária de Segurança da Itinga.

Eunápolis 20^a.¹⁰ Portanto, o município de Lauro de Freitas ficou na 9^a colocação, cabe destacar que a pesquisa realizada pelo Atlas da Violência Retrato dos Municípios Brasileiros, tem um entendimento fundamental e amplo sobre o fenômeno, pois foi utilizado como dados do estudo de vários indicadores socioeconômicos dos municípios pesquisados.¹¹

Em outra pesquisa mais recente, realizada pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicada em 2022, identificou as 30 cidades brasileiras com maiores taxas médias de Mortes Violentas Intencionais (MVI) por 100 mil habitantes entre os anos de 2019 e 2021. Nesse estudo os pesquisadores define MVI como:

A categoria Mortes Violentas Intencionais (MVI) corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora (em alguns casos, contabilizadas dentro dos homicídios dolosos, conforme notas explicativas). Sendo assim, a categoria MVI representa o total de vítimas de mortes violentas com intencionalidade definida de determinado território. O número de policiais mortos já está contido no total de homicídios dolosos e é aqui apresentado apenas para mensuração do fenômeno (Lima; Bueno, 2022, p. 23).

O estudo apresentou os 30 municípios com maiores taxas médias de MVI, 6 cidades são do estado da Bahia, é necessário destacar que Lauro de Freitas não foi listado entre as 30 cidades. Entretanto, as cidades que compõem a RMS, apresentam altos índices de violência e criminalidade, uma lamentável situação ainda vivenciada em vários municípios do Brasil. Constatou também, que em 2021 o estado da Bahia teve o 3^o menor gasto per capita com segurança pública por estados da federação com 291,51, superando apenas o estado do Maranhão com 276,86 e o Piauí com 256,12, pois no Brasil o valor médio foi de 478,22. E na despesa per capita realizada com a função segurança pública, a Bahia na series dos anos de 2018 a 2021, apresentam redução, sendo; 346,25 em 2018, 332,51 em 2019, 318,57 em 2020 e 291,51 em 2021, variação em -12,3 %. (Lima; Bueno, 2022), não acompanhou as mudanças vivenciadas na sociedade ao longo dos anos, como o aumento da população.

No estudo do Anuário Brasileiro de Segurança Pública publicado em 2023, que apresentou as 50 cidades mais violentas do país, segundo a taxa de MVI, com população

¹⁰ *Ibidem.*

¹¹ Indicadores socioeconômicos utilizados por Cerqueira (2019) são População ano 2017, Taxa estimada de homicídios, Taxa de atendimento escolar da população de: 0 a 3 anos, Taxa de atendimento escolar da população de: 15 a 17 anos, Renda *per capita* dos 20 % mais pobres, % de crianças pobres % de crianças vulneráveis à pobreza, Taxa de desocupação 15 a 17 anos, Taxa de desocupação 18 a 24 anos, % da população o em domicílios com densidade, 2 % de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados, % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos, % de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza.

acima de 100 mil habitantes, o município de Lauro de Freitas de maneira positiva, mais uma vez, não foi listado entre as 50 cidades da pesquisa, deixando de figurar no ranking negativo da violência do estudo. Entretanto, 12 cidades do estado da Bahia estão entre as mais violentas, como a capital baiana e cidades que integram a região metropolitana Salvador. Constatou também, que em 2022 o Estado da Bahia com 373,30 teve o 5º menor gasto per capita com segurança pública por estados da federação, em relação a 2021 teve um pequeno aumento de 28.06% de gastos. (Lima; Bueno, 2023). Assim, foi possível constatar que a Bahia figura entre os estados com menores gastos per capita com segurança pública.

Acerca dos estudos sobre a violência na Bahia, a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP-BA) contestou através de nota pública, a forma de apuração desses dados, e entende como inviável a comparação, devido à falta de padronização nos métodos utilizados para a apuração entre as unidades federativas do Brasil. Diante de tal problemática, Cano e Ribeiro (2007) afirmam que as particularidades das principais fontes de dados para esse estudo ainda são um desafio e requerem métodos de correção específicos. Assim, é essencial compreender que a falta de transparência na gestão dos dados representa uma face do monopólio estatal da segurança pública, deve-se tomar parte do assunto de forma efetiva junto à sociedade, na busca de viabilizar resultados positivos para o problema das violências, criminalidade e insegurança vivenciada pelos cidadãos baianos.

Em contraste com esse entendimento, o Governo Federal (GF) através do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio de estudo realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) exclusivo para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci 2), mapeou os territórios mais vulneráveis para direcionar as ações de prevenção das violências, e intensificar a “cultura de paz, de apoio ao desarmamento e de combate sistemático aos preconceitos de gênero, étnico, racial, geracional, de orientação sexual e de diversidade cultural.” (Brasil, 2023) As ações são direcionadas para 163 municípios brasileiros prioritários que concentram 50% das MVI, para reduzir os índices de violência. No Estado da Bahia, foram selecionados 20 municípios, entre esses Salvador, Lauro de Freitas, 4 municípios da RMS e mais 14 cidades baianas. Portanto, são fundamentais as pesquisas para a compreensão do fenômeno e para orientação de políticas públicas de prevenção, diante do problema vivenciado pela sociedade brasileira.¹²

No intuito de compreender a violência nos bairros de Lauro de Freitas, realizou-se

¹² Como exemplo, Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), Centro de Pesquisa de Segurança de Segurança Pública (PROGESP – UFBA), Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Monitor da Violência etc.

uma pesquisa, nos anos de 2021 e 2022, sobre as ocorrências de roubos, furtos e vítimas de lesões corporais. Segundo os dados da criminalidade da Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP- BA), disponibilizados pela Coordenação de Documentação e Estatística Policial (CDEP), no município em 2021, foram registradas um total de 1.809 ocorrências de roubos, 993 ocorrências furtos e 367 vítimas de lesões corporais, conforme apresentado na tabela 2.

Tabela 2. Quantidade de ocorrências roubos, furtos e lesões corporais por bairros em Lauro de Freitas – BA, período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

Ord.	BAIRRO	ROUBOS Quantidade de ocorrências	BAIRRO	FURTO Quantidade de ocorrências	BAIRRO	LESÃO CORPORAL Quantidade de vítimas
1º	Centro	584	Centro	320	Itinga	103
2º	Portão	246	Pitangueiras	131	Centro	55
3º	Itinga	158	Buraquinho	111	Portão	40
4º	Buraquinho	135	Portão	105	Vila Praiana	30
5º	Pitangueiras	135	Vilas do Atlântico	92	Caji	20
6º	Vilas do Atlântico	127	Ipitanga	55	Buraquinho	18
7º	Ipitanga	103	Itinga	55	Vida Nova	17
8º	Vila Praiana	69	Recreio Ipitanga	28	Pitangueiras	16
9º	Areia Branca	59	Vila Praiana	25	Vilas do Atlântico	15
10º	Recreio Ipitanga	48	Caji	18	Ipitanga	14
11º	Centro - Oeste	38	Centro - Oeste	17	Areia Branca	13
12º	Caji	33	Areia Branca	10	Parque São Paulo	10
13º	Vida Nova	28	Vida Nova	10	Aracuí	4
14º	Aracuí	13	Aracuí	5	Quingoma	4
15º	Quingoma	10	Parque São Paulo	5	Jambeiro	3
16º	Caixa d Água	9	Caixa d água	3	Recreio Ipitanga	3
17º	Parque São Paulo	9	Quingoma	2	Centro - Oeste	2
18º	Jambeiro	5	Jambeiro	1	-	-
TOTAL GERAL		1.809		993		367

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da SSP-BA/ CDEP.

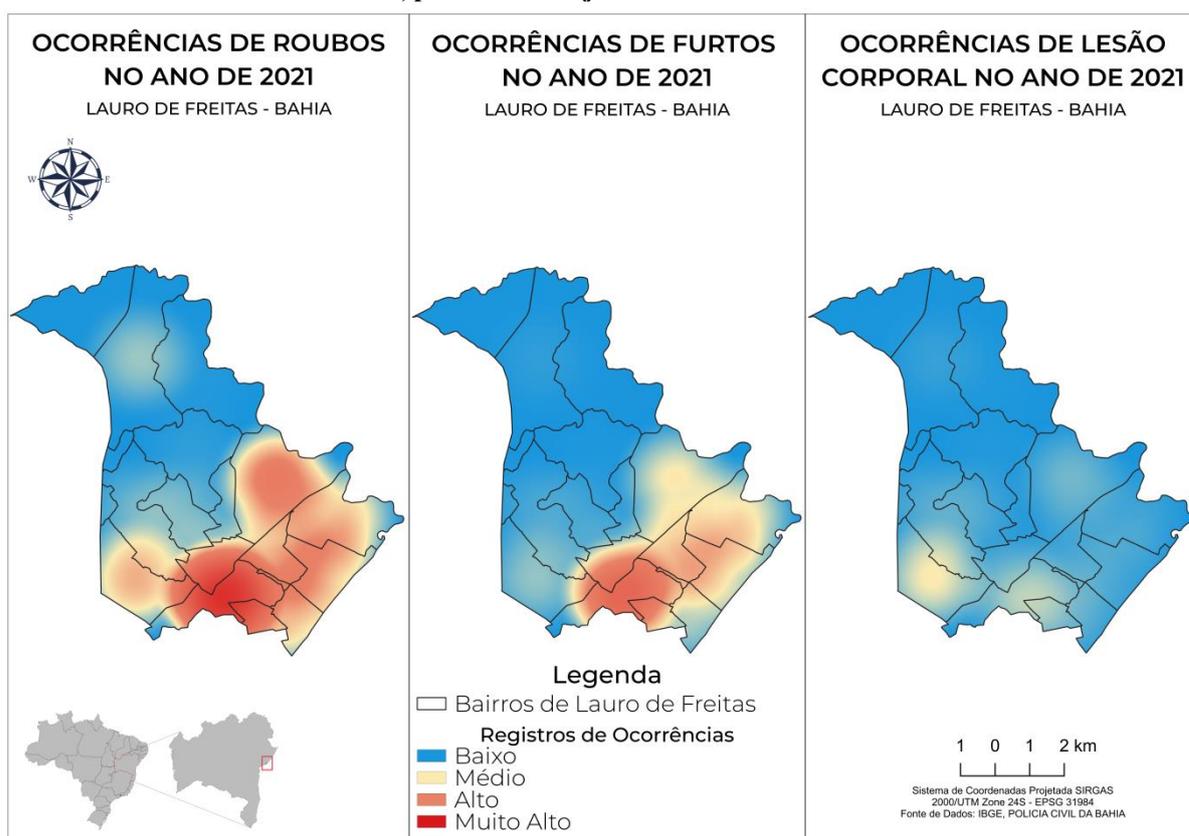
A tabela 2 apresenta em ordem decrescente o *ranking* dos bairros de Lauro de Freitas, com a respectiva quantidade de ocorrências dos crimes de roubos, furtos e vítimas de lesões corporais, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021. Cabe destacar que esse período vivenciou as medidas de distanciamento social, que consiste na diminuição de interação entre as pessoas, visando amenizar a velocidade da transmissão do Covid-19. O bairro Centro nesse período teve uma maior ocorrência dos crimes de roubos, furtos, e o segundo maior número de vítimas de lesões corporais segundo os dados da tabela 2. Ao adicionar os crimes de roubos, furtos e lesões corporais por bairros foi possível identificar os 5 bairros com maior incidência de crimes, sendo: em 1º Centro com 1.007, 2º Portão com 391, 3º Itinga com 316, 4º Pitangueiras 282 e em 5º Buraquinho 264.

Com a base dos dados da SSP-BA, de 2021, utilizando *software* QGIS 3.28.5,

base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi utilizada a ferramenta Densidade de Kernel¹³ para criação de mapas de calor. O mapa de calor é uma ferramenta que melhora a percepção espacial dos dados da criminalidade, a partir da densidade de pontos, e colabora com a compreensão do comportamento espacial desses crimes (Câmara, Carvalho; 2014). Estes dados são fundamentais para compreender a realidade local e mapeamento do espaço urbano, viabilizando a atuação do poder público municipal na prevenção desses crimes.

Tendo em vista que a SMSP não possui estudo da mancha criminal ou outra estatística dos crimes ocorridos no município de Lauro de Freitas, foi realizada a análise espacial das ocorrências, ilustrando os pontos da localização dos crimes de roubo, furto e lesão corporal, ocorridos nos bairros de Lauro de Freitas em 2021¹⁴, apresentados na figura 6.

Figura 6. Mapas de calor de ocorrências de roubos, furtos e lesões corporais por bairros em Lauro de Freitas – BA, período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da SSP-BA/CDEP e IBGE.

¹³ A palavra Kernel tem origem inglesa e significa núcleo, faz referência a um método estatístico de estimação de curvas de densidades utilizado nas geotecnologias. A técnica consiste na combinação de manchas de diferentes cores, as quais são definidas a partir da concentração de pontos (neste caso, cada ponto consiste em uma ocorrência registrada dos crimes analisados).

¹⁴ Após aplicar a ferramenta de densidade de Kernel os valores extremos dos crimes foram considerados como muito alto e baixo e os valores intermediários médio e alto, mantendo assim para todas as análises, conforme legendas dos mapas.

A Figura 6 apresenta 3 mapas de calor que estimam a função da densidade de probabilidade das variáveis: quantidade de roubos, furtos e lesões corporais, referente ao ano 2021, no território espacial de Lauro de Freitas. Foi possível identificar que o maior número de pontos de ocorrências de roubos acontece na região sul, e ao leste se expandindo para o norte com pontos de alto registro de ocorrência. No mapa das ocorrências de furto, a região sul permanece com ponto de muito alto registro de ocorrência e outros pontos expandido para leste com altos registros de furto. E no mapa de ocorrências de lesão corporal 2 pontos ao sul com registros de ocorrências medianas.

A pesquisa ainda mostrou que, em 2022, foram registrados um total de 3.717 ocorrências de roubos, 2.189 ocorrências furtos e 564 vítimas de lesões corporais em Lauro de Freitas, conforme apresentado na tabela 3.

Tabela 3. Quantidade de ocorrências por bairro em Lauro de Freitas – BA período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022.

Ord.	BAIRRO	ROUBOS Quantidade de ocorrências	BAIRRO	FURTO Quantidade de ocorrências	BAIRRO	LESÃO CORPORAL Quantidade de vítimas
1º	Itinga	1.103	Centro	628	Itinga	244
2º	Centro	755	Itinga	475	Centro	63
3º	Portão	241	Portão	144	Caji	40
4º	Areia Branca	229	Pitangueiras	130	Vida Nova	39
5º	Caji	223	Buraquinho	110	Portão	37
6º	Vida Nova	193	Recreio Ipitanga	104	Vila Praiana	31
7º	Vilas do Atlântico	186	Ipitanga	95	Ipitanga	20
8º	Pitangueiras	144	Caji	77	Areia Branca	17
9º	Ipitanga	142	Areia Branca	30	Buraquinho	15
10º	Buraquinho	131	Caixa D'Água	21	Vilas do Atlântico	14
11º	Vila Praiana	120	Aracuí	10	Parque São Paulo	10
12º	Recreio Ipitanga	90	Parque São Paulo	10	Pitangueiras	10
13º	Parque São Paulo	43	Jambeiro	8	Recreio Ipitanga	9
14º	Caixa D'Água	33	Não Informado	6	Caixa D'Água	6
15º	Jambeiro	30	Não se Aplica	6	Jambeiro	5
16º	Quingoma	18	Barro Duro	4	Quingoma	2
17º	Aracuí	15	Jardim Armação	3	Aracuí	1
18º	Não Informado	8	Quingoma	3	Não Informado	1
19º	Não se Aplica	3	Água Bela	1	-	-
20º	Barro Duro	2	Cajueiro	1	-	-
21º	Centro Oeste	2	Jardim Novo Encontro	1	-	-
22º	Santo Antônio	2	Jardim Por do Sol	1	-	-
23º	Sem Informação	2	Jardim Universitário	1	-	-
24º	Porto	1	Parque Centenário	1	-	-
25º	Tancredo Neves	1	Parque Residencial	1	-	-
TOTAL GERAL		3.717		2.189		564

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da SSP-BA/ CDEP.

A tabela 3 apresenta o *ranking* da quantidade de ocorrências dos crimes de roubos, furtos e vítimas de lesões corporais nos bairros de Lauro de Freitas, no período de janeiro a dezembro de 2022, que dobrou comparado ao ano de 2021. Cabe destacar que nesse ano ocorreu o fim das medidas de restrições como o distanciamento social, ainda sim, ocorria às medidas de prevenção, como protocolos sanitários (vacinação, uso obrigatório de máscara etc.), viabilizando assim, a redução das taxas de contaminação e internamentos de Covid-19. Assim, o retorno às atividades normais do comércio, serviços e festas culturais em Lauro de Freitas proporcionou um maior movimento de pessoas, resultando em um crescimento expressivo de ocorrências dos crimes de roubo, furto e lesões corporais.

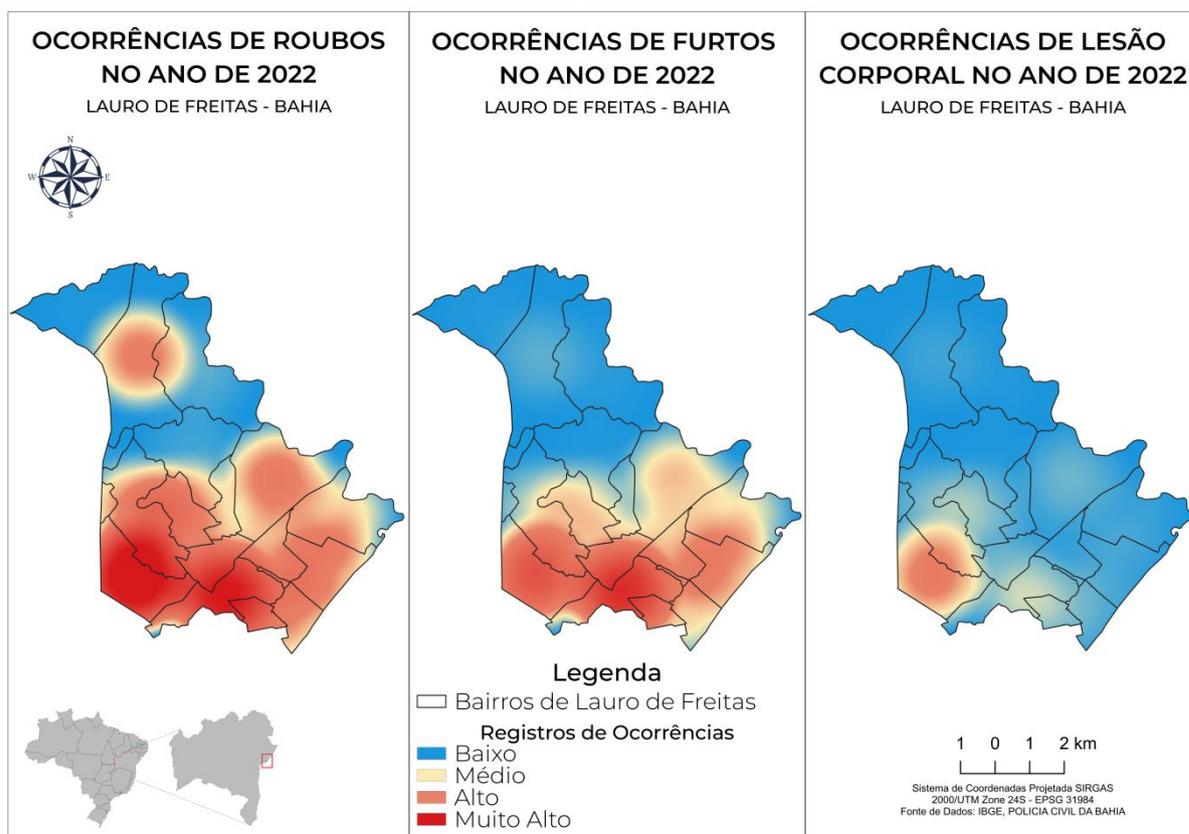
Segundo os dados da tabela 3, o bairro Itinga nesse período teve uma maior ocorrência dos crimes de roubos, o segundo maior número de furtos e o maior número de vítimas de lesões corporais. Ao adicionar os crimes de roubos, furtos e lesões corporais por bairros é possível identificar os 5 bairros com maior incidência de crimes, sendo; em 1º Itinga com 1.822, 2º Centro com 1.446, 3º Portão com 422, 4º Cajá 340 e em 5º Areia Branca com 264.

Portanto, ao realizar uma análise comparativa dos dados de 2021 e 2022 é possível afirmar que o bairro Centro totalizou 2.453 incidências, seguido por Itinga com 2.138 e Portão com 813, estes foram os maiores números de ocorrência dos crimes de roubos, furto e lesões corporais no biênio.

Cabe destacar, que os dados disponibilizados de 2022 apresentam possíveis erros na identificação dos bairros, pois registra bairros que não pertencem ao município de Lauro de Freitas (Tancredo Neves, Porto, Parque Centenário etc.) e que não contemplam o local do crime praticado (Não informado, Não se aplica e Sem Informação). Assim, dificulta a compreensão sobre a metodologia de lançamento e coleta dos dados fornecidos pela SSP-BA.¹⁵

¹⁵ Foi informado no documento da SSP-BA/ CDEP que a metodologia de lançamento e coleta dos dados são diferentes entre os anos de 2021 e 2022. Para o ano de 2021 foi utilizado como fonte os **bancos de dados** (CDEP/SGE/BI) e 2022 (SINESP/PPE/SINESPDW). E foi informado que os dados são sujeitos a correção.

Figura 7. Mapas de calor de ocorrências de roubos, furtos e lesões corporais por bairros em Lauro de Freitas – BA, período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da SSP-BA/CDEP e IBGE.

A figura 7 apresenta 3 mapas de calor, que estimam a função da densidade de probabilidade das variáveis: quantidade de roubos, furtos e lesões corporais, referente ao ano 2022, no território espacial de Lauro de Freitas. No mapa de calor de roubo, foi possível identificar na região sul e sudeste do município pontos com muito alto registro de ocorrência, expandindo por toda região leste e um ponto ao noroeste com alto registro de ocorrências. No mapa que apresenta as ocorrências de furto, ocorre uma menor predominância dos pontos, mas no mesmo território das ocorrências de roubos, destaque para região sul e sudeste do município pontos com muito alto registro de ocorrência. E no mapa das ocorrências de lesão corporal um ponto ao sudoeste com alto registro de ocorrências.

Ao analisar as cartografias sobre os crimes de roubos, furtos e lesões corporais, ocorridas no biênio de 2021 e 2022 em Lauro de Freitas, pode-se afirmar que o comportamento em ambos os anos se assemelha, no que tange a localização. No entanto, ocorreu em 2022 o comportamento intenso das manchas, ou seja, a predominância das ocorrências na região comercial e de circulação de pessoas dos bairros do Centro e da Itinga. Outra característica relevante apontada pelos mapas de calor é o crescimento das manchas nos

limites territoriais de Lauro de Freitas com os bairros de Jardim das Margaridas, São Cristóvão e Praia do Flamengo, que pertencem à capital baiana.

A densidade de Kernel (figuras 6 e 7) e as tabelas (2 e 3) possibilitou compreender que as ocorrências dos crimes em estudo acontecem com adensamento em zonas espaciais específicas dos limites do município (Itinga e Centro) e zonas populosas com maior movimentação de pessoas (Itinga, Portão, Centro). Assim, no município de Lauro de Freitas, a “relação entre a violência e a densidade demográfica muda de decrescente para crescente quanto ao número de habitantes” (Medeiros, 2015, p. 32). Ou seja, quanto mais populosa a comunidade maior número de ocorrências de crime.

Diante das particularidades vivenciadas nas comunidades, são necessárias Políticas Públicas de Segurança, visando à busca por proteção da cidadania, entendendo a violência como um fenômeno multicausal, que exige a atuação por controle ou prevenção, “por meio de políticas públicas integradas no âmbito local” (Freire, 2009, p. 52). Que não se limita às tradicionais ações isoladas das forças policiais nos espaços urbanos, voltadas unicamente para a questão da repressão à criminalidade, dito “modelo de policiamento profissional tradicional” focado em “área de risco” (Poncioni, 2015), por mais que entendam que essa atuação profissional seja necessária.

Como também, é necessário viabilizar uma política de segurança pública eficiente e eficaz, pautada na participação equânime para todos, em garantias de direitos do cidadão, sem ameaças à população, permitindo a convivência segura e pacífica humana (Velásquez, 2004). Uma política pública com diretrizes e estratégias adequadas às mudanças e às particularidades vivenciadas no contexto local – como o crescimento populacional; aumento da economia e comércio da região; período, locais e frequência em que ocorrem os crimes; e, condições de logradouros municipais e equipamentos públicos – poderia proporcionar maior eficiência nas políticas de segurança, pois consideraria os múltiplos significados, conforme entendimento de Adorno (2010), e implicaria os diversos atores na produção, disseminação, recepção e contenção das violências. Com isso, proporcionar uma percepção mais completa da realidade urbana, vivenciada pelas pessoas que residem, trabalham, buscam um lazer, ou estão de passagem pelo município de Lauro de Freitas.

Para compreender este cenário de aumento de violência, a próxima seção debate a legislação sobre as atividades dos guardas municipais que, apesar de ser um dos principais agentes de prevenção da violência dentro da estrutura da Secretaria Municipal de Segurança Pública em Lauro de Freitas, possui dificuldades na definição de suas funções no município.

4.2 ATIVIDADES DOS GUARDAS MUNICIPAIS E AS DIFICULDADES NA DEFINIÇÃO DE SUAS ATRIBUIÇÕES

Essa seção apresenta e discute as atividades profissionais dos agentes da proteção preventiva do município de Lauro de Freitas e as dificuldades na definição de suas atribuições, por causa da inadequação da legislação municipal e federal brasileira, que confunde e limita a atuação profissional, restringindo a efetividade da prática de proteção preventiva e comunitária na segurança pública municipal.

Inicialmente é importante destacar a criação da guarda municipal e suas funções. A Guarda Municipal de Lauro de Freitas (GMLF) foi criada em 1990 com objetivo de zelar pelos bens, serviços e instalações, com foco voltado para a proteção patrimonial dos bens municipais. (Lauro Freitas, 1990). As Guardas Municipais são instituições que vem contribuindo na promoção da segurança pública, por meio da proteção preventiva no contexto local, criadas e subordinadas ao poder público municipal. Nesse sentido, com o passar do tempo, diante da demanda por segurança vivenciada pela sociedade, o poder público municipal de Lauro de Freitas, em 2007, viu a necessidade de regulamentar e ampliar suas ações com a criação da Lei Municipal nº 1.276 de 31 de outubro de 2007, que define a regulamentação, funcionamento e competências da GMLF (Lauro de Freitas, 2007).

Atualmente, conforme afirmação do entrevistado 2 (do Grupo B servidores da Secretaria Municipal de Segurança Pública - SMSP na função de gestor), “[...] temos o maior efetivo de servidores e cumprimos o grande número de demandas da comunidade [...]” (Entrevistado 2) Assim, a GMLF pode ser considerada um dos principais agentes de prevenção da violência dentro da estrutura da SMSP. Essa particularidade é devido ao maior número de servidores, equipamentos, demandas atendidas e com atuação direta na proteção preventiva junto aos cidadãos laurofreitense.

Ao analisar o texto do art. 144 da Constituição Federal de 1988 que trata da segurança pública é possível identificar que a segurança pública é dever do Estado, apesar de ser responsabilidade de todos, e os órgãos governamentais responsáveis por sua execução são: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, policiais civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares e polícias penais federal, estaduais e distrital. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. VI - polícias penais federal, estaduais e distrital (Brasil, 1988, art. 144).

O artigo 144 destacou como protagonistas as forças policiais e entes estatais não

priorizando a participação dos municípios e da sociedade na construção da política de segurança pública. Assim, apresenta-se com uma lacuna, diante de uma questão tão fundamental para a sociedade na contemporaneidade, pois é possível identificar que no rol dos incisos de I a VI não há referência às Guardas Municipais como instituições que compõem a segurança pública. Portanto, de maneira minimizada e limitada apresenta no § 8º do mesmo artigo sobre os municípios, ou seja, sem maiores esclarecimentos descreve que os municípios poderão criar guardas municipais, destinadas a atuar na proteção de bens, serviços e instalações. E ainda, § 10 I e II descreve sobre a segurança viária que compete também a responsabilidade no âmbito dos Municípios, além dos Estados e do Distrito Federal. Diante disso, torna-se fundamental compreender a construção da segurança pública além dos órgãos que compõem as forças policiais.

A Lei Orgânica do Município de Lauro de Freitas, publicada em 05 de abril de 1990, art. 74, criou a “Guarda Municipal que se destina à proteção dos bens, serviços e instalações do Município e terá organização, funcionamento e comando na forma da Lei Complementar” (Lauro de Freitas, 1990, p. 34). Apesar de sua criação, não houve naquela década a sua regulamentação, após 17 anos de sua criação a GMLF foi regulamentada pela Lei nº 1276, de 31 de outubro de 2007, que descreveu o seu funcionamento, definindo suas competências e extinguiu o antigo cargo de polícia administrativa. (Lauro de Freitas, 2007). Ao examinar a norma municipal pode-se compreender que ela estava de acordo com aquilo que se esperava da GMLF no tempo em que foi colocada em vigor.

Essa legislação municipal foi inspirada nos direcionamentos da antiga Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) na nova concepção que viabilizar a Segurança Cidadã. O Programa de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), Lei Federal 11.530/2007, art. 3º, I a XII, durou de 2007 a 2011, e colocou em prática ações e diretrizes estruturantes que culminaram com o início do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). A Lei Municipal nº 1.276, de 31 de outubro de 2007, inovou na época em ampliar as atribuições profissionais da GMLF, que compreende uma atividade de proteção preventiva, antes mesmo da legislação norteadora federal do Estatuto Geral das Guardas Municipais (EGGM) que preconiza as atividades das Guardas Municipais no Brasil. Assim, é possível afirmar que a gestão municipal da época buscou seguir os direcionamentos da SENASP, firmando convênio com o Pronasci viabilizando formação, aquisição de equipamentos e viaturas, proporcionando a ampliação do desempenho das atividades da GMLF no

município.¹⁶

Diante do exposto sobre a limitação do texto constitucional e a atuação profissional das guardas municipais na segurança pública, em 18 de agosto de 2022, a 6ª turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) proferiu a seguinte decisão:

As guardas municipais não possuem competência para patrulhar supostos pontos de tráfico de drogas, realizar abordagens e revistas em indivíduos suspeitos da prática de tal crime ou ainda investigar denúncias anônimas relacionadas ao tráfico e outros delitos cuja prática não atinja de maneira clara, direta e imediata os bens, serviços e instalações municipais (Brasil, 2022, p.1).

A decisão do Poder Judiciário sobre o texto constitucional faz parte de uma discussão doutrinária sobre o entendimento se as Guardas Municipais pertencem ou não aos órgãos que compõem a segurança pública e sobre os limites de atuação. A decisão judicial reconheceu como ilegal a atuação dos guardas municipais como “polícia municipal,” e o uso da força reativa e repressiva. Entendendo também que, por não ter sido elencada no *caput* do art. 144, os agentes estão limitados à proteção de bens, serviços e instalações do município.

Devido a essa decisão judicial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que tramita no Senado Federal (SF) uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 28 de 2022 que tem como objetivo incluir no rol do art. 144 as guardas municipais como instituições de segurança pública. (Brasil, 2022). Assim, é possível compreender que é fundamental acatar a identidade profissional das Guardas Municipais do Brasil como é preconizado pelo EGGM, instituições que tem a função precípua de proteção preventiva comunitária.

Esse entendimento doutrinário, que foi a base para a decisão judicial, não considerou uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu as Guardas Municipais como integrantes da segurança pública como os demais que estão no art. 144 da Constituição Federal, com isso, não cabe, o direito a greve, uma vez que se trata de serviço de segurança pública, destinados à proteção preventiva (Brasil, 2017). Como também, a evidente necessidade inadiável da sociedade brasileira de segurança pública, ou seja, ações e políticas efetivas de prevenção e enfrentamento das violências e da criminalidade.

Além disso, este entendimento doutrinário não acatou o descrito no Código de

¹⁶ A antiga Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) criada em 1997 pelo Governo Federal foi uma política pública de segurança implantada no Brasil, seus direcionamentos foram responsáveis por várias ações com foco na participação social, na gestão policial e na gestão da informação da segurança pública em todo Brasil como os 1º e 2º Plano Nacional de Segurança Pública – (PNSP) de 2000 e 2003. Fundo Nacional de Segurança Pública – (FNSP) em 2001, Programa de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) em 2006, a criação da Rede de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp) em 2006 que recentemente resultou no Sistema Único de Segurança Pública – (SUSP)

Processo Penal (CPP): “Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.” (Brasil, 1941, cap. II, art. 301). Como também não atendeu a legislação em vigor Lei Federal nº 13.675 de 11 de junho de 2018, que estabelece a Política Nacional de Segurança Pública (PNSP), na qual reconhece os municípios como integrantes estratégicos e as Guardas Municipais que são colocadas como integrantes operacionais do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), art. 9º, § 1º, § 2º incisos I, VII. (Brasil, 2018)

A Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Maria da Penha, tem o município como integrante da rede de proteção para o enfretamento da violência doméstica e familiar contra a mulher (Brasil, 2006), todavia o município de Lauro de Freitas ainda não conta com a atuação dos guardas municipais nessa demanda da sociedade. Assim, suas atuações profissionais na segurança pública são com base na função de proteção preventiva norteada no EGGM que estabelece os princípios mínimos de atuação.

São princípios mínimos de atuação das guardas municipais: I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas; II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas; III – patrulhamento preventivo; IV – compromisso com a evolução social da comunidade; e V - uso progressivo da força (Brasil, 2014, art.3º).

O Estatuto Geral dos Guardas Municipais (EGGM) estabeleceu como princípios mínimos da atuação profissional a proteção dos direitos humanos fundamentais, a preservação da vida e redução do sofrimento, descritos no artigo 3º, I a V. Assim, o estatuto amplia a atuação profissional das Guardas Municipais para além da proteção patrimonial, incluindo a vida das pessoas. Essa diretriz que possui direcionamento para atuar na proteção preventiva e comunitária da segurança pública dos municípios tem como base a Segurança Cidadã.

A decisão judicial que julgou como ilegal a atuação da Guarda Municipal ganhou repercussão nacional na categoria profissional dos guardas municipais. No município de Lauro de Freitas, os profissionais também foram impactados. O entrevistado 3, que pertence ao Grupo B servidores da SMSP na função de gestor, confirmou durante a entrevista que a principal dificuldade para a gestão da segurança pública municipal é a legislação.

Eu anseio realmente é que fique claro, pois do meu ponto de vista a Constituição limita muito a Guarda Municipal, veio umas legislações federais e umas portarias que fala em nome da Guarda, mas a Constituição limita. Então tem essas questões a gente vai pela Constituição ou pela lei. Aí vem o STJ e diz que é pela Constituição, a Guarda Municipal tem um limite, praticamente despreza a lei federal que permitiu o direito ao guarda. Então, isso não está bem claro até o momento, enquanto não fazer

a alteração na Constituição a Guarda Municipal vai ficar com essa dicotomia. E essa dicotomia enfraquece o papel do guarda municipal e traz problema para os gestores, porque alguns entendem que eles têm direitos pelas legislações que venham depois de 88, outros já ficam divididos, aí é uma grande celeuma para o gestor. E para segurar a tropa, bem complicado na rua, porque ele está sozinho, não é? As guardas municipais deveriam ter um olhar do governo federal, mais certo. Aí aquilo que eu digo, ele vem em cima da Constituição e vê que a Guarda Municipal está muito restrita ao patrimônio público (Entrevistado 3).

O entrevistado 3 afirma que o principal desafio para a gestão da segurança pública municipal é a legislação, essa afirmação demonstra a insipiência sobre a identidade profissional preventiva, tendo com princípio um conflito de entendimento entre uma visão de restringir a atuação profissional somente à segurança patrimonial ou ampliar a participação dos guardas municipais no enfrentamento à violência. É fundamental destacar que a Lei Federal nº 10.406 que institui o Código Civil em seu Art. 99 I, II, III trazem às definições de bens públicos, que não está limitado as instalações do poder executivo e legislativo municipal (Brasil, 2002). Assim, é possível notar a necessidade de um instrumento de normatização e regulamentação da atuação profissional dos guardas municipais pela Prefeitura de Lauro de Freitas, garantidor de uma carreira única e específica (Estatuto Funcional e Regimento Interno) tendo como princípio a atuação profissional adotado pelo EGGM.

E em 28 agosto de 2023, por maioria o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu a decisão que julgou como procedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 995, que teve como autora do pedido da ação, a Associação dos Guardas Municipais do Brasil (AGMB). Conforme voto do relator ministro Alexandre de Moraes.

O Tribunal, por maioria, conheceu da arguição, convolou o julgamento da medida cautelar em julgamento definitivo da ADPF e, no mérito, julgou procedente a presente ADPF, para, nos termos do artigo 144, § 8º, da CF, conceder interpretação conforme à Constituição ao artigo 4º da Lei 13.022/14 e ao artigo 9º da 13.675/18 declarando inconstitucional todas as interpretações judiciais que excluem as Guardas Municipais, devidamente criadas e instituídas, como integrantes do Sistema de Segurança Pública [...] (Brasil, 2023, p.1).

A decisão reconheceu que as Guardas Municipais são integrantes do sistema de segurança pública do Brasil. A jurisprudência está em harmonia com o exercício das atribuições citadas na decisão de “[...] proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município.” (Brasil, 2014, p. III, art. 4º) e conforme descrito no parágrafo único os bens incluem os de uso comum, os de uso especial e os dominiais das cidades “[...] que atuarão nos limites de suas competências, de forma cooperativa, sistêmica e

harmônica.” (Brasil, 2018, cap. III, art. 9º) encerrando o entendimento contrario que comprometia a segurança jurídica.

Ainda nesse sentido, 5 entrevistados do Grupo A (guardas municipais) afirmaram em seus depoimentos que a limitação da normatização para realizar as atividades no município de Lauro de Freitas é um elemento que dificulta a prática profissional. O quadro 12 apresenta a entrevista de 5 guardas municipais:

Quadro 13 - Percepção dos Entrevistados sobre as atividades da Guarda Municipal

SIGNIFICADOS IDENTIFICADOS CORRESPONDENTES A TEMÁTICA			
	Expressões mencionadas pelos entrevistados	Significado	
A falta de uma norma adequada para atuar profissionalmente na segurança pública em Lauro de Freitas causa?	“...aqui é tudo em cima da prática que ele venha aprender na hora sem a presença da teoria, de normas.”	Insegurança	Insegurança Discordância Necessidade Incompreensividade Ineficiência
	“A gente tem um embate muito grande porque hoje em dia querem fazer com que o errado seja certo. Então, sabemos que é uma situação que está tudo fora da lei e não está dentro dos padrões, dentro das leis municipais, dentro das leis federais, dentro das leis estaduais e tem uma situação de alguém querendo intervir, querendo transformar o errado em certo...”	Discordância	
	“É preciso uma retaguarda jurídica”	Necessidade	
	“...você tem que buscar os meios, através de documentos informando os gestores públicos sobre a função da Guarda Municipal que realmente muitas vezes não sabem e quando são informados não procuram fazer o que se deve, sempre se abstendo de suas funções.”	Incompreensividade	
	“...a guarda por não ser regulamentada, um estatuto que norteia suas ações, bem como a legitimidade para uso de arma de fogo a atuação da guarda ela se mostra de forma deficiente do como poderia ser.”	Ineficiência	

Fonte: Autoria própria.

Conforme quadro 13, percebe-se que os guardas municipais possuem um sentimento de insegurança em relação a sua atuação profissional e um sentimento de ineficiência em relação as suas funções, reportando esta situação a legislação municipal atual que é desatualizada para as atividades realizadas pela Guarda Municipal de Lauro de Freitas (GMLF). Pontos relevantes e obrigatórios que regulamentam a prática profissional, como, por exemplo, o código de conduta próprio, plano de cargos e salários e carreira única, não são atendidos na legislação municipal.

Além disso, os entrevistados destacam também a falta de uma legislação

municipal adequada com o Estatuto Funcional e o Regimento Interno sobre suas atividades profissionais de guardas municipais contribuem para esta situação de insegurança, causando conflitos na atuação dos profissionais.

Desta forma, percebe-se que a adequação da legislação municipal de Lauro de Freitas é fundamental para a atuação dos guardas municipais. Ao buscar compreender as mudanças ocorridas ao longo dos 33 anos de atuação – desde a criação da GMLF até a atual implantação da Secretaria Municipal de Segurança Pública (SMSP) em 2021 –, verificou-se que a adequação da legislação é normalmente realizada pelos próprios guardas, conforme afirmação do entrevistado 5 (guarda municipal).

Do tempo que eu entrei aqui não teve grandes mudanças temos é grandes problemas com equipamento, material de uso diário, viaturas e com infraestrutura do local onde a gente convive. Não temos na realidade uma juridicidade para atuar, infelizmente nós não gozamos. E seria uma coisa principal para atuar na rua, então a gente não tem um Estatuto Funcional para desenvolver nossas ações de rua e infelizmente a gente vai caminhando com o que sabe e com o que trouxe. Na realidade aqui não teve muito que agregar a gente teve alguns cursos, pilotagem de motocicleta, mas a parte jurídica que permeia o nosso trabalho é realmente para a Prefeitura e o seu corpo jurídico fazer, ainda não foi feito (Entrevistado 5).

Além da adequação à legislação federal, ao analisar a fala do entrevistado 5 foi possível identificar a inadequação da norma municipal que viabilize a estruturação da carreira adequada à categoria profissional. Como também, a ausência de Estatuto Funcional que possibilitaria a caracterização das atividades, bem como a descrição de suas competências no exercício da função, levando a limitação da atuação profissional e restringindo a efetividade da prática de proteção preventiva e comunitária na segurança pública municipal.

A atualização da legislação do GMLF poderá assegurar direitos, colaborando para a construção da identidade profissional preventiva e comunitária dos guardas municipais descritas no Estatuto Geral das Guardas Municipais (EGGM). Além disso, a norma pode contribuir para manutenção do controle e da qualidade das atividades realizadas conforme previsto EGGM: “Para efeito do disposto no inciso I do caput do art. 13, a guarda municipal terá código de conduta próprio, conforme dispuser lei municipal.” (Brasil, 2014, cap. VII, art. 14). Outrossim, adequando aos balizamentos da Lei Federal nº 13.675 de 11 de junho de 2018 que estabelece a Política Nacional de Segurança Pública (PNSP).

Outra questão fundamental a ser definido na atuação profissional da GMLF é o uso da arma de fogo (Armamento Institucional). Norteada por legislação, conforme previsão do EGGM art. 2º e 6º, junto às disposições da Lei Federal nº 10.826 de 22 de dezembro de

2003, art. 6º, III e IV que “dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), define crimes e dá outras providências.” (Brasil, 2003, cap. III, IV, art. 6º) o Estatuto do Desarmamento. Segundo o Estatuto que foi alterado pela Lei Federal nº 10.867 de 22 de maio de 2004 o porte de arma de fogo está condicionado a treinamento específico, controle interno, comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica. Assim, apesar da previsão legal nas normas federais a GMLF ainda não tem prevista na legislação municipal a autorização para o uso da arma de fogo, e sim um decreto de proibição do uso da arma particular em serviço.

Nesse sentido, foi possível identificar que os gestores da SSPM encaminharam para o chefe do executivo uma proposta de alteração da Lei nº 1.276, de 31 de outubro de 2007, da GMLF, e da lei da Reforma Administrativa nº 1.898/2020, que propõe regulamentar o uso do armamento institucional. Na gestão municipal, do período de 2014 a 2017, foi realizada uma tentativa de regulamentação do uso do armamento institucional na GMLF, através da celebração de um convênio com a Polícia Federal, todavia não obteve êxito, pois não foram cumpridos os requisitos previstos na legislação como, por exemplo, a aquisição do armamento, formação e exames específicos, levando assim o seu cancelamento. (Lázaro, 2017).

A tabela 4 registra a percepção da Guarda Municipal/GMLF, do Gestor/SMSP e do representante da Comunidade sobre o uso de arma de fogo no trabalho da Guarda Municipal de Lauro de Freitas.

Tabela 4 - Percepção dos entrevistados sobre o Uso de Arma de Fogo

Percepção sobre o uso da arma de fogo no trabalho da Guarda Municipal			
	Respostas	Quant	%
Guarda Municipal/GMLF	“Uma necessidade com a devida formação para prestar o serviço qualidade [...]”	2	11,1%
	“Um EPI um instrumento de proteção para o guarda e para a sociedade [...]”	11	61,1%
	“Necessário com apoio jurídico e base legal.”	2	11,1%
	“Extremamente necessário para proteger a vida.”	2	11,1%
	“Imprescindível na atividade para responder a uma situação mais grave para proteger a vida[...].”	1	5,5%
	Total		18
Gestor/SMSP	“Fundamental na instituição de segurança, tendo em vista que serve tanto para inibir a criminalidade como para salvar vida dos cidadãos e do seu próprio agente de segurança.”	1	25,0%
	“Sou a favor desde quando se cumpra todos os requisitos necessários e não para todo efetivo.”	1	25,0%
	“Sim, tem que ter a devida discussão com a sociedade e legalização.”	1	25,0%
	“Importante, relevante, necessário, atendendo aos aspectos legais com formação capacitação específica e gradual.”	1	25,0%
	Total		4

Comunidade	“É importante, é mais segurança e proteção para todos.”	1	20,0%
	“Eu vejo o profissional da guarda municipal como os outros profissionais de segurança pública. E eu entendo que como todos passam por um critério eu vejo como positivo a guarda municipal ser também munida e armada.”	1	20,0%
	“É o essencial porque os traficantes, os ladrões estão bem municiados, bem armados, então é necessário sim.”	1	20,0%
	“Eu sou a favor, porém com ressalvas, que não seja arma de uso pessoal e sim de uso institucional. Que a instituição forneça respaldo jurídico disponibilize qualificação e treinamento para utilização dessa arma de fogo.”	1	20,0%
	“Concordo, mas para o efetivo uso é necessário uma capacitação, não só da técnica do manuseio, como também uma orientação sobre os momentos que deverá ser utilizada.”	1	20,0%
Total	5	100%	

Fonte: Autoria própria.

A tabela 4 demonstra a percepção dos 3 grupos de entrevistados (Guarda Municipal/GMLF, Gestor/SMSP e Comunidade) sobre o uso de armas de fogo. Os entrevistados do grupo A, guarda municipal da GMLF, afirmaram ser fundamental o uso da arma de fogo no trabalho. O entrevistado 11 respondeu que é favorável, pois “É essencial, aprendemos que devemos utilizar o uso diferenciado da força, então devemos ter em mente que a arma de fogo deve ser o último recurso a ser empregado, como uma segurança para o munícipe e para o agente” (Entrevistado 11). O depoimento do entrevistado revela conhecimento da norma sobre as ações dos integrantes da segurança pública, que preza pela valorização da vida e pelo uso racional da força.

Como também o entrevistado 7 afirma que “[...] é essencial a arma de fogo, além das armas de imunidade e baixa letalidade, a questão do uso do primeiro nível de força [...]” (Entrevistado 7) Portanto, é possível identificar na fala, conhecimento sobre o uso responsável e consciente de equipamentos. A Lei Federal nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, “disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional” (Brasil, 2014, art. 1º). Essa norma estabelece que os órgãos de segurança pública devem priorizar em suas ações o uso de instrumentos de menor potencial ofensivo e obedeçam aos princípios da legalidade, necessidade, razoabilidade e proporcionalidade. Assim, o art. 5º prevê que o poder público tem o dever de fornecer aos agentes de segurança pública instrumentos e equipamentos de menor potencial ofensivo para o uso racional da força (Brasil, 2014).

O grupo guardas municipais da GMLF que foram entrevistados responderam ser favorável ao uso da arma de fogo no trabalho, justificando a necessidade de defesa da vida do guarda municipal e para a proteção da sociedade, vinculando o uso a uma formação específica, apoio jurídico e base legal.

No mesmo sentido, os entrevistados (do grupo gestor da SMSP) responderam ser

favorável ao uso do armamento institucional, devido à necessidade de defesa do agente e proteção da sociedade, entendendo a necessidade de uma discussão com a sociedade, a formação específica dos profissionais e o princípio da legalidade; ressaltando para uma parte do efetivo de maneira gradual. O entrevistado 3 ainda pontuou “[...] tem que ter a devida discussão com a sociedade e legalização” (Entrevistado 3). Assim, foi ressaltado a necessidade de participação da sociedade civil na construção da segurança pública, conforme entendimento de Tavares dos Santos (2004) que tem como principal referência à necessidade da participação da sociedade civil na construção da cidadania, viabilizando um rompimento com as características tradicionais das forças de segurança pública.

No grupo de representantes da Comunidade, os entrevistados afirmaram ser a favor do uso de arma de fogo no trabalho, 2 entrevistados justificaram que viabilizaria mais segurança para todos, devido ao agravamento da violência e pelo tráfico de drogas. Os outros 3 também afirmaram ser a favor, desde quando os guardas municipais passem por formação e capacitação específica, como também o seu uso tenha a devida regulamentação pelo município e que seja o armamento institucional. Como afirmado pelo entrevistado 5 “Concordo, mas para o efetivo uso é necessário uma capacitação, não só da técnica do manuseio, como também uma orientação sobre os momentos que deverá ser utilizada.” (Entrevistado 5) Em síntese, a maioria entrevistados relaciona o uso da arma de fogo a uma necessidade do guarda para a sua própria segurança e proteção.

A necessidade da regulamentação e adequação da legislação federal da atividade profissional, a participação social e a formação básica e continuada em conformidade com a Matriz Curricular Nacional para Formação das Guardas Municipais (MCNFGM) são elementos importantes para um efetivo exercício profissional; como também, o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública e a construção de uma identidade profissional preventiva para as atividades profissionais do EGGM.

A atualização das normas sobre as atribuições da GMLF é muito lenta para acompanhar o desenvolvimento das atividades profissionais da categoria, como preconiza o EGGM, pois os guardas municipais ainda estão submetidos à Lei Municipal nº 1.276 de 31 de outubro de 2007, que define a regulamentação, funcionamento e competências da GMLF. A norma mais nova é a Lei Municipal nº 1519, de 18 de dezembro de 2013, Regimento Jurídico (RJ) e Plano de Cargos, Carreira e Vencimento (PCCV) que tem abrangência geral para todos os servidores públicos da administração direta de Lauro de Freitas, exceto saúde e educação. Assim, a lei em comento não inovou a atuação profissional dos guardas municipais, reproduzindo as atribuições do art. 3º, I a VI da Lei Municipal nº 1.276, de 31 de outubro de

2007, conforme apresentado no quadro 14 que dispõem os marcos normativos da GMLF.

Quadro 14 - Marcos normativos sobre as atribuições da GMLF

Documento	Finalidade	Previsão	Atribuições ao cargo	Situação	
Constituição Federal do Brasil de 5 de outubro de 1988	Segurança Pública	Art.144,§ 8º	Proteção de seus bens, serviços e instalações.	Atribuição geral	
Lei Orgânica do Município de Lauro de Freitas de 5 de abril de 1990.	Criação da GMLF	Art. 74.	Proteção dos bens, serviços e instalações do Município.	Atribuição geral	
Lei Municipal nº 1.276 de 31 de outubro de 2007.	Regulamentação e funcionamento da GMLF, definindo suas competências.	Art 2º	Proteger os bens, serviços e instalações do Poder Público Municipal.	Atribuição geral	
		Art. 3º, I	Prevenir atos que atentem contra os bens, instalações e serviços municipais.	Atribuições específicas	
			II		Prestar serviços de vigilância e de portaria nos prédios e instalações do Município
			III		Atuar como força complementar dos órgãos e entidades da Administração Municipal em instalações interna, equipamentos urbanos, monumentos, vias públicas, parques, jardins, praças e áreas de proteção ambiental.
			IV		Desenvolver ações comunitárias voltadas para o apoio, proteção e valorização do cidadão.
			V		Proteger o patrimônio ecológico, cultural, arquitetônico e ambiental do município.
			VI		Atuar em parceria com outros municípios e órgãos estaduais e da união, com vistas à implementação de ações integradas e preventivas para garantir a proteção e preservação do patrimônio público.
		Anexo I	Zelar pela segurança nos estabelecimentos públicos, controlando o acesso a trânsito das pessoas nas suas dependências, prestando informação a servidores e público em geral.	Atribuições específicas	
			Executar a vigilância dos prédios públicos, através de rondas internas e externas.		
			Prestar serviços de apoio como entrega de documentos e encomendas.		
			Prestar informações ao cidadão, procurando esclarecer sobre normas de conduta na utilização dos bens e serviços públicos.		
			Registrar as ocorrências observadas durante o seu turno de trabalho em formulário específico, visando subsidiar ações preventivas e corretivas pelos órgãos competentes.		
			Evitar atos antissociais ou que degradem o patrimônio público.		
Auxiliar órgãos oficiais de preservação nas ações contra crime ao meio ambiente.					
Interagir com o cidadão/usuário de equipamentos e serviços públicos, adotando postura de caráter preventivo e educativo.					
Realizar atividades que envolvem os serviços de Guarda Municipal, executando rondas, patrulhamentos e vigilância nos imóveis municipais.					
Tomar as medidas necessárias em casos de irregularidades e ocorrências, registrando diariamente as situações verificadas em sua jornada de trabalho, articulando-se permanentemente com o superior imediato.					
Participar de atendimentos em situações de calamidade pública.					

			Auxiliar nas emergências do controle de trânsito.	
Lei Municipal nº 1519 de 18 de dezembro de 2013.	Regimento Jurídico e Plano de Cargos, Carreira e Vencimento – PCCV dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Lauro de Freitas.		Prevenir atos que atentem contra os bens, instalações e serviços municipais. Prestar serviços de vigilância e de portaria nos prédios e instalações do Município Atuar como força complementar dos órgãos e entidades da Administração Municipal em Instalações internas, equipamentos urbanos, monumentos, vias públicas, parques, jardins, praças e áreas de proteção ambiental. Desenvolver ações comunitárias voltadas para o apoio, proteção e valorização do cidadão. Proteger o patrimônio ecológico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município. Atuar em parceria com outros Municípios e órgãos estaduais e da União, com vistas à implementação de ações integradas e preventivas para garantir a proteção e preservação do patrimônio público.	Atribuições específicas sem inovação, reproduzido da Lei Municipal nº 1.276 de 31/10/2007. Art. 3º, I a VI.
Lei Federal 13.022 de 08 de agosto de 2014.	Estatuto Geral das Guardas Municipais	Art.4º	Proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município.	Atribuição geral
		Art.5º, I	Zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município.	Atribuições específicas
		II	Prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais.	
		III	Atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais.	
		IV	Colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social.	
		V	Colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem, atentando para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas.	
		VI	Exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal.	
		VII	Proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas.	
		VIII	Cooperar com os demais órgãos de defesa civil em suas atividades.	
		IX	Interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades.	
		X	Estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas.	
		XI	Articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município.	
		XII	Integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal.	
		XIII	Garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, ou prestá-lo direta e imediatamente quando deparar-se com elas;	
		XIV	Encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário.	
		XV		

		XVI	Contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte.	
		XVII	Desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros Municípios ou das esferas estadual e federal.	
		XVIII	Auxiliar na segurança de grandes eventos e na proteção de autoridades e dignatários.	
		Parágrafo único	Atuar mediante ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local.	
			No exercício de suas competências, a guarda municipal poderá colaborar ou atuar conjuntamente com órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal ou de congêneres de Municípios vizinhos e, nas hipóteses previstas nos incisos XIII e XIV deste artigo, diante do comparecimento de órgão descrito nos incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal, deverá a guarda municipal prestar todo o apoio à continuidade do atendimento.	
Lei Federal 13.675 de 11 de junho de 2018	Instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (Susp)	Art. 9º	É instituído o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), que tem como órgão central o Ministério Extraordinário da Segurança Pública e é integrado pelos órgãos de que trata o art. 144 da Constituição Federal, pelos agentes penitenciários, pelas guardas municipais e pelos demais integrantes estratégicos e operacionais, que atuarão nos limites de suas competências, de forma cooperativa, sistêmica e harmônica.	
		§ 2º, VII	São integrantes operacionais do Susp: guardas municipais	

Fonte: Autoria própria.

O quadro 14 apresenta em ordem cronológica os marcos normativos sobre as atribuições da GMLF na segurança pública municipal (normas federais e municipais), a finalidade da norma (Segurança Pública, Criação da GMLF etc.), previsão (Parágrafo, Artigo e Inciso), atribuições descritas na norma (Proteção de seus bens, serviços e instalações) e situação (atribuição geral ou específica).

Examinando a Lei Municipal nº 1.276 de 31 de outubro de 2007 (Quadro 14), que trata das atribuições específicas da GMLF, é possível compreender que sua atuação profissional não está restrita apenas as funções de proteção patrimonial descrita na norma municipal. Entretanto, a lei estabelece como a principal atribuição da instituição a proteção patrimonial, pois das 18 atribuições específicas descritas no art. 13, anexo I, da norma municipal, sete tem correspondência direta com a proteção e segurança patrimonial e uma está parcialmente relacionada com segurança patrimonial. Uma atribuição encontra-se desatualizada (entrega de documentos e encomendas), uma atribuição precisa de complementação (Atuar como força complementar dos órgãos e entidades da Administração

Municipal), duas atribuições são ligadas a dinâmica ordinária da atividade e tem características semelhantes (registro de ocorrências diárias).

E por fim, seis atribuições ampliam a participação além da proteção patrimonial (apoio situação de emergências de trânsito, calamidades, prevenção de crimes ambientais, Evitar atos antissociais ou que degradem o patrimônio público, interagir com o cidadão/usuário de equipamentos e serviços públicos, executar patrulhamentos nos imóveis municipais.).

Realizando uma comparação das duas normas distintas – a Lei Municipal nº 1.276, de 31 de outubro de 2007, que trata das atribuições específicas da GMLF e a Lei Federal 13.022, de 8 de agosto de 2014, o EGGM que norteia a atuação profissional dos guardas municipais em todo Brasil – é possível compreender que a atuação profissional da GMLF como instituição municipal de segurança pública não está voltada somente para a proteção preventiva. Essa característica é sobretudo devido às limitações das atribuições específicas descrita na Lei Municipal nº 1.276/2007, pois das 18 diretrizes contidas nas atribuições específicas do EGGM, seis tem correspondência direta com as atribuições descritas na norma municipal, duas correspondem parcialmente e onze não correspondem, podendo ser consideradas como inéditas em alguma medida (art. 15º, III, IV, V, IX, X, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII).

A pesquisa revelou que algumas dessas atribuições descritas no Estatuto Geral das Guardas Municipais (EGGM) são realizadas pela GMLF, mas sem a devida regulamentação da norma municipal. Assim, verifica-se a necessidade de uma revisão e atualização da Lei Municipal nº 1.276, de 31 de outubro de 2007, tendo em vista que a categoria tem uma lei nacional que regulamenta e norteia as suas atribuições profissionais.

Portanto, é possível afirmar que as atividades da GMLF vão além do comprometimento com segurança patrimonial, conforme previsto na legislação municipal examinada. A norma municipal é inadequada para as atividades realizadas e não atende grande parte das questões preconizadas pelo EGGM, que são pontos relevantes e obrigatórios que regulamentam a prática, como código de conduta próprio, plano de cargos e salários, carreira única. A ausência de Estatuto Funcional e Regimento interno para a categoria causa insegurança, discordância, ineficiência na atuação profissional. Além disso, a inserção de atribuições que estão nos limites de suas competências e de responsabilidade de outros órgãos da segurança pública, sem uma regulamentação (Lei Federal 13.675 de 11 de junho de 2018, art. 9º), contribui com a insegurança de sua atuação.

Os guardas municipais devem participar ativamente da construção da política

municipal da área de segurança pública relacionada aos direitos humanos fundamentais e bem-estar social. Suas atribuições profissionais normatizadas e direcionadas na proteção preventiva no âmbito local intervêm diretamente na prevenção da violência e influência na sensação de segurança das pessoas.

4.3 A PRÁTICA PROFISSIONAL DA GUARDA MUNICIPAL E OS MODELOS DE ATUAÇÃO

Essa seção consiste em examinar as atividades realizadas pelos guardas municipais, buscando discutir as particularidades da prática profissional, realizando uma análise sobre quais modelos, ou correntes de atuação profissional estão classificados na segurança pública municipal. Com isso, disponibiliza-se informações fundamentais para a compreensão de uma atividade que esteja concordante com a identidade profissional de proteção preventiva e comunitária das Guardas Municipais no país, que tem como base o paradigma de Segurança Cidadã, norteadas pelo Estatuto Geral dos Guardas Municipais (EGGM).

Buscando compreender as particularidades sobre a vida profissional, os entrevistados do Grupo A (guardas municipais) relataram os motivos para o ingresso e permanência na carreira profissional de guarda municipal. Dos 18 guardas municipais entrevistados 5 afirmaram que a estabilidade no emprego foi único motivo de ingresso e de permanência, correspondendo 27,7% do total dos entrevistados, como afirmado pelo entrevistado 16 “[...] a busca por estabilidade, pois ultimamente a concorrência no meio privado anda muito difícil e as chances de ficar desempregado é muito grande, então busquei o concurso público para ter essa segurança para cuidar de mim e da família.” (Entrevistado 16). A situação de desemprego é um problema público que causa preocupação constante, diante disso a busca pela segurança no serviço público torna-se uma opção.

De maneira um pouco distinta, mais 5 entrevistados afirmaram que os motivos foram a estabilidade e a identificação com a profissão, correspondendo 27,7% do total dos entrevistados, como afirmado pelo entrevistado 4 “O motivo do ingresso foi a possibilidade de estabilidade no emprego e a permanência foi a identificação com a atividade de guarda municipal” (Entrevistado 4). E por fim, os 8 entrevistados afirmaram que a afinidade, identificação e vocação foram os motivos para ingresso e permanência na profissão.

Eu sempre tive afinidade com a área de segurança pública [...] (Entrevistado 2) Identificação, motivação e vocação. É sempre um prazer bem servi a sociedade por intermédio da Segurança Pública [...] (Entrevistado 3). Na verdade, sempre é uma questão de identificação com área de segurança. Eu, desde jovem, pensava em ingressar nas forças armadas, não tive oportunidade, fiz inscrição no Exército, mas não tive oportunidade (Entrevistado 7). Eu sempre pretendia atuar numa área mais branda da área policial, é afinidade mesmo [...] (Entrevistado 8). Eu sempre tive afinidade com a área de segurança e eu sempre gostei das forças policiais [...] (Entrevistado 9). Em princípio desde novo sempre senti esse desejo de trabalhar na área de segurança pública (Entrevistado 11). Sempre tive afinidade e hoje eu vejo a guarda municipal com uma perspectiva de segurança pública mais voltada para a comunidade [...] (Entrevistado 12). Eu sempre me identifiquei com a área de segurança pública desde a minha passagem pelas Forças Armadas [...] (Entrevistado 17).

A afinidade, identificação e vocação para realizar as atividades de segurança pública foram principais motivos para o ingresso e permanência na carreira de guarda municipal com 44,4% das declarações. Portanto, para um total de 72 % dos guardas municipais entrevistados, trabalhar na segurança pública é uma questão de identificação pela carreira militar, vocação, sonho e desejo, que se constitui muito cedo nas suas vidas.

Diante da demonstração de vocação e identificação para a prática de agente de segurança pública, é fundamental compreender como os guardas municipais se reconhecem como profissionais na atuação da proteção preventiva municipal. Assim 7 entrevistados relataram que ser guarda municipal é “ser profissional, ser protetor e amigo como diz o nosso emblema a gente sempre buscando respeitar o cidadão” (Entrevistado 6). A GMLF tem no símbolo institucional o lema as palavras “Patrulheiro, Protetor e Amigo”. Esse modelo foi adotado como um padrão nacional por várias Guardas Municipais da federação. O lema reporta as correntes de atuação Patrulheiro (“polícia municipal” que realiza patrulhamento ostensivo das vias), Protetor (segurança patrimonial dos bens, serviços e incitações) e Amigo (atua preventivamente na identificação de possíveis delitos junto à comunidade, apaziguador e mediador de conflitos, voltado para a manutenção da paz).

Os 11 depoimentos restantes estão em concordância com a atividade de agente de proteção social nas comunidades ou de proteção preventiva conforme norteamto do EGGM. Como afirmado pelo entrevistado 3, ser guarda municipal “é ser um cidadão também, a gente se coloca no lugar do outro, é não perder o sentimento no mundo. Nós atuamos para poder proteger o cidadão.” (Entrevistado 3). Como também, a afirmativa do entrevistado 17 um cooperador do cidadão “É ser um operador do Social.” (Entrevistado 17). Assim, esses entendimentos têm como modelo ou filosofia de trabalho o “policiamento comunitário dirigido à elaboração e iniciativas junto da comunidade, e a polícia como ator central na constituição de uma rede de prevenção” (Almeida, 2007, p.43).

O quadro 23 apresenta as percepções dos entrevistados do grupo A sobre as características das Guardas Municipais na segurança pública.

Quadro 15. Percepções sobre as características das Guardas Municipais na segurança pública

Depoimentos dos guardas municipais	Estratégia	Resultado Esperado	Fundamentação
“[...] prevenção, orientando a comunidade [...]” (Entrevistado 1)	Ações de prevenção com orientação e conscientização junto à comunidade.	Aumenta a confiança na GMLF.	Política de Segurança “Nova Prevenção”
“[...] conscientização, prevenção com a sociedade, além de proteção a bens, serviços e o patrimônio público, a gente tem esse leque de possibilidade de trabalhar [...]” (Entrevistado 2)	Proteção às pessoas, bens, serviços, e o patrimônio público do município.	Proporciona a convivência democrática da comunidade na política pública.	Paradigma Segurança Cidadã
”[...] segurança básica, a segurança preventiva que se mostra presente em todas as vias, nas atividades de trânsito. E a segurança preventiva ao cidadão nos ônibus e nas praças, bem como a patrimonial” (Entrevistado 5)	Segurança de grandes eventos.	Reduzir a violência e crimes nas comunidades.	Atuação profissional: Polícia cidadã Policimento preventivo. Intervenção local.
”[...] são mais atuantes na prevenção ou, trabalham mais visando os patrimônios. E hoje a nossa, ela atua tanto fazendo prevenção como trabalhando nos postos da prefeitura e nos eventos que surgem a cada final de semana ou em épocas comemorativas.” (Entrevistado 6)	Atividade de aproximação com o cidadão.	Diminuir medo do crime e da violência na comunidade.	Bases teóricas: Prevenção com participação da sociedade. Entendimento interdisciplinar da segurança.
“...aproximação com a população residente e passageira dos municípios.” (Entrevistado 8)	Segurança preventiva	Descoberta	Valorização do espaço local.
“Exercer um grande papel na área preventiva, na segurança preventiva é um grande papel na segurança pública” (Entrevistado 9)	Atividade integrada	Estratégia eficiente para o resultado pretendido.	Políticas Públicas de Segurança (envolve as diversas ações, governamentais e não governamentais).
“[...] guarda municipal deve ser engajada em todos os serviços que uma prefeitura pode disponibilizar para o cidadão.” (Entrevistado 10)	Policimento Orientado para a Resolução de Problema.	Atividade policial como meio para o problema e não como um fim.	Correntes de atuação dos guardas municipais.
“[...] deveríamos trabalhar em cima de prevenção, então aguarda pra mim é na presença, a ostensividade por isso tem que ter um guarda junto com a população [...] A guarda pra mim tem que ser em primeiro lugar, junto com a população resolvendo o básico, se extrapolar já não é mais com a gente.” (Entrevistado 11)	Polícia Cidadã	Possui amparo legal no EGGM.	“Agente de Proteção e Prevenção”. Tolerância urbana, contrário ao enfrentamento urbano.
“[...] ser uma polícia cidadã, onde o trabalho integrado entre a segurança pública e outros órgãos sociais também para oferecer um serviço de qualidade para toda a população e não é só vista como uma questão de polícia e sim uma questão conjunta, onde os órgãos públicos tendem a trabalhar junto para solucionar essa problemática.” (Entrevistado 12)	Atividades preventivas		
“Comprometimento de um trabalho de prevenção e respeito com o cidadão.” (Entrevistado 14)	Apoio ao trânsito		
“[...] o apoio ao trânsito e aos bens e instalações como constas na legislação.”	Polícia Comunitária		“Prevenção e Fatores de Risco”. Esses modelos refletem aqueles

(Entrevistado 15)			
“[...] uma proposta de policiamento diferenciado, elas devem adotar uma política de aproximação com o munícipe, de modo a identificar determinadas situações que possam ser antecipadas.” (Entrevistado 17)			empregados na Saúde Coletiva, na esfera da prevenção primária e secundária, definida como prevenção no desenvolvimento individual e comunitária.
“[...] a guarda é para fazer o serviço de prevenção na área da Segurança Pública e de proteção ao patrimônio público que é o que é inerente à nossa função também.” (Entrevistado 18)			Polícia Comunitária.

Fonte: Autoria própria.

O quadro 15 apresenta as percepções dos 14 guardas municipais sobre as características das Guardas Municipais na segurança pública, os depoimentos estão relacionados com a identidade profissional proteção preventiva comunitária. Demonstra as estratégias que estão relacionadas, os resultados esperados, descobertas e suas fundamentações. As percepções sobre a atuação profissional na segurança pública são conformadas nas características da política de segurança “Nova Prevenção” como compreensão interdisciplinar, interagencialidade das políticas públicas de segurança, participação da sociedade civil e valorização do espaço local (Fagundes, 2007). E estão relacionadas com a atuação preventiva como preconiza o EGGM, “tem o patrulhamento preventivo como princípio de atuação” art. 3^a, III; a “pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem” art. 5^o, V; a “adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município” art. 5^o, XI e o “desenvolvimento de ações de prevenção primária à violência” art. 5^o, XVI (Brasil, 2014).

As percepções apresentadas pelos entrevistados estão diretamente relacionadas ao modelo de atuação de Agente de Proteção e Prevenção, que também vão ao encontro da prevenção da violência com base na Saúde Coletiva, com foco na prevenção primária (as ações devem ter como alvo a comunidade inteira) e secundária (as ações são voltadas para pessoas da comunidade que têm alto risco de se iniciarem na delinquência). As políticas ou ações de prevenção estão associadas a fatores de riscos individuais, familiares, escolares e situacionais (Rolim, 2006). Assim, Milani (2003, p.38) esclarece que a concepção do conhecimento preventivo (Cultura da Paz) preza por “mudanças inspiradas em valores como justiça, diversidade, respeito e solidariedade, por parte de indivíduos, grupos, instituições e governos.” Portanto, em consonância com a função das guardas municipais no enfrentamento da violência.

Diante disso, ao realizar uma análise das atividades profissionais da Guarda Municipal de Lauro de Freitas (GMLF) ao longo de anos é possível afirmar que podem ser consideradas mutáveis, devido aos direcionamentos dados pelas normas federal e municipal. Entretanto, é fundamental destacar que as mudanças em âmbito municipal ocorrem conforme a peculiaridade do entendimento de cada gestor municipal que por meio de decretos e reformas administrativas empregam os guardas municipais de acordo com seu entendimento.

Os guardas municipais entrevistados, que possuem maior tempo de serviço público na GMLF (guardas efetivados pela Constituição de 1988), afirmam que ocorreram poucas mudanças na instituição. Entre essas mudanças o entrevistado 4 destaca “[...] começamos aqui só no patrimônio, a guarda só veio fazer um serviço externo quando era para

fazer um serviço extra, quando a Prefeitura fazia uma ação social e os guardas é para fazer a segurança dos funcionários [...]” (Entrevistado 4). Assim, a atividade profissional desempenhada era voltada preferencialmente para a segurança patrimonial das instalações municipais.

E a partir do ano de 2007, com a publicação da Lei Municipal nº 1.276, de 31 de outubro de 2007, e a incorporação dos guardas municipais que realizaram o primeiro concurso da GMLF, o entrevistado 7 afirma que houve a ampliação das atividades “[...] eu tenho 15 anos aqui, saímos de meros agentes de portaria para agentes de segurança pública [...]” (Entrevistado 7). Como exemplo, o modelo de atuação preventiva e ostensiva realizado pelo emprego de grupamentos especializados na época da extinta Superintendência de Segurança Municipal (SSM) ocorrido nos anos de 2013 a 2017 (Lázaro, 2017).

Atualmente a proposta implantada desde 2018, prioriza a atividade de segurança patrimonial e proteção preventiva ostensiva, realizada preferencialmente sem a implantação normatizada de grupamentos especializados. Conforme afirmação do entrevistado 11 “[...] cada gestor quer uma Guarda diferente, uma busca mais atuante, mais ostensiva, outros já preferem mais cautelosa, mais patrimonial. Estamos fazendo dois trabalhos, basicamente a parte de postos e de rondas. Acabaram com os grupamentos que tínhamos.” (Entrevistado 11) A afirmativa do entrevistado 11 confirma a ocorrência da descontinuidade das atividades, contribuindo para a não consolidação da identidade preventiva e comunitária da GMLF.

É fundamental destacar que durante a observação da atividade profissional foi identificado as seguintes funções: Coordenador (1 guarda municipal), Gerente de Operações (1 guarda municipal), Inspetor Administrativo (2 guardas municipais), Inspetor Operacional (4 guardas municipais), Inspetor do Grupamento Especializado de Motopatrulhamento (GEM) (4 guardas municipais) e Guarda Municipal (107 guardas municipais). Foi possível identificar a prática do motopatrulhamento realizado pelos guardas municipais que se denominam constituir o GEM. Conforme afirmação de um guarda municipal durante as entrevistas “A gente teve alguns cursos, pilotagem de motocicleta, mas a parte jurídica que permeia o nosso trabalho é realmente com a prefeitura.” (Entrevistado 5) Assim, o GEM é o único grupamento especializado em atividade na GMLF mas, o mesmo não tem suas atividades regulamentadas por uma norma municipal.

Como exemplo de descontinuidade das atividades, é possível descrever o projeto “Mensageiros da Paz,” criado no ano de 2013, que tinha como propósito realizar oficinas e palestras nas escolas públicas de Lauro de Freitas para abordar a temática da violência e do uso de álcool e outras drogas (PNUD, 2013). A “Operação Verão” foi criada na gestão de

2014 a 2017 e realizava “o reforço na segurança da orla marítima, praias de Buraquinho até Ipitanga, no município, com motopatrulhamento e a pé móvel” (Entrevistado 1) promovia de maneira preventiva e ostensiva, proteção das pessoas que frequentavam a orla marítima e o patrimônio local. E por fim, o Grupamento Ambiental de Lauro de Freitas (GALF), efetuava atividades de captura e resgate de animais, patrulhamento preventivo das áreas de proteção ambiental e realizava palestras nas escolas públicas do município sobre preservação ambiental (Lázaro, 2017). Todos os projetos tiveram suas ações finalizadas em datas distintas e até o momento dessa pesquisa não retornaram.

A necessidade de adequação da regulamentação das atividades da GMLF pelo poder municipal, viabiliza essas constantes mudanças de atuação profissional, que sem a devida avaliação de sua efetividade, contribuem para a não consolidação da identidade profissional de proteção preventiva, resultando na descontinuidade de serviços fundamentais para a sociedade de Lauro de Freitas. A GMLF não tem uma sede própria de suas instalações e já foi situada em três diferentes locais do município durante os anos de 2013 a 2023. Portanto, durante a última década sua atuação profissional foi norteadas por mudanças com a criação de grupamentos especializados (GALF) e de ações (“Mensageiros da Paz,” e “Operação Verão”), mas os projetos que criaram essas políticas não passaram pela aprovação e regulamentação da câmara municipal local, levando assim a interrupção ou o cancelamento pela gestão municipal subsequente, sem avaliar suas efetividades para a sociedade.

Durante a pesquisa as atividades realizadas pela GMLF no ano de 2022 chegaram a 251 Ordens de Serviços (OS), que são as atividades programadas, solicitações das diversas atividades realizadas pela GMLF. Suas atribuições vão além do fundamental cumprimento da missão constitucional de garantir a proteção bens, serviços e instalações no município. E suas obrigações profissionais estão voltadas a atender as particularidades e as demandas do serviço público no município de Lauro de Freitas (Pleito eleitoral, grandes eventos públicos e festivos, mutirões de serviços municipais etc.).

O quadro 16 apresenta uma síntese da atuação da Guarda Municipal de Lauro de Freitas (GMLF), conforme exame das Ordens de Serviço que foram realizadas no ano de 2022, as atividades foram classificadas como ordinárias, emergenciais e programadas. Apresenta também o local onde são realizadas as atividades, situação e modelo de acordo com a atuação. O quadro 16 apresenta as atividades realizadas pela GMLF no ano de 2022.

Quadro 16. Atividades realizadas pela GMLF em 2022

	Atividades	Local	Situação Modelo
ORDINÁRIAS	Proteger os bens patrimoniais, espaços públicos e serviços em postos fixos, zelando pelos equipamentos que estiverem sob sua guarda.	Posto 1 (Base da GMLF), Posto 2 (Unidade de Pronto Atendimento - UPA), Posto 3 (Secretaria de Políticas para Mulheres - SPM), Posto 4 (Centro de Atenção Psicossocial álcool e outras drogas - CAPS ad) e Posto 5 (Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS),	Ativo Guarda Patrimonial Prevenção
	Realizar a segurança e proteção ostensivamente e preventivamente com veículo os postos fixos, garantindo a segurança externa das instalações.	Conforme descrito no cartão programa da viatura da inspetoria GMLF.	Ativo Guarda Patrimonial Prevenção
	Realizar a segurança e proteção ostensivamente e preventivamente com carro em vias, praças e logradouros públicos garantindo a segurança local.	Conforme descrito no cartão programa das viaturas. Cartão viatura 02 (Centro), 03 (Ítinga), 04 (Rondas nos postos de serviços)	Ativo Agente de Proteção Social Prevenção
	Efetuar a segurança e proteção com motocicleta ostensivamente e preventivamente em vias, praças e logradouros públicos garantindo a segurança local.	Conforme descrito no cartão programa das viaturas. Motopatrulhamento	Ativo Agente de Proteção Social Prevenção
	Realizar serviços administrativos elaborando documentos oficiais (ofícios, encaminhamentos, relatórios, escalas, avisos etc.)	Base da GMLF, Centro Integrado de Operações Policiais (CIOP), Corregedoria da SSPM.	Ativo
	Atender pessoalmente e por telefone os cidadãos, agentes de segurança e autoridades na GMLF.	Base da GMLF, Centro Integrado de Operações Policiais (CIOP), Corregedoria da SSPM.	Ativo Agente de Proteção Social Prevenção
	Operar programa de videomonitoramento e efetuar o monitoramento de câmeras.	Centro Integrado de Operações Policiais (CIOP).	Ativo Agente de Proteção Social Prevenção
	Realizar serviços de comunicação com rádio e celular.	Centro Integrado de Operações Policiais (CIOP).	Ativo Agente de Proteção Social Prevenção
EMERGENCIAIS	Auxiliar o atendimento as ocorrências em vias públicas. (Ameaça, Vias de fato, Violência Doméstica, Uso de Entorpecentes, Infração com menores)	Logradouro público do município.	Ativo Agente de Proteção Social Prevenção
	Auxiliar no controle e ordenamento do trânsito e nas ocorrências com vítimas.	Vias e ruas do município.	Ativo Agente de Proteção Social Prevenção
	Auxiliar na segurança das ações de fiscalização nas denúncias perturbação e poluição sonora	Nos bairros do município (praças, largos, vias etc.) conforme orientação do Centro Integrado de Operações Policiais (CIOP).	Ativo parcialmente Agente de Proteção Social Prevenção
	Atender as denúncias do número 153, realizando o patrulhamento preventivo, evitando furto e dano ao patrimônio público.	Nos bairros do município (praças, largos, vias, escolas, centro de esportivo, postos de atendimento médico etc.) conforme orientação do Centro Integrado de Operações Policiais (CIOP)	Ativo Agente de Proteção Social Prevenção
	Auxiliar nas atividades de defesa civil (alagamentos, deslizamentos etc.)	Nos bairros do município (praças, largos, vias, residências etc.) conforme orientação do Centro Integrado de Operações Policiais (CIOP)	Ativo Agente de Proteção Social Prevenção
	Proteger as instalações, serviços e servidores municipais nas ocorrências de manifestações e tumulto, mediando a resolução pacífica do conflito, garantindo direitos e o respeito às normas de convivência	Prefeitura, Câmara Municipal, Secretarias Municipais, Escolas Municipais, Postos de Saúde, Centros de Assistencial Social e etc.	Ativo Agente de Proteção Social Prevenção

	Auxiliar o público em situação de vulnerabilidade, informações gerais, primeiros socorros.	Nos bairros do município (praças, largos, vias etc.) conforme orientação do Centro Integrado de Operações Policiais (CIOP).	Ativo Agente de Proteção Social Prevenção
	Preservar o local de provas garantindo a inviolabilidade do local do crime.	Nos bairros do município (praças, largos, vias etc.) conforme orientação do Centro Integrado de Operações Policiais (CIOP).	Ativo Agente de Proteção Social Prevenção
PROGRAMADAS	Auxiliar na segurança das ações de controle, fiscalização e ordenamento do solo e comércio.	Nos bairros do município, conforme orientação descrita na Ordem de Serviço.	Ativo Agente de Proteção Social Prevenção
	Auxiliar na segurança em grandes eventos festivos, esportivos e religiosos.	Nos bairros do município, conforme orientação descrita na Ordem de Serviço.	Ativo Agente de Proteção Social Prevenção
	Proteger e garantir a segurança de pessoas, serviços e instalações municipais e de outras instituições e organizações.	Nos bairros do município, conforme orientação descrita na Ordem de Serviço. Secretaria Municipal da Saúde (Vacinação COVID 19 e restrição de circulação e fiscalização do comércio) Conselho Tutelar Lauro de Freitas (CTLF), Segurança no fórum e nas seções Tribunal Regional Eleitoral (TRE).	Ativo Agente de Proteção Social Prevenção
	Auxiliar na segurança das ações integradas de prevenção e proteção na segurança pública, trânsito, meio ambiente.	Nos bairros do município, conforme orientação descrita na Ordem de Serviço. Operação de enfrentamento a pandemia de COVID 19, Fiscalização no trânsito (alcoolemia, documentação e segurança), Fiscalização de práticas de crimes ambientais.	Ativo Agente de Proteção Social Prevenção
	Participar de eventos sociais promovendo a interação com a sociedade	Nos bairros do município, conforme orientação descrita na Ordem de Serviço. Conselho Tutelar Lauro de Freitas (CTLF), Escolas Municipais, Instituições de caridade.	Ativo Agente de Proteção Social Prevenção

Fonte: Autoria própria.

Ao analisar o quadro 16 sobre a atuação dos Guardas Municipais em 2022 é possível identificar atividades que não estão restritas as funções de proteção patrimonial como: Realizar a segurança e proteção ostensivamente e preventivamente com veículo em vias, praças e logradouros públicos garantindo a segurança local; Efetuar a segurança e proteção com motocicleta ostensivamente e preventivamente em vias, praças e logradouros públicos garantindo a segurança local; Operar programa de videomonitoramento e efetuar o monitoramento de câmaras. Auxiliar o atendimento as ocorrências em vias públicas (Ameaça, Vias de fato, Violência Doméstica, Uso de Entorpecentes, Infração com menores); Auxiliar na segurança das ações de fiscalização nas denúncias perturbação e poluição sonora; Auxiliar na segurança em grandes eventos festivos, esportivos e religiosos; Proteger as instalações, serviços e servidores municipais nas ocorrências de manifestações e tumulto, mediando à resolução pacífica do conflito, garantindo direitos e o respeito às normas de convivência; e, Preservar o local de provas garantindo a inviolabilidade do local do crime.

No quadro 16, as atividades foram classificadas conforme sua natureza de suas demandas, ou seja, maneira de como foram solicitadas e quando serão realizadas, sendo:

- **Ordinárias**, realizadas habitualmente por determinação dos gestores da

SMSP, não dependem de uma nova determinação para serem executadas.

- **Emergências**, não são realizadas habitualmente e não são programadas, dependem das demandas diárias da comunidade e seu cumprimento é imediatamente. Seguem as seguintes etapas; 1º - ligação telefônica do cidadão para o número 153, 2º - abertura da chamada pelo atendente, 3º - distribuída para a Guarda Municipal, 4º - Redirecionada para as guarnições de rua.

As ocorrências de emergência também podem ocorrer quando os guardas municipais que estão no serviço externo de patrulhamento preventivo no município, presenciarem o fato, ou por solicitação pessoal do cidadão. Ocorrendo essa situação o agente deve imediatamente comunicar via rádio a ocorrência ao seu responsável direto, inspetor operacional de plantão para viabilizar as medidas cabíveis.

As atividades **Programadas** são solicitadas pela comunidade, tem sua execução programada para determinada data, conforme o solicitante e de acordo com as demandas de serviços a serem realizadas pela GMLF. Formalmente seguem as seguintes etapas: 1º - ofício protocolado na SMSP, 2º - despacho do Secretário com encaminhamento para a GMLF, 3º - Coordenação e Gerência de Operações faz contato com o solicitante para inserir no planejamento, 4º - Ordem de serviço com as orientações sobre a atividade é direcionada para a inspetoria responsável pela execução. É fundamental destacar que a GMLF ainda não tem uma norma para regulamentar os procedimentos de atendimento à população, pois não possui um sistema de mensuração de suas atividades, não possui registro do número de ações, não consegue avaliar o trabalho realizado (sua eficiência) e não possui como realizar a avaliação da comunidade.

O quadro 16 também registra o local onde as atividades são realizadas, principalmente no território do município de Lauro de Freitas. No entanto, com a devida autorização da SMSP, atividades de caráter formativo (cursos de capacitação), representativo (eventos diversos) e logístico (empréstimo de materiais e equipamentos) podem ser realizadas em outros municípios. Além disso, o quadro classifica as situações de atividade de acordo com o modelo de atuação (Polícia Municipal ou Agente de Proteção Social Preventivo) e se estão ativas ou inativas. Portanto, como resultado o quadro 16 mostra que a atuação profissional da GMLF não está restrita apenas as funções de proteção patrimonial descrita em grande parte da norma municipal.

Buscando compreender a atuação profissional da Guarda Municipal de Lauro de Freitas (GMLF), com base nas informações apresentadas no quadro 16 realizou-se uma

análise das atividades a partir de três modelos ou correntes teóricas influenciadoras da atuação na segurança urbana municipal: Guarda Patrimonial, Agente de Proteção Social Comunitário e “Polícia Municipal” (Vargas; De Oliveira Junior, 2010; Misse; Bretas, 2010). Conforme apresentado na figura 8.

Figura 8. Modelos ou correntes influenciadoras de atuação da segurança urbana municipal utilizados na GMLF



Fonte: Autoria própria.

A figura 8 representa o modelo de atuação profissional adotado na GMLF a partir de um diagrama de Venn. Os conjuntos representados pelos modelos de atuação profissional – 1 Guarda Patrimonial (protetor de bens e serviços) e 2 Agente Proteção Social (Apaziguador e mediador de conflitos) – estão unidos na atividade profissional (1 U 2). É possível observar que o conjunto 3 representado pelo modelo de atuação “Polícia Municipal” (Aplicador da lei e repressor do crime) não possui elementos em comum com a atuação profissional da Guarda Municipal, assim, não tem interseção com os demais conjuntos. Os modelos das correntes podem ser predominantes ou não e diante das diversas atribuições podem variar em mais de um. E apresentam-se hierarquicamente, conforme a especificidade apresentada na GMLF que teve a origem de suas atividades no modelo 1 de Guarda Patrimonial e depois o 2 Agente Proteção Social exposto na figura 8.

Conforme entendimento de Vargas e De Oliveira Junior (2010), os modelos de atuação podem ser compreendidos a partir das seguintes características:

- 1 Guarda Patrimonial tem atribuições profissionais delimitadas ao seu posto de serviço e assegura a proteção e segurança de bens patrimoniais,

espaços públicos, serviços oferecidos, pessoas que fazem uso e servidores municipais.

- 2 Agente de Proteção Social Comunitário tem como princípio atuar preventivamente na identificação de possíveis delitos junto a comunidade, apaziguador e mediador de conflitos, voltado para a manutenção da paz.
- 3 “Polícia Municipal” tem sua atribuição com base no policiamento ostensivo e reativo das ruas, aplicador da lei e repressor do crime, procura aplicar a lei aos possíveis comportamentos desviantes.

Atualmente na GMLF não foram encontradas atividades voltadas para o modelo de “Polícia Municipal”.

Ao analisar as atividades realizadas pelos 18 entrevistados do grupo A guardas municipal, percebe-se que as atividades correspondem as correntes de atuação profissional sendo: Guarda Patrimonial (3 entrevistados), Agente de Proteção Social (8 entrevistados) e compartilhando as atividades de Guarda Patrimonial com Agente de Proteção Social (7 entrevistados). Nenhum entrevistado destacou Polícia Municipal. Assim, é possível identificar que os guardas municipais não se identificam realizando ações da corrente de “Polícia Municipal.”

Como exemplo, o entrevistado 5 afirmou a principal relevância da atividade profissional “somos na realidade uma atividade meio, pelo qual os outros serviços do município acontecem. Então, prestamos segurança para as outras secretarias ou para as outras pessoas, para que eles consigam desempenhar o seu trabalho.” (Entrevistado 5). Essa afirmação esta pautada na atividade preventiva, voltada para tolerância e integração com a sociedade, conforme definido pelo paradigma da segurança cidadã e o modelo de atuação Agente de Proteção Social. Assim, o entendimento da atuação profissional do guarda municipal pode ser compreendido, segundo o entendimento de Freire (2009) e Adorno (2010), como uma atividade de prevenção da violência que envolve especificidades como o respeito aos direitos e a cidadania, como também a participação de diversas ações e agentes.

Os guardas municipais se identificam com a corrente de Agente de Proteção Social, conforme depoimento do entrevistado 10: “o papel que a guarda municipal faz é muito além da Segurança Pública é mais uma questão de estreitar os laços com cidadão e com o serviço público” (Entrevistado 10).

No mesmo sentido, o entrevistado 2 destaca em sua entrevista a atuação profissional preventiva e comunitária do guarda municipal.

A gente mostra que a segurança pública não é só a questão do combate, não é só a questão do *front*. Vamos dizer assim, da ostensividade. A gente também pode trabalhar de uma forma preventiva, educadora. E a guarda municipal no meu entendimento ela veio proporcionar esse tipo de serviço pra população, serviço de conscientização (Entrevistado 2).

O entrevistado 2 destaca que o papel profissional do guarda municipal é a atuação profissional preventiva, educadora e de conscientização. Confirmando que a atualmente a prática profissional da GMLF não tem como referência a corrente de “Polícia Municipal” e sim a de Segurança Cidadã como um Agente de Proteção Social e pode ser compreendida em uma perspectiva de atuação que “elimina as ameaças de violências na população e permite a convivência segura e pacífica” junto à questão do reconhecimento de direitos do cidadão, estando relacionada também à segurança humana (Velásquez, 2004, p. 187).

Portanto, é possível identificar que os guardas municipais de Lauro de Freitas compreendem que suas atribuições profissionais focam na prevenção e na proteção da sociedade, prática comprometida na cultura da paz.

Em busca de ampliar a compreensão sobre a atuação profissional, os guardas municipais de Lauro de Freitas relataram as atividades que poderiam ser realizadas. O quadro 8 demonstra a percepção dos guardas municipais sobre as atividades na GMLF.

Quadro 17 - Percepção dos guardas municipais sobre atividades na GMLF

Atividade	Ações	Nº afirmações	%	Situação, Modelo, Paradigma
1 Trabalhos Educativos e preventivos.	Integrar com a comunidade realizando trabalhos educativos de prevenção de riscos, perigos e de conscientização junto à comunidade, logradouros públicos, com palestras e seminários.	8	32%	Inativo Agente de Proteção Social Prevenção Segurança Cidadã
2 Grupamento Ambiental	Palestras, campanhas e mutirões de preservação ambiental. Resgate e captura de animais silvestres em risco e perigo encaminhando para centro especializado. Proteção e segurança de parques, praças e praias.	6	24%	Inativo Agente de Proteção Social Prevenção Segurança Cidadã
3 Ronda Escolar	Reuniões educativas e preventivas buscando a Paz Social em escolas, realizar a segurança e proteção dos docentes e discentes em torno da região escolar.	4	16%	Inativo Agente de Proteção Social Prevenção Segurança Cidadã
4 Maria da Penha	Proteger as instalações, serviços, vítimas e servidores dos centros de atendimento especializado de prevenção e proteção a violência doméstica. Palestras, campanhas. Acompanhar e escoltar as vítima em possíveis deslocamentos e desenvolver ações preventivas (aulas de defesa pessoal)	2	8%	Ativo parcialmente Agente de Proteção Social Prevenção Segurança Cidadã
5 Trabalho social	Desenvolver e participar de ações	2	8%	Ativo

		sociais com a comunidade e seus representantes.			Agente de Proteção Social Prevenção Segurança Cidadã
6	Grupamento de Motopatrulhamento	Auxiliar na segurança em parceria com outras forças em grandes eventos, segurança de ações de fiscalizações, patrulhamento e motopatrulhamento preventivo, escoltas e segurança de autoridades e dignitários.	2	8%	Ativo parcialmente Agente de Proteção Social Prevenção Segurança Cidadã
7	“Polícia Municipal”	Ronda ostensiva realizada de forma aleatória pela cidade forma de abordar possíveis condutas criminosas	1	4%	Inativo “Polícia Municipal” Policia Profissional Tradicional Repressão Segurança Pública
			25	100%	

Fonte: Autoria própria.

O quadro 17 apresenta as 7 atividades mais mencionadas pelos guardas municipais em ordem decrescente e com suas respectivas ações, a quantidade de vezes que as atividades foram mencionadas, suas porcentagens, se são situações ativas ou inativas, o modelo de atuação que estão classificadas (“Polícia Municipal” ou Agente de Proteção Social) e o paradigma de segurança que estão relacionadas (Segurança Pública ou Segurança Cidadã).

Dos 18 entrevistados, 17 sugeriram que a guarda poderia realizar atividades preventivas e educativas, relacionadas a corrente de Agente de Proteção Social Comunitária. Como exemplo, a afirmação do entrevistado 14: “Deveria ter um trabalho de prevenção, palestras nas escolas e na comunidade como tínhamos iniciado, agregando outros conhecimentos não só da área ambiental como também de segurança e prevenção que abrange várias questões” (Entrevistado 14). Essa atividade tem amparo na Lei Municipal nº 1.276 de 31 de outubro de 2007, “Desenvolver ações comunitárias voltadas para o apoio, proteção e valorização do cidadão” (Lauro de Freitas, 2007, art. 3º, inc. IV).

E proporcionando ao guarda municipal uma maior abrangência na atuação preventiva, essa atividade também foi preconizada pelo EGGM, como uma das competências específicas das Guardas Municipais a “adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município” art. 5º, XI e o “desenvolvimento de ações de prevenção primária à violência” art. 5º, XVI. Contribuindo na prevenção da violência e com “compromisso de evolução social da comunidade” (Brasil, 2014). Assim, esse tipo de atividade tem amparo legal, é aceito pela sociedade e viabiliza a construção da identidade profissional preventiva da GMLF no contexto local, tendo a atuação profissional de segurança pública como um possível meio na proteção preventiva e não como um fim, voltado à atuação de “polícia profissional tradicional”.

Apenas o entrevistado 13 afirmou uma atividade relacionada a corrente de atuação

“Polícia Municipal”: “Dá uma segurança melhor, deveria ser empregada verdadeiramente na segurança pública no SUSP, não ficar sempre em *standbay* na falta de alguém cobrir, a guarda deveria fazer a função de Polícia Municipal” (Entrevistado 13). Apesar desta atividade não ter amparo legal na Lei Municipal, que regula a atuação profissional da GMLF e nem no EGGM que norteia a atuação profissional dos guardas municipais na proteção preventiva comunitária.

A prática da “Polícia Municipal” caracterizada pelo modelo de “polícia profissional tradicional” aplicador da lei e repressor do crime, executado pelo policiamento ostensivo reativo, voltado a atender ocorrências policiais (Poncioni, 2005). Ainda é presente em algumas Guardas Municipais, conforme estudos apresentados na revisão da literatura dessa pesquisa. É possível afirmar que isso ocorre devido à necessidade de adequação das legislações municipais a ampliação da atuação profissional norteadas pelo Estatuto Geral das Guardas Municipais (EGGM), que viabiliza fortalecimento da identidade de proteção preventiva comunitária.

A percepção dos guardas municipais sobre as atividades desempenhadas pela Guarda Municipal de Lauro de Freitas (GMLF) está em concordância com o paradigma de Segurança Cidadã e com o modelo ou corrente de atuação profissional Agente de Proteção Social Comunitário. Conforme apresentado pelos entrevistados no quadro 16, que inclui atividades educativas e preventivas nas escolas e nas comunidades, que podem ser realizadas pelo grupamento ambiental e de patrulha escolar.

Nesse sentido, cabe destacar que a participação dos guardas municipais voltada para a proteção preventiva e comunitária como nas atividades de 1 a 5 é fundamental para o fortalecimento da identidade preventiva e para a prevenção da violência. Em especial nas atividades 3 e 4, pois ainda estamos convivendo com altos índices das violências doméstica e familiar contra a mulheres e da violência escolar no Brasil (Bueno, 2021; Sposito, 2001). A guarda municipal não deve se abster de participar do processo de enfrentamento as violências, conforme as particularidades da realidade local e tendo como referência a atuação profissional com base na Segurança Cidadã norteadas pelo EGGM, assim suas ações têm grande relevância para a sociedade.

É fundamental destacar que as atividades 1, 2 e 3 foram as mais citadas pelos guardas municipais entrevistados e não estão ativas, ou seja, ainda não foram retomadas como as atividades do Grupamento Ambiental e Ronda Escolar. As atividades 4 e 6 encontram-se ativas parcialmente, as atividades relacionadas a Lei Maria da Penha somente a proteção das instalações, serviços e servidores do centro de atendimento especializado de proteção e prevenção da violência doméstica. E a atividade do Grupamento de Motopatrulhamento de

auxiliar na segurança em parceria com outras forças de segurança em grandes eventos, segurança em ações de fiscalizações, motopatrulhamento preventivo em vias e logradouros públicos, escoltas e segurança.

As poucas atividades profissionais voltadas para a comunidade e que tenham sua participação como as descritas de 1 a 5 apresentadas no quadro 8, também foi constatada nos depoimentos dos guardas municipais durante as entrevistas. O entrevistado 4 respondeu ser pouca a participação “Poderia ser maior com as ferramentas de denúncia como o 153 e com a Central de Videomonitoramento que estão subutilizadas, a interação deveria existir com a sociedade, mas ela não existe” (Entrevistado 4). Esse depoimento relaciona a participação da comunidade ao serviço disque denúncia 153, um canal de interlocução entre cidadão e GMLF, onde são realizadas denúncias e solicitações de serviços. Esse serviço se estivesse funcionando de maneira efetiva, por si só não garante a participação das comunidades de Lauro de Freitas no processo de construção e nos direcionamentos da política pública de segurança cidadã.

E no mesmo sentido, o entrevistado 5 (guarda municipal) afirmou que não tem ou não vê esse tipo de atividade que proporcione a participação da comunidade com a GMLF.

Até então a gente não tem essa interação com a comunidade, ainda falta a gestão municipal organizar essa interação que está descrita na Lei 13.022. O município por intermédio da Guarda Municipal poderá criar essa interação com as entidades privadas e com a sociedade, até então a gente não tem, a não ser pelo CIOP que recebe algumas denúncias. Mas, com falta de equipamento não podemos nem cumprir algumas demandas desse setor (Entrevistado 5).

Assim, é possível identificar na afirmativa do entrevistado 5 a ocorrência de pouca articulação das atividades da GMLF com a sociedade de Lauro de Freitas. Dificultando o desenvolvimento de ações de prevenção a violência nas comunidades, que vão além da tradicional composição da rede de ações operacionais integradas dos servidores da Prefeitura com os agentes da AISP 23. Como exemplo, as ações de fiscalização do trânsito, comércio e enfretamento a pandemia de Covid 19.

E, por outro lado, as atividades descritas pelos entrevistados no quadro 8 revelam que o município através das guardas municipais tem grande potencial para realizar o enfretamento as violências, que vai além da atividade de “polícia profissional tradicional”, pois, atualmente as forças policiais brasileiras e seus agentes operadores da segurança urbana que compõem o SUSP são caracterizados no paradigma da Segurança Cidadã e no Policiamento Comunitário norteador da identidade profissional e suas ações são “voltadas

para a prevenção à violência” é efetiva participação da comunidade e “o respeito às normas de convivência e a resolução pacífica de conflitos,” (Freire, 2009, p.107) voltada à proteção de direitos fundamentais (Brasil, 2014). Portanto, em consonância com o entendimento de Freire (2009) que compreende a violência como um fenômeno de múltiplas causas e de manifestações diversas na sociedade. O mesmo encontra-se em processo de fortalecimento junto às forças de segurança pública.

Na gestão de 2014 a 2017, essas ações eram gerenciadas pelo Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), criado pelo decreto municipal nº 2.892 de 14 de janeiro de 2008, fórum deliberativo e executivo, responsável por viabilizar a articulação dos órgãos de segurança com a sociedade (Lauro de Freitas, 2008). Atualmente se estivesse ativo deveria viabilizar a cooperação e integração da GMLF com outras forças de segurança, viabilizando a troca de experiências e respeitando sua identidade profissional preventiva, atendendo aos requisitos legais que estabelece essa articulação. Conforme afirmado pelo entrevistado 15 guarda municipal “nós entendemos que a integração com a sociedade pode nos dar uma observação contextualizada do que a população tem de anseio” (Entrevistado 15). A integração com a sociedade tem papel fundamental no desenvolvimento da atividade preventiva, identificar as reais necessidades e principalmente estabelecer uma relação com base no respeito aos direitos das pessoas.

Ao entrevistar um servidor da SMSP na função de gestão é possível identificar que atualmente essas ações ainda estão incipientes como afirma o entrevistado 5.

Nós temos uma Superintendência de Segurança e Participação Social ainda insipiente, a visão é fazer uma articulação com diversos setores da sociedade civil organizada no município de Lauro de Freitas, para que a sociedade possa desenvolver projetos, inclusive projetos sociais que têm um impacto na segurança pública. Longe de ser ponto de X9, longe de ser fazer com que a população pegue em armas ou coisas do tipo, muito pelo contrário, a gente está entendendo que a sociedade é articulada trabalhando os assuntos que dizem respeito a essa sociedade na sua particularmente no aspecto social, ela pode melhorar sim a sua qualidade de vida e facilitar o trabalho do sistema e permite, dentre outras coisas, uma aproximação do sistema de segurança pública com a sociedade (Entrevistado 5).

Como afirmado pelo entrevistado 5 que exerce o cargo gestor da SMSP, existe uma necessidade fundamental em viabilizar uma maior e efetiva integração com a sociedade de Lauro de Freitas. Atualmente essas ações encontram-se na responsabilidade da Superintendência de Segurança e Participação Social (SMSP), composta pelo Departamento de Articulação com os Conselhos de Segurança nos Bairros e Departamento de Projetos de Políticas Públicas de Prevenção à Violência.

A SMSP foi criada no ano de 2021 para viabilizar a integração com a comunidade, devendo contribuir com a paz social para proporcionar a melhoria nas condições de vida e segurança nas comunidades, tendo como objetivo a pacificação dos conflitos e humanização das atividades, realizado pelo patrulhamento preventivo comunitário como preconizado pelos princípios do EGGM (Brasil, 2014). Entretanto, apesar da criação da SMSP ainda é necessário ocorrer uma movimentação no sentido de realizar as adequações das atividades profissional da GMLF que viabilize a integração com a comunidade.

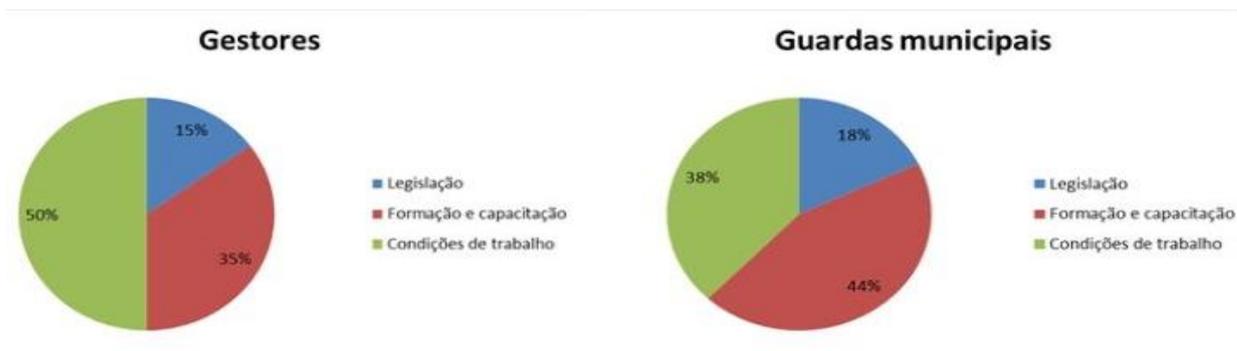
Ao concluir essa seção é possível afirmar que a GMLF na contemporaneidade vem contribuindo com promoção da segurança pública municipal, mesmo diante de suas limitações que inviabilizam a consolidação de sua identidade profissional preventiva e comunitária. Suas atividades, que têm como referência o modelo de atuação de Segurança Patrimonial e de Agente de Proteção Social Comunitário, necessitam ser consolidadas devido à necessidade de uma padronização, através da regulamentação e da adequação de suas atribuições profissionais pela gestão municipal. Assim, cabe destacar o fundamental papel que os municípios podem desempenhar na segurança pública, através da atuação profissional de proteção preventiva e comunitária das Guardas Municipais no enfrentamento das violências e da insegurança urbana vivenciada pela sociedade.

4.4 DESEMPENHO DA GUARDA MUNICIPAL: AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Esta seção trata sobre as dificuldades do desempenho profissional da Guarda Municipal de Lauro de Freitas (GMLF), buscando entender as condições de trabalho para a atuação profissional dos guardas municipais na segurança pública no município de Lauro de Freitas.

Os entrevistados do Grupo A (guardas municipais da GMLF) e do Grupo B (gestores da Secretaria Municipal de Segurança Pública – SMSP) relataram sobre os desafios para a atuação da segurança pública municipal de Lauro de Freitas. Os gráficos 2 apresentam de forma quantitativa as afirmativas dos 2 grupos de entrevistados sobre os desafios para atuação profissional.

Gráfico 2. Desafios para atuação da GMLF na segurança urbana municipal



Fonte: Autoria própria.

O gráfico 2 mostra o resultado da avaliação realizada com os gestores e guardas municipais sobre os desafios para a atuação da Guarda Municipal na segurança urbana municipal de Lauro de Freitas e destaca as condições de trabalho (estrutura, equipamentos e veículos), a formação e capacitação e a legislação como as principais dificuldades na atuação profissional. O gráfico à esquerda demonstra os dados dos gestores da SMSP, sendo 50% elegeram as condições de trabalho, 35% formação, capacitação e 15% legislação. No gráfico à direita, dos guardas municipais da GMLF, mostra que 38% dos entrevistados escolheram as condições de trabalho, 44% formação ou capacitação e 18% legislação.

Os entrevistados do grupo A (dos guardas municipais da GMLF) destacaram a falta da legislação (17 vezes), a falta da formação profissional ou a formação inadequada (42 vezes), a deficiência no quantitativo de guardas municipais (6 vezes) e por fim as precárias condições de trabalho (36 vezes). Portanto, para os guardas municipais o principal desafio é a falta ou a inadequação da formação e capacitação profissional, conforme afirmação do entrevistado 18 “Eu tive treinamento, mas muito pouco, precisamos de mais, de um curso de formação bem elaborado para que possamos atuar, a Guarda Municipal precisa de um curso de formação mais aprofundado para nivelar todo mundo.” (Entrevistado 18).

Um pouco diferente dos guardas municipais os gestores da SMSP nas entrevistas reconhecem as limitações, sendo; a adequação da legislação 3 vezes, formação profissional adequada 7 vezes, como também a deficiência no quantitativo de guardas municipais 1 e as condições de trabalho (10 vezes).

O entrevistado 4 (gestor da SMSP) relatou o que a sociedade pode esperar da Guarda Municipal de Lauro de Freitas (GMLF) no contexto atual.

Eu acho que a sociedade pode esperar bons profissionais, equilibrados, serenos e que fazem o seu melhor com aquilo que é colocado na sua disposição. Eu diria que se

com pouco que é colocado a gente consegue produzir bem, ainda mais se for colocado algo mais, formação, capacitação, equipamento e instalação eu não tenho dúvida que a qualidade e a intensidade do serviço serão bem maiores e melhores. (Entrevistado 4).

Para os gestores da SMSP os desafios são a falta de elementos, que se disponibilizados podem ser agregadores a qualidade do trabalho da GMLF, assim colocaram as condições de trabalho como o principal desafio com 50% das afirmações, conforme apresentado no gráfico de gestores. A afirmação além de descrever qualidades profissionais aos guardas municipais, também é concordante com as limitações vivenciadas na GMLF para a adequação do trabalho, resultando em dificuldades para realizar a atividade profissional de maneira efetiva. Portanto, podem causar vários problemas com consequências na saúde e na vida social dos guardas municipais, infelizmente essa é uma realidade de muitos profissionais da Segurança Pública em todo o Brasil (CASTRO; MERLO, 2011).

Diante disso, ao realizar uma síntese dos dados apresentados nos gráficos 1 e 2, compreende-se que os principais desafios para atuação da GMLF na segurança urbana municipal são: condições de trabalho 88%, formação profissional adequada 79% e adequação da legislação 33%. Assim, é possível compreender que viabilizar uma melhor condição de trabalho é uma prioridade, segundo os entrevistados essas particularidades podem refletir diretamente nos resultados desejados da atividade profissional de proteção preventiva junto à sociedade, que é contribuir para a promoção de uma convivência segura e pacífica para todos os cidadãos de Lauro de Freitas.

E para realizar essa importante missão a GMLF dispõem atualmente de 119 guardas municipais, sendo 107 do sexo masculino e 12 do sexo feminino, com a seguinte distribuição, 32 em postos fixos, 56 em serviços operacionais, 4 em serviços administrativos, 17 cedidos e 10 férias, licença e afastados.¹⁷ O percentual máximo de guardas municipais que um município pode ter é equivale a 0,3% (três décimos por cento) da população, nos termos do art.7º, III, da Lei 13.022/2014. Como a população de Lauro de Freitas segundo o IBGE no ano 2022 são 203.334 pessoas, o quantitativo existente de guardas municipais ainda está longe do limite máximo que é 610. O EGGM não prevê quantitativo mínimo, cabendo ao gestor municipal, dentro de suas atribuições gerir o quantitativo de cargos ocupados.

Nesse sentido, observa-se que a quantidade de 119 guardas municipais fica bem abaixo do limite máximo estabelecido pelo EGGM, tendo em vista que a própria Lei

¹⁷ Os cedidos (14 no Centro Integrado de Operações Policiais (CIOP), 1 Corregedoria da SMSP, 1 Secretaria Municipal da Saúde (SESA) e 1 Conselho Tutelar (CT)).

Municipal nº 1.276, de 31 de outubro de 2007, prevê um efetivo de 600 guardas municipais, sendo aumentados de forma gradual e incorporados no serviço por concurso público. É fundamental destacar que o último concurso público realizado pela Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas para o cargo de guarda municipal foi realizado no ano de 2012 sob a responsabilidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e disponibilizou 30 vagas.

Para cumprir as demandas no município a GMLF dispõe de viaturas: 6 de duas rodas, motocicletas (CB 300c em uso e própria) voltadas a atividade de motopatrulhamento realizada pelos guardas municipais do GEM. E 6 de quatro rodas, carros 2 próprias (1 Van BOX para transporte coletivo e 1 March a disposição da SMSP) e 4 locadas a disposição da GMLF e em uso, 3 viaturas para o serviço ostensivo (1 *Pick up* Ranger, 2 Gol) e 1 viatura para serviço administrativo Onix). As viaturas *Pick up* Ranger e Van BOX precisam de reforma, a plotagem de identificação veicular encontra-se apagada, contrariando o disposto no art. do §1º do art. 120 e 190 do Código Trânsito Brasileiro (CTB).

Essa deficiência prejudica na identificação do veículo oficial pelo cidadão e na atuação pela prevenção, devido à falta da ostensividade veicular, que visa prover a segurança dos agentes e também dos munícipes. As viaturas do serviço ostensivo não são adaptadas para realizar a condução de pessoas, ou seja, não dispõem de espaço adequado, habitáculo.

Na GMLF, os 119 guardas municipais utilizam em serviço colete balístico nível III e os que realizam motopatrulhamento, dispendo de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) como capacetes, joelheiras e cotoveleiras.¹⁸ Esses equipamentos são fundamentais na atuação profissional para prevenir causas de acidentes, devido ao caráter penoso e perigoso da prática que pode comprometer a saúde do trabalhador. Por outro lado, foi possível identificar uma deficiência de instrumentos de menor potencial ofensivo, pois os guardas municipais só dispõem de armas contundentes (cassetetes, bastões e tonfas) não dispõem de gás lacrimogênio, armas com munição de borracha, eletrochoque, gás/spray de pimenta, pois não existe uma norma municipal para a regulamentação do uso desses instrumentos. É fundamental que a gestão municipal atenda o que preconiza a Lei Federal 13.060 de 22 de dezembro de 2014, estabelece que “O poder público tem o dever de fornecer a todo agente de segurança pública instrumentos de menor potencial ofensivo para o uso racional da força”. (Brasil, 2014, art. 5º)¹⁹

¹⁸ Os guardas municipais de Lauro de Freitas recebem o auxílio fardamento mensalmente um valor de 10% do salário base para realizar a aquisição de uniforme e coturno.

¹⁹ No dia 06 de outubro de 2023, foi divulgado no site oficial da Prefeitura de Lauro de Freitas a chegada de 20 armas não letais, solicitada pela gestão municipal ao Ministério da Justiça e Segurança Pública para a GMLF. As armas de eletrochoque ficarão no Batalhão de Polícia de Choque até a normatização do uso e a qualificação dos

O uso desses instrumentos é norteado pela Portaria Interministerial Nº 4.226 de 31 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. O objetivo deste tipo de arma é incapacitar ou conter temporariamente pessoas e deve ter como finalidade preservar a vida e minimizar os danos à sua integridade. O uso ilegal e inadequado desses equipamentos leva o agente a infringir normas que tem como base os princípios e diretrizes dos Direitos Humanos, além de difundir uma imagem negativa da instituição na opinião pública em geral. Assim, a atuação profissional do guarda municipal deve ter como base a perspectiva da Segurança Cidadã que está relacionada a “uma ordem cidadã democrática que elimina as ameaças de violências na população e permite a convivência segura e pacífica” pautadas pelo diálogo e respeito aos direitos humanos. (Velásquez, 2004, p. 187).

Outra questão fundamental é a estrutura das instalações que são inadequadas, ou seja, não dispõe de sala de instrução, a base da GMLF é uma casa aluga localizada entre prédios residenciais, o alojamento não dispõe de beliches suficientes para realizar o descanso dos agentes, os rádios HT são emprestados pela Polícia Militar, os guardas municipais fazem a aquisição e manutenção de forno micro-ondas etc. Conforme depoimento do entrevistado 16 afirma que “seria mais relevante se tivéssemos mais estrutura para trabalhar, uma melhor estrutura para poder oferecer um melhor possível para a população” (Entrevistado 16) e como afirmado pelo entrevistado 18 “é lutar para fazer um serviço complicado que precisa de muita estrutura, vou usar até essa expressão, é fazer das tripas coração” (Entrevistado 18). Esses depoimentos fazem referências às dificuldades da prática e respondem diretamente a questão, revelando a insatisfação sobre as condições de trabalho na GMLF, podendo refletir nos resultados dos serviços realizados para a sociedade e na vida do servidor.

Os guardas municipais de maneira individual ou coletiva buscam estratégias de defesas para minimizar as deficiências, por exemplo, juntos compraram equipamentos de musculação para realizar a atividade física, criaram o Grupamento Especializado em Motopatrolhamento (GEM), ainda sem a regulamentação por parte da gestão municipal. No entendimento, Baierle e Merlo (2008), essas deficiências são dificultador da atividade profissional e causam consequências que prejudicam na saúde e na vida social dos guardas municipais.

Os agentes da segurança pública municipal que foram entrevistados, justificaram seus depoimentos sobre a importância de supri as necessidades vivenciadas na GMLF e

demonstram conhecimento sobre estratégias de atuação, que estão voltadas a proteção preventiva comunitária, conforme afirmado pelo entrevistado 4.

A Prefeitura deve investir no material humano, capacitar, qualificar, valorizar seus profissionais, dar as devidas condições de trabalho e fazer o elo entre nós e a sociedade. Fazer com que estejamos nas comunidades com os conselhos comunitários de segurança, fazendo aquela polícia de proximidade, a verdadeira polícia comunitária. Não tem como o guarda municipal sozinho fazer esse papel, tem que ter aqueles mediadores. Eu acho que a Câmara Municipal também tem um papel importante para fazer com que isso aconteça, aproximando e trazendo as demandas da sociedade diretamente para a guarda e levando o que a guarda precisa para a sociedade (Entrevistado 4).

É possível identificar na afirmativa do entrevistado 4 o conhecimento sobre a atuação profissional, que tem como base o policiamento preventivo e comunitário, voltado para a prevenção na intervenção local com participação da sociedade como na Política de Segurança “Nova Prevenção”. Conforme afirma Dias Neto (2005), modelo que prioriza o momento anterior à infração, de forma não penal, além de buscar a complementação e a integração com outros sistemas já implantados, ao invés de sua substituição, viabilizando a redução de situações de insegurança na sociedade. Assim, o entrevistado 4 ao apresentar as necessidades da prática profissional, demonstra conhecimento sobre a atuação na proteção preventiva comunitária que contribui para a construção da identidade profissional da GMLF.

Nesse sentido, é possível afirmar que para grande parte dos profissionais da segurança pública não são garantidos direitos fundamentais para a realização da atividade profissional pelo poder público. (Campos, 2018)²⁰ Esses agentes no exercício do poder discricionário legitimado por suas organizações devem firmar compromisso com as boas práticas e o respeito aos cidadãos. Por outro lado, as poucas políticas públicas de segurança que são idealizadas e concretizadas pelo poder público, eles não são incluídos como cidadãos de direitos fundamentais garantidos, incluídos tão somente na política de segurança como executores.²¹ Assim, Lipsky (2019) afirma que essas deficiências podem interferir no resultado da política pública junto à sociedade.

²⁰ No ano de 2019 segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública 65 policiais militares e 26 policiais civis cometeram suicídio, superando o número total de policiais mortos em serviço. Estudos afirmam que no trabalho policial são decorrentes os problemas físicos e psicológicos e inclui como fatores causadores a convivência diária com os embates da violência e da criminalidade, a difícil estrutura organizacional, a falta de reconhecimento, a desconfiança e o preconceito por parte da população, entre outros.

²¹ Muitas Guardas Municipais por não estarem adequadas condições legais de atuação norteadas pelo EGGM, (curso de formação, ouvidoria, corregedoria, estatuto e regimento etc.) seus agentes não tiveram acesso ao Programa Viver Melhor, implantado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública que tinha como objetivo proporcionar aos profissionais da segurança pública condições diferenciadas de crédito imobiliário para facilitar a aquisição da casa própria.

É fundamental destacar que diante desse problema público, que entrou em vigor a Lei Federal nº 14.531 de 10 de janeiro de 2023, sobre a “implementação de ações de assistência social, a promoção da saúde mental e a prevenção do suicídio entre profissionais de segurança pública e defesa social e para instituir as diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos”. (Brasil, 2023, art. 1º) Assim, o Programa Pró-Vida prevê várias ações de prevenção e enfrentamento que devem ser pactuadas nos planos de segurança pública entre a União, Distrito Federal, Estados e Municípios, a serem desenvolvidas nas instituições de segurança pública.

A pesquisa revelou que atualmente o Gabinete de Gestão integrada Municipal (GGIM) encontra-se inativo, ou seja, não está funcionando, dificultando as ações de integração da GMLF, do mesmo modo o Conselho Municipal de Segurança Pública e Defesa Social (COMSPDS) tem papel fundamental para viabilizar políticas conjuntas de prevenção das violências e enfrentamento a criminalidade, voltadas à segurança pública municipal.²² Nesse sentido, não atender essas particularidades resulta na inexistência de um Plano Municipal de Segurança Pública (PMSP), efetivo, atualizado e um Fundo Municipal de Segurança Pública (FMSP) para obter recursos direcionados para o enfrentamento da violência. Assim, essas ações viabilizariam medidas mais bem voltadas à prevenção das violências no município, conforme direcionamento do PNSPDS que institui o SUSP (Brasil, 2018)

Diante do exposto, torna-se fundamental realizar a adequação as normas que disciplinam a organização e o funcionamento dos órgãos e instituição da segurança pública, bem como conhecer as reais necessidades sobre a atuação profissional da GMLF, relacionada ao contexto local. Nesse sentido, o entrevistado 3 do grupo Comunidade afirmou “Hoje eu vejo o guarda municipal trabalhando, não são pessoas que ficam aquartelados, você chega ali vê, não é questão também se vê em qualquer esquina, mas sim em muitos lugares, a maioria dos lugares eu vejo eles atuando.” (Entrevistado 3). Esse depoimento contribui no sentido de reconhecer que a presença desses agentes nas ruas colabora para a continuidade de serviços públicos e viabiliza um ambiente seguro nos centros urbanos.

O entrevistado 1 também do grupo Comunidade compartilha o entendimento que as atividades realizadas pelos guardas municipais de Lauro de Freitas são fundamentais para a continuidade dos serviços prestados para os munícipes, garantindo a proteção e segurança de pessoas e serviços.

²² A primeira reunião de criação COMSP foi realizada em março de 2023 como membros e representantes da segurança pública e sociedade civil de Lauro de Freitas. Muito devido aos direcionamentos do Ministério Público da Bahia que instalou no município de Lauro de Freitas Comitê Institucional de Segurança Pública.

É fundamental pra garantir a segurança, a ordem e para proporcionar que serviços das equipes que trabalham aqui funcionem, assim como as pessoas que são atendidas no serviço se sintam mais seguras, então eu posso dizer que a equipe de guardas é extremamente comprometida, responsável. Realmente é uma equipe que é muito sensível, ao público que a gente atende e que tem demonstrado diariamente a importância do trabalho deles aqui no serviço (Entrevistado 1).

A partir do depoimento do entrevistado 1, é possível afirmar que a missão constitucional dos guardas municipais de Lauro de Freitas com base no modelo de guarda patrimonial é assertiva. Sendo ela de assegurar a proteção e segurança de bens patrimoniais, espaços públicos, serviços oferecidos, pessoas que fazem uso e servidores municipais. Portanto, quando empregada de maneira efetiva e realizada por agentes empenhados, resulta em significado positivo para o serviço público e bons serviços para a sociedade.

Mesmo reconhecendo o trabalho das guardas municipais, o entrevistado 4 do grupo Comunidade identificou que “Tem uma deficiência em várias áreas no serviço público municipal. Então, todo esse arcabouço de dificuldades como o número de servidores e materiais, também reflete na guarda, que ainda presta um serviço de excelência para a comunidade” (Entrevistado 4). É possível perceber que o depoimento apresenta uma incongruência, reconhece as dificuldades vivenciadas no serviço público municipal e pelos guardas municipais, entretanto afirma que os agentes da proteção preventiva municipal realizam um serviço de excelência. De certo, os guardas municipais convivem com dificuldades para realizar suas atividades profissionais de proteção preventiva comunitária, devido às diversas limitações, em especial estrutural e pessoal, não contribuindo para viabilizar de maneira efetiva uma redução das violências nas comunidades.

Portanto, é possível afirmar que a atividade profissional da Guarda Municipal precisa ter como referência a Segurança Cidadã, cuja identidade profissional é centrada na proteção preventiva e comunitária. As ações precisam estar integradas ao programa de política de prevenção municipal, voltado para interagir e atender as especificidades vivenciadas pelas comunidades de Lauro de Freitas. As dificuldades básicas de caráter pessoal e estrutural, vivenciadas pelos guardas municipais da GMLF, precisam ser solucionadas “É recomendável o alinhamento e a ligação do ente municipal com os similares estadual e federal, para estreitamento das ligações e agilidade das decisões” (Brasil, 2019, p. 14). Pois são requisitos fundamentais para um bom desempenho profissional.

O empoderamento profissional da Guarda Municipal viabilizaria uma intervenção efetiva e multissetorial dos agentes públicos resultando num impacto positivo na redução da insegurança vivenciada nas comunidades locais de Lauro de Freitas, prevenindo a prática de

possíveis crimes. Assim, poder viabilizar mais segurança que é “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos” (Brasil, 1988, art.144).

4.5 O IMPACTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS GUARDAS MUNICIPAIS NO DESEMPENHO DAS SUAS ATIVIDADES

Esta seção discute os impactos da formação profissional da Guarda Municipal de Lauro de Freitas (GMLF) no desempenho de suas atividades. Na prefeitura de Lauro de Freitas a formação profissional básica da Guarda Municipal ocorreu uma única vez, através de uma parceria com o Ministério da Justiça (MJ) pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) no ano de 2012, para os guardas municipais que ingressaram no serviço público no ano de 2007. Os guardas municipais que ingressaram no ano de 2013 ainda não tiveram a formação inicial básica. E a formação continuada é realizada de maneira não regular, através de parcerias com outras organizações, instituições (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Universidade privadas, Guarda Municipal de Salvador).

Os guardas municipais devem receber a formação profissional básica antes de desempenhar suas atividades profissionais para atender as necessidades locais, além de capacitação regularmente, atendendo as mudanças da profissão. A formação profissional é planejada a partir da Matriz Curricular Nacional para Formação das Guardas Municipais (MCNFGM), como também das diretrizes do Estatuto Geral dos Guardas Municipais (EGGM) que constrói uma identidade profissional que se fundamenta na proteção preventiva e comunitária (Brasil, 2018).

Cabe destacar que a formação profissional dos guardas municipais tem uma matriz curricular fundamentada na cidadania e na universalização dos direitos, que prioriza a formação de um profissional mais reflexivo e autônomo, que tem como referência o novo paradigma de Segurança Cidadã e dos direcionamentos do EGGM (Barroso; De Souza Martins, 2016). Entretanto, ocorre uma dificuldade das prefeituras e das Guardas Municipais em disponibilizar essa formação, seja pela falta de profissionais qualificados nas instituições de segurança municipal, ou por dificuldades em alocação de verbas para estabelecer parceria ou contratação de um responsável para a realização da formação. Portanto, esse estudo constatou que a GMLF compartilha dessas particularidades.

Apesar de ter previsão no EGGM, é facultado ao município criar órgão de formação, treinamento e aperfeiçoamento, como também é vedado que essa formação,

treinamento ou aperfeiçoamento seja o mesmo destinado aos militares (Brasil, 2014). O Estatuto diferenciou a formação profissional, preservando caráter civil e a identidade preventiva comunitária. Mas, muitas Guardas Municipais não dispõem desses centros, seria necessária a criação de uma política nacional por parte do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), junto aos municípios para viabilizar a adequação das condições formativas básica para atender a ampliação de atuação profissional de proteção preventiva comunitária na segurança pública.

No sentido de compreender o que seria necessário para viabilizar uma melhor atuação profissional da Guarda Municipal o entrevistado 1 do Grupo C Comunidade afirmou:

O que vai melhorar cada vez mais e qualificar o trabalho da equipe da guarda para atuar nesses serviços seria formação e qualificação contínua, além de ser fundamental para o crescimento profissional, é importante para a execução do trabalho. Então a formação é prioridade, precisa investir para ter uma Guarda Municipal fortalecida com formação nas áreas que atuam. O serviço só tem a ganhar, o público só tem a ganhar e os profissionais só terão a ganhar, pois irão adquirir mais conhecimento e irão participar mais efetivamente das atividades que eles realizam (Entrevistado 1).

O entrevistado 1 destaca a formação e qualificação continuada para o aperfeiçoamento da atuação profissional, como também proporciona o fortalecimento institucional, ou seja, construção da identidade profissional dos profissionais. Gómez (2016) compreende que os profissionais constroem competências destinadas a atender as novas demandas voltadas a realidade da prática, posto isso a formação contemporânea exige um currículo voltado para a construção de um conjunto de competências destinadas a atender o contexto da realidade profissional.

Nesse sentido, é necessário viabilizar uma formação profissional voltada à área de atuação, conforme expressado pelo entrevistado 1, que relaciona um melhor desempenho a qualificação profissional, atribui a atuação efetiva ao preparo, a aquisição de conhecimento e a uma formação voltada à área profissional, que tem como resultado um retorno positivo. Conforme os princípios orientadores da MCNFGM “Todo processo formativo deve contribuir para aprimorar as práticas, mobilizando conhecimentos teóricos acumulados, valorizando as vivências e o saber prévio de cada um...” (Brasil, 2004, p.8). Como também estabelecido pela lei 13.675 de 11 de junho de 2018 que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) que definiu no capítulo VII para tratar sobre a capacitação e valorização dos profissionais da segurança pública visando “apoiar e promover educação qualificada, continuada e integrada.” (Brasil, 2018, art.38, III).

Os entrevistados também demonstraram percepções sobre a atuação profissional, conforme afirmativa do entrevistado 2 do Grupo C comunidade:

Acredito que a Guarda Municipal hoje faz um bom trabalho e com um olhar mais técnico poderia fazer muito mais. A Guarda Municipal tem sido um parceiro da sociedade, percebo que em alguns momentos ela está até na primeira ação, né? A gente percebe que às vezes até chegar a determinados locais demora, porque estão fazendo rondas, estão nas unidades municipais. Enfim, acredito que é um trabalho que precisa ainda de uma estrutura, precisa um pouco mais de técnica para estar exercendo, mas vejo como um trabalho positivo, atuante, com certeza tem um diferencial enorme na sociedade. Porque a gente tem a concepção que é passada que a guarda protege apenas o patrimônio, que o serviço dela se presta apenas para o patrimônio público. E a gente compreende enquanto cidadão que se nós temos um técnico ali preparado, estruturado, que ele pode muito mais do que simplesmente guardar um patrimônio público. Quando você pesa isso em uma balança, o que é maior a vida ou patrimônio público? Então eu acredito que é um trabalho importante, significativo, mas que tem muito ainda a avançar (Entrevistado 2).

Essas declarações refletem que a GMLF precisa de melhorias no preparo técnico para viabilizar uma atuação além da proteção do patrimônio, uma formação profissional fundamentada na cidadania, proteção dos direitos e de trabalho articulado com a sociedade. Como também, revela o contexto atual vivenciado pela sociedade de insegurança e medo, diante da crescente violência urbana. Assim, é preciso consultar as demandas reais voltadas à proteção e segurança, viabilizar a participação efetiva dos cidadãos nas políticas de prevenção das violências e da criminalidade, que estão relacionadas a contexto local.

O entrevistado 3 em sua fala informa o que seria necessária para viabilizar uma melhorar a atuação da GMLF, acrescentando informações sobre a importância de ter uma formação adequada para a atuação profissional na segurança pública municipal.

Inicialmente uma boa formação, é isso que precisa pra os profissionais que lidam com a questão de prevenir a violência. Acredito que tem que ter um trato, tem que ter uma técnica pra quem lida com a questão da segurança pública, da violação de direitos, lidar com os conflitos é além da boa vontade do profissional, a gente sabe que existe profissionais e profissionais, uma técnica, uma capacitação, um treinamento, uma formação continuada, porque não adianta você formar o profissional uma vez apenas e depois não dar continuidade a isso. Acho que o ser humano é uma constante mudança, então acredito que é isso (Entrevistado 3).

O entrevistado 3 afirma ser necessário ter uma formação profissional adequada para os profissionais da segurança pública que atuam na prevenção das violências para proporcionar uma habilitação técnica na função. Destaca a atuação em prevenir a violação de direitos e desenvolver a capacidade de atuar na mediação de conflitos como inerente desses profissionais, como também a necessidade de atualizar essa formação, diante das mudanças

vivenciadas na sociedade. Portanto, é necessário ter uma formação que proporciona compreender que justiça e cidadania são basilares nas ações dos profissionais que atuam na prevenção as violências (Freire, 2009).

E segundo os princípios orientadores da Matriz Curricular Nacional para Formação das Guardas Municipais (MCNFGM) a formação básica e capacitação profissional continuada devem ser implementadas pelo poder público em parceria com a sociedade civil, tendo que passar por avaliação e acompanhamento, podendo ser realizadas alterações necessárias imediatamente (Brasil, 2004, p.8). Portanto, é possível compreender que a formação profissional dos guardas municipais, encontra-se liga as necessidades da sociedade vivenciada em cada município.

Percebe-se que os entrevistados do grupo Comunidade relacionaram o desempenho da atuação a qualificação, destacaram a necessidade de ampliação da atuação profissional da GMLF, como um protetor da vida das pessoas, que o ideal é estarem mais próximos do dia a dia da comunidade e dos problemas vivenciados. Portanto, a formação profissional deve ter como referência a atuação dos guardas municipais como o modelo do novo paradigma de segurança, conforme entendimento de Velásquez (2004) que a atuação do profissional na perspectiva de Segurança Cidadã deve proporcionar uma convivência segura, pacífica e voltada para o reconhecimento de direitos das pessoas.

No sentido de contribuir para melhorar o serviço realizado pela GMLF, os entrevistados do grupo Comunidade fizeram sugestões sobre a atuação dos guardas municipais: aumentar o efetivo (1 entrevistado), aumentar o efetivo e as atribuições (1 entrevistado) e investir em formação e capacitação continuada (3 entrevistados). Para os entrevistados, investir em formação e capacitação continuada é fundamental para melhorar o serviço da GMLF junto a comunidade.

A partir das orientações das áreas de reflexão da MCNFGM e das diversas atividades que foram mencionadas nas entrevistas, realizadas pelos guardas municipais da GMLF foram selecionar 3 atividades voltadas atender o contexto da realidade vivenciada na cidade e as mudanças ocorridas na competência profissional. Portanto, foi possível construir um exemplo de módulo de conhecimentos específicos para formação profissional que estão diretamente relacionados às três atividades escolhidas, sendo; Atendimento as emergências, elaborar e participar de reuniões educativas de prevenção “Mensageiros da Paz” e Guarda Municipal de Proteção Ambiental.

O quadro 18 apresenta um modelo de conhecimentos (conteúdos profissionais) relacionados a 3 atividades que foram desempenhadas pelos guardas municipais na GMLF.

Quadro 18. Conhecimentos específicos relacionados a três atividades que foram desempenhadas pelos guardas municipais na GMLF

Conhecimentos específicos voltados a lidar situações cotidianas de emergências.			
1ª Atividade	Conteúdos	Objetivo	
Auxiliar no atendimento das emergências	Noções de atendimentos as emergências (Primeiros socorros, APH).	Salvar vidas e bens.	
	Noções de estabilização e resgate de vítimas		
	Noções Básicas de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas		
Entrevista	Identificação de perigo, risco e desastres.		
“[...] a atividade a que eu acho mais relevante é o contato com o público com a população, tentar ajudar de alguma forma, socorrer, ou ajudar uma pessoa em que não está bem, é gratificante” (Entrevistado 14).	Prevenção e combate ao incêndio e auxílio na defesa civil		
	Acidentes com produtos perigosos		
	Articulação/integração com a comunidade na gestão de conflitos.		
Conhecimentos específicos voltados para elaborar e participar de reuniões educativas de prevenção.			
2ª Atividade	Conteúdos		Objetivo
Elaborar e participar de eventos sociais, educativos e preventivos com a comunidade. (Projeto “Mensageiros da Paz”)	Noções sobre Políticas Públicas e Relações Humanas	Prevenção e conscientização	
	Noções de Docência e Metodologia da Pesquisa		
	Prevenção à violência escolar		
Entrevista	Noções de atendimentos as emergências		
“[...] prevenção, orientando a comunidade [...] como era o projeto “Mensageiros da Paz” [...] (Entrevistado 1).	Segurança de Grupos Vulneráveis		
	Segurança Cidadã e Comunidade		
	Violência, Criminalidade e Prevenção		
	Tecnologias aplicada a Educação		
	Diversidade cultural e diferenças individuais		
	Cultura da Paz		
	Mídia, violência e (in)segurança.		
Articulação/integração com a comunidade na gestão de conflitos.			
Conhecimento específico para procedimentos do guarda civil municipal de proteção ambiental.			
3ª Atividade	Conteúdos	Objetivo	
Participar de palestras, campanhas e mutirões de preservação e conservação ambiental e realizar a captura ou resgate de animais silvestre em risco ou perigo. (Guarda Municipal Ambiental)	Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	Proteção, Prevenção e conscientização	
	Legislação ambiental federal, estadual e municipal.		
	Técnicas de resgate e capturar animais silvestres em risco e perigo.		
Entrevista	Princípios básicos de ecologia e biologia.		
“[...] poderia voltar a investir na parte ambiental, é muito importante eu acho que pode avançar nessa área ambiental é uma área bastante ampla e tem a necessidade na sociedade, nós tínhamos um Grupamento Ambiental em Lauro de Freitas” (Entrevistado 13).	Princípios de sustentabilidade e meio ambiente.		
	Fauna e Flora Silvestre do Município.		
	Crimes Ambientais		
	Geografia da cidade		
	Situação socioeconômica do município		
	Identificação das áreas de conflito		
	Articulação/integração com a comunidade na gestão de conflitos.		

Fonte: Autoria própria.

O quadro 18 apresenta um módulo de conhecimentos específicos (conteúdos profissionais) que estão relacionados a 3 atividades que foram desempenhadas pelos guardas municipais na GMLF. Os conhecimentos seguiram as áreas de reflexão da MCNFGM “Ética, Cidadania, Direitos Humanos, Segurança Pública e Defesa Social; Sociedade, sua organização de poder e a Segurança Pública; O indivíduo como sujeito e suas interações no contexto da Segurança Pública e Diversidade, Conflitos e Segurança Pública” (Brasil, 2004,

p.12). Os conhecimentos foram separados em:

- Conhecimentos específicos voltados a lidar situações cotidianas de emergências, voltados para a atividade de atendimento as emergências com seus respectivos conteúdos e tem como objetivo salvar vidas e bens.
- Conhecimentos específicos voltados para elaborar e participar de apresentações, palestras, reuniões educativas de prevenção, com seus respectivos conteúdos com objetivo de realizar a integração com a sociedade pela prevenção e conscientização.
- E por fim, conhecimento específico para procedimentos do guarda civil municipal de proteção ambiental com os conteúdos e tem como objetivo realizar a proteção das áreas ambientais e realizar a prevenção e conscientização junto à sociedade.

É possível compreender que é fundamental propulsionar conhecimentos formativos que envolvam a atuação profissional dos guardas municipais em possíveis soluções de problemas vivenciados pela sociedade, que viabilize a criação de projetos e ações que possam impactar a qualidade da segurança nas comunidades. As ações devem ser articuladas com outros órgãos e instituições municipais de caráter interdisciplinares na esfera da Prevenção Primária da violência (Rolim, 2006). A formação profissional com base na Cultura da Paz tem como princípios propor a transformação de valores, atitudes e comportamentos, viabilizando o guarda municipal repensar a violência e a formação de conflitos na sociedade com ações orientadas pelos princípios da promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais (prática da não violência, mediação pacífica e negociada de conflitos etc.) (Dias Neto, 2005).

Portanto, os princípios da formação profissional dos guardas municipais da MCNFGM orientam o ensino dos “Direitos Humanos e Cidadania” que “são referenciais éticos, que promovem e valorizam o respeito à pessoa, a justiça social e a compreensão das diferenças.” (Brasil, 2004). Esta orientação é destacada também pelo art. 144, que traz como “égide dos valores da cidadania e dos direitos humanos” (Brasil, 1988), norteando a atuação profissional dos agentes de proteção municipal. O art. 3º, I do EGGM estabelece os princípios mínimos de atuação – “proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas.” (Brasil, 2014). Estes valores deveriam estabelecer a identidade profissional dos guardas municipais. Nesse sentido, torna-se necessário refletir que a formação profissional da Guarda Municipal na segurança pública não pode ser compreendida isoladamente, dissociada de temas como prevenção, cidadania, direitos

humanos. Apesar de tudo, o que significa Direitos Humanos para os guardas municipais?

4.5.1 Significado dos Direitos Humanos na Segurança Pública

No entendimento de ampliar a compreensão do impacto da formação profissional na atuação profissional dos guardas municipais na segurança pública de Lauro de Freitas, foi verificada a percepção dos guardas municipais sobre o significado dos direitos humanos na segurança pública (Conforme Quadro 19).

Quadro 19. Percepções dos Guardas Municipais sobre o significado de direitos humanos na segurança pública

SIGNIFICADOS POSITIVOS			
DIREITOS HUMANOS NA SEGURANÇA PÚBLICA SÃO?	Expressões dos entrevistados mencionadas	Significado	UNIVERSAL, PROTEÇÃO, UNIÃO, ACATAR.
	“Abrangem todos os indivíduos, inclusive os autores de infrações penais e a segurança pública é um dever da coletividade [...]”	Universal	
	“... criado com a finalidade de garantir o respeito à integridade física e moral de todos os indivíduos, independente de raça, crença e etnia. Se não existisse estes direitos, os cidadãos estariam submetidos a condutas excessivas promovidas pela polícia os agentes de aplicação da lei [...]”	Proteção	
	“A parceria mais que perfeita em toda história da segurança pública onde visa proteger os direitos humanos fundamentais das pessoas e exercício da cidadania”	União	
	“É importante para evitar abusos e excessos por parte da polícia”	Fundamental	
	“A polícia tem que respeitar todos os direitos das pessoas [...]”	Acatar	
SIGNIFICADOS NEGATIVOS			
DIREITOS HUMANOS NA SEGURANÇA PÚBLICA SÃO?	Expressões dos entrevistados mencionadas	Significado	INEFICIENTE, TENDENCIOSO, DIFICULTADOR, DIVERGENTE, EQUIVOCADO, INCOMPREENSIVO
	“Os direitos humanos não realizam uma real assistência a quem de fato necessita de um apoio jurídico, na verdade eles atuam em causas próprias e querem chamar a atenção da população ao seu bel prazer, muitas das vezes contradizendo ao óbvio da ocorrência [...]”	Ineficiente	
	“Que deveria ser de igual atendimento, mas vimos uma atenção tendenciosa só para o lado dos à margem da lei.”	Tendencioso	
	“Os direitos humanos não ajudam a polícia, precisa trabalhar em conjunto com as forças policiais em prol da sociedade como um todo, diferenciando os cidadãos de bem, daqueles que vivem à margem da lei, é uma via de mão única, onde só quem tem direito hoje são os bandidos. O agente de segurança seja ele, Guarda, PM ou PC, não tem vez, o cidadão de bem também não [...]”	Dificultador Equivocado	
	“Hoje é contraditório direitos humanos e segurança pública, pois para um é dever do Estado garantir os direitos da pessoa humana, mas só defende bandido, independente do que tenha ou venha a cometer, ilícito, crimes, etc. Para outro quem comete crime não tem direitos. O que falta é política públicas eficazes para dar aos agentes de segurança a legalidade, pois infelizmente os valores estão se invertendo com o passar do tempo.”	Divergente	
	“quando se trata dos Agentes de Segurança Pública a compreensão é diferente, quando se veste uma farda é como deixasse de serem seres humanos, e se transformasse em apenas um instrumento de coerção utilizado para fazer cumprir as leis. Quando um agente vem a óbito no exercício de sua função não vemos os representantes dos Direitos Humanos se pronunciarem em defesa do agente, para que o mesmo tenha sua carreira preservada e honrada, e na proteção de sua família. E quando um agente em confronto, para defender o Estado Democrático de Direito, e sua própria vida, fere alguém provocando lesões, e principalmente quando o indivíduo vem a óbito, todas as instituições, inclusive os direitos humanos, se pronunciam incriminando sem nem mesmo levar em consideração sua conduta dentro da instituição.”	Incompreensivo	

Fonte: Autoria própria.

O quadro 19 apresenta o significado para os guardas municipais dos direitos humanos na segurança pública. Este resultado foi inesperado, pois é contrário ao que foi

observado nas percepções sobre as características das Guardas Municipais na segurança pública, que apresentou consonância com a função de proteção preventiva e comunitária. Assegura-se que perguntar sobre a temática direitos humanos na segurança pública causou certo incomodo em grande parte dos entrevistados, prova disso que 2 entrevistados optaram por não responder à questão e um total de 11 guardas municipais fizeram referências negativas sobre o tema em seus depoimentos.

Esse resultado de 61% de referências negativas sobre os Direitos Humanos na Segurança Pública pode estar relacionado com uma formação profissional básica e continuada insuficiente dos guardas municipais da GMLF.

A prática da atuação acaba sendo feita no dia a dia do trabalho, pela experiência vivenciada e compartilhada por outros profissionais da guarda, um processo informal em que prevalece os valores tradicionais do enfretamento a violência como “combater o crime,” que tem por premissa do “modelo policial profissional tradicional” com a repressão através do uso da força, o belíssimo, legalismo, ostensivo, não priorizando os conhecimentos preventivos (Poncioni, 2014).

Junto a isso, esses agentes inspirados no discurso de “combate ao crime”, na sua maioria, difundem no conhecimento informal uma visão negativa dos Direitos Humanos (Schabbach, 2015), de que são “defensores de bandidos”, o que dificulta e impede o trabalho da polícia, disseminada pelo saber informal, que é a reprodução do saber policial pelos mais antigos – “ser e fazer polícia” (Cortes; Mazzurana, 2015).

Este resultado revelou que os guardas municipais entrevistados da GMLF podem possuir um conhecimento limitado e dicotômico sobre os Direitos Humanos, ou seja, uma limitação em relação ao saber teórico, reflexivo, crítico sobre esses conhecimentos, que estão direcionados ao papel e atuação profissional do guarda municipal na segurança pública na sociedade.

Nesse sentido, é necessário refletir sobre a formação profissional realizada, ou sua falta, pois essas percepções negativas dos Direitos Humanos na Segurança Pública não atendem às especificidades da sociedade em uma perspectiva crítica e reflexiva, voltada a proteção e ao respeito aos cidadãos que tem como referência o novo paradigma, e dos direcionamentos do EGGM (Barroso; De Souza Martins, 2016).

A formação dos guardas municipais é influenciada e influencia a sua atuação na segurança urbana municipal, onde tendem a definir se são mais voltados para a atuação de proteção preventiva junto à comunidade (agente de proteção social comunitário) – atendendo aos requisitos da MCNFGM e norteamientos EGGM – ou se assumem o perfil profissional de

polícia tradicional armada (Polícia Municipal), influenciados pelo modelo de formação de “polícia profissional tradicional” (Poncioni, 2014).

Destaca-se que parte das percepções dos guardas municipais entrevistados sobre os Direitos Humanos na Segurança Pública não atendem aos princípios dos profissionais da segurança pública norteados pelo SUSP de “proteção dos direitos humanos, respeito aos direitos fundamentais e promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana” (Brasil, 2018, art. 4º, III). Compreende-se que seja reflexo das precárias condições organizacionais (deficiência na estrutura e equipamentos), legislativa (falta de adequação às leis que norteiam a atividade profissional) e formativa (deficiência na formação profissional), vivenciadas para realizar a prática profissional na segurança pública municipal de Lauro de Freitas, que causam consequências na saúde e na vida social (Baierle; Merlo, 2008), refletem na sua percepção dos direitos humanos.

Além disso, como parte integrante da sociedade, os guardas municipais estão expostos à violência, tendo o dever profissional de proteger os direitos das pessoas. Assim, desprotegidos profissionalmente e na vida social suas percepções demonstram uma realidade, o sentimento de inexistência de direitos e garantias fundamentais, face à prática de ser agente de segurança pública no Brasil (Alcadipani; Medeiros, 2016; Campos, 2018).

Sob essa ótica, é possível recordar das palavras de Salete Silva, professora do componente curricular Direitos Humanos Justiça e Cidadania do PROGESP, que durante uma aula desse mestrado, afirmou ser “necessário construir um conhecimento sobre a definição de Direitos Humanos capaz de refletir sobre novas perspectivas, que seja expandida sem abdicar das garantias tradicionais, em uma perspectiva emancipatória”. Esse entendimento é fundamental para que atenda de forma efetiva vários grupos sociais, entre esses os profissionais da segurança pública,²³ conforme descrito na Portaria Interministerial SEDH/MJ nº 2, de 15 de dezembro de 2010, que estabeleceu as Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública.

Diante disso, é necessário compreender e refletir sobre as formas de reconhecer e garantir para esses profissionais o direito de ter direitos, nas palavras Hannah Arendt, refletindo assim na vida profissional e social.

²³ O componente curricular Direitos Humanos Justiça e Cidadania teve como docentes Dr. André Nascimento e Dra. Salete Silva que viabilizaram conceitos e/ou categorias analíticas fundamentais para a reflexão sobre os Direitos Humanos, proporcionou a construção de um conhecimento crítico e reflexivo, em uma perspectiva emancipatória que vai além do conhecimento tradicional, eurocêntrica e hegemônica, difundido pelo consenso internacional. Um conhecimento em uma perspectiva emancipatória construído pelo conhecimento e o aprofundamento nos paradigmas críticos do pensamento eurocêntrico, como a Crítica ao Pensamento Abissal, Estudos Pós-colonial e Perspectiva Decolonial, e Abordagem Feminista dos Direitos Humanos.

Portanto, conclui-se que a formação profissional adequada e efetiva é um direito do guarda municipal, previstos no EGGM e nos artigos 130º a 134º da Lei nº 7 de 12 de Fevereiro de 2009, Código do Trabalho (Brasil, 2009). Assim, é necessário viabilizar uma formação voltada para a realização de suas atividades diárias, quando disponibilizada de maneira efetiva, impacta diretamente no desempenho dos serviços da atuação de proteção preventiva e comunitária, junto às comunidades do município de Lauro de Freitas.

4.5.2 Formação Profissional dos Guardas Municipais em Lauro de Freitas

A formação profissional dos guardas municipais da Guarda Municipal de Lauro de Freitas (GMLF) se dá a partir de um curso de formação básico e formação continuada que, em instituições mais estruturadas, dispõem de centros de ensino, treinamento e aperfeiçoamento profissional, ofertando outras modalidades de curso como os de acesso e aperfeiçoamento para o exercício dos cargos de guarda municipal, conforme previsto no EGGM.

O curso de formação básico é direcionado para habilitação inicial do servidor, adequado para a realização das atividades profissionais, deve ser disponibilizado pelo executivo municipal a partir do ingresso do servidor na instituição.

E os cursos de formação continuada são destinados a capacitações voltadas a atender as mudanças e atualizações ocorridas diante das novas demandas da profissão, podem ser cursos de curta duração, treinamentos, workshops etc.

Essas formações contribuem para constituir “competências genéricas e críticas” (Gómez, 2016, p. 87) voltadas a atender as particularidades da prática.

Ao analisar como ocorre a formação continuada dos guardas municipais da GMLF, a pesquisa revelou que os cursos podem ter origem institucional e particular. Os cursos institucionais ocorrem quando a gestão municipal disponibiliza para o servidor devido ao vínculo profissional, cargo e função desempenhada. Os cursos particulares são quando os servidores adquirem de maneira independente, sem a intermediação institucional e por seus meios próprios essa formação.

O quadro 20 apresenta a situação da formação profissional básica e continuada dos guardas municipais da GMLF.

Quadro 20. Situação da formação profissional da GMLF primeiro semestre de ano 2023.

Ordem	Admissão no serviço público	Efetivo/ Concurso	Quantidade de GMs	Ano da Formação Profissional Básica	Formação Profissional Continuada	
					Institucional	Particular
1ª	Efetivados por lei	1988	6	Não	Sim	Não
2ª	Turma da GMLF	2007	59	2012	Sim	Sim
3ª	Turma da GMLF	2012	54	Não	Sim	Sim
	Total		119			

Fonte: Autoria própria.

O quadro 20 mostra que o governo municipal realizou três admissões para a Guarda Municipal em Lauro de Freitas.

A **1ª turma** de guardas municipais efetivados por lei foi oriunda da extinta polícia administrativa, estabilizados no serviço público municipal por força da lei (Constituição Federal de 1988) e efetivou a quantidade de 6 agentes que não realizaram a Formação Profissional Básica, mas realizaram Formação Profissional Continuada Institucional não regularmente.

A **2ª turma** de guardas municipais realizou o concurso no ano de 2007, atualmente possui a quantidade de 59 agentes efetivados, realizaram a Formação Profissional Básica no ano de 2012 e fazem a Formação Profissional Continuada Institucional e Particular não regularmente. A formação profissional básica desses agentes foi realizada no ano de 2012, após 5 anos da posse no cargo e de estarem atuando profissionalmente no município.

E por fim, a **3ª turma** de guardas municipais que realizou o concurso no ano de 2012 e atualmente tem a quantidade de 54 agentes, não possuem a Formação Profissional Básica e realizam não regularmente a Formação Profissional Continuada Institucional e Particular. Esses agentes completam 10 anos de atuação profissional no ano de 2023 sem a formação básica profissional. E para esses profissionais o edital do concurso do ano de 2012 tinha como requisito para a posse no cargo a conclusão de curso de formação de vigilantes, realizado em instituição de formação credenciada pela Polícia Federal.

Portanto, é possível afirmar que a Guarda Municipal de Lauro de Freitas (GMLF), que possui 119 guardas municipais que atuam profissionalmente, foi efetivada na função sem receber a formação profissional básica. E para tomar posse no cargo para os agentes da 1ª e 2ª turmas não foi exigido conhecimentos básicos relacionados a sua atuação profissional, diferente da 3ª turma que teve como requisito ter conhecimento prévio de segurança patrimonial privada (curso de formação de vigilante).

Buscando compreender os conhecimentos básicos do candidato a função de guarda municipal, examinou-se o edital do concurso realizado no ano de 2012 para o cargo de

guarda municipal da Prefeitura de Lauro de Freitas. Foi identificado que o edital não previa que os candidatos aprovados passariam por um curso de formação profissional básico, tendo como referência a Matriz Curricular Nacional para Formação das Guardas Municipais (MCNFGM).²⁴

A Matriz foi elaborada para as Guardas Municipais no ano de 2005 pelo SENASP e constitui um importante instrumento para a construção da identidade profissional que prioriza na formação profissional a partir dos princípios da promoção da segurança comunitária e preventiva, tendo como referência o novo paradigma de Segurança Cidadã.

No município de Lauro de Freitas percebe-se a ausência da formação básica inicial nos discursos dos guardas municipais da GMLF, conforme afirmação do entrevistado 14:

Eu ainda não tive o curso específico que tem que ter pela instituição para trabalhar como guarda municipal como a outra turma anterior teve, mas eu fiz alguns cursos de capacitação, eu fiz parte do Grupamento Ambiental e fiz cursos voltados para área ambiental. Nós tivemos treinamento externo dentro da área ambiental (Entrevistado 14).

O guarda municipal entrevistado afirma a ausência da formação básica e se reporta a capacitações realizadas na GMLF, quando fazia parte do extinto Grupamento Ambiental, que teve sua atuação durante a gestão municipal de 2014 a 2017.

Percebe-se que os agentes ficam sem a formação básica adequada as suas atividades, contrariado as orientações da antiga SENASP e normas como a Lei Federal n.º 11.340 de 7 de agosto de 2006, conhecida popularmente como “Lei Maria da Penha” que estabelece medidas integradas de prevenção “a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia” (BRASIL, 2006, art. 8º, inc. VII). Como também, os norteamentos do EGGM que no art. 11, orienta para “O exercício das atribuições dos cargos da guarda municipal requer capacitação específica, com matriz curricular compatível com suas atividades.” (Brasil, 2014).

A necessidade de viabilizar a formação profissional adequada e efetiva foi

²⁴ Na Prefeitura de Lauro de Freitas o último concurso público realizado foi no ano de 2012 que disponibilizou vários cargos entre eles o de guarda municipal com 30 vagas. O candidato deve submeter-se as regras previstas em edital como; prova teórica, títulos, teste de capacidade física, psicológica etc. E a exigência para a posse foi ter certificado de conclusão do Ensino Médio e Curso de Vigilante. A prova teoria composta por 20 questões de Português, 10 de Matemática e 30 de Conhecimentos Específicos teve a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) responsável pela organização do concurso.

confirmada pelo entrevistado 8 que desempenha a função de gestor na Secretaria Municipal de Segurança Pública (SMSP), quando informou como se dá o treinamento dos guardas municipais no município de Lauro de Freitas.

Temos alguns problemas, nós não estamos trabalhando isso, porque uma coisa é a formação e outra coisa é a manutenção do conhecimento, capacitação. Então o ideal é que você forme e faça a manutenção do conhecimento de maneira periódica em um ano, de dois em dois anos, de três em três anos. Pegar o profissional trazer para a sala de aula, renovar conhecimento isso é o ideal, nós não estamos no ideal, temos algumas capacitações de maneira muito esporádica. Ainda, não é o ideal, temos uma turma que está precisando fazer, inclusive complementar a formação que eles entraram e já foram para a rua, não sei como. Então é algo que a gente precisa trabalhar, inclusive para fechar o ciclo de formação deles. Mas, entendo que a primeira coisa é identificar essa necessidade, isso está mapeado e a segunda é o que a gente pretende fazer para o próximo ano que é tomar atitudes mais específicas em relação ao atendimento dessa necessidade. Eu digo a você que aqui ainda não está o ideal do ponto de vista da formação, tampouco de capacitação, conhecimento é poder e isso é meta para o próximo ano (Entrevistado 8).

Diante do exposto pelo entrevistado 8 sobre a necessidade da formação profissional na GMLF, é possível refletir conforme afirma Poncioni (2007), que no Brasil a formação policial ainda não é uma realidade vivenciada por todas as organizações da segurança pública e não alcança a todos agentes. Essa situação reflete na vida dos profissionais e diretamente na sua atuação e na qualidade dos serviços disponibilizados junto à sociedade. Em especial para os guardas municipais que passam por um processo de construção e fortalecimento da identidade profissional de proteção preventiva e comunitária.

4.5.3 Análise dos conhecimentos requeridos no concurso público e no curso de formação para o cargo de guarda municipal da GMLF

No sentido de compreender o processo de formação profissional dos guardas municipais da GMLF, realizou-se uma análise dos conhecimentos específicos requeridos dos candidatos no Processo Seletivo do Concurso Público de 2012 na Prefeitura de Lauro de Freitas, para o cargo de guarda municipal (Quadro 21).

Quadro 21. Conhecimentos Específicos do concurso GMLF ano 2012

Conhecimentos Específicos Concurso GMLF/2012
Elaboração de boletins de ocorrência
Manutenção da ordem e disciplina no local de trabalho
Prevenção de acidentes
Prevenção de roubos
Prevenção de incêndios
Vigilância do Patrimônio Público
Controle de entrada e saída de veículos em estacionamentos de repartições públicas

Prática na coleta de lixos e lavagens de veículos
Prática de atendimento de telefonemas e anotações de recados
Noções básicas de montagem/desmontagem e lubrificação de arma de fogo
Atitudes no serviço
Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno, externo e colegas de trabalho.
Limpeza e manutenção de móveis e imóveis
Manutenção da segurança no trabalho
Regras de relações humanas
Deveres do Funcionário Público
Noções básicas dos princípios que regem a Administração Pública
Cuidados com a manutenção e uso de armas de fogo
Ilícitos Administrativos

Fonte: Autoria própria.

No quadro 21 foi possível identificar que os conteúdos requeridos dos candidatos são divergentes das atribuições do cargo de guarda municipal como, por exemplo, “Prática na coleta de lixos e lavagens de veículos”, “Prática de atendimento de telefonemas e anotações de recados” e “Limpeza e manutenção de móveis e imóveis”. Além disso, foram identificados poucos conteúdos relacionados à prevenção como, por exemplo, “Prevenção de roubos, acidentes e incêndios” e “Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno, externo e colegas de trabalho”.

Os conhecimentos não contemplam de forma ampla as diretrizes de uma Segurança Cidadã. No momento do concurso, a SENASP já tinha apresentado a MCNFGM que escolheu alguns conteúdos com o objetivo de servir de base para as políticas formativas dos guardas municipais de caráter preventivo e comunitário, que aparece de forma embrionária no conteúdo dos Conhecimentos Específicos do edital do concurso da GMLF ano 2012.

É fundamental requerer conteúdos que tenham como base as áreas de reflexão e de temas básicos que permeia a segurança pública brasileira, mobilizando vários saberes relacionados aos diferentes contextos da atuação profissional na segurança preventiva comunitária como: Ética, Cidadania, Direitos Humanos, Segurança Pública e Defesa Social, Conflitos e Segurança Pública, todos previstos na MCNFGM (Brasil, 2005). Bem como, viabilizar que no futuro esses conteúdos integrarão a construção do curso de formação de guarda municipal, que deveria ser disponibilizado para os aprovados no concurso antes da atuação profissional na segurança pública municipal.

A análise do edital não colaborou com a compreensão de conhecimentos que deveriam ser requeridos para a Guarda Municipal por causa de sua antiguidade, pois já passaram mais de 10 anos sem concurso público específico para guarda municipal da cidade de Lauro de Freitas e mudanças na legislação federal. Diante disso, foi realizada uma outra pesquisa no site PCI Concursos, especializado em concursos públicos, para verificar os conhecimentos requeridos dos candidatos a função de guarda municipal no país.

Com objetivo de examinar os conteúdos dos Conhecimentos Específicos requeridos dos candidatos, foram pesquisados 26 editais de concursos realizados em 2023, Prefeituras de diversas cidades e regiões: 1. Cariacica – Espírito Santo, 2. São V. Férrer - Pernambuco, 3. Capivari - São Paulo, 4. Pitangueiras – Paraná, 5. Sapucaia do Sul – Rio Grande do Sul, 6. Cesário Lange - São Paulo, 7. Itabirito – MG, 8. Bonfim – Roraima, 9. Imbé - Rio Grande do Sul, 10. Lençóis Paulista - São Paulo, 11. Vinhedo - São Paulo, 12. Nova S. Rita - Rio Grande do Sul, 13. Barras – Piauí, 14. Belo Jardim – Pernambuco, 15. São Vicente - São Paulo, 16. Jundiaí - São Paulo, 17. Olinda – Pernambuco, 18. Piracaia - São Paulo, 19. Cajuru - São Paulo, 20. Piracicaba - São Paulo, 21. Conceição de Feira – Bahia, 22. São Bernardo do Campo - São Paulo, 23. Conchas - São Paulo, 24. São João – Pernambuco, 25. Sengés – Pará, 26. Salvador – Bahia. Conforme apresentado no quadro 22.

Quadro 22. Conhecimentos específicos dos concursos para o cargo de guarda municipal ano 2023

Nr	Prefeitura/ Estado/Ano	Conhecimentos Específicos/Noções							
		Direito Const.	Direito P. Penal	Direito Humano	Direito Penal	Direito Adm.	Direito Civil	Leis Esp. Federal*	Outros**
1	Cariacica - ES/2023	X		X	X	X		X	-
2	São V. Férrer - PE/2023	X		X	X	X		X	Atendimento ao público; Ética profissional; Noções de defesa corporal; Primeiros socorros; Princípios e medidas de ação preventiva contra riscos; Processos de comunicação; Relações humanas no trabalho; Situação, planos e medidas de emergência.
3	Capivari - SP/2023	X		X	X	X		X	-
4	Pitangueiras - PR/2023	X			X	X		X	-
5	Sapucaia do Sul - RS/2023	X			X			X	Direitos Humanos e Cidadania.
6	Cesário Lange - SP/2023	X			X			X	Princípios Doutrinários da Segurança Pública Municipal: Fundamentos básicos de gestão; Plano de Capacidades, Aquisições e Capacitações; Procedimentos Operacionais Padrão, Primeiros socorros, Proteção contra incêndios.
7	Itabirito - MG/2023	X			X			X	
8	Bonfim - RR/2023	X	X		X	X		X	
9	Imbé - RS/2023	X			X			X	Gestão integrada de fiscalização e segurança urbana; Direitos do consumidor.
10	Lençóis Paulista - SP/2023	X	X					X	
11	Vinhedo - SP/2023	X			X	X	X	X	
12	Nova S. Rita - RS/2023	X	X					X	Gestão integrada, Direitos Humanos e Cidadania.
13	Barras - PI/2023	X		X	X	X		X	Aspectos econômicos, sociais, históricos, geográficos e culturais do Município de Barras.
14	Belo Jardim - PE/2023	X		X	X	X			
15	São Vicente -	X		X	X	X		X	

Nr	Prefeitura/ Estado/Ano	Conhecimentos Específicos/Noções							
		Direito Const.	Direito P. Penal	Direito Humano	Direito Penal	Direito Adm.	Direito Civil	Leis Esp. Federal*	Outros**
	SP/2023								
16	Jundiaí - SP/2023	X		X	X			X	
17	Olinda - PE/2023	X	X		X	X		X	Legislação Municipal de Olinda
18	Piracaia – SP/2023	X	X		X			X	Legislação e Sinalização de Trânsito. Normas gerais de circulação e conduta. Direção defensiva. Primeiros Socorros. Proteção ao Meio Ambiente. Cidadania. Noções de mecânica básica de autos. Conhecimentos sobre condução, manutenção, limpeza e conservação de veículos;
19	Cajuru – SP/2023	X			X			X	
20	Sorocaba – SP/2023	X						X	Legislação Municipal de Sorocaba
21	Conceição de Feira – BA/2023	X	X	X	X	X		X	Noções de Direitos Humanos e Cidadania
22	São Bernardo do Campo – SP/2023	X	X		X			X	
23	Conchas – SP/2023	X			X	X	X	X	Noções de Primeiros Socorros
24	São João – PE/2023	X							
25	Sengés – PR/2023	X			X	X		X	Conhecimento e procedimentos de proteção do patrimônio público, Serviços de vigilância de logradouros e instalações públicas, Ações de defesa civil, Preservação da segurança e a ordem em prédios públicos, Prevenção e combate a incêndios, Comunicação radiofônica, Proteção ambiental, Aplicação de normas de saúde, sossego, higiene, funcionalidade, Ética e moralidade; Resoluções do CONTRAN e suas atualizações, todas em vigência. Sinalização de trânsito; Direção defensiva e preventiva. Primeiros Socorros; Cidadania e meio ambiente no trânsito; Noções de eletricidade e mecânica automotiva.
26	Salvador – BA/2019	X			X	X	X	X	Legislação Municipal sobre a Guarda Municipal Salvador
Total Porcentagem		26/100%	7/26%	8/30%	22/84%	14/53%	3/11%	24/92%	

Fonte: Autoria própria com dados dos editais de concurso do site PCI Concursos.

*Noções de Legislação Especial Federal: Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990), Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), Lei de Tortura (Lei nº 9.455/1997), Estatuto da Criança e do

Adolescente (Lei nº 8.069/1990), Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), Sanções penais e administrativas contra o Meio Ambiente (Lei nº 9.605/1998), Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013), Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), Estatuto Federal das Guardas Cívicas Municipais (Lei nº 13.022/2014), Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social/Sistema Único de Segurança Pública (Lei nº 13.675/2018).

**Outros Conhecimentos da atuação de proteção preventiva comunitária, Legislação sobre o municipal e da Guarda Municipal.

O quadro 22 apresenta os conhecimentos específicos cobrados nos 26 editais dos concursos para guardas municipais de vários municípios da federação. Ao realizar a análise dos conhecimentos cobrados foi possível apresentar o seguinte resultado; Noções de Direito Constitucional foi cobrado em 26 editais correspondendo 100%, Noções de Leis Especiais Federal foi cobrado em 24 editais correspondendo 92%, Noções de Direito Penal foi cobrado em 22 editais correspondendo 84%, Noções de Direito Administrativo foi cobrado em 14 editais correspondendo 53%, Noções de Direito Humanos foi cobrado em 8 editais correspondendo 30%, Noções de Direito P. Penal foi cobrado em 7 editais correspondendo 26% e por fim Noções de Direito Civil foi cobrado em 3 editais correspondendo 11% do total da amostra.

Portanto, os editais requererem dos candidatos principalmente conhecimentos relacionados ao direito, ou seja, o conhecimento de leis. Constata-se que ocorreu uma predominância de Noções de Direito Constitucional, Noções de Legislação Especial Federal e Noções de Direito Penal. Alguns conhecimentos específicos foram identificados durante a análise dos editais e apresentados no quadro 22 (em Outros), sendo: Noções de conhecimentos da prática de Proteção Preventiva Comunitária, cobrados em 10 editais correspondendo 38%, Noções de Leis Municipais em 3 editais correspondendo 11% e por fim, nenhum conhecimento específico, além dos relacionados ao direito em 14 editais correspondendo 53%. Portanto, conclui-se que os editais dos concursos para guarda municipal requerem dos candidatos noções de direito em geral, mas não cobram conhecimentos voltados para a prática de proteção preventiva comunitária.

Como exemplo, o quadro 23 apresenta os conteúdos cobrados nos Conhecimentos Específicos aos candidatos ao cargo de guarda municipal no concurso da Guarda Civil Municipal de Salvador (GCMS).²⁵

Quadro 23. Conhecimentos Específicos do concurso GCMS ano 2019

Conhecimentos Específicos Concurso GCMS/2019
I Noções de Direito Administrativo. Estado, Governo e Administração Pública: conceitos, elementos, poderes, natureza, fins e princípios. Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. Invalidação, anulação e revogação. Prescrição. Bens públicos: conceito, classificações e regras no Código Civil (do Art. 98 ao Art. 103)
II Noções de Direito Constitucional. Dos princípios fundamentais (do Art. 1º ao Art. 4º). Dos direitos e garantias fundamentais (do Art. 5º ao Art. 11). Da organização do Estado (do Art. 18 ao Art. 31; do Art. 37 ao Art. 41). Da Segurança Pública (Art. 144, § 8 da Constituição Federal de 1988).

²⁵ O concurso para Guarda Municipal de Salvador (GMS) foi realizado no ano de 2019. Apesar de o edital ter priorizado nos Conhecimentos Específicos a compreensão de normas a GMS possuem um Centro de Formação e Capacitação, destinado a realizar a formação básica obrigatória dos ingressos e a formação continuada permanente dos agentes, conforme preconizado nas normas municipal e federal. O curso de formação tem carga horária de 640 horas, sendo composta por atividades teóricas, práticas e um estágio supervisionado de quatro meses.

Conhecimentos Específicos Concurso GCMS/2019
III Noções de Direito Penal. Dos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio (Art. 121 ao Art. 183). Dos crimes contra a Administração Pública (do Art. 312 ao Art. 337-A do Código Penal).
IV Legislação de Trânsito. Código de Trânsito Brasileiro. Sistema Nacional de Trânsito: composição. Registro e licenciamento de veículos. Habilitação. Normas gerais de circulação e conduta. Crimes de trânsito. Infrações e Penalidades. Sinalização de trânsito, segurança e velocidade. Condutores de veículos: deveres e proibições.
V Registro, posse e comercialização de armas de fogo; munição; crimes; Sistema Nacional de Armas – SINARM (Lei nº 10.826/03).
VI Corregedoria Geral da Guarda Civil de Salvador e Regulamento Disciplinar dos servidores do quadro dos profissionais da Guarda Civil Municipal de Salvador (Lei Municipal nº 9.273/ 2017). Art. 5º, incisos I, VI, VII, VIII e XIV da Lei Federal nº 13.022/ 2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais). Art. 2º, incisos I, II e III e § 2º da Lei Municipal nº 9.070/ 2016 (Estabelece das competências da Guarda Civil Municipal).

Fonte: Autoria própria.

Os conteúdos cobrados no quadro 23 são direcionados para um contexto estritamente voltado ao conhecimento sobre as leis, priorizando selecionar candidatos que tenham o conhecimento legalista sobre sua atuação na Segurança Pública, viabilizando um futuro profissional “operador imparcial da aplicação da lei” (Poncioni, 2007, p. 23). Entretanto, o foco deveria ser o conhecimento de caráter interdisciplinar, reflexivo e autônomo, comprometido com a Cultura da Paz, pois o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) direciona a segurança pública do Brasil para a Segurança Cidadã, que tem entendimento amplo de segurança pública (Freire, 2009).

Nesse sentido, foi possível constatar que o edital da GCMS, assim como a grande maioria dos editais de concurso para guarda municipal apresenta uma carência em conteúdos voltados a atender a identidade profissional preventiva e comunitária desses agentes. Com isso, torna-se fundamental viabilizar conteúdos que proporcione o candidato refletir a respeito da Realidade Social Brasileira, Segurança Pública conceitos e paradigmas, Segurança pública e Estado Democrático de Direito, Ética e Cidadania, Direitos Humanos, História Social e Econômica da sociedade brasileira, Noções Básicas de Primeiros Socorros etc. Portanto, conhecimento fundamental para a atuação do guarda municipal como um agente da proteção preventiva e comunitária na sociedade.

A formação profissional é fundamental para o desempenho das atividades de guarda municipal, conforme estabelecido no EGGM no art. 11. “O exercício das atribuições dos cargos da guarda municipal requer capacitação específica, com matriz curricular compatível com suas atividades” (Brasil, 2014). Assim, na GMLF, a atuação dos guardas municipais nas ruas antecedeu a formação básica profissional. A formação informal realizada no dia a dia da atuação profissional, somente a partir da experiência e compartilhamento dos colegas de trabalho, pode causar limitações do conhecimento sobre a prática, pois o conhecimento tácito é difícil de ser externalizado (transmitido e compartilhado), não é passivo de codificação (Nonaka; Takeuchi, 1997).

A criação do conhecimento organizacional é um processo em espiral, que começa no nível individual e vai ampliando por comunidades de interação que cruzam fronteiras entre seções, departamentos, divisões e organizações (Nonaka; Takeuchi, 1997). O conhecimento tácito e explícito é separável, mas complementar, convertendo o conhecimento tácito em explícito, ou vice-versa, a figura 2 (p. 32).

A conversão do conhecimento tácito individual em conhecimento tácito coletivo leva a socialização, através do compartilhamento de experiência e habilidades. A construção do conhecimento do guarda municipal tendo como base unicamente o conhecimento tácito, pode levá-lo a desenvolver um conhecimento sobre a profissão conflitante com os objetivos organizacionais. Sem a legislação e normas municipais e sem uma formação básica adequada não existe a externalização, conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito etc. Este cenário é muito desafiador para os gestores públicos do município e acaba, conseqüentemente, promovendo a insegurança na atuação dos profissionais.

No sentido de compreender a formação profissional dos guardas municipais da GMLF, foi possível realizar uma análise dos conhecimentos desenvolvidos na formação básica da 2ª Turma (2007) realizada em 2012.

A Figura 9 apresenta os conhecimentos desenvolvidos na formação básica da 2ª Turma (2007) realizada em 2012.

Figura 9. Conhecimentos desenvolvidos na formação dos guardas municipais em 2012 da GMLF

<p>1. O PAPEL DAS GUARDAS MUNICIPAIS E A GESTÃO INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA EM NÍVEL MUNICIPAL(110H)</p> <p>1.1 Funções e Atribuições das Guardas Municipais</p> <p>1.2 Ética, Direitos Humanos e Cidadania</p> <p>1.3 Diferentes Concepções de Políticas de Segurança Pública e das Funções dos Profissionais de Segurança Pública Urbana numa Sociedade Democrática</p> <p>1.4 Funções dos Profissionais da Segurança Pública Urbana numa Sociedade Democrática</p> <p>1.5 Legislação</p> <p>1.6 Técnicas e Procedimentos Operacionais (TPO) das Guardas Municipais</p> <p>1.7 Segurança Patrimonial, Prevenção e Combate a Incêndios</p> <p>1.8 Noções Básicas de Primeiros Socorros</p> <p>1.9 A Gestão Integrada da Segurança Pública</p> <p>1.10 Sistemas Únicos de Segurança Pública – SUSP</p> <p>1.11 A Gestão Integrada da Segurança Pública</p> <p>2. APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO (102H)</p> <p>3.1 Espaço Público, Guarda Municipal e Comunidade</p> <p>3.2 Discussão Crítica do Conceito de Comunidade</p> <p>3.3 A concepção de guarda comunitária</p> <p>3.4 Definição do espaço público e identificação das atribuições federais, estaduais e municipais neste espaço</p> <p>3.5 Técnicas e procedimentos na observação e encaminhamento, aos órgãos competentes, de possíveis comprometimentos no fornecimento adequado de serviços à população tais como: transportes, água, esgoto, iluminação, comunicações etc.</p> <p>3.6 A utilização democrática do espaço público e as diversas manifestações de violação deste espaço (consideradas as peculiaridades de cada município): estacionamento abusivo, poluição das águas, degradações, pichações, poluição sonora, entre outras.</p> <p>3.7 Técnicas e procedimentos na fiscalização, com objetivo de assegurar a utilização democrática do espaço público através da educação dos usuários, mediação de conflitos e prevenção de infrações</p> <p>4. ESTRUTURA E CONJUNTURA PARA PRÁTICA DA CIDADANIA (120)</p> <p>4.1 Violência e (IN) Segurança Pública:</p> <p>-Noções da sociologia da violência</p> <p>-Análise crítica e ações preventivas das prováveis causas indutoras da violência</p>	<p>-Violência da escola e na escola e sua prevenção</p> <p>-Violência doméstica e de gênero e sua prevenção</p> <p>-Homofobia e sua prevenção</p> <p>-Violência interpessoal, institucional e estrutural e sua prevenção</p> <p>4.2 Movimentos Sociais</p> <p>-O Papel dos Movimentos Sociais na Sociedade</p> <p>-Diversidade e Conteúdos dos principais movimentos sociais no Brasil</p> <p>-Movimentos Sociais no Estado e no Município</p> <p>4.3 DISCIPLINAS TEMÁTICAS - Atividades Sócio-Pedagógicas da Guarda Municipal de Caráter Preventivo:</p> <p>-Na Comunidade Escolar e entorno: Uma proposta de engajamento cidadão e humanista</p> <p>-No Ordenamento do Trânsito</p> <p>-Na Preservação Ambiental</p> <p>4.4 O Uso Legal e Progressivo da Força, da Arma de Fogo, Condicionamento Físico e Defesa Pessoal</p> <p>5. PALESTRAS & DEBATES</p> <p>- Racismo, Preconceito e Discriminação</p> <p>-Violência contra a Mulher</p> <p>-Direitos Humanos e Segurança Pública</p> <p>-Homossexualidade e Homofobia</p> <p>-Juventude e Cidadania (ECA)</p> <p>-Idoso e Acessibilidade</p> <p>-Meio Ambiente</p> <p>-Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes</p>
<p>O PRESENTE CURSO CUMPRIU TODAS AS DISPOSIÇÕES DO CONVÊNIO Nº 763102/2011</p> <p>TOTAL DE CARGA HORÁRIA 332H</p>	

Fonte: Foto do verso do certificado de formação dos guardas municipais ano 2012 da GMLF.

Verifica-se na Figura 9 que os profissionais da Guarda Municipal desenvolveram na sua formação básica os seguintes assuntos:

- O PAPEL DAS GUARDAS MUNICIPAIS E A GESTÃO INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA EM NÍVEL MUNICIPAL (110 h), 1.1 Funções e atribuições das Guardas Municipais, 1.2 Ética, Direitos Humanos e Cidadania, 1.3 Diferentes Concepções de Políticas e das Funções dos Profissionais de Segurança Pública Urbana numa Sociedade Democrática, 1.4 Funções dos Profissionais da Segurança Pública Urbana numa Sociedade Democrática, 1.5 Legislação, 1.6 Técnicas de procedimentos Operacionais (TPO) das Guardas Municipais, 1.7 Segurança Patrimonial, Prevenção e Combate a Incêndios, 1.8 Noções Básicas de Primeiros Socorros, 1.9 A Gestão Integrada da Segurança

Pública, 1.10 Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), 1.11 A Gestão Integrada da Segurança Pública.

- **APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO (102 h)**, 3.1 Espaço Público, Guarda Municipal e Comunidade, 3.2 Discursão Crítica do Conceito de Comunidade, 3.3 A concepção de guarda comunitária, 3.4 Definição do espaço público e identificação das atribuições federais, estaduais e municipais no espaço, 3.5 Técnicas e procedimentos na observação e encaminhamento, aos órgãos competentes, de passíveis comprometimentos no fornecimento adequado de serviços à população tais como: água, esgoto, iluminação, comunicações etc. 3.6 A utilização democrática do espaço público e as diversas manifestações de violação deste espaço (considerada as peculiaridades de cada município): estacionamento abusivo, poluição das águas, degradações, pichações, poluição sonora, entre outras. 3.7 Técnicas e procedimentos na fiscalização, com objetivo de assegurar a utilização democrática do espaço público através da educação dos usuários, mediações de conflitos e prevenção de infrações.
- **ESTRUTURA E CONJUNTURA PARA A PRÁTICA DA CIDADANIA (120)** 4.1 Violência e (IN) Segurança Pública: Noções da sociologia da violência, Análise crítica e ações preventivas das prováveis causas indutoras da violência, Violência da escola e na escola e sua prevenção, Violência doméstica e de gênero e sua prevenção, Homofobia e sua prevenção, Violência interpessoal, institucional, estrutural e sua prevenção. 4.2 Movimentos Sociais, O papel dos Movimentos Sociais na Sociedade, Diversidade e Conteúdos dos principais movimentos sociais no Brasil, Movimentos Sociais no Estado e no Município, 4.3 DISCIPLINAS TEMÁTICAS – Atividades Sócio - Pedagógicas da Guarda Municipal de Caráter Preventivo: Na comunidade escolar e no entorno: Uma proposta de engajamento cidadão e humanista, No ordenamento do trânsito, Na preservação ambiental. 4.4 O Uso Legal e Progressivo da Força, da Arma de Fogo, Condicionamento Físico e Defesa Pessoal.
- **PALESTRAS & DEBATES**, Racismo, Preconceito e Discriminação, Violência contra a mulher, Direitos humanos e Segurança Pública, Homossexualidade e Homofobia, Juventude e Criança (ECA), Idoso e Acessibilidade, Meio Ambiente, Violência Sexual Contra Crianças e

Adolescentes.

O curso denominado de “Estrutura e Conjuntura para a Prática Cidadania/Formação da Guarda Municipal de Lauro de Freitas”²⁶ contribuiu para a construção da identidade profissional preventiva e comunitária. Proposto na época pelo SENASP de uniformizar a formação profissional desses agentes pela MCNFGM, respeitando as particularidades vivenciadas pelos municípios e posteriormente essa identidade foi reafirmada no EGGM com as funções e competências preventivas. Apesar de ter completado 10 anos, a formação teve como base a perspectiva de Segurança Cidadã, tendo como referência a construção da identidade profissional preventiva e comunitária como preconizava a MCNFGM.

Os conteúdos abordados no curso de formação profissional apresentado na Figura 9 foram fundamentais para subsidiar a atuação e o papel do guarda municipal na comunidade de Lauro de Freitas, contribuindo para a construção da identidade preventiva e comunitária proposta no ano de 2012. Foi observado erros de digitação em numerar os conteúdos a partir da área temática 2 (Apropriação do Espaço Público) e em distribuir a carga horária cursada de outras áreas de reflexão que derivava os conteúdos e as atividades realizadas. Portanto, acredita-se que devido ao erro de digitação o total de carga horária descrito no certificado de 332 horas não atende a MCNFGM, que prevê um total de 476 horas aulas e com disciplinas optativas entre 536 a 576 horas aulas.

O entrevistado 11 (guarda municipal) afirmou sobre a formação:

Pouco, minha experiência foi na segurança privada, aqui tive um curso de formação básico, mas me deu uma diretriz sobre leis e comportamentos, colocando uma diferença que o Guarda Municipal não era Polícia Militar, isso foi muito importante, serviço de guarda tem limites, hoje já tem estudos e leis que diferencia (Entrevistado 11).

Segundo o entrevistado 11, o curso de formação proporcionou a construção do conhecimento para o exercício da Segurança Cidadã, um modelo de atuação pautado na prevenção e em especial de aproximação e integração com a comunidade, desenvolvendo capacidade de trabalhar com pessoas, solucionando problemas tendo como objetivo defender o cidadão e garantir a cidadania conhecimento de Cultura de Paz (Milani, 2003). Com base

²⁶ O curso de formação foi realizado pela antiga Superintendência de Segurança Municipal, através do convênio SENASP/MJ Nº 763102/2011, firmado pelo município de Lauro de Freitas e a União, por intermédio do Ministério da Justiça, no período de julho á novembro/2012. As aulas teóricas e práticas foram realizadas no Polo Universitário Santo Amaro de Ipitanga e na Escola Municipal 2 de julho, tendo como instrutores oficiais da Polícia Militar, guardas municipais de outros municípios e professores.

nisso, o entendimento foi que o curso viabilizou estabelecer limites da atuação na segurança pública, desconstruindo a percepção de atuação profissional que tem como referência o modelo oficial de política de “segurança pública tradicional” que viabiliza o “modelo de polícia profissional tradicional” de força policial repressiva, militarizada, legalista de Cultura Repressiva (Poncioni, 2014).

É fato que a formação profissional básica adequada é fundamental, pois contribui para um melhor desempenho destinado a atender os requisitos básicos da prática. Como também, a formação continuada que tem papel fundamental, voltada para atender as particularidades da atuação profissional.

A GMLF apresenta dificuldades para viabilizar a formação continuada de maneira efetiva para os guardas municipais. Conforme afirmação do entrevistado 15 guarda municipal “Treinamento eu não tomei nenhum, eu tomei um curso básico [...]” (Entrevistado 15). Essa dificuldade também foi confirmada pelo entrevistado 3 que desempenha a função de gestor da SMSP de Lauro de Freitas.

Os treinamentos foram poucos, ocorrem de formas esporádicas, espera-se uma oportunidade específica para poder capacitar o agente, como Carnaval, São João. Na minha visão deve-se ser capacitado durante o ano inteiro, pelo menos uma vez no mês, se o agente for submetido a determinado curso ou treinamento, mesmo que por poucas horas, esse agente poderá ter um intelecto otimizado, capaz de executar um serviço de excelência para o cidadão e dando o seu melhor (Entrevistado 3).

Verificou-se que os guardas municipais realizam poucos cursos de formação continuada e de forma esporádica. Apesar da dificuldade apresentada, os cursos ocorrem ocasionalmente e tem a participação voluntária dos guardas municipais, sendo realizados através de parcerias com outras instituições como Bombeiros Militar da Bahia (BMBA), Guarda Civil Municipal de Salvador (GCMS), Polícia Militar da Bahia (PMBA), Rede de Educação Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Rede Ead Senasp), Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e Universidade Mauricio de Nassau (UNINASSAU).

De forma geral, os cursos particulares de formação continuada (privados) são buscados devido à política adotada na gestão municipal que não disponibiliza aos guardas municipais a capacitação continuada de maneira efetiva. Essa situação foi afirmada pelo entrevistado 3 guarda municipal durante a entrevista.

Meu treinamento foi armamento e tiro, diga-se de passagem, não foi nada custeado

pela prefeitura, foi uma iniciativa dos guardas municipais para um melhor aperfeiçoamento da categoria. Já fizemos o curso de patrulhamento de eventos, motopatrulhamento etc. Alguns em parceria tiveram um ou dois em parceria, na questão da gestão com alguns superintendentes que passaram por aqui, mas a grande maioria foram iniciativas nossas, mesmo, dos próprios guardas (Entrevistado 3).

É fundamental destacar que o entrevistado afirma que os cursos foram realizados durante toda a sua trajetória profissional na GMLF e muitos com o dispêndio do guarda municipal. Nesse sentido, a pesquisa possibilitou a construção do quadro 20 que apresenta os cursos realizados pelos 18 guardas municipais entrevistados.

Quadro 24. Cursos de formação continuada realizados pelos guardas municipais entrevistados

Ord.	Curso Realizado	Responsável	Meio Acesso	Formação	Saberes
01	Armamento e Tiro	Particular	Particular	Agente de proteção e prevenção	Pratico Treinamento, instrumento de atuação
02	Área ambiental	GCMS	Institucional	Agente de proteção e prevenção	Teórico, Reflexivo, crítico sobre a atuação
03	Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas	BMBA	Institucional	Agente de proteção e prevenção	Pratico Treinamento, instrumento de atuação
04	Condutor de veículo de emergência	Rede Ead Senasp	Institucional	Agente de proteção e prevenção	Pratico Treinamento, instrumento de atuação
05	Combate em Área Urbana	Particular	Particular	“policial profissional tradicional”	Pratico Treinamento, instrumento de atuação
06	Direitos Humanos	Rede Ead Senasp	Institucional	Agente de proteção e prevenção	Teórico, Reflexivo, crítico sobre a atuação
07	Empregabilidade da arma de fogo: Implicações legais.	UNINASSAU	Institucional	Agente de proteção e prevenção	Teórico, Reflexivo, crítico sobre a atuação
08	Prevenção e Combate a Incêndio	BMBA	Institucional	Agente de proteção e prevenção	Pratico Treinamento, instrumento de atuação
09	Técnicas de Defesa Pessoal	Particular	Particular	Agente de proteção e prevenção	Pratico Treinamento, instrumento de atuação
10	Patrulhamento em Grandes Eventos	GCMS	Institucional	Agente de proteção e prevenção	Pratico Treinamento, instrumento de atuação
11	Polícia Comunitária	Rede Ead Senasp	Institucional	Agente de proteção e prevenção	Teórico, Reflexivo, crítico sobre a atuação
12	Técnicas de Patrulhamento Operacional	PMBA	Institucional	“policial profissional tradicional”	Pratico Treinamento, instrumento de atuação
13	Métodos Defesa Combate e Sobrevivência Urbana	Particular	Particular	“policial profissional tradicional”	Pratico Treinamento, instrumento de atuação
14	Noções de Primeiros Socorros	SAMU	Institucional	Agente de proteção e prevenção	Pratico Treinamento, instrumento de atuação
15	Noções de Direitos Humanos e Cidadania	Rede Ead Senasp	Institucional	Agente de proteção e prevenção	Teórico, Reflexivo sobre a atuação
16	Uso Progressivo da Força	Rede Ead Senasp	Institucional	Agente de proteção e prevenção	Teórico, Reflexivo sobre a

					atuação
--	--	--	--	--	---------

Fonte: Autoria própria.

O quadro 24 apresenta os cursos de formação continuada realizados pelos 18 guardas municipais entrevistados. A maioria dos cursos foi oferecida pela instituição e realizados com parceiros institucionais como GCMS, BMBA, Rede Ead Senasp, UNINASSAU, PMBA e SAMU. Dos 16 cursos apresentados, 3 são do “modelo de formação profissional tradicional” e os 13 restantes são voltados a formação do agente na proteção preventiva.

Como exemplo, o curso 12 – ‘Técnicas de Patrulhamento Operacional’ apresentado no quadro 20 ocorreu nos dias 18 e 19 de março de 2019, com carga horária de 20 horas, e foi realizado nas instalações da Companhia Independente de Policiamento Especializado – Polo Industrial (CIPE-PI), Polícia Militar da Bahia (PMBA), localizada na rodovia BA 512, KM 1,5 - Polo Industrial de Camaçari, Bahia. De acordo com o Manual de Doutrina de Polícia Ostensiva “Em linhas gerais o ‘policiamento ostensivo’ se dá pela fiscalização de atividades e comportamentos sociais, bem como da regulação da ordem pública, fundamentado na resposta a todo tipo de delito, tendo a presença policial ostensiva como sua principal ferramenta ao desestímulo da prática de crimes diversos” (Polícia Militar do Estado da Bahia, 2020, p. 55).

Percebe-se que a atividade de policiamento ostensivo ocorre pela fiscalização de pessoas e de seus comportamentos, legitimando o estereótipo de um possível criminoso, como também pelo policiamento reativo “modelo de polícia profissional tradicional” de força policial repressiva, militarizada, legalista de Cultura Repressiva (Poncioni, 2014). O entrevistado 10 comentou sobre os cursos que realizou na GMLF “[...] conduta de abordagem em pedestres e veículos com arma de fogo, técnicas progressão com armamento e tiros, realizados no CIPE Polo, alguns em parceria [...]” entrevistado 10. Portanto, um tipo de conhecimento que não condiz com a identidade preventiva comunitária da Segurança Cidadã.

Diante do apresentado, é fundamental que os gestores municipais da GMLF ao buscarem disponibilizar a formação continuada e os guardas municipais ao procurarem suprir a necessidade de uma capacitação profissional, devem refletir sobre a formação profissional que esteja condizente com as competências profissionais do guarda municipal, ou seja, identidade profissional preventiva e comunitária preconizada no EGGM.

E ao buscarem cursos como “Combate em Área Urbana”, “Técnicas de Patrulhamento Operacional” e “Métodos Defesa Combate e Sobrevivência Urbana” que

foram realizados pelos guardas municipais entrevistados, acabam inculcando o “modelo de formação profissional tradicional.” Esse modelo de formação é voltado ao caráter autoritário-repressivo-militarista que busca construir um profissional combatente, aplicador da lei e repressor do crime, adepto a um modelo oficial de política de “segurança pública tradicional” limitando a capacidade de refletir criticamente, de mediação e resolução pacífica dos conflitos. Assim, contrariando o norteamento do EGGM em não permitir que o órgão de formação e de aperfeiçoamento dos guardas municipais seja o mesmo destinado à “formação, treinamento ou aperfeiçoamento de forças militares” (Brasil, 2014, cap. VI, art.12, § 3º) que são aplicados em quartéis como identificado no curso nº 12, Técnicas de Patrulhamento Operacional.

Junto a isso, observou uma predominância dos cursos voltados a construção do saber prático (cursos 01, 03, 04, 08, 09, 10, 14 e 16) pelos guardas municipais como os treinamentos, instruções que priorizam a técnica e instrumentos de atuação e padronização de procedimentos em relação ao saber teórico, reflexivo, crítico sobre o papel e atuação profissional do guarda municipal na segurança pública na sociedade. Ademais, cabe destacar que os guardas municipais da GMLF constituem uma característica especial de servidores que possuem um “conhecimento” preexistente sobre a segurança privada, segurança nacional e “segurança pública tradicional” devido suas antigas experiências profissionais. Essas experiências profissionais não condizem com a caracterizada no paradigma de Segurança Cidadã que norteia a identidade profissional de proteção preventiva dos guardas municipais (Freire, 2009).

Na busca ampliar a construção do conhecimento durante as entrevistas foi possível quantificar as afirmativas dos 18 guardas municipais sobre sua formação profissional antes de atuar na segurança pública municipal, sendo; 9 afirmaram serem oriundos da segurança privada, como afirmção do entrevistado 1 “Eu atuei na área de vigilância trabalhando em segurança privada” (Entrevistado 1) e 6 afirmaram terem pertencidos as Forças Armadas do Brasil, como afirmativa do entrevistado 16 “Servi ao Exército por 7 anos, participei de Grupamento de Operações Especiais, depois que sai fiz curso de vigilante e daí vim parar aqui, porém não tive curso de formação para atuar na profissão que é fundamental para exercer a atividade.” (Entrevistado 16) O entrevistado além de relatar sua experiência no Exército Brasileiro, ressalta a importância de ter a formação profissional para realizar a atividade de guarda municipal. Por fim, 3 guardas municipais relatam as experiências de outras áreas como entrevistado 4 “eu era do comércio e serviços” (Entrevistado 16).

Conclui-se que grande parte dos guardas municipais são oriundos das empresas da

segurança privada, Forças Armadas do Brasil e da Polícia Militar. Portanto, esses agentes têm experiência profissional relacionado à segurança, conhecimento preexistente de proteger bens e patrimônios. Assim, trazem consigo os treinamentos, instruções, exercícios militares e suas disfunções que podem impactar no exercício profissional, devido à falta do curso de formação básico, acabam disseminando a noção de “guerreiro” e “combatente”, voltada para o enfrentamento que não são adequadas à atividade profissional de guarda municipal orientada para a proteção preventiva e comunitária.

Outro aspecto fundamental é sobre a necessidade da formação profissional efetiva dos guardas municipais, conforme apresentado por Pereira et al. (2020) que sinaliza sobre a necessidade de refletir a respeito da deficiência da prática dos guardas municipais junto as particularidades das demandas da sociedade. Essa eficiência na atuação é resultado de uma formação profissional continuada deficitária no conhecimento do surdo e da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Ou seja, não voltada para atender as reais especificidades da sociedade, pois não estão preparados para atender a sociedade no auxílio e na resolução de conflitos voltados a pessoas surdas, uma vez que não conseguem interagir e nem se comunicar devido a uma formação profissional. Como também, a necessidade de uma formação que tenha um conhecimento voltado para a segurança de grupos vulneráveis de pessoas, viabilizando o atendimento adequado e promovendo a proteção dos direitos desses cidadãos.

Ao longo de suas trajetórias profissionais e em meio dessa deficiência de formação e qualificação profissional, os guardas municipais da GMLF buscaram o conhecimento científico através da formação no ensino superior em segurança pública. Conforme dados apresentados no quadro 6 (p. 50) sobre o perfil dos entrevistados: 4 possuem ensino médio, 2 estavam cursando o ensino superior, 6 possuem o ensino superior completo e 6 possuem especialização, ou seja, 66% dos guardas municipais entrevistados já concluíram o Ensino Superior com predominância na área de Segurança Pública, na graduação ou na especialização.

Portanto, ao concluir essa seção, é possível afirmar que os guardas municipais de Lauro de Freitas vivenciam uma necessidade de formação profissional básica e continuada, que impossibilita um conhecimento formativo profissional adequado, resultando no enfraquecimento da identidade profissional preventiva norteadas pelo EGGM. Para realizar suas atividades de maneira efetiva junto às comunidades é essencial proporcionar a formação profissional adequada que tenha como base o conhecimento na Segurança Cidadã, a qual norteia a identidade profissional de proteção preventiva e comunitária dos guardas municipais em todo país. Assim, priorizar uma política de construção e fortalecimento do conhecimento

formativo profissional referente à atuação profissional condizente com a identidade profissional dos guardas municipais.

5 MATRIZ DAS COMPETENCIAS PROFISSIONAIS DA GMLF

Essa seção vai examinar as atividades dos guardas municipais de Lauro de Freitas e desenvolver uma proposta de matriz de competências profissionais dos guardas municipais, visando contribuir para a gestão de pessoas e orientar as ações da GMLF.

A identificação de conhecimentos, habilidades e atitudes foram realizadas a partir das legislações federal e municipal, cursos da plataforma Ead SENASP, editais de concurso público, Matriz Curricular Nacional para a Formação das Guardas Municipais (MCNFGM), todos sobre a atuação e formação profissional das Guardas Municipais, como também as entrevistas que foram realizadas com os guardas municipais e a observação participante do pesquisador.

A matriz e o gap das competências são fundamentais para executar os objetivos e a missão institucional, além de contribuir para o desempenho profissional e necessidades de capacitação. Portanto, constituem como requisitos fundamentais para realização de uma boa prática organizacional, direcionado para a atuação profissional de proteção preventiva e comunitária no município.

Cabe destacar que a partir da observação participante do pesquisador e da análise documental foi realizada uma atualização das funções desempenhadas pelos guardas municipais na GMLF. As funções antigas de Coordenador Geral, Gerente de Operação, Secretária II e Chefe de posto, descritas na Lei Municipal nº 1.276, de 31 de outubro de 2007, não correspondem com as desempenhadas atualmente pelos guardas municipais. Assim, foram substituídas pelas atuais funções desempenhadas, sendo; Secretária II por Inspetor Administrativo e Chefe de posto por Inspetor Operacional.

Junto a isso, foi possível identificar que a referida norma não descreve as competências específicas das funções de coordenação, secretaria, gerente de operações e chefe de posto, descrita no Art. 5º desempenhadas pelos guardas municipais na GMLF, e, ainda prevê a criação de grupamentos no I, II, III e IV, o qual não foi realizado.

A Coordenação Geral da Guarda Municipal de Lauro de Freitas - GMLF compreende o conjunto de unidades a que são inerentes às atividades de planejamento, execução, avaliação, fiscalização e controle, tendo a seguinte estrutura básica nos termos disposto no Parágrafo único, do art. 74, da Lei Orgânica do Município: I - Coordenador Geral; a) Secretária II - Gerente de Operação, Chefe de posto A, Chefe de posto B, Chefe de posto C, Chefe de posto D, Chefe de posto E, Chefe de posto F, Chefe de posto G Parágrafo Único - A Gerência de Operações desenvolverá suas ações mediante a constituição dos seguintes grupamentos: I - prédios, equipamentos e instalações públicas do Município; II - escolas; III - patrimônio histórico e cultural; IV- praias, parques, jardins e áreas de proteção ambiental (Lauro de Freitas, 2007, art. 5º).

A legislação municipal identifica 10 funções da guarda municipal. Todavia, a função de secretária não é desempenhada pela profissão. Examinando as funções e reordenando as repetições, verifica-se que a legislação cita 3 funções que ainda são desempenhadas: Coordenador Geral, Gerente de Operação e Chefe de posto.

Além das funções previstas na legislação, o pesquisador observou a criação de 3 funções que não estão registradas na legislação, mas que são funções indicadas pela prefeitura municipal a partir de gratificação para a sua execução: Inspetor operacional, Inspetor administrativo e Guarda municipal condutor de veículo. Todavia, a função de Chefe de posto criado na legislação foi substituída pela função Inspetor Operacional, sintetizando, 5 funções atuais da guarda municipal de Lauro de Freitas: Coordenador Geral, Gerente de Operação, Inspetor operacional, Inspetor administrativo e Guarda municipal condutor de veículo.

Vale ressaltar que o guarda municipal que desempenha alguma função gratificada também possui o dever de realizar as atividades específicas da função de guarda municipal. Por exemplo, a atividade de condutor de veículo realiza todas as atividades previstas na função de guarda municipal, acrescendo: Condução de carros e motocicletas, inspecionar as condições de funcionalidade da viatura informando possíveis ocorrências ao responsável e realiza a limpeza do veículo²⁷.

A partir da definição das 5 funções da Guarda Municipal, realizou-se o levantamento e a análise das atividades registradas na legislação federal e municipal, no Estatuto Geral das Guardas Municipais (EGGM) e nas normas internas (Ordens de Serviços da GMLF).

O quadro 25 registra a organização das atividades realizadas pelos guardas municipais a partir desta pesquisa:

²⁷ O guarda municipal que realiza a atividade de condutor de veículo (carros e/ou motocicletas) recebe um adicional de condições especial de trabalho no valor de 17% do salário base.

Quadro 25. Atividades realizadas pelos guardas municipais da GMLF ano 2022

Funções		Atividades	
Coordenador	1		Elaborar ocorrências, relatórios, escalas e ordens de serviços.
	2		Controlar a assiduidade e pontualidade dos seus subordinados, anotando faltas, atrasos.
	3		Controlar os afastamentos, licenças e férias do efetivo.
	4		Desenvolver e participar de ações sociais, educativas e preventivas junto à comunidade e instituições de segurança pública.
	5		Zelar pela higiene das instalações, saúde do trabalhador e pelo respeito e disciplina de seus subordinados, encaminha ao setor responsável para a devida apuração.
	6		Promover o treinamento e formação continuada para os inspetores e guardas municipais.
	7		Promover a colaboração multa com instituições e autoridades de segurança pública
	8		Realizar a guarda, controle e distribuição de materiais e equipamentos.
	9		Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares referente a Guarda Municipal.
	10		Inspecionar os serviços realizados pela gerente de operações, inspetores e guardas municipais, quando necessário propor melhorias.
	11		Gerenciar as condições da frota veicular, equipamentos de tecnologia, comunicação, eletrodomésticos e moveis da Guarda Municipal.
	12		Atender pessoalmente e por telefone os cidadãos, agentes de segurança e autoridades na GMLF.
	13		Operar equipamentos de comunicações e tecnologias.
Gerente de Operações	1		Planejar e coordenar os serviços e operações de segurança no município.
	2		Redigir ocorrências, relatórios e ordens de serviço encaminhado aos responsáveis.
	3		Supervisionar a execução das escalas e ordens de serviço.
	4		Zelar pela higiene das instalações, saúde do trabalhador, disciplina e respeito de seus subordinados.
	5		Atender pessoalmente e por telefone os cidadãos, agentes de segurança e autoridades na GMLF.
	6		Operar equipamentos de comunicações e tecnologias.
	7		Auxiliar na construção de relatórios, escalas e ordens de serviços.
	8		Supervisionar as atividades de proteção preventiva e comunitária realizadas pelos guardas municipais
	9		Orientar diretamente os seus subordinados nas situações decorrentes de suas atividades.
	10		Auxiliar na elaboração das atividades da coordenação.
	11		Inspecionar as condições da frota veicular, equipamentos de tecnologia, comunicação, eletrodomésticos e moveis da Guarda Municipal.
Inspetor Operacional	1		Zelar pela higiene das instalações, saúde no trabalho e pela disciplina e respeito de seus subordinados.
	2		Desempenhar atividades de supervisão e ronda nos postos de serviço da Guarda Municipal.
	3		Inspecionar as condições da frota veicular, comunicação, eletrodomésticos e moveis da Guarda Municipal.
	4		Planejar e gerenciar o emprego do efetivo de sua responsabilidade para fazer frente às necessidades de segurança do Município
	5		Orientar diretamente os seus subordinados nas situações decorrentes de suas atividades;
	6		Escriturar o Livro de Plantão de Ocorrências da área a que está jurisdicionado, zelando pela exatidão das informações.
	7		Distribuir as tarefas aos seus subordinados e/ou transmitir as ordens e orientações de seus superiores hierárquicos.
	8		Realizar todas as atividades da função de guarda municipal.
Inspetor Administrativo	1		Atender pessoalmente e por telefone os cidadãos, agentes de segurança e autoridades na GMLF.
	2		Auxiliar na elaboração das atividades da coordenação e gerência de operações como ocorrências, relatórios, ofícios, avisos e escalas e ordens de serviços.
	3		Participar de ações sociais, educativas e preventivas junto à comunidade e instituições de segurança pública.
	4		Auxiliar na guarda, controle e distribuição de materiais e equipamentos.
	5		Construir e operar planilha de frequência, licenças e férias do efetivo.
	6		Zelar pela higiene das instalações, saúde no trabalho e pela disciplina e respeito de seus subordinados
	7		Inspecionar as condições equipamentos de tecnologia, eletrodomésticos e moveis da Guarda Municipal.
	8		Receber, protocolar arquivar e encaminhar documentos.

Funções		Atividades	
Guarda municipal	1		Proteger bens patrimoniais e garantir a segurança de pessoas, serviços e instalações, zelando pelos equipamentos que estiverem sob sua guarda nas instalações municipais ou de outras instituições e organizações.
	2		Integrar com a comunidade, realizando trabalhos educativos de prevenção de riscos, perigos e de conscientização em logradouros públicos, com palestras, apresentações e seminários.
	3		Realizar a segurança e proteção ostensivamente e preventivamente com veículo motorizado (carro e/ou motocicleta) aos postos fixos, vias, praças e logradouros, garantindo a segurança e proteção interna e externa. (Patrulhamento e Motopatrulhamento).
	4		Operar equipamentos de comunicações, tecnológicos e programa que proporcionem maior segurança aos próprios municipais, como: sistema de monitoramento, alarmes, câmeras de vídeo, rádio e telefone.
	5		Zelar pela segurança das instalações e atender pessoalmente os cidadãos, agentes de segurança e autoridades na base da GMLF.
	6		Auxiliar o atendimento as ocorrências policiais em vias públicas, preservando o local de provas.
	7		Garantir a segurança e proteção do trânsito e nas ocorrências com vítimas nas vias municipais.
	8		Auxiliar na proteção e segurança das ações integradas de prevenção, fiscalização e ordenamento, de poluição sonora, comércio, trânsito e meio ambiente no município.
	9		Auxiliar nas atividades de defesa civil.
	10		Proteção e segurança de área ambiental em parques, reservas e praias.
	11		Palestras, campanhas e mutirões de preservação ambiental.
	12		Efetuar o resgate e captura de animais silvestres em risco e perigo encaminhando para centro especializado.
	13		Realizar a escoltas e segurança de autoridades e dignitários.
	14		Auxiliar na segurança em grandes eventos festivos, esportivos, culturais e religiosos.
	15		Conduzir veículos (carros ou motocicletas) categoria A/B conforme escala de serviço ou quando necessário.
	16		Inspecionar as condições de funcionalidade (manutenção, mecânicas, elétricas, pintura e chaparia) do veículo, informar possíveis ocorrências ao responsável.
	17		Realizar a higiene do veículo.
	18		Elaborar e participar de reuniões educativas e preventivas em escolas municipais, colaborando com a implantação da Cultura de Paz na comunidade local.
	19		Realizar a segurança e proteção dos docentes e discentes em torno da região escolar.
	20		Proteger as instalações, serviços, servidores e atendidas dos centros de atendimento especializado de prevenção e proteção à violência doméstica.
	21		Acompanhar e escoltar as atendidas do Centro de Atendimento Especializado de prevenção e proteção a violência doméstica.
	22		Realizar palestras, campanhas e desenvolver ações preventivas de enfrentamento a violência doméstica.
Origem da Informação			
		Documentos**	
		Entrevistas	
		Observação do pesquisador	

Fonte: Autoria própria.

*As atividades 15, 16 e 17 são desempenhadas pelos guardas municipais condutores de veículo.

** São as Ordens de Serviços da GMLF e as normas municipal e federal.

O quadro 25 apresenta as 5 funções desempenhadas pelos guardas municipais e suas respectivas atividades: Coordenador com 13 atividades, Gerente de Operações com 11 atividades, Inspetor Operacional com 8 atividades, Inspetor Administrativo com 8 atividades e Guarda Municipal com 22 atividades. O quadro especifica ainda as origens das informações que foram referências para a construção das atividades descritas no quadro, apresentadas em cores sendo; Verde (Documentos, ordens de serviços da GMLF e as normas municipal e federal), Vermelha (Entrevistas realizadas com o Grupo A guardas municipais) e azul (Observação do pesquisador).

Após a identificação das atividades realizadas pelos guardas municipais da GMLF e sua classificação a partir das funções, foi possível realizar a identificação das competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) para a atuação profissional na proteção preventiva comunitária em Lauro de Freitas.

A construção dos conhecimentos e habilidades foi realizada a partir das seguintes fontes:

- Observação participante do pesquisador.
- Entrevistas com os guardas municipais;
- Cursos da plataforma Ead SENASP, voltados para guardas municipais.
- Matriz Curricular Nacional para a Formação das Guardas Municipais (MCNFGM);
- Legislação Federal e Municipal sobre as atividades da Guarda Municipal;
- Editais de concurso para guardas municipais.

O quadro 26 elenca os Conhecimentos (Saber) e suas respectivas fontes de origens, conforme atividades que são desempenhadas pelos guardas municipais da GMLF ano 2022.

Quadro 26. Conhecimentos (Saber) e suas fontes de origens.

Conhecimentos (Saber)		Fontes					
		Observação Participante	Entrevistas	Cursos Ead SENASP	MCNFGM	Legislação Esp. Federal	Editais de concurso GM
1	Proteção ao patrimônio e ações preventivas de segurança.		“Conhecimento na área de segurança e na área de prevenção é o básico para nossas atividades [...]” E9		X		
2	Prevenção e combate a princípios de incêndios.			X	X		
3	Prevenção de acidentes e controle de fluxo de veículos.			X	X	X	
4	Noções de primeiros socorros, resgate e transporte de vítimas.		“Primeiros socorros para poder ajudar as pessoas na hora da dificuldade [...]” E10	X	X	X	
5	Técnicas de defesa pessoal, abordagens, contenção, imobilização e condução.		Entrevistas		X		
6	Noções de Direito Administrativo, Cível, Penal, Processual Penal, Constitucional e Humanos.		“Além do conhecimento de Segurança é essencial o conhecimento no Código Penal, Código Processo Penal, Código Civil [...]” E16		X	X	X
7	Uso progressivo ou diferenciado da força.			X	X	X	
8	Uso de Instrumentos de menor potencial ofensivo.			X	X	X	
9	Direitos Humanos, Segurança Pública e Defesa Social.		“[...] a disciplina de Direitos Humanos que atrai e aproxima mais o agente ao cidadão [...]” E3	X	X	X	
10	Técnicas de uso e segurança em armamento, munição e tiro.		“Dentro dessa grade de cursos de guarda municipal tem primeiro socorros, tem o curso de noções básicas de tiro, defesa com arma não letal [...]” E5	X	X	X	
11	Gerenciamento de crises e mediação de conflitos.		“Gerenciamento de Crises é importante para saber como fazer em uma situação, como isolar onde tem que isolar e se aproximar onde tem que se aproximar para ter um bom resultado [...]” E11	X	X	X	
12	Noções sobre Políticas Públicas e Políticas de Segurança.	X					

Conhecimentos (Saber)		Fontes					
		Observação Participante	Entrevistas	Cursos Ead SENASP	MCNFGM	Legislação Esp. Federal	Editais de concurso GM
13	Relações Humanas.		“[...] conhecimento nas áreas de Relações Humanas para a interação com a sociedade [...]” E4		X		
14	Segurança Cidadã e Comunidade.			X	X	X	
15	Segurança e Atuação policial frente a grupos de vulneráveis.			X	X	X	
16	Segurança Pública, Democracia e Cidadania.	X			X	X	
17	Cultura da Paz.				X		
18	Violência, Criminalidade e Prevenção.			X	X	X	
19	Informática básica e tecnologia aplicada à educação.	X					X
20	Português Instrumental.			X	X		X
21	Policamento Comunitário.			X	X	X	
22	Saúde Mental do Profissional de Segurança Pública.			X	X	X	
23	Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador				X		
24	Noções sobre abordagem de compreensão (Pensamento Sistêmico)				X		
25	Educação para o Trânsito para Profissionais de Segurança Pública			X	X	X	
26	Legislação de Trânsito Aplicada a Segurança Pública: Infrações e Crimes de trânsito.			X	X	X	
27	Condutor de veículo de emergência.			X	X		
28	Noções de mecânica veicular.	X					
29	Legislação, regulamentação e normas de segurança veicular.	X					
30	Técnicas de Patrulhamento e	X					

Conhecimentos (Saber)		Fontes					
		Observação Participante	Entrevistas	Cursos Ead SENASP	MCNFGM	Legislação Esp. Federal	Editais de concurso GM
	Motopatrulhamento.						
31	Libras para profissionais de Segurança Pública.			X	X		
32	Local do Crime: isolamento e prevenção.			X	X		
33	Policimento Orientado para a resolução do Problema.			X	X	X	
34	Técnicas de direção ofensiva / evasiva.	X			X		
35	Segurança Pública Integrada.			X	X	X	
36	Videomonitoramento, Tecnologias em Segurança Pública.			X	X		
37	Identificação de perigo, risco e desastres.	X					
38	Noções Básicas de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas.			X	X		
39	Bombeiro Educador.			X	X		
40	Noções de atendimento as Emergências com Produtos Perigosos.			X	X		
41	Legislação ambiental federal, estadual e municipal sobre a cidade.				X		X
42	Princípios básicos de ecologia, biologia e sustentabilidade do município.				X		
43	Crime Ambiental.			X	X		
44	Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.			X	X		
45	Noções de docência e metodologia da pesquisa.			X	X		

Conhecimentos (Saber)		Fontes					
		Observação Participante	Entrevistas	Cursos Ead SENASP	MCNFGM	Legislação Esp. Federal	Editais de concurso GM
46	Fauna e Flora Silvestre do Município.				X		
47	Proteção e Segurança de Autoridades e Donatários				X	X	
48	Técnicas e Protocolos de segurança em situações de escolta e proteção.	X				X	
49	Diversidade cultural e diferenças individuais dos brasileiros.		“[...] é essencial conhecer a área que ele atua... as características, as culturas, mobilidade do local. Pois, conhecendo a cultura como é que a população se comporta, qual é a necessidade, qual é a carência maior, você pode atuar de maneira mais efetiva.” E2		X		
50	Direitos humanos e da igualdade de gênero.	X			X		
51	Prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher.			X	X	X	
52	Policiamento Comunitário Escolar.			X	X	X	
53	Concepção e aplicação do Estatuto das Crianças e dos Adolescentes.			X	X	X	
54	Enfretamento à exploração sexual das crianças e dos adolescentes.			X	X	X	
55	História Social e Econômica da sociedade brasileira e do município.				X		

Fonte: Autoria própria.

O quadro 26 Conhecimentos (Saber) demonstra que os editais dos concursos para as Guardas Municipais contemplam pouquíssimos conhecimentos, prescritos apenas os voltados para Legislação Ambiental sobre a cidade, Informática básica e tecnologia, Noções de Direito Administrativo, Cível, Penal, Processual Penal, Constitucional e Humanos. Tendo em vista que os editais, em sua grande maioria priorizam o conhecimento específico de legislação. Assim, legitimando na atuação dos guardas municipais o conhecimento legalista de Cultura Repressiva do “modelo de polícia profissional tradicional” (Poncioni, 2014).

Demonstra ainda uma predominância de conhecimentos sugeridos na Matriz Curricular Nacional para a Formação das Guardas Municipais (MCNFGM) e dos cursos Ead SENASP, articulando os conhecimentos teórico e prático, voltados a proporcionar a construção sobre a proteção preventiva comunitária dos guardas municipais na Segurança Cidadã. Assim como, a ocorrência da Legislação Especial Federal, voltada para a construção do conhecimento preventivo de violação de direitos, proporcionando o conhecimento sobre a convivência segura, pacífica e voltada para o reconhecimento de direitos das pessoas Velásquez (2004). Além disso, desenvolver a capacidade de atuar na mediação pacífica de conflitos com conhecimento sobre justiça e cidadania, fundamentais direcionados para a prevenção das violências (Freire, 2009).

Os conhecimentos apresentados são direcionados para as áreas do patrimônio, educação, tecnologia, proteção ambiental, integração, proteção a pessoas em situação de risco, controle do espaço público e orientação do trânsito. Esses conhecimentos voltados às atividades da GMLF podem ser realizados na formação profissional inicial básica ou durante a formação formal continuada.

Quadro 27. Habilidades (Saber Fazer) e suas fontes de origens.

Habilidades (Saber Fazer)		Fontes					
		Observação Participante	Entrevistas	Editais Conc. GM	Constituição o 1988.	Lei Mun. 1.276/07.	Legislação Esp. Federal
1	Proteger e preservar o patrimônio, bens, serviços e instalações.		“Uma gama de atividades a gente trabalha com a segurança patrimonial, segurança do pessoal [...] E 5	X	X	X	X
2	Atender portadores de necessidades especiais, diversidade de gênero.	X					X
3	Empregar técnicas de comunicação não violenta e mediação de conflitos para evitar uso ilegítimo de violência (preventivo e educativo)			X		X	X
4	Redigir ocorrências e relatórios.			X		X	X
5	Gerenciar situações de conflitos, riscos com pacificação e mediação.			X			X
6	Agir em emergências			X		X	X
7	Prevenção em situação de Segurança.			X	X	X	X
8	Operar equipamento de comunicação, segurança eletrônica e videomonitoramento.		“No disque denuncia 153 e no monitoramento [...]” E 1	X			X
9	Atuar com agilidade	X					
10	Desenvolver boa comunicação verbal e escrita.	X					
11	Uso computadores (Informática básica)	X					X
12	Construir projetos e planos de trabalho de forma colaborativa.	X				X	X
13	Agir com liderança	X					
14	Uso de tecnologia voltada à educação	X					
15	Analisar informações e compartilhar com a equipe de trabalho.	X					
16	Manusear armamento, equipamentos de menor potencial ofensivo com discernimento e legalidade.	X		X			X

17	Realizar patrulhamento e motopatrulhamento ostensivo e preventivo visando à proteção preventiva.		“Atividade de patrulhamento preventivo nos logradouros públicos, nas instalações [...]” E 7	162 X		X	X
18	Dirigir nas principais vias de acesso e trânsito da cidade com atenção difusa.	X					
19	Técnicas de defesa pessoal, imobilização e autoproteção com discernimento e legalidade.			X			X
20	Interagir com o cidadão, órgãos do SUSP, saúde, fiscalização, defesa civil e educação no município.		“Deveria ter um trabalho de prevenção, palestras nas escolas e na comunidade como tínhamos iniciado, agregando outros conhecimentos não só da área ambiental como também de segurança e prevenção que abrange várias questões” (E 14)	X		X	X
21	Auxiliar nas atividades do trânsito, aplicar técnicas de isolamento em locais de acidente de trânsito com vítimas.		“Auxiliar no trânsito, a gente tem um trânsito caótico aqui na cidade de Lauro de Feites [...]”			X	X
22	Auxiliar em socorros, resgate e transporte de vítimas.					X	X
23	Utilizar equipamentos e ferramentas de resgate, salvamento, segurança e proteção.	X					
24	Atuar em capturas e resgate de animais.	X					
25	Criatividade e Planejamento	X					
26	Comunicação respeitosa e cortês.	X					
27	Comunicação verbal e não verbal.	X					
28	Manutenção preventiva básica veicular.	X					
29	Inspeção veicular detalhada visualmente	X					
30	Analisar e identificar problemas ou defeitos veicular.	X					
31	Interagir com a comunidade escolar		“[...] A gente também pode trabalhar de uma forma preventiva, educadora. E a guarda municipal no meu entendimento ela veio			X	X

			proporcionar esse tipo de serviço pra população, serviço de conscientização.” (E 2)	163			
32	Analisar dados e informações em equipe de maneira analítica para a construção do conhecimento.	X					
33	Atuar com agilidade e com atenção difusa buscando a fluidez e segurança nas vias da cidade, realizar manobras preventivas veicular com raciocínio espacial.	X					

. Fonte: Autoria própria.

Quadro 27 apresenta as 33 Habilidades (Saber Fazer) e suas fontes de origens. As habilidades estão com base nos princípios de atuação profissional de proteção preventiva e comunitária apresentado no EGGM que tem como base a Segurança Cidadã.

A descrição das Atitudes (Saber Ser) teve como base os depoimentos dos entrevistados do grupo B gestores que relataram as atitudes necessárias aos guardas municipais como relatado pelo entrevistado 3 “[...] a presteza na prestação de serviço e ter claro na mente dele qual é o papel da Guarda Municipal [...]” (Entrevistado 3). E o entrevistado 4 informou que os “[...]” profissionais equilibrados, serenos e que fazem o seu melhor [...]” (Entrevistado 4). E como também, os entrevistados do grupo A guardas municipais, sobre as atitudes indicadas como importantes para realizar suas atividades na segurança pública municipal.

As atitudes que o guarda municipal deve desenvolver é ser proativo, solidário, como diz o nosso lema, protetor e amigo [...] (Entrevistado 4). Ficar mais tolerante o bastante para explicar e acima de tudo, com cautela para [...] (Entrevistado 6). A proatividade não esperar, o que eu posso fazer dentro [...] (Entrevistado 10). Primeiro um bom treinamento para que se alcance o conhecimento e a temperança à gente tem que ser longânime e ser paciente a gente tem que ter empatia tem que se colocar no lugar do outro. Saber que antes de sermos guardas somos cidadãos e hoje estamos desse lado, mas amanhã podemos estar do outro (Entrevistado 11). Hoje o principal é atenção, desenvolver um bom serviço possível com conhecimento sem imediatismos e sim com assiduidade (Entrevistado 13). Seriedade, comprometimento com o serviço (Entrevistado 14).

As afirmações dos guardas municipais estão em concordância com os fundamentos básicos das atribuições e responsabilidades do servidor da Guarda Municipal, previstos na norma municipal, como atuar em parceria e interagir com o cidadão (Lauro de Freitas, 2007). E no Estatuto Geral das Guardas Municipais (EGGM) como colaborar com a pacificação de conflitos e cooperar, interagir com a sociedade civil e com outras instituições. Como também, pelos princípios previstos para a gestão dos municípios com suas Guardas Municipais, apresentadas no Livro Azul das Guardas, Princípios Doutrinários da Segurança Pública Municipal, elaborado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) (Brasil, 2019).

O Quadro 28 faz uma síntese de todas as competências levantadas nas fontes de informações:

Quadro 28. Síntese das Competências Profissionais da Guarda Municipal de Lauro de Freitas a partir das atividades desempenhadas e das fontes de informações do estudo

Atividade 1 Proteger bens patrimoniais garantindo a segurança de pessoas, serviços e instalações, zelando

pelos equipamentos que estiverem sob sua guarda. (Guarda Patrimonial)			
Conhecimentos (Saber)		Habilidades (Saber Fazer)	Atitudes (Saber Ser)
Técnicas preventivas de segurança de instalações.	Direitos Humanos e Segurança Pública.	Atuar com agilidade	Segurança.
Técnicas de combate a princípios de Incêndios.	Técnicas de uso e segurança em armamento, munição e tiro.	Atender portadores de necessidades especiais, diversidade de gênero.	Observador.
Noções de prevenção e proteção ao patrimônio.	Uso de aparelhos de comunicações em linguagem técnica	Empregar técnicas de comunicação não violenta e mediação de conflitos para evitar uso ilegítimo de violência (preventivo e educativo)	Prestativo.
Técnicas de Prevenção de acidentes e controle de fluxo de veículos.	Gerenciamento de crises e mediação de conflitos.	Redigir ocorrência.	Empatia.
Relações Humanas.	Noções sobre Políticas Públicas e Políticas de Segurança.	Gerenciar situações de conflitos.	Mediador
Noções de primeiros socorros.		Agir em emergências	Pontual
Técnicas de defesa pessoal.		Proteger pessoas, preservar o patrimônio, serviços e instalações.	Postura profissional.
Noções de Direito Cível, Penal, Processo Penal e Constitucional.		Prevenção em situação de Segurança.	Responsável
Uso diferenciado da força.		Operar equipamento de comunicação e de menor potencial ofensivo.	Assíduo
Uso de Instrumentos de menor potencial ofensivo.		Aplicar técnicas de defesa pessoal, imobilização, autoproteção com discernimento e dentro a legalidade.	Proativo
Atividade 2 Elaborar e participar de eventos sociais, educativos e preventivos com a comunidade na temática de prevenção, riscos, perigos e de conscientização.			
Conhecimentos (Saber)		Habilidades (Saber Fazer)	Atitudes (Saber Ser)
Técnicas de combate a princípios de Incêndios.	Segurança Cidadã e Comunidade.	Desenvolver boa comunicação verbal e escrita.	Segurança.
Noções de proteção ao patrimônio.	Direitos Humanos e Segurança Pública.	Lidar com portadores de necessidades especiais e diversidade de gênero.	Observador.
Técnicas de Prevenção de acidentes.	Noções de Docência e Segurança Pública, Metodologia da Pesquisa.	Uso computadores	Prestativo.
Noções sobre Políticas Públicas e Relações Humanas.	Segurança Pública, Democracia e Cidadania.	Construir projetos e planos de trabalho de forma colaborativa.	Qualificação
Técnicas de primeiros socorros.	Cultura da Paz.	Agir com Liderança	Mediador
Técnicas de defesa pessoal.	Violência, Criminalidade e Prevenção.	Uso de tecnologia voltada a Educação	Colaborar, adaptar-se
Noções de Direito Cível, Penal, Constitucional e Humanos.	Informática básica, Tecnologias aplicada a Educação.	Analisar informações e compartilhar em equipe.	Postura profissional.
Técnicas de Segurança	Português Instrumental	Gestão de conflitos	Responsável e Planejado
Segurança de grupos vulneráveis.	Policimento Comunitário.	Analisar dados e informações de maneira analítica para a construção do conhecimento.	Proativo
Qualidade de vida, bem-estar e saúde.	Noções sobre abordagem de compreensão (Pensamento Sistêmico)		Criativo e inovador
Atividade 3 Realizar a segurança e proteção ostensiva e preventiva da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais com veículos motorizado (carro e/ou motocicleta) aos postos fixos, vias, praças e logradouros. (Patrulhamento e Motopatrulhamento).			
Conhecimentos (Saber)		Habilidades (Saber Fazer)	Atitudes (Saber Ser)

Educação para o Trânsito para Profissionais de Segurança Pública	Libras para profissionais de Segurança Pública.	Trabalho em equipe	Segurança.
Legislação de Trânsito Aplicada a Segurança Pública: Infrações e Crimes de trânsito.	Local do Crime: isolamento e prevenção.	Atuar com Agilidade	Observador.
Condutor de veículo de emergência.	Policimento Orientado para a resolução do Problema.	Manusear armamento, instrumentos e equipamentos com segurança e conforme orientação legal.	Prestativo.
Técnicas de Patrulhamento e Motopatrulhamento.	Segurança de grupos vulneráveis.	Atender portadores de necessidades especiais e diversidade de gênero.	Empatia.
Uso diferenciado da força.	Técnicas de Primeiros socorros.	Gerenciar situações de conflito	Mediador
Uso de Instrumentos de menor potencial ofensivo.	Técnicas de direção defensiva	Realizar técnicas de manobras de patrulhamento e motopatrulhamento ostensivo e preventivo com raciocínio espacial.	Pontual
Direitos Humanos e Segurança Pública.	Noções de Direito Cível, Penal, Constitucional e Humanos.	Boa comunicação	Postura profissional.
Técnicas de uso e segurança em armamento, munição e tiro.	Técnicas de Defesa Pessoal	Dirigir nas principais vias de acesso e trânsito da cidade com atenção difusa.	Responsável
Uso de aparelhos de comunicações em linguagem, técnica.	Noções sobre Políticas Públicas e Políticas de Segurança.	Redigir ocorrências	Assíduo
Gerenciamento de crises e mediação de conflitos.	Relações Humanas.	Aplicar técnicas de defesa pessoal, imobilização, autoproteção com discernimento e dentro a legalidade.	Comprometido

Atividade 4 Operar equipamentos de comunicações, tecnológicos e programa que proporcionem maior segurança aos próprios municipais, como: sistema de monitoramento, alarmes, câmeras, rádio e telefone. (CIOP)

Conhecimentos (Saber)		Habilidades (Saber Fazer)	Atitudes (Saber Ser)
Informática básica	Polícia Comunitária	Boa comunicação	Segurança
Conhecimento em relações humanas.	Noções de Direito Cível, Penal e Constitucional.	Trabalho em equipe	Proativo
Uso de aparelhos de comunicações em linguagem técnica.	Uso diferenciado da força.	Atuar com Agilidade	Compreensivo
Legislação de Trânsito Aplicada a Segurança Pública: Infrações e Crimes de trânsito.	Segurança Pública Integrada	Uso computadores	Atencioso
Técnicas de primeiros socorros.	Noções sobre Políticas Públicas e Relações Humanas.	Operar equipamento de comunicação	Cordial
Procedimentos de preservação da ordem pública	Noções sobre Políticas Públicas e Políticas de Segurança.	Redigir ocorrências	Controle
Informática Básica	Relações Humanas.	Atender portadores de necessidades especiais, diversidade de gênero.	Prestativo.
Segurança de grupos vulneráveis.	Equipamentos de segurança eletrônica	Interagir com o cidadão	Empatia.
Policimento Orientado para a resolução do Problema.		Interagir com integrantes dos órgãos e que compõem o SUSP.	Responsável
Videomonitoramento			Assíduo

Atividade 5 Zelar pela segurança das instalações e atender pessoalmente os cidadãos, agentes de segurança e autoridades com presteza, respeito e cordialidade na base da GMLF. Posto 1

Conhecimentos (Saber)		Habilidades (Saber Fazer)	Atitudes (Saber Ser)
Conhecimento em relações humanas.	Segurança Pública, Democracia e Cidadania.	Boa comunicação	Segurança
Informática Básica	Cultura da Paz.	Atuar com Agilidade	Proativo
Segurança de grupos vulneráveis.	Atuação Integrada de Segurança Pública.	Uso computadores	Compreensivo
Policiamento Orientado para a resolução do Problema.	Uso de aparelhos de comunicações em linguagem técnica.	Atender portadores de necessidades especiais e diversidade de gênero.	Atencioso
Polícia Comunitária	Técnicas de Primeiros socorros	Operar equipamento de comunicação	Cordial
Conhecimento em relações humanas	Noções de Direito Cível, Penal, Constitucional e Humanos.	Agir em emergências	Prestativo.
Direitos Humanos e Segurança Pública.	Técnicas de segurança de instalações.	Manusear armamento, instrumentos e equipamentos com segurança.	Empatia.
Segurança Cidadã e Comunidade.	Noções sobre Políticas Públicas e Políticas de Segurança.	Interagir com o cidadão, integrantes da Guarda e que compõem o SUSP.	Responsável
Direitos Humanos e Segurança Pública.	Relações Humanas.	Gerencia situações de conflito.	Assíduo
Violência, Criminalidade e Prevenção.		Redigir ocorrências	Pontual
Atividade 6 Auxiliar o atendimento as ocorrências policiais em vias públicas, preservando o local de provas. Patrulhamento preventivo			
Conhecimentos (Saber)		Habilidades (Saber Fazer)	Atitudes (Saber Ser)
Direitos Humanos e Segurança Pública.	Técnicas de Primeiros socorros.	Atuar com agilidade	Segurança
Segurança Cidadã e Comunidade.	Preservar o local de provas.	Dirigir nas principais vias de acesso da cidade	Proativo
Segurança de grupos vulneráveis.	Noções de Direito Cível, Penal, Constitucional e Humanos.	Atender portadores de necessidades especiais e diversidade de gênero.	Compreensivo
Policiamento Orientado para a resolução do Problema.	Técnicas de Defesa Pessoal	Operar equipamento de comunicação	Atencioso
Polícia Comunitária	Noções sobre Políticas Públicas e Políticas de Segurança.	Agir em emergências	Cordial
Violência, Criminalidade e Prevenção.	Relações Humanas.	Gerenciar situações de conflito	Prestativo.
Cultura da Paz.		Manusear armamento, instrumentos e equipamentos com segurança.	Pontual
Atuação Integrada de Segurança Pública.		Aplicar técnicas de defesa pessoal, imobilização, autoproteção com discernimento e dentro a legalidade.	Responsável
Uso de aparelhos de comunicações em linguagem técnica.		Interagir com o cidadão, serviços do município e órgãos que compõem o SUSP.	Assíduo
Libras para profissionais de Segurança Pública.		Aplicar técnicas e noções de primeiros socorros	Empatia.
Atividade 7 Realizar a segurança e proteção do trânsito e nas ocorrências com vítimas nas vias municipais.			
Conhecimentos (Saber)		Habilidades (Saber Fazer)	Atitudes (Saber Ser)
Atuação Integrada de Segurança Pública.	Gerenciamento de crises e mediação de conflitos.	Atuar com agilidade e com atenção difusa buscando a fluidez e segurança nas vias da cidade	Segurança
Uso de aparelhos de comunicações em linguagem técnica.	Técnicas de uso e segurança em armamento, munição e tiro.	Aplicar técnicas de isolamento em locais de acidente de trânsito com vítimas.	Responsável
Libras para profissionais de Segurança Pública.	Uso de Instrumentos de menor potencial ofensivo.	Atender portadores de necessidades especiais, diversidade de gênero.	Assíduo

Segurança Cidadã e Comunidade.	Noções sobre Políticas Públicas e Políticas de Segurança.	Manusear armamento, instrumentos e equipamentos com segurança.	Pontual
Segurança de grupos vulneráveis.	Relações Humanas.	Operar equipamento de comunicação	Compreensivo
Técnicas de Primeiros socorros.	Direitos Humanos na Segurança Pública	Gerenciar situações de conflito.	Atencioso
Educação para o Trânsito para Profissionais de Segurança Pública		Dirigir nas principais vias de acesso da cidade	Cordial
Legislação de Trânsito Aplicada a Segurança Pública: Infrações e Crimes de trânsito.		Aplicar técnicas e noções de primeiros socorros.	Compreensivo
Uso Diferenciado da Força		Interagir com o cidadão, órgãos que compõem o SUSP e do Sistema de Saúde no municipal.	Empatia.
Noções de Direito Cível, Penal, Constitucional e Humanos.		Aplicar técnicas de defesa pessoal, imobilização, autoproteção com discernimento e dentro a legalidade.	
Atividade 8 Auxiliar na proteção e segurança nas ações integradas de prevenção, fiscalização e ordenamento, poluição sonora, comércio, trânsito e meio ambiente no município.			
Conhecimentos (Saber)		Habilidades (Saber Fazer)	Atitudes (Saber Ser)
Uso Diferenciado da Força	Gerenciamento de crises e mediação de conflitos.	Atender portadores de necessidades especiais, diversidade de gênero.	Segurança.
Noções de Direito Cível, Penal, Constitucional e Humanos.	Policimento Orientado para a resolução do Problema.	Aplicar técnicas de defesa pessoal, imobilização, autoproteção com discernimento e dentro a legalidade.	Observador.
Atuação Integrada de Segurança Pública.	Direitos Humanos na Segurança Pública.	Interagir com órgãos e que compõem o SUSP e de fiscalização no município.	Prestativo.
Uso de aparelhos de comunicações em linguagem técnica.	Técnicas de Defesa Pessoal	Manusear armamento, instrumentos e equipamentos com segurança.	Imparcial
Libras para profissionais de Segurança Pública.	Noções sobre Políticas Públicas e Políticas de Segurança.	Operar equipamento de comunicação	Mediador
Segurança Cidadã e Comunidade.	Relações Humanas.	Gerenciar situações de conflito	Pontual
Segurança de grupos vulneráveis.		Boa comunicação	Postura profissional.
Técnicas de Primeiros socorros.			Respeito
Uso de Instrumentos de menor potencial ofensivo.			Assíduo
Técnicas de uso e segurança em armamento, munição e tiro.			
Atividade 9 Auxiliar nas atividades de defesa civil.			
Conhecimentos (Saber)		Habilidades (Saber Fazer)	Atitudes (Saber Ser)
Atuação Integrada de Segurança Pública.	Noções sobre Políticas Públicas e Políticas de Segurança.	Assistência à população	Segurança
Uso de aparelhos de comunicações em linguagem técnica.	Relações Humanas.	Aplicar técnicas de isolamento em locais de acidente	Respeito
Técnicas de Primeiros socorros, resgate e transporte de vítimas.	Noções Básicas de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas	Trabalhar em equipe	Compressivo
Libras para profissionais de Segurança Pública.	Bombeiro Educador	Atuar em buscas e salvamentos	Observador.
Segurança Cidadã e	Produtos Perigosos	Aplicar técnicas de resgate,	Prestativo

Comunidade.		primeiros socorros e transporte de vítimas.	
Segurança de grupos vulneráveis.		Utilizar equipamentos e ferramentas de resgate e salvamento.	Empatia
Direitos Humanos e Segurança Pública.		Atuar com Agilidade	Assíduo
Técnicas de prevenção e combate a incêndios		Interagir com órgãos e que compõem o SUSP, sistema de saúde e defesa civil do município.	Pontual
Gerenciamento de crises e mediação de conflitos.			
Identificação de perigo, risco e desastres.			
Atividade 10 Proteger área ambiental (fauna e flora) em parques, praias.			
Conhecimentos (Saber)		Habilidades (Saber Fazer)	Atitudes (Saber Ser)
Atuação Integrada de Segurança Pública.	Legislação ambiental federal, estadual e municipal.	Boa comunicação	Comprometido
Uso de aparelhos de comunicações em linguagem técnica.	Princípios básicos de ecologia e biologia.	Utilizar armamento, instrumentos e equipamentos com segurança e proteção.	Postura profissional
Técnicas de Primeiros socorros, resgate e transporte de vítimas.	Princípios de sustentabilidade	Capturar e resgate de animais	Atencioso
Libras para profissionais de Segurança Pública.	Técnicas de Defesa Pessoal	Trabalhar em equipe	Assíduo
Segurança Cidadã e Comunidade.	Uso de Instrumentos de menor potencial ofensivo.	Redigir relatórios	Pontual
Segurança de grupos vulneráveis.	Noções sobre Políticas Públicas e Políticas de Segurança.	Atuar em buscas e salvamentos	Prestativo
Direitos Humanos e Segurança Pública.	Relações Humanas.	Aplicar técnicas de resgate, primeiros socorros e transporte de vítimas.	
Técnicas de prevenção e combate a incêndios	Crime Ambiental	Utilizar equipamentos e ferramentas de resgate e salvamento.	
Gerenciamento de crises e mediação de conflitos.	Técnicas de uso e segurança em armamento, munição e tiro.	Gerenciar situações de conflito	
Identificação de perigo, risco e desastres.	Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	Aplicar técnicas de defesa pessoal, imobilização, autoproteção com discernimento e dentro a legalidade.	
Atividade 11 Participar de palestras, campanhas e mutirões de preservação e conservação ambiental.			
Conhecimentos (Saber)		Habilidades (Saber Fazer)	Atitudes (Saber Ser)
Atuação Integrada de Segurança Pública.	Legislação ambiental federal, estadual e municipal.	Boa comunicação verbal e escrita.	Segurança.
Uso de aparelhos de comunicações em linguagem técnica.	Princípios básicos de ecologia e biologia.	Lidar com portadores de necessidades especiais e diversidade de gênero.	Observador.
Técnicas de Primeiros socorros, resgate e transporte de vítimas.	Princípios de sustentabilidade	Uso computadores	Prestativo.
Libras para profissionais de Segurança Pública.	Docência e metodologia da pesquisa.	Construir projetos e planos de aula.	Qualificado
Segurança Cidadã e Comunidade.	Fauna e Flora Silvestre do Município	Liderança	Mediador
Segurança de grupos vulneráveis.	Violência, Criminalidade e Prevenção.	Uso de tecnologia voltada a Educação	Pontual
Direitos Humanos na Segurança Pública.	Tecnologias aplicada a Educação.	Criatividade e Planejamento	Postura profissional.
Técnicas de prevenção e combate a incêndios	Português Instrumental, Informática básica.	Analisar informações e compartilhar em equipe.	Responsável
Gerenciamento de crises e	Policiamento Comunitário.	Gestão de conflitos	Assíduo

mediação de conflitos.			
Identificação de perigo, risco e desastres.	Crimes Ambientais	Analisar dados e informações de maneira analítica para a construção do conhecimento.	
Atividade 12 Resgatar e capturar animais silvestres em risco e perigo encaminhando para centro especializado.			
Conhecimentos (Saber)		Habilidades (Saber Fazer)	Atitudes (Saber Ser)
Violência, Criminalidade e Prevenção.	Legislação ambiental federal, estadual e municipal.	Boa comunicação	Comprometido
Técnicas de uso e segurança em armamento, munição e tiro.	Princípios básicos de ecologia e biologia.	Manejo de equipamentos de segurança e proteção	Postura profissional
Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	Princípios de sustentabilidade	Captura e resgate de animais	Atencioso
Policiamento Comunitário.	Fauna e Flora Silvestre do Município	Trabalhar em equipe	Assíduo
Resgate da Fauna Silvestre	Noções sobre Políticas Públicas e Políticas de Segurança.	Redigir relatórios e ocorrências	Pontual
.	Relações Humanas.	Atuar em buscas e salvamentos	Prestativo
Direitos Humanos e Segurança Pública.	Crime Ambiental	Aplicar técnicas de resgate, primeiros socorros e transporte de vítimas.	
Técnicas de prevenção e combate a incêndios florestais		Utilizar equipamentos e ferramentas de resgate e salvamento.	
Gerenciamento de crises e mediação de conflitos.		Aplicar técnicas de defesa pessoal, imobilização, autoproteção com discernimento e dentro a legalidade.	
Identificação de perigo, risco e desastres.			
Atividade 13 Realizar escoltas e segurança de autoridades e dignitários.			
Conhecimentos (Saber)		Habilidades (Saber Fazer)	Atitudes (Saber Ser)
Atuação Integrada de Segurança Pública.	Proteção e segurança de autoridades	Trabalho em equipe	Segurança.
Uso de aparelhos de comunicações em linguagem técnica.	Implicações legais sobre o uso da arma de fogo.	Agir em situação de emergência	Observador.
Educação para o Trânsito para Profissionais de Segurança Pública	Técnicas de uso e segurança em armamento, munição e tiro.	Atenção difusa, Comunicação respeitosa e cortês.	Discrição e confidencialidade
Legislação de Trânsito Aplicada a Segurança Pública: Infrações e Crimes de trânsito.	Noções de resgate, primeiros socorros e transporte de vítimas.	Aplicar técnicas de defesa pessoal, imobilização, autoproteção com discernimento e dentro a legalidade.	Controle emocional
Uso Diferenciado da Força		Gerenciar situações de conflito e riscos	Mediador
Noções de Direito Cível, Penal, Constitucional e Humanos.		Realizar manobras ostensivas e preventivas com veículos com raciocínio espacial.	Pontual
Técnicas de direção defensiva		Manusear armamento, instrumentos e equipamentos com segurança.	Postura profissional.
Condutor de veículo de emergência.		Dirigir nas principais vias de acesso e trânsito da cidade com atenção difusa.	Responsável
Técnicas de Defesa Pessoal		Aplicar técnicas de resgate, primeiros socorros e transporte de vítimas.	Assíduo
Uso de Instrumentos de menor potencial ofensivo.			Adaptabilidade e flexibilidade
Atividade 14 Auxiliar na segurança em grandes eventos festivos, esportivos, culturais e religiosos.			
Conhecimentos (Saber)		Habilidades (Saber Fazer)	Atitudes (Saber Ser)
Uso Diferenciado da Força	Gerenciamento de crises e mediação de conflitos.	Gerenciamento de Conflitos e Riscos	Controle emocional

Noções de Direito Cível, Penal, Constitucional e Humanos.	Policimento Orientado para a resolução do Problema.	Trabalhar em Equipe	Empatia, tolerância
Atuação Integrada de Segurança Pública.	Direitos Humanos na Segurança Pública.	Comunicação verbal e não verbal.	Segurança.
Uso de aparelhos de comunicações em linguagem técnica.	Técnicas de Defesa Pessoal	Uso adequado de equipamentos de comunicação.	Observador.
Libras para profissionais de Segurança Pública.	Técnicas de abordagens	Manusear adequadamente armamento, instrumento e equipamentos com segurança.	Mediador
Segurança Cidadã e Comunidade.	Noções sobre Políticas Públicas e Políticas de Segurança.	Aplicar técnicas de defesa pessoal, imobilização, autoproteção com discernimento e dentro a legalidade.	Empatia
Segurança de grupos vulneráveis.	Relações Humanas.	Atuar com agilidade e atenção	Postura profissional.
Técnicas de Primeiros socorros.		Aplicar técnicas de primeiros socorros e transporte de vítimas.	Responsável
Uso de Instrumentos de menor potencial ofensivo.		Assistência à população	
Técnicas de uso e segurança em armamento, munição e tiro.			
Atividade 15 Conduzir veículos (carros e/ou motocicletas) devidamente regulamentado e habilitado, conforme escala de serviço ou quando necessário. (Condutor de veículos)			
Conhecimentos (Saber)		Habilidades (Saber Fazer)	Atitudes (Saber Ser)
Uso Diferenciado da Força	Gerenciamento de crises e mediação de conflitos.	Trabalho em equipe	Segurança.
Noções de Direito Cível, Penal, Constitucional e Humanos.	Policimento Orientado para a resolução do Problema.	Atuar com agilidade	Observador.
Uso de aparelhos de comunicações em linguagem técnica.	Direitos Humanos na Segurança Pública.	Manutenção preventiva básica veicular.	Prestativo.
Libras para profissionais de Segurança Pública.	Técnicas de Defesa Pessoal	Atender portadores de necessidades especiais e diversidade de gênero.	Empatia.
Segurança Cidadã e Comunidade.	Técnicas de abordagens	Gerenciar situações de conflito	Mediador
Segurança de grupos vulneráveis.	Noções sobre Políticas Públicas e Políticas de Segurança.	Realizar manobras de patrulhamento e motopatrulhamento ostensivo e preventivo com raciocínio espacial	Pontual
Técnicas de Primeiros socorros.	Relações Humanas.	Manusear armamento, instrumentos e equipamentos com segurança.	Postura profissional.
Uso de Instrumentos de menor potencial ofensivo.	Legislação de Trânsito Aplicada a Segurança Pública: Infrações e Crimes de trânsito.	Dirigir nas vias de acesso e trânsito da cidade com atenção difusa	Responsável
Técnicas de uso e segurança em armamento, munição e tiro.	Condutor de veículo de emergência.		Assíduo
Educação para o Trânsito para Profissionais de Segurança Pública	Direção defensiva, Noções de mecânica veicular.		Imparcial
Atividade 16 Inspeccionar as condições de funcionalidade do veículo (manutenção, mecânicas, elétricas, pintura e chaparia) zelando pela higiene, informando as ocorrências ao responsável. (Condutor de veículos)			
Conhecimentos (Saber)		Habilidades (Saber Fazer)	Atitudes (Saber Ser)
Legislação e regulamentações veicular		Inspeção detalhada visualmente	Atenção
Noções de funcionamento veicular		Uso de ferramentas e equipamentos	Comunicação clara

Normas de segurança veicular		Analisar e identificar problemas ou defeitos	Organização
Legislação de Trânsito Aplicada a Segurança Pública: Infrações e Crimes de trânsito.		Redigir ocorrências	Postura profissional
Noções de mecânica veicular.			Observador.
Código de Trânsito Brasileiro			Responsável
Atividade 17 Elaborar e participar de reuniões educativas e preventivas em escolas municipais, colaborando com a implantação da Cultura de Paz na comunidade local. (Patrulha Escolar)			
Conhecimentos (Saber)		Habilidades (Saber Fazer)	Atitudes (Saber Ser)
Técnicas de combate a princípios de Incêndios.	Segurança Cidadã e Comunidade.	Boa comunicação verbal e escrita.	Segurança.
Noções de proteção ao patrimônio.	Direitos Humanos na Segurança Pública.	Lidar com portadores de necessidades especiais e diversidade de gênero.	Observador. Compreensão
Técnicas de Segurança e Prevenção de acidentes.	Noções de Docência e Segurança Pública, Metodologia da Pesquisa.	Uso computadores	Prestativo.
Noções sobre Políticas Públicas e Relações Humanas.	Segurança Pública, Democracia e Cidadania.	Construir projetos e planos de aula.	Qualificado
Técnicas de primeiros socorros.	Cultura da Paz.	Aplicar técnicas de defesa pessoal, imobilização, autoproteção com discernimento e dentro a legalidade.	Mediador
Técnicas de defesa pessoal.	Violência, Criminalidade e Prevenção.	Uso de tecnologia voltada a Educação	Pontual
Noções de Direito Cível, Penal, Constitucional e Humanos.	Tecnologias aplicada a Educação.	Trabalho em equipe, Criatividade e Planejamento.	Postura profissional.
Lei de Combate ao Bullying	Português Instrumental	Analisar informações e compartilhar em equipe.	Responsável
Segurança de grupos vulneráveis.	Noções de Aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Gestão de conflitos	Empatia
Qualidade de vida, bem-estar e saúde.	Informática básica	Analisar dados e informações de maneira analítica para a construção do conhecimento.	Respeito
Atividade 18 Realizar a segurança e proteção dos docentes e discentes em torno da região escolar. (Patrulha Escolar)			
Conhecimentos (Saber)		Habilidades (Saber Fazer)	Atitudes (Saber Ser)
Educação para o Trânsito para Profissionais de Segurança Pública	Libras para profissionais de Segurança Pública.	Boa comunicação	Empatia
Legislação de Trânsito Aplicada a Segurança Pública: Infrações e Crimes de trânsito.	Cultura da Paz.	Gerenciar situações de conflito	Respeito
Condutor de veículo de emergência, Técnicas de direção defensiva.	Policimento Orientado para a resolução do Problema.	Atuar com Liderança	Compreensão
Policimento Comunitário e Escolar.	Segurança de grupos vulneráveis.	Manusear armamento, instrumentos e equipamentos com segurança.	Mediador
Uso diferenciado da força.	Técnicas de Primeiros socorros.	Atuar com agilidade	Postura profissional
Uso de Instrumentos de menor potencial ofensivo.	Noções de Aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei de Combate ao Bullying	Aplicar técnicas de primeiros socorros	Qualificado
Direitos Humanos e Segurança Pública.	Noções de Direito Cível, Penal, Constitucional e	Interagir com a comunidade escolar	Segurança.

	Humanos.		
Técnicas de uso e segurança em armamento, munição e tiro.	Técnicas de Defesa Pessoal	Lidar com portadores de necessidades especiais e diversidade de gênero.	Proativo
Uso de aparelhos de comunicações em linguagem, técnica.	Noções sobre Políticas Públicas e Políticas de Segurança.	Interagir com a comunidade escolar	Atencioso
Gerenciamento de crises e mediação de conflitos.	Relações Humanas.	Aplicar técnicas de defesa pessoal, imobilização, autoproteção com discernimento e dentro a legalidade.	Empatia
Atividade 19 Proteger as instalações, serviços, servidores e atendidas dos centros de atendimento especializado de prevenção e proteção a violência doméstica. (Patrulha Maria da Penha)			
Conhecimentos (Saber)		Habilidades (Saber Fazer)	Atitudes (Saber Ser)
Técnicas de segurança de instalações.	Direitos Humanos na Segurança Pública.	Manusear armamento, instrumentos e equipamentos com segurança.	Segurança.
Técnicas de combate a princípios de Incêndios.	Técnicas de uso e segurança em armamento, munição e tiro.	Atender portadores de necessidades especiais, diversidade de gênero.	Observador.
Noções de proteção ao patrimônio.	Uso de aparelhos de comunicações em linguagem técnica	Operar equipamento de comunicação e de menor potencial ofensivo.	Prestativo.
Técnicas de Prevenção de acidentes e controle de fluxo de veículos.	Gerenciamento de crises e mediação de conflitos.	Redigir ocorrência.	Empatia.
Conhecimento em relações humanas.	Noções sobre Políticas Públicas e Políticas de Segurança.	Gerenciar situações de conflitos.	Mediador
Técnicas de primeiros socorros.	Relações Humanas.	Atuar com agilidade e agir em emergências	Pontual e Assíduo
Técnicas de defesa pessoal.	Segurança de Grupos Vulneráveis		Postura profissional.
Noções de Direito Cível, Penal e Constitucional.	Direitos humanos e da igualdade de gênero;	Prevenção em situação de Segurança.	Respeito
Uso diferenciado da força.	Lei da violência doméstica e familiar contra a mulher,	Aplicar técnicas de defesa pessoal, imobilização, autoproteção com discernimento e dentro a legalidade.	Atencioso
Uso de Instrumentos de menor potencial ofensivo.	Diversidade cultural e diferenças individuais		Proativo
Atividade 20 Acompanhar e escoltar as atendidas do Centro de Atendimento Especializado de Prevenção e Proteção a Violência Doméstica e Familiar. (Patrulha Maria da Penha)			
Conhecimentos (Saber)		Habilidades (Saber Fazer)	Atitudes (Saber Ser)
Atuação Integrada de Segurança Pública.	Técnicas de proteção e segurança	Trabalho em equipe	Segurança.
Uso de aparelhos de comunicações em linguagem técnica.	Estatuto do desarmamento	Agir em situação de emergência	Observador.
Educação para o Trânsito para Profissionais de Segurança Pública	Técnicas de uso e segurança em armamento, munição e tiro.	Utilizar técnicas de primeiros socorros	Discrição e confidencialidade
Legislação de Trânsito Aplicada a Segurança Pública: Infrações e Crimes de trânsito.	Segurança de Grupos Vulneráveis	Comunicação respeitosa e eficaz.	Controle emocional
Uso Diferenciado da Força	Direitos humanos e da igualdade de gênero;	Gerenciar situações de conflito e riscos	Mediador
Noções de Direito Cível, Penal, Constitucional e Humanos.	Lei da violência doméstica e familiar contra a mulher,	Realizar manobras ostensivas e preventivas com veículos utilizando raciocínio espacial	Pontual
Técnicas de direção defensiva	Diversidade cultural e diferenças individuais	Aplicar técnicas de defesa pessoal, imobilização, autoproteção com discernimento e dentro a legalidade.	Postura profissional.

Condutor de veículo de emergência.	Gerenciamento de crises e mediação de conflitos.	Redigir ocorrência	Responsável
Técnicas de Defesa Pessoal	Técnicas de Protocolos de segurança em situações de escolta e proteção	Manusear armamento, instrumentos e equipamentos com segurança.	Assíduo
Uso de Instrumentos de menor potencial ofensivo.			Adaptabilidade e flexibilidade
Atividade 21 Realizar palestras, campanhas e desenvolver ações preventivas de enfrentamento a violência doméstica como ministra aulas de defesa pessoal. (Patrulha Maria da Penha)			
Conhecimentos (Saber)		Habilidades (Saber Fazer)	Atitudes (Saber Ser)
Atuação Integrada de Segurança Pública.	Segurança de Grupos Vulneráveis	Boa comunicação verbal e escrita.	Segurança.
Noções sobre Políticas Públicas e Relações Humanas.	Direitos humanos e da igualdade de gênero;	Lidar com portadores de necessidades especiais e diversidade de gênero.	Observador. Compreensivo
Noções de Direito Cível, Penal, Constitucional e Humanos.	Lei da violência doméstica e familiar contra a mulher,	Uso computadores	Prestativo.
Técnicas de defesa pessoal.	Diversidade cultural e diferenças individuais	Construir projetos e planos de aula.	Qualificado
Segurança de Grupos Vulneráveis	Violência, Criminalidade e Prevenção.	Liderança e Criatividade	Mediador
Segurança Cidadã e Comunidade.	Noções de Docência e Segurança Pública, Metodologia da Pesquisa.	Uso de tecnologia voltada a Educação	Pontual
Violência, Criminalidade e Prevenção.	Noções de Informática	Trabalho em equipe, Criatividade e Planejamento	Postura profissional.
Tecnologias aplicada a Educação.	Cultura da Paz	Analisar informações e compartilhar em equipe.	Responsável
Português Instrumental		Gestão de conflitos	Empatia
Direitos Humanos na Segurança Pública.		Analisar dados e informações de maneira analítica para a construção do conhecimento.	Respeito

Fonte: Autoria própria.

Quadro 28 apresenta uma síntese das competências profissionais da Guarda Municipal de Lauro de Freitas a partir das atividades desempenhadas no ano de 2022. Assim, como resultado a pesquisa registra as 21 atividades dos guardas municipais de Lauro de Freitas e seus componentes (conhecimentos, habilidades e atitudes) considerados necessários para realizar de forma efetiva sua função.

Após a construção do quadro síntese da matriz de competências profissionais dos guardas municipais foi realizada uma pesquisa de ‘Lacuna de Competências’ (GAP) a partir do Modelo de Brandão (2021) com propósito de realizar o diagnóstico de necessidades de capacitação.

De acordo com o entendimento de Brandão (2021) esse modelo é fundamental, pois as competências são desenvolvidas através do processo da aprendizagem, intencionalmente realizado para proporcionar a aquisição do conhecimento, habilidade e atitudes, necessários ao bom desempenho na atuação profissional. Portanto, foi realizado o cálculo do gap por meio da expressão $L = I . (5-D)$.

Nesse sentido, visando facilitar o planejamento de futuras ações para promover o

desenvolvimento das competências, a tabela 5 apresenta a síntese de Lacunas de Competências dos guardas municipais da GMLF.

Tabela 5. Lacunas de competências dos guardas municipais da GMLF

Ranking	Competências	Média		
		Importância	Domínio	Gap
1ª	9 Auxiliar nas atividades de defesa civil.	4,439024	2,829268	9,121951
2ª	21 Realizar e participar de palestras, campanhas e desenvolver ações preventivas de enfrentamento a violência doméstica.	4,170732	2,853659	8,512195
3ª	12 Resgatar e capturar animais silvestres em risco e perigo, encaminhando para centro especializado.	4,365854	3,121951	7,780488
4ª	13 Realizar escoltas e segurança de autoridades e dignitários.	4,073171	3,04878	7,512195
5ª	17 Elaborar e participar de reuniões educativas e preventivas em escolas municipais, colaborando com a implantação da Cultura de Paz na comunidade local.	4,560976	3,268293	7,414634
6ª	20 Acompanhar e escoltar as atendidas do Centro de Atendimento Especializado de prevenção e proteção à violência doméstica.	4,146341	3,097561	7,365854
7ª	19 Proteger as instalações, serviços, servidores e atendidas dos centros de atendimento especializado de prevenção e proteção a violência doméstica.	4,390244	3,292683	7,317073
8ª	11 Participar de palestras, campanhas e mutirões de preservação e conservação ambiental.	4,365854	3,463415	6,731707
9ª	4 Operar equipamentos de comunicações, tecnológicos e programa que proporcionem maior segurança aos próprios municipais, como: sistema de monitoramento, alarmes, câmeras, rádios e telefone.	4,731707	3,609756	6,512195
10ª	2 Elaborar e participar de eventos sociais, educativos e preventivos com a comunidade voltados para a prevenção de riscos, perigos e de conscientização.	4,487805	3,512195	6,439024
11ª	18 Realizar a segurança e proteção dos docentes e discentes em torno da região escolar.	4,487805	3,487805	6,268293
12ª	16 Inspeccionar as condições de funcionalidade (manutenção, mecânica, elétrica, pintura e chaparia) e zelando pela higiene do veículo, informando as ocorrências ao responsável.	4,536585	3,609756	5,878049
13ª	10 Proteger área ambiental (fauna e flora) em parques, praias.	4,560976	3,731707	5,658537
14ª	15 Conduzir veículos (carros e/ou motocicletas) devidamente regulamentado e habilitado, conforme escala de serviço ou quando necessário e autorizado.	4,780488	3,829268	5,536585

15 ^a	8 Auxiliar na proteção e segurança nas ações integradas de prevenção, fiscalização e ordenamento, poluição sonora, comércio, trânsito e meio ambiente no município.	4,707317	3,780488	5,292683
16 ^a	14 Auxiliar na segurança em grandes eventos festivos, esportivos, culturais e religiosos.	4,609756	3,707317	5,268293
17 ^a	7 Realizar a segurança e proteção do trânsito e nas ocorrências com vítimas nas vias municipais.	4,536585	3,902439	4,365854
18 ^a	6 Auxiliar o atendimento as ocorrências policiais em vias públicas, preservando o local de provas.	4,512195	3,97561	4,195122
19 ^a	3 Proteger ostensiva e preventiva a população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais com veículos motorizados (carro e/ou motocicleta) aos postos fixos, vias, praças e logradouros.	4,780488	4,219512	3,682927
20 ^a	5 Zelar pela segurança das instalações e atender pessoalmente os cidadãos, agentes de segurança e autoridades com presteza, respeito e cordialidade na base da GMLF.	4,780488	4,512195	2,195122
21 ^a	1 Proteger bens patrimoniais garantindo a segurança de pessoas, serviços e instalações, zelando pelos equipamentos que estiverem sob sua guarda.	4,780488	4,634146	1,756098

Fonte: Autoria própria.

A Tabela 5 apresenta as 21 competências que foram objeto de avaliação do GAP por meio do software Excel. Para isso, foram entregues 50 questionários aos guardas municipais e recebemos 41 respostas. Usou-se a escala do tipo Likert para mensuração da importância e o domínio das competências e assim identificar o gap ou as lacunas por meio da expressão $L = I \cdot (5-D)$. Após obter os resultados dos questionários foi utilizada a média simples para a Importância, Domínio e GAP. Logo após, constituíram-se os procedimentos de cálculo de lacunas de competências utilizando a expressão que demonstra as médias das avaliações dos guardas municipais sobre a importância, domínio e o cálculo do *gap*.

Nesse sentido, para viabilizar melhor compreensão do estudo e considerando os resultados obtidos com a amostra apresentado na tabela 5, é fundamental o entendimento de Brandão (2021) que aponta, quanto maior a pontuação da importância e menor a do domínio sobre a competência, maior será a lacuna (*gap*). Assim, o *gap* de competência encontra-se na lacuna mensurada entre o desempenho real e o desempenho esperado.

A competência que apresenta maior *gap* foi a de número 9, sobre auxiliar nas atividades de defesa civil. Já a que apresentou o menor *gap* foi a de número 1, referindo sobre proteger bens patrimoniais garantindo a segurança de pessoas, serviços e instalações, zelando

pelos equipamentos que estiverem sob sua guarda. O resultado reflete o pensamento tradicional sobre a atuação da guarda municipal.

Segundo Brandão (2021), o resultado da equação que gera o valor de “N”, ou seja, indica a necessidade de capacitação, lacuna (gap) de cada competência pode variar de 0 a 20, ele sugere a aplicação da escala; $N \leq 5$ (N menor = 5) pouca ou nenhuma necessidade de capacitação e $N \geq 12$ (N maior = 12) necessidade de capacitação elevada.

Diante dos resultados obtidos nessa amostra é notável os baixos gaps, consequência da experiência profissional no serviço de guarda municipal, resultando na autoconfiança e conhecimento dos entrevistados sob as atividades, como apresentado nas competências de ordem 17^a a 21^a.

E como a GMLF encontra-se com uma necessidade formativa profissional de formação básica e continuada, mesmos com os baixos *gaps* apresentados na amostra, ocorre a necessidade de treinamento e aperfeiçoamento das competências profissionais com maiores lacunas, que estão na ordem 1^a a 7^a. Assim, sob o ponto de vista de Brandão e Bahry (2021) é necessário promover a aquisição de insumos para as ações de aprendizagem das atuações profissionais, viabilizando o desenvolvimento profissional dos guardas municipais da GMLF, objetivando sua atuação na proteção preventiva na segurança pública municipal.

O modelo de competência apresentado por Brandão (2021), apresentado na Figura 3 (p.34) define os componentes da competência do trabalho - **Insumos** (demandas do contexto organizacional, social ou econômico), **Elementos** (conhecimentos, habilidades e atitudes) e **Desempenho** (comportamentos e resultados, comprometimento com os bons resultados no desempenho profissional) - que resultam em valor para o indivíduo e para a organização.

No caso em estudo da GMLF, os guardas municipais ainda possuem muitas demandas por **insumos** para conquistar, pois apresentam condições deficitárias para a atuação profissional no contexto organizacional, refletindo assim, em vários aspectos da vida profissional e social desses profissionais.

Percebe-se também a necessidade da GMLF por **conhecimento** profissional, formação básica e continuada, mesmo destacando que grande parte dos guardas municipais têm formação acadêmica e possuem experiência na função, ou seja, o agente com menor tempo de serviço na função tem 5 anos. Cabe destacar que a formação insuficiente prejudica a execução das habilidades e atitudes, refletindo diretamente no desempenho das atividades profissionais preventivas dos guardas municipais da GMLF.

No sentido de compreender a percepção sobre o seu **desempenho**, os guardas

municipais relataram sobre a valorização ao profissional na GMLF. Todos os 18 entrevistados responderam, sendo que o entrevistado 1 afirma “[...] muito pouco, poderia ser melhor, aqui eu acho quase insignificante, porque eu não vejo a valorização em relação ao funcionário, a coisa não é levada a sério [...]” (Entrevistado 1). O entrevistado afirma a necessidade de proporcionar uma melhor valorização profissional por parte da gestão municipal.

E os 18 depoimentos restantes afirmam a necessidade de valorização profissional do guarda municipal da GMLF, como confirmado na fala do entrevistado 4.

Dá a impressão de que quanto mais você se esforça, menos prestigiado você é, menos valor você tem, e isso acaba baixando o moral do profissional, causa uma grande insatisfação. Apesar das condições não serem as melhores, a maioria dos colegas busca fazer o melhor serviço dentro das suas condições. E o reconhecimento que poderia vir de forma de salário ou de forma de estrutura, ele não vem. Isso é frustrante (Entrevistado 4).

Essa afirmação é como um modelo entre as outras 17, pois resume a situação da valorização da profissão vivenciada pelos guardas municipais da GMLF e seus impactos na saúde, bem-estar e sobre a importância do reconhecimento profissional do trabalhador no local de trabalho. (Baierle; Merlo, 2008; Castro; Merlo, 2011).

Portanto, a desvalorização da Guarda Municipal impacta negativamente na sua atividade profissional, resultando em consequência para a saúde física e psicológica dos servidores da proteção preventiva municipal. Assim, concluiu-se que o contexto de necessidades (formativas, estruturais e legislativas), vivenciado pelos guardas municipais da GMLF, também resulta na necessidade de reconhecimento profissional, consequentemente refletindo na percepção sobre a profissão.

Ao concluir essa seção, utilizando a matriz das competências profissionais e tendo com base o modelo de competência apresentado no referencial teórico dessa pesquisa, é possível afirmar que atualmente a GMLF passa por necessidades formativa (formação inicial, capacitação e aperfeiçoamento profissional), estrutural (planejamento das ações, equipamentos e pessoal) e legislativa (Estatuto funcional e Regimento interno). Consequentemente, este cenário colabora para a insegurança na atuação dos profissionais que não conseguem realizar a prática organizacional, ou seja, apresenta condições de carência para a atuação profissional de proteção preventiva comunitária efetiva.

Entretanto, suprimindo essas necessidades, adequando a atuação profissional à realidade vivenciada na sociedade sobre a responsabilidade da segurança pública preventiva comunitária municipal de Lauro de Freitas, sua atuação profissional de proteção preventiva

comunitária impactará positivamente na prevenção das violências e insegurança no município.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como fito compreender o resultado da atuação profissional dos guardas municipais na proteção preventiva e comunitária na segurança pública da cidade de Lauro de Freitas.

Os municípios, através da atuação profissional efetiva das Guardas Municipais, contribuem para a prevenção das violências, minimizando a insegurança urbana vivenciada pela sociedade nas cidades (Pereira et al., 2018). Assim, a gestão municipal, quando opta pela criação da Guarda Municipal em sua cidade como política pública de segurança, tem papel fundamental em viabilizar o seu empoderamento institucional, voltado para a ampliação legal das atribuições desses profissionais norteada pelo EGGM, tendo com base na Segurança Cidadã, atendendo as particularidades de cada contexto local.

O crescimento populacional expressivo e movimentação flutuante no município de Lauro de Freitas impactou em uma maior demanda por serviços de segurança por parte dos cidadãos. Cabe ressaltar, que as violências e a criminalidade são fenômenos originados de múltiplas causas e de manifestações diversas na sociedade, que podem se manifestar, ou são sentidos de forma diferentes, conforme particularidades de cada comunidade (Adorno, 2010).

Diante disso, é fundamental compreender cada realidade local, observar as características do território e da população, utilizar indicadores e sistemas esclarecedores, associados a ferramentas tecnológicas. Com isso propor políticas públicas de segurança efetiva, que contenha a participação de diversos agentes e ações para definir prioridades, visando à busca por proteção da cidadania com resultado direto na qualidade de vida das pessoas (Freire, 2009), reduzem os fatores de riscos e fortalecem os fatores de prevenção das violências, impactando positivamente na insegurança urbana vivenciada nas comunidades.

Nesse sentido, a gestão municipal por assumir o protagonismo de atuação na segurança pública local, através das atividades da GMLF como uma política pública de segurança cidadã. Deve atender as particularidades moldadas ao longo dos anos, relacionadas à prática profissional dos guardas municipais e diante das necessidades da sociedade por

segurança, pois a norma municipal encontra-se desatualizada, sendo inadequada para grande parte das atividades realizadas pela GMLF. Portanto, é fundamental realizar a adequação as questões preconizadas pelo EGGM sobre suas atribuições profissionais, como também, disponibilizar soluções para as limitações que viabiliza dificuldades para consolidar a identidade profissional preventiva e comunitária, que resultam na descontinuidade das atividades realizadas e em uma frágil integração com a comunidade local, viabilizando a incerteza e o insulamento na forma de atuar.

Outros pontos essenciais também se destacaram no estudo, como as necessidades para a atuação profissional pessoal, estrutural e formativa. Em desenvolvimento de pessoal, observa-se que a quantidade de guardas municipais da GMLF fica bem abaixo do limite máximo estabelecido pelo EGGM e pela Lei Municipal nº 1.276 de 31 de outubro de 2007. Na parte estrutural é necessário viabilizar para os guardas municipais uma melhor condição de trabalho (instalações adequadas, equipamentos de trabalho etc.) Como também, esses agentes vivenciam necessidades formativas (formação inicial, capacitação e aperfeiçoamento profissional), pois a formação profissional deve ser contínua e em conformidade com Segurança Cidadã, direcionadas a atender as necessidades vivenciadas da prática profissional de proteção preventiva e comunitária.

Destaca-se ainda que devido essas necessidades vivenciadas na atividade profissional (pessoal, legislativa, formativa e estrutural), com base o modelo de competência dessa pesquisa, é possível afirmar que os aludidos profissionais passam por dificuldades para realizar boas práticas organizacionais (Bedani, Veiga; 2015). Assim, comprometendo o bom desempenho da atuação profissional de proteção preventiva dos guardas municipais nas comunidades de Lauro de Freitas.

No entanto, a gestão municipal ao buscar solucionar essas questões que se destacaram na pesquisa, resultará diretamente em efeitos positivos na vida profissional e social dos guardas municipais, que versar sobre a importância do reconhecimento profissional e na saúde do trabalhador no local de trabalho. Como também, a sua atuação profissional de proteção preventiva e comunitária, impactará positivamente nas violências e insegurança vivenciada pela sociedade. Resultando assim, em aumento da confiança e satisfação da sociedade de Lauro de Freitas com a instituição de segurança do poder público municipal. Portanto, a pertinência desse estudo teve como resultado compreender que atuação profissional da GMLF, como uma política pública de segurança cidadã efetiva, deve ocorrer por meio do empoderamento profissional, ou seja, do fortalecimento institucional.

Nesse sentido, torna-se fundamental disponibilizar estrutura e equipamentos para

melhor realizar suas atividades profissionais diárias, buscando a qualidade no desempenho, conforme as demandas das comunidades locais de Lauro de Freitas. As normas municipais sobre as atribuições profissionais devem ser atualizadas e direcionadas ao conhecimento legal de sua função de proteção preventiva e comunitária, conforme norteamentos do EGGM. Assim, contribuindo para assegurar direitos do cidadão e do guarda municipal, durante e devido à prática profissional, contribuem também, para manter o controle, a qualidade das atividades realizadas e o fortalecimento da identidade profissional.

Outra questão essencial observada nesse estudo é a formação profissional básica e continuada dos guardas municipais da GMLF, que deve ser atualizada e adequada às competências profissionais, conforme identidade profissional de proteção preventiva e comunitária, que tem como referência a MCNFGM, como também, aos norteamentos do EGGM. Essa deve ter como base o conhecimento na Segurança Cidadã, atender o conhecimento técnico, como também o saber teórico, reflexivo, crítico sobre os conhecimentos, que estão direcionados ao papel e atuação profissional do guarda municipal na segurança pública na sociedade. Portanto, é fundamental implantar uma atuação profissional capacitada, voltada a atender as necessidades da sociedade, serviço de qualidade e elevação do desempenho, contribuindo para a promoção da proteção preventiva e comunitária, viabilizando uma convivência segura e pacífica para todos os cidadãos de Lauro de Freitas.

Ao reportar a questão norteadora do estudo, de modo geral é possível afirmar que a percepção dos guardas municipais sobre o resultado da sua atuação profissional na segurança pública é limitada, devido às necessidades profissionais vivenciadas (pessoal, legislativa, estrutural e formativa), diante de várias atividades profissionais direcionadas para a proteção preventiva e comunitária, que ainda poderiam ser realizadas no município de Lauro de Freitas. Ainda assim, os guardas municipais cumprem parte do seu papel profissional, havendo sim contribuições no exercício das atividades da GMLF no município.

O pressuposto proposto na pesquisa que a atuação dos guardas municipais da GMLF é influenciada pelo modelo de formação “Policia Profissioanal Tradicional”, voltado às atividades de resolução de conflitos denominada “Polícia Municipal” não se confirmou na pesquisa, mesmo diante da insuficiência de formação básica da guarda municipal, que viabilizou uma percepção inadequada sobre os direitos humanos na segurança pública. Portanto, é necessário que a formação dos guardas municipais contemple conteúdos mais reflexivos para habilitá-los a um posicionamento mais crítico sobre a temática e o seu papel na segurança pública.

Cabe destacar que o estudo apresentou limitações importantes, sendo: dificuldade em compreender a metodologia e a descrição dos dados disponibilizados pela SSP- BA (alguns bairros onde ocorreram os crimes não correspondem ao território do município de Lauro de Freitas). Como também, dificuldade para convencer os entrevistados do Grupo A guardas municipais da GMLF para participar da pesquisa, em especial as mulheres que exercem a função de guarda municipal, ou seja, a participação do número mínimo de 1 no estudo, do universo de 12 dessas profissionais, permitiu considerar apenas a população masculina dos guardas municipais.

Nesse sentido, conclui-se que esse aspecto merece atenção e aprofundamento para os novos estudos, pois a mulher que exerce a função de guarda municipal é permeada por desafios que enfrentam no ambiente profissional predominantemente masculino da GMLF. É necessário compreender particularidades como, por exemplo, a promoção da igualdade e do reconhecimento da diversidade, que ainda são pouco conhecidas no campo da segurança pública. E sugere-se ainda, para os futuros estudos, um olhar sobre a atuação da Guarda Municipal na segurança pública e seus impactos nas violências e na vida das pessoas; a formação profissional da Guarda Municipal e seus resultados na atuação na prevenção das violências na sociedade; e a percepção dos gestores municipais e das comunidades sobre o problema da segurança pública nas cidades.

Esse estudo teve como intenção contribuir com a gestão da segurança pública municipal, voltado para a Segurança Cidadã, em indicar atribuições e competências profissionais da Guarda Municipal de Lauro de Freitas, como também, colabora com a comunidade científica devido à escassez de trabalhos acadêmicos sobre a prática profissional dos guardas municipais.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. Prefácio. In: Porto, MSG. Sociologia da violência – do conceito às representações sociais. Brasília: Verbana Editora, 2010.
- ALMEIDA, L.N. **Tolerância Zero ou Nova Prevenção: a experiência do município de Porto Alegre – RS**. 2007.150 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- ALMEIDA, R. O; BRASIL, G. M. Formação da Guarda Municipal: uma aventura. Dilemas: **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 04, n. 04, p. 601-628, out/dez. 2011.
- ALONSO, A. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. São Paulo: Sesc/São Paulo, Cebrap, p. 8-23, 2016.
- BAIERLE, T. C.; MERLO, Á. R. C. Saúde mental e subjetividade no trabalho de uma guarda municipal: estudo em psicodinâmica do trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 69-81, 2008. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v11i1p69-81. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25791>. Acesso em: 16 maio. 2022.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BARROSO, J.; DE SOUZA MARTINS, J. T. A formação das guardas civis municipais do Grande ABC. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 10, n. 2, 2016.
- BATITUCCI, E. C. A evolução institucional da Polícia no século XIX: Inglaterra Estados Unidos e Brasil em perspectiva. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 4, n. 2, 2010.
- BEDANI, Marcelo; VEIGA, Heila Magali da Silva. Práticas organizacionais: uma contribuição teórica. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Juiz de fora , v. 8, n. 2, p. 428-442, dez. 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202015000300011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 02 ago. 2023.
- BEZERRA, T. M. C. Competência Municipal Concernente a Segurança Pública com Advento da Lei Federal nº 13.022/2014. **Revista de Criminologias e Políticas Criminais**, v. 4, n. 2, p. 61-80, 2018.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Coleção Memória e Sociedade, DIFEL, Lisboa/BERTRAND Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis, Vozes. 2005.
- BRANDÃO, H. P.; BAHRY, C. P. Gestão por competências: métodos e técnicas para

mapeamento de competências. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p. 179-194, 2005.

BRANDÃO; H. P. **Mapeamento de Competências: Ferramentas, exercícios e aplicações em gestão de pessoas**. 2. Ed. – (4ª Reimpressão) – São Paulo: Atlas, 2021.

BRANDÃO, H. P. Competências no trabalho: uma análise da produção científica brasileira. **Estudos de Psicologia** (Natal) [online]. 2007, v. 12, n. 2 [Acessado 26 Julho 2022], pp. 149-158. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2007000200007>>. Epub 21 Jan 2008. ISSN 1678-4669. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2007000200007>.

BRANDÃO, Hugo Pena. Aprendizagem, contexto, competência e desempenho: um estudo multinível. 2009. xi, 345., il. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BRASIL **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm

BRASIL. Lei 13.675 de 11 de Junho de 2018. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm. Acesso em 13/06/2022

BRASIL. **Matriz Curricular Nacional para as Guardas Municipais**. Brasília: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP, 2005.

BRASIL. Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014. Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1 - 12, agosto 2014.

BRASIL. Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP).

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Livro Azul das Guardas Municipais do Brasil. Brasília-DF, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/guarda-municipal/download/livro_azul/livro-azul-das-guardas-municipais-do-brasil_111100-dez-19.pdf/view Acesso em 09/10/2023.

BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **MJSP divulga lista dos 163 municípios prioritários do Pronasci**: Cidades escolhidas concentram 50% das mortes violentas intencionais do Brasil; ações visam prevenir, reprimir e controlar a criminalidade. 19 de julho de 2023. Disponível em <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/mjsp-divulga-lista-dos-163-municipios-prioritarios-do-pronasci>. Acesso em 22 julho 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6 Turma) **Recurso Especial nº 1.977.119**. Tráfico de drogas, atuação das guardas municipais, busca pessoal, ausência de relação clara, direta e

imediate com a tutela dos bens, serviços e instalações municipais, impossibilidade, prova ilícita, violação dos arts. 157 e 244 do CCP, recurso provido. Recorrente: Douglas dos Santos. Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo. Relator: Min. Rogério Schietti Cruz, 16 agosto 2022. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/SiteAssets/documentos/noticias/RESp1977119%2018082022.pdf>/ Acesso em 22/09/2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 995**. Recorrente: Associação dos Guardas Municipais do Brasil – AGM Brasil. Relator: Min. Alexandre de Moraes, 18 a 28 agosto de 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6444398/> Acesso em 22/09/2023.

BRASIL. 2017. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário com Agravo ARE 654432/GO**. Rel. orig. Min. Edson Fachin, red. p/ o ac. Min. Alexandre de Moraes. Julgamento: 05 abril 2017. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, 06 abr. 2017. Ver em; <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4128634&numeroProcesso=654432&classeProcesso=ARE&numeroTema=541>

BUENO, Samira; BOHNENBERGER, Marina; SOBRAL, Isabela. A violência contra meninas e mulheres no ano pandêmico. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública [Internet]**, 2021. Ver em; <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/6-a-violencia-contra-meninas-e-mulheres-no-ano-pandemico.pdf>

CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antônio M., FUCKS, Suzana D. CARVALHO, Marília Sá. **Análise Espacial de Dados Geográficos**. Brasília, EMBRAPA, 2004.

CAMPOS, Mariana Cristina; NUNES, Geilson. Os direitos e garantias fundamentais para os agentes da atividade policial: um olhar sob a educação continuada de segurança pública. **Cadernos da FUCAMP**, v. 17, n. 30, 2018. Disponível em <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/1437>

CASTRO, T. C. M.; MERLO, Á. R. C. Reconhecimento e saúde mental na atividade de segurança pública. **Psico**, v. 42, n. 4, 2011.

CASTRO, Rodrigo Batista de. Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública. *In*: ENCONTRO DA ANPAD, 30, 2006, Salvador. **Anais**. Salvador, 2006, p.1-11, Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsa-1840.pdf>>. Acesso em: 30 outubro 2022.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro et al. Atlas da violência 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9406>. Acesso em: 01 nov. 2023.

CERQUEIRA, D; LOBÃO, W. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. **Dados**, v. 47, p. 233-269, 2004.

CERQUEIRA, J. D. **O Município na Segurança Pública**. Ano 2014. 83f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CORTES, V. de A.; MAZZURANA, L. Atualização curricular do CFSd: contribuições para a gestão educacional na área da segurança pública. **Cadernos de Segurança Pública**, ano, v. 7, p. 1-15, 2015.

COUTINHO, Marcelo James Vasconcelos. Administração pública RSP voltada para o cidadão: quadro teórico-conceitual. **Serviço Público**, Ano, v. 51. Ano 3. Jul-Set. 2000.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva – 3. Ed. – Porto Alegre; Artmed, 2010.

DA NÓBREGA JÚNIOR, J. M. P. O que se escreve no Brasil sobre Segurança Pública? Uma revisão da literatura recente. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 12, n. 2, p. 14-47, 2018.

DE LIMA, R. K. Republicação: Direitos civis, estado de direito e “cultura policial”: A formação policial em questão. **Revista Campo Minado-Estudos Acadêmicos em Segurança Pública**, v. 1, n. 1, 2021

DE MESQUITA NETO, P. **Políticas municipais de segurança cidadã: problemas e soluções**. Fundação Friedrich Ebert, 2006.

DE OLIVEIRA, Isaias Gonçalves. Guardas Municipais: modelos de polícia cidadã. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 13, n. 1, p. 171-188, 2019.

DE SOUZA C. F. et al. Título: Escolas de Governo–Formação e capacitação de agentes públicos. **Tipo de suporte: papel** Edição: 1a Ano: 2020.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudos de psicopatologia do trabalho** (5ª ed.). São Paulo: Cortez e Oboré.1992.

DEJOURS, C. in: Lancman, S. & Sznelwar, L. i. (Orgs.). Christophe Dejours – Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Rio de Janeiro: **Fiocruz**; Brasília: Paralelo. 2004.

DELUIZ, N. A globalização econômica e os desafios à formação profissional. *Boletim técnico do Senac*, 2004, 30.3: 73-79. **Boletim técnico do Senac**, 30(3), 73-79.

DENHARDT, Robert B.; DENHARDT, Janet Vinzant. The new public service: Serving rather than steering. **Public administration review**, v. 60, n. 6, p. 549-559, 2000.

DIAS NETO, T. Segurança Urbana: o modelo da nova prevenção. São Paulo: Editora **Revista dos Tribunais**; Fundação Getúlio Vargas, 2005. p. 102-104.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 45, n. 2, p. 74–89, 2005. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37123>. Acesso em: 5 jun. 2022.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (BRASIL). **Fundamentos da escola superior de guerra**, Rio de Janeiro: ESG, v. 1, 66 p. 2009.

FAGUNDES, A. L. A municipalização da segurança pública: estudo de caso em São Leopoldo, RS. 2007. **Dissertação de Mestrado** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

FAIAD, C. et al. Análise profissiográfica e mapeamento de competências nas instituições de segurança pública. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2012, v. 32, n. 2. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000200009>>. Acesso em: 29 Jun. 2021, pp. 388-403.

FARIAS, P. Um “Choque de ordens”: uma análise sobre o controle do espaço na orla carioca. **Brasiliana: Revista de Estudos Brasileiros**, [S. l.], v. 4, n. 2, pág. 163–190, 2016. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/22259>. Acesso em: 12 maio. 2022.

FERREIRA, Daniel Victor de Sousa, Rossoni, Luciano e Oliveira, Cintia Rodrigues de Lógicas institucionais do policiamento comunitário: esquema analítico e agenda de pesquisa para o contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública** [online]. 2022, v. 56, n. 1 [Acessado 9 Novembro 2022], pp. 134-162. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-761220210122>>. Epub 21 Mar 2022. ISSN 1982-3134. <https://doi.org/10.1590/0034-761220210122>.

FLEURY, M. T. L.; Fleury, A. C. C. Alinhando estratégia e competências. **Revista de Administração de Empresas** [online]. 2004, v. 44, n. 1 [Acessado 14 Junho 2022], pp. 44-57. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-75902004000100012>>. Epub 25 Jul 2011. ISSN 2178-938X. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902004000100012>.

FLEURY, M. T. L.; Fleury, A. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração Contemporânea** [online]. 2001, v. 5, n. spe [Acessado 14 Junho 2022], pp. 183-196. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-65552001000500010>>. Epub 23 Abr 2009. ISSN 1982-7849. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552001000500010>.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva, Porto Alegre; Penso Editora, 2012.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Tradução de Raquel Ramalhe. 26ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

FREIRE, M. D. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. In **Revista Brasileira de Segurança Pública**, Ano 3, Edição 5, Ago/Set 2009.

FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. Espaço urbano e criminalidade: lições da Escola de Chicago. São Paulo: IBCCRIM, 2002. 150 p.

FURSTENAU, C. R. **A Guarda Municipal de Porto Alegre: segurança urbana e profissionalização**. Ano 2006. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2006.

CNJ, Gestão por competências passo a passo: um guia de implementação / Coordenação: Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJUD) - Brasília: CNJ, 2016.

<https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/bitstream/123456789/221/1/Guia%20de%20Gest%c3%a3o%20por%20Compet%c3%a3ncias%20no%20Poder%20Judici%c3%a1rio.pdf>

GIROTO, M. C. Ferreira. Os desafios das Administrações Municipais na terceirização de serviços. **Revista Controle: Doutrinas e artigos**, v. 19, n. 2, p. 268-299, 2021. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8100099>

GUIMARÃES, Claudio Alberto Gabriel; BRANCO, Thayara Castelo; SANTORO, Antonio Eduardo. Segurança pública e cidades: perspectivas a partir da Escola de Chicago. *Revista de Direito da Cidade*, [S.l.], v. 13, n. 3, p. 1177 - 1219, out. 2021. ISSN 2317-7721. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/46835>>. Acesso em: 26 mar. 2023. doi:<https://doi.org/10.12957/rdc.2021.46835>.

GÓMEZ, A, Competência ou pensamento prático? A construção dos significados de representação e de ação. In: SACRISTÁN, José Gimeno. **Educar por competências: o que há de novo?** Artmed Editora, 2016. p. 64 – p.112.

JOFFILY, M. No centro da engrenagem: os interrogatórios da Operação Bandeirante e do DOI de São Paulo (1969-1975), **Tese de Doutorado**, São Paulo, USP, 2008.

JUNIOR, Francisco Antonio Coelho et al. Gestão e Desenvolvimento de Pessoas no Contexto de Organizações de Segurança Pública Estudo de Caso na Guarda Civil Municipal Brasileira. **Encontro Brasileiro de Administração Pública**, 2021.

KAHN, T.; ZANETIC, A. O Papel dos Municípios na Segurança Pública (Estudos Criminológicos). São Paulo, SP: **Observatório de Segurança Pública**. <http://dspace.mj.gov.br/handle/1/2236>

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. Guerra e Paz Editores, 2003. Disponível em: <https://ppec.ufms.br/files/2020/10/A-estrutura-das-revolu%C3%A7%C3%B5es-cient%C3%ADficas-Kuhn.pdf>

LAURO DE FREITAS. Lei nº 1.276, de 31 de outubro de 2007. Dispõe sobre a regulamentação e o funcionamento da Guarda Municipal de Lauro de Freitas. Diário Oficial

do Município de Lauro de Freitas. Lauro de Freitas, volume, único, página 01 - 06 de 31 de outubro de 2007.

LÁZARO, Salim Santos. Prevenção da Violência na Perspectiva de Guardas Municipais de Lauro de Freitas-BA. TCC (Especialização) – SUSP, 2017.
https://dspace.mj.gov.br/handle/1/4215?locale=pt_BR

LEME, R. **Avaliação de desempenho com foco em competência**. Qualitymark Editora Ltda, 2006.

LIMA, C. M. P.; ZAMBRONI-DE-SOUZA, P. C.; ARAÚJO, A. J. S. A gestão do trabalho e os desafios da competência: uma contribuição de Philippe Zarifian. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, p. 1223-1238, 2015.

LIMA, R. S. de, Bueno, S. e Mingardi, Guaracy. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. *Revista Direito GV* [online]. 2016, v. 12, n. 1 [Acessado 2 Janeiro 2023], pp. 49-85. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-6172201603>>. ISSN 2317-6172.
<https://doi.org/10.1590/2317-6172201603>.

LIMA, R. S. de; Bueno, S. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em; <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>

LIPSKY, Michael. Burocracia em nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos. Brasília, ENAP 2019. Disponível em
https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4158/1/Burocracia%20de%20n%c3%advel%20de%20rua_Michael%20Lipsky.pdf

LOPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, R. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução: Ana Cristina Nasser. 2008.

MACIEL, W. R. N. Espaço público e gestão da segurança urbana: um estudo sociológico da célula de proteção comunitária do bairro Jangurussu. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 21, p. 479-488, 2022.

MARIANO, B. D. **Formação cidadã para uma Guarda Civil Municipal Cidadã**. In: Mingardi, Guaracy (Org.). Política de segurança: desafios de uma reforma. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

MATOS, L. Poder punitivo e produção do espaço: uma leitura de discursos institucionais sobre conflito e controle no centro de Salvador - BA. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 58–80, 2019. DOI: 10.19092/reed.v6i3.310. Disponível em: <https://reedrevista.org/reed/article/view/310>. Acesso em: 12 maio. 2022.

MARTELLI, C. GIANI; COELHO, R. Avaliar o quê? Os vários sentidos de efetividade no campo de estudos da participação. *Opinião Pública* [online]. 2021, v. 27, n. 2 [Acessado 10 Nov. 2022], pp. 623-649. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-01912021272623>>.

Epub 06 Out 2021. ISSN 1807-0191. <https://doi.org/10.1590/1807-01912021272623.6>

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona. 2007.

MCCLELLAND, D. C. Testing for competence rather than for intelligence. **American Psychologist**, v. 28, p.1-14, 1973.

MEDEIROS, C. N.; CARVALHO, José Raimundo; OLIVEIRA, V. H. VIOLÊNCIA, DESENVOLVIMENTO E DEMOGRAFIA: Uma Análise Espacial para a Cidade de Fortaleza em Anos Recentes. **IPECE–XI Encontro de Economia do Ceará em Debate**, 2015. Disponível em:
http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/2015/trabalhos/artigo_violenca_demografia_idh.pdf.
Acessado 21 Julho 2023.

MELLO, K. S.S. Sofrimento e ressentimento: dimensões da descentralização de políticas públicas de segurança no município de Niterói. **Revista de Antropologia**, p. 645-687, 2010.

MILANI, F. Cultura de paz x violência. **Papel e desafios da escola**. In. Milani, F. & R. Jesus (Eds.), **Cultura de paz: Estratégias, mapas e bússolas**. Salvador: INPAZ, p. 31, 2003.

MINAYO, MC de S; DESLANDES, SF; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, v. 28, 2013.

Miranda, S. V. Identificando competências informacionais. *Ciência da Informação* [online]. 2004, v. 33, n. 2 [Acessado 29 Julho 2022] , pp. 112-122. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/S0100-19652004000200012>>. Epub 08 Mar 2005. ISSN 1518-8353.

MISSE, M. “Notas sobre a sujeição criminal de crianças e adolescentes”, in João Trajano Sento Sé; Vanilda Pereira Paiva (orgs.), *Juventude em conflito com a lei*. Rio de Janeiro: **Garamond**, 191-200. 2007.

MISSE, Michel et al. *As Guardas Municipais no Brasil. Diagnóstico das transformações em curso*. Rio de Janeiro: **Booklink/Necvu/FINEP**, 2010.

NEUHAUS, L.; MORESCHI, R. K. ; AVILA, M. C.; FILIPPIM, E. S. Mapeamento de Competências de para cargos municipais comissionados. **Gestão & Aprendizagem**, v. 6, p. 24-43, 2017.

NONAKA, I; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka; **Gestão do conhecimento**. Bookman editora, 2009. Disponível em [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=oNUYV8AoPgAC&oi=fnd&pg=PR7&dq=+TAKEUCHI,+H.%3B+NONAKA,+I.+Gest%C3%A3o+do+conhecimento.+&ots=8dy14hGijC&sig=FBZTfTrFIBhWFqBYjfcvYDqP4vc#v=onepage&q=TAKEUCHI%2C%20H.%3B%20NONAKA%2C%20I.%20Gest%](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=oNUYV8AoPgAC&oi=fnd&pg=PR7&dq=+TAKEUCHI,+H.%3B+NONAKA,+I.+Gest%C3%A3o+do+conhecimento.+&ots=8dy14hGijC&sig=FBZTfTrFIBhWFqBYjfcvYDqP4vc#v=onepage&q=TAKEUCHI%2C%20H.%3B%20NONAKA%2C%20I.%20Gest%20)

C3%A3o%20do%20conhecimento.&f=false

PATTON, M. Q. **Qualitative research & evaluation methods**. sage, 2002.

PEREIRA, A.S. et al. O conhecimento da Guarda Municipal de Curitiba a respeito da Língua Brasileira de Sinais (Libras), da surdez e do surdo. **CoDAS** [online]. 2020, v. 32, n. 4 [Acessado 8 Maio 2022], e20190039. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-1782/20202019039>>. Epub 12 Ago 2020. ISSN 2317-1782. <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20202019039>.

PEREIRA, O. A.; SOUSA, M. C.S. de; ALVES, P. F. Avaliação de Impacto das Guardas Municipais Sobre a Criminalidade com o uso de Tratamentos Binários, Multivalorados e Contínuos. **Revista Brasileira de Economia** [online]. 2018, v. 72, n. 4 [Acessado 12 Maio 2022], pp. 515-544. Disponível em: <<https://doi.org/10.5935/0034-7140.20180025>>. ISSN 1806-9134. <https://doi.org/10.5935/0034-7140.20180025>.

PMBA, Polícia Militar da Bahia. Manual de Doutrina de Polícia Ostensiva da PMBA. 1. ed. Bahia, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO et al. Caderno Municipal do Programa Conjunto da ONU “Segurança com Cidadania” em Itinga, Lauro de Freitas – BA. Brasília: PNUD, UNESCO, UNI-CEF, OIT, UNODC, ONU Habitat, Ministério da Justiça, 2013.PNUD.

PONCIONI, P. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/3>. Acesso em: 13 jun. 2022.

PONCIONI, P. O Modelo Policial Profissional e a Formação Profissional do Futuro Policial nas Academias de Polícia do Estado do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 03, p.585-610, set./dez. 2005.

PONCIONI, P. O profissionalismo na formação profissional do policial brasileiro: Rupturas, permanências e desdobramentos contemporâneos. **SEGURANÇA**, p. 47, 2014.

RATTON, J. L. et al. A segurança cidadã em debate. **Recife: Provisual**, 2012.

REICHENHEIM, M. E. et al. Violência e lesões no Brasil: efeitos, avanços alcançados e desafios futuros [Violence and injuries in Brazil: effects, advances attained and future challenges]. **The Lancet–Saúde no Brasil**, 2011.

RODRIGUES, T. Frames em narrativa de boletim de ocorrência: uma análise a partir da Linguística Cognitiva. **Tabuleiro de Letras**, v. 15, n. 2, p. 7-19, 2021.

ROLIM, M. **A Síndrome da Rainha Vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Prevenção e Fatores de Riscos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p.104-142.

ROLIM, M. **A segurança como um desafio moderno aos direitos humanos**. Friedrich-Ebert-Stiftung, 2007.

ROZA, Rodrigo Hipólito. Revisitando a teoria da criação do conhecimento organizacional. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v. 43, n. 3, 2020.

RUAS, R. et al. Gestão por competências: uma contribuição à estratégia das organizações. **Os novos horizontes da gestão: aprendizagem organizacional e competências**. Porto Alegre: Bookman, p. 34-54, 2005.

SANO, H.; MONTENEGRO FILHO, M. J. F. As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 35–61, 2013. DOI: 10.21527/2237-6453.2013.22.35-61. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/186>. Acesso em: 6 nov. 2022.

SCHABBACH, L. M. 'Com a Lei Debaixo do Braço': direitos humanos, formação e trabalho policial. Dilemas: **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 08, p. 157- 188, 2015.

SHECAIRA, S. S. Tolerância Zero. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**. São Paulo, n.5, p. 165-176, outubro. 2009.

SOUZA, A. RICARDO DE. Agências reguladoras e seus modelos de gestão: uma análise na ANEEL E ANATEL. Salvador, 2007. 245f. Tese (Doutorado em Administração). Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/24600>

SPOSITO, M. P.. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 27, n. 1, p. 87–103, jan. 2001.

SILVEIRA, A.M. A Prevenção do Crime e a Segurança Comunitária. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Orgs.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 539-546.

SQUILLACE, L. Juventude e controle social: a Operação Verão no Rio de Janeiro através do olhar de agentes de segurança. **Revista Crítica de Ciências Sociais [online]**. 2020, n.121, pp.25-48. <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.10116>.

TANGERINO, Davi de Paiva Costa. **Crime e cidade: violência urbana e a Escola de Chicago**. Editora Lumen Juris, 2007.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da "modernidade tardia". **São Paulo em perspectiva**, v. 18, n. 1, pág. 3-12, 2004.

TAVARES, A. G; DA COSTA, L. D; VILARINHO, T. F. Estudo das dissertações de

mestrado profissional em segurança pública de universidades brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 12, n. Especial, p. 81-92, 2019.

TODOROV, T.; **O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações**. Petrópolis: Vozes. Traduzido por Guilherme João de Freitas Teixeira, 2010.

VAN DIJK, J. Política de Prevenção ao Crime: estado atual e perspectivas. **G. Kaiser e HJ Albrecht, Crime e Política Criminal na Europa: Relatório de Pesquisa Criminológica**, v. 43, p. 205-220, 1990.

VARGAS, J. D.; DE OLIVEIRA JUNIOR, Almir. As guardas municipais no Brasil: um modelo de análise. **DILEMAS-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 3, n. 7, p. 85-108, 2010. Disponível em:
<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7201/5780>

VELÁSQUEZ, H. A. Os governos locais e a segurança cidadã. **texto desenvolvido como consultor do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Nova Iorque, Estados Unidos do América**, 2004.

VENTRIS, O. **Guarda municipal: Poder de polícia e Competência**. 2. ed. São Paulo: IPECS, 2010.

VIANA, C. E. P. Uma etnografia da Guarda Civil Municipal de Niterói—formação, paradigmas e senso comum militarizado. **Revista Intratextos**, v. 9, n. 1, p. 136-145, 2018.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. 2a Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

WAIANDT, C. Pesquisas Aplicadas de Relevância Social. 28 Slides. In.: **Seminários sobre Metodologia da Pesquisa PROPADM**, 24 mai. 2021, UFS, Aracaju, SE, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34835>

WAIANDT, C. Pesquisa e desenvolvimento. Salvador: UFBA, Escola de Administração; **Superintendência de Educação a Distância**, 2019.

WAIANDT, C.; CERQUEIRA, A. L.; LÁZARO. S.S.; CABRAL, J. P.L; Jesus, T. M. Pesquisas Aplicadas de Relevância Social: Contribuição para a Segurança Pública, Justiça e Cidadania. (Mesa Temática) **Congresso Virtual UFBA 75 Anos**, Universidade Federal da Bahia, realizado entre os dias 06 e 11 de dezembro de 2021.

Yin, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4a Ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2010.

ZARIFIAN, P. **Objetivo competências: por uma nova lógica**. Tradução: M.H.C.V.Trylinski. São Paulo: Atlas, Original francês, 2001 *apud* GIACOBBO, E. M. *et al.*. Mapeamento de Competências: O caso da Cia. Iguazu de Café Solúvel. In: **XXV Encontro Nac. de Eng. de Produção**. Porto Alegre, RS, Brasil, 29 out a 01 de nov de 2005, p. 1128-1135.

ZARIFIAN, P. **Objectif compétence. Pour une nouvelle logique.** Editions Liaisons, 1999.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é Salim Santos Lázaro e estou realizando entrevistas para compor a pesquisa da minha dissertação de Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Justiça e Cidadania da Universidade Federal da Bahia (UFBA) sob orientação da Professora Doutora Claudiani Waiandt. Minha pesquisa versa sobre a “ATUAÇÃO DOS GUARDAS MUNICIPAIS NA PROTEÇÃO PREVENTIVA: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE LAURO DE FREITAS – BAHIA”. Por meio deste termo, do qual o(a) Sr(a) será fornecida uma cópia, se desejar, está sendo convidado para participar desta pesquisa. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas que pretendem obter informações sobre as experiências dos pesquisados acerca do tema proposto no município de Lauro de Freitas-BA, para que sejam usadas, integralmente ou em parte, sem restrições de prazos e citações a partir da presente data. Ciente dos objetivos e da metodologia de obtenção de dados da pesquisa, eu, _____, declaro, por meio deste termo, que autorizo o uso das informações por mim oferecidas por meio desta entrevista. O(a) Sr(a) tem a liberdade de desistir, a qualquer momento, da participação neste estudo, bem como pode entrar em contato com o pesquisador para eventuais esclarecimentos desejados sobre a pesquisa ou seus resultados pelo e-mail: salimlazar04@gmail.com.

_____, ____ de _____ de 2022.

_____ Assinatura do(a) entrevistado(a)/pesquisado(a)

_____ Assinatura do pesquisador: Salim Santos Lázaro

_____ Assinatura da orientadora: Professora Dra. Claudiani Waiandt.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: GUARDA MUNICIPAL

Universidade Federal da Bahia – Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania

- Apresentar o objetivo geral da pesquisa de forma clara e sucinta.

Sr(a) Colaborador(a) desta Pesquisa!

Ao cumprimentá-lo cordialmente e visando instruir a Pesquisa de Campo para a Dissertação de Mestrado do Programa de Estudos, Pesquisa e Formação em Políticas e Gestão Segurança Pública da UFBA, solicito a sua colaboração em responder aos questionamentos abaixo, que tratam do seguinte tema: “Atuação profissional da guarda municipal no município de Lauro de Freitas – Bahia”. Desde já, muito obrigado por sua colaboração.

- Solicitar autorização para gravação; no início da gravação, solicitar que o entrevistado confirme a autorização.
- Ressaltar que o(a) entrevistado(a) não será identificado(a) pelos resultados.
- Informar que os dados serão utilizados apenas para fins de pesquisa acadêmica.

Salim Santos Lázaro (discente no curso de Mestrado Profissional e Segurança Pública Justiça e Cidadania da UFBA).

Dados Introdutórios:

Nome: _____ Plantão: _____ Serviço: _____ () Interno () Externo

Tempo de serviço na função: _____ anos e _____ meses. Idade: _____. Anos: _____.

Sexo: () Masculino () Feminino () Outros _____

Escolaridade: () Ensino Médio () Superior Completo

() Especialista () Mestrado () Doutorado

Especifique: _____

Questionário:

1 Qual o motivo para o ingresso e permanência na carreira profissional de guarda municipal?

(Caráter reflexivo)

2 Quais atividades você realiza como guarda municipal? E qual seria a mais relevante?

(Caráter identificativo)

3 Quais as características das Guardas Municipais?

4 Quais os conhecimentos são necessários para realizar suas atividades?

5 Quais habilidades são necessárias para a realização?

6 Quais as atitudes necessárias para realizar suas atividades?

7 Quais as mudanças que ocorreram na instituição?

(Caráter identificativo, compreensivo)

8 Qual a sua opinião sobre a participação do município na segurança pública no contexto local?

9 E qual a sua opinião sobre o uso da arma de fogo no trabalho?

(Caráter reflexivo)

10 Como foi a sua formação profissional antes de atuar na segurança?

11 Quais os treinamentos que realizou na instituição para atuar como guarda municipal?

12 Como foi o treinamento? Como avalia os treinamentos?

13 Em sua opinião quais atividades poderiam ser realizadas?

(Caráter Interpretação e intervenção)

14 Comente sobre o reconhecimento profissional.

(Caráter reflexivo)

15 Quais as principais facilidades e dificuldades para atuar profissionalmente na segurança pública do município de Lauro de Freitas?

(Caráter reflexivo)

16 Qual a participação da comunidade no trabalho do guarda municipal em Lauro de Freitas?

(Caráter reflexivo, avaliativo)

17 O que deve ser feito para que a Guarda Municipal alcance seus resultados? Em que a gestão da Prefeitura de Lauro de Freitas deve investir para viabilizar suas ações?

(Caráter Interpretação e intervenção)

18 O que a sociedade de Lauro de Freitas pode esperar do guarda municipal como profissional no contexto atual?

19 Como cidadão, o que você espera do trabalho de um guarda municipal?

20 Algo mais que queira relatar?

GRADEAMENTO/ENCERRAMENTO

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: GESTOR DA SSPM

Universidade Federal da Bahia – Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania.

Sr(a) Colaborador(a) desta Pesquisa!

- Apresentar o objetivo geral da pesquisa de forma clara e sucinta

Ao cumprimentá-lo cordialmente e visando instruir a Pesquisa de Campo para a Dissertação de Mestrado do Programa de Estudos, Pesquisa e Formação em Políticas e Gestão Segurança Pública da UFBA, solicito a sua colaboração em responder aos questionamentos abaixo, que tratam do seguinte tema: **“Atuação profissional da guarda municipal no município de Lauro de Freitas – Bahia”**. Desde já, muito obrigado por sua colaboração.

- Solicitar autorização para gravação; no início da gravação, solicitar que o entrevistado confirme a autorização.
- Ressaltar que o(a) entrevistado(a) não será identificado(a) pelos resultados.
- Informar que os dados serão utilizados apenas para fins de pesquisa acadêmica.

Salim Santos Lázaro (discente no curso de Mestrado Profissional e Segurança Pública Justiça e Cidadania da UFBA).

Dados Introdutórios:

Tempo de serviço na função: _____ anos e _____ meses. Idade: _____Anos

Sexo/Gênero: () Masculino () Feminino () Outros _____

Escolaridade: () Ensino Médio () Superior Completo

() Especialista () Mestrado () Doutorado

Especifique: _____

Questionário:

1. Qual a sua opinião sobre a violência e a insegurança vivenciada pela sociedade.
2. Quais os principais desafios para gestão da segurança pública do município de Lauro de Freitas?
3. Quais são as atividades realizadas pela SSPM no município de Lauro de Freitas? Qual

- seria a mais relevante?
4. Em sua opinião, houve mudanças na atuação da instituição Guarda Municipal? Se sim, quais? E quando ocorreram?
 5. Qual a sua opinião sobre a participação do município na segurança pública no contexto local?
 6. E qual a sua opinião sobre o uso da arma de fogo no trabalho da Guarda Municipal?
 7. Quais conhecimentos habilidades e atitudes são essenciais para o exercício do guarda municipal?
 8. Como se dá o treinamento dos guardas municipais no município?
 9. O que deve ser feito para que a Guarda Municipal alcance seus resultados?
 10. O que a sociedade de Lauro de Freitas pode esperar da instituição guarda municipal no contexto atual?
 11. Como você reconhece alguém competente no trabalho de guarda municipal?
 12. Como cidadão o que você espera do trabalho de um guarda municipal?
 13. Como os guardas municipais devem agir para que o trabalho seja bem feito?
 14. Quais as dificuldades a frente da pasta municipal de segurança pública?
 15. Algo mais que queira relatar?

AGRADECIMENTO / ENCERRAMENTO

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: COMUNIDADE

Universidade Federal da Bahia – Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania.

Sr(a) Colaborador(a) desta Pesquisa!

- Apresentar o objetivo geral da pesquisa de forma clara e sucinta

Ao cumprimentá-lo cordialmente e visando instruir a Pesquisa de Campo para a Dissertação de Mestrado do Programa de Estudos, Pesquisa e Formação em Políticas e Gestão Segurança Pública da UFBA, solicito a sua colaboração em responder aos questionamentos abaixo, que tratam do seguinte tema: **“Atuação profissional da guarda municipal no município de Lauro de Freitas – Bahia”**. Desde já, muito obrigado por sua colaboração.

- Solicitar autorização para gravação; no início da gravação, solicitar que o entrevistado confirme a autorização.
- Ressaltar que o(a) entrevistado(a) não será identificado(a) pelos resultados.
- Informar que os dados serão utilizados apenas para fins de pesquisa acadêmica.

Salim Santos Lázaro (discente no curso de Mestrado Profissional e Segurança Pública Justiça e Cidadania da UFBA).

Dados Introdutórios:

Tempo de serviço na função: _____ anos e _____ meses. Idade: _____ Anos

Sexo/Gênero: () Masculino () Feminino () Outros _____

Escolaridade: () Ensino Médio () Superior Completo

() Especialista () Mestrado () Doutorado

Especifique: _____

Questionário:

- 1 Qual a sua opinião sobre a violência e a insegurança vivenciada pela sociedade?
- 2 O senhor (a) sente-se seguro (a) no município de Lauro de Freitas?
- 3 Qual a sua opinião sobre o serviço realizado pela Guarda Municipal de Lauro de Freitas no contexto local?
- 4 Qual a sua opinião sobre o uso da arma de fogo no trabalho da Guarda Municipal de Lauro de Freitas no contexto local?
- 5 O que deve ser feito, ou como devem agir os guardas municipais para que o serviço realizado alcance um bom resultado?
- 6 Algo mais que queira relatar sobre a atuação profissional dos guardas municipais em Lauro de Freitas?

AGRADECIMENTO / ENCERRAMENTO

APÊNDICE D – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE ASSITEMÁTICA REALIZADA NA GMLF

Delimitação do objeto observado; Competências administrativas e preventivas.

Definição da amostra; A prática interna (Atendimento CIOP) e externa do guarda municipal (Rondas preventivas de viatura)

Mecanismo de registro; Anotações em diário.

Observação; Conforme roteiro predefinido.

Análise dos dados; Competências observadas e frequência com que foram observadas.

Tome notas detalhadas de todas as situações que você considera relevante para seus objetivos de pesquisa;

Identifique claramente o contexto social dos indivíduos observados (ex: chefe; proprietário; familiar, entre outros). Este detalhe terá forte impacto no momento da análise dos dados;

APÊNDICE E – OFÍCIO DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA AO SECRETÁRIO DA SSPM DA PREFEITURA DE LAURO DE FREITAS.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA - PROGESP
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E CIDADANIA

Of. 97/2022 – PROGESP/UFBA

Salvador, 05 de setembro de 2022.

Ao

Ilmo. Sr. Secretário

José Souza Pires

Secretária Municipal de Segurança Pública - SMSP

Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas

Assunto: Ofício de Apresentação com a finalidade exclusiva de subsidiar trabalho de pesquisa do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, promovido pelo PROGESP/UFBA.

Senhor Secretário,

O Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Segurança Pública da Faculdade de Direito/Escola de Administração, da Universidade Federal da Bahia, vem apresentar a discente Salim Santos Lázaro, matrícula 2021121440, que desenvolve o projeto de pesquisa sobre “Atuação dos guardas municipais na proteção preventiva: um estudo de caso na cidade de Lauro de Freitas - Bahia”, no âmbito do curso, sob orientação da professora Dra. Claudiani Waiandt.

No sentido de se construir resultados de qualidade para o projeto de pesquisa da referido aluno, solicita-se a colaboração de V. Sa. para que a discente tenha acesso às informações de dados sobre a atuação profissional dos guardas municipais. Ressaltamos que todas as informações são exclusivamente destinadas à pesquisa acadêmica, sem qualquer identificação das partes envolvidas.

Atenciosamente,

Ivone Freire Costa

Coordenadora do Mestrado Profissional
em Segurança Pública, Justiça e Cidadania – UFBA

APÊNDICE F – GUIA PARA TRANSCREVER AS
COMPETÊNCIAS.

COMPORTAMENTO (VERBO + OBJETO AÇÃO)	CRITÉRIO	CONDIÇÃO

APÊNDICE H – GUIA PARA O GUARDA MUNICIPAL REALIZAR O RANQUEAMENTO DE COMPETÊNCIAS

Transcreva as competências identificadas na etapa anterior e avalie o nível de alinhamento desta, em relação aos objetivos da “Atuação Profissional dos Guardas Municipais de Lauro de Freitas”, sendo 1 Pouco alinhado e 9 Muito alinhado. Identifique as mais bem ranqueadas.

1ª Competência.					
Qual é o nível de alinhamento desta competência a para atuação profissional na GMLF?					
	POUCO				MUITO
	1	2	3	4	5
2ª Competência.					
Qual é o nível de alinhamento desta competência a para atuação profissional na GMLF?					
	POUCO				MUITO
	1	2	3	4	5
3ª Competência.					
Qual é o nível de alinhamento desta competência a para atuação profissional na GMLF?					
	POUCO				MUITO
	1	2	3	4	5
4ª Competência.					
Qual é o nível de alinhamento desta competência a para atuação profissional na GMLF?					
	POUCO				MUITO
	1	2	3	4	5
5ª Competência.					
Qual é o nível de alinhamento desta competência a para atuação profissional na GMLF?					
	POUCO				MUITO
	1	2	3	4	5
6ª Competência.					
Qual é o nível de alinhamento desta competência a para atuação profissional na GMLF?					
	POUCO				MUITO
	1	2	3	4	5
7ª Competência.					
Qual é o nível de alinhamento desta competência a para atuação profissional na GMLF?					
	POUCO				MUITO
	1	2	3	4	5
8ª Competência.					
Qual é o nível de alinhamento desta competência a para atuação profissional na GMLF?					
	POUCO				MUITO
	1	2	3	4	5
9ª Competência.					
Qual é o nível de alinhamento desta competência a para atuação profissional na GMLF?					
	POUCO				MUITO
	1	2	3	4	5
10ª Competência					
Qual é o nível de alinhamento desta competência a para atuação profissional na GMLF?					
	POUCO				MUITO

APÊNDICE I – GUIA PARA REALIZAR A AVALIAÇÃO DO DOMÍNIO E IMPORTANCIA DA COMPETENCIA

Prezado servidor/gestor,

Essa avaliação será feita em duas dimensões: a primeira identifica o quanto você domina a competência e a segunda avalia o quão importante você considera a competência para o exercício da sua função e/ou das suas atividades profissionais.²⁸

Na avaliação de domínio,

- (1) *Indica que você não possui domínio em relação à competência (ou seja, você nunca exerceu essa competência durante suas atividades cotidianas do trabalho e/ou possui dificuldades de desempenhá-la, sinalizando necessidade de capacitação).*
- (2) *Pouco importante.*
- (3) *Razoavelmente importante.*
- (4) *Muito importante.*
- (5) *Indica um domínio total da competência (ou seja, você já apresenta a competência, empregando-a nas atividades cotidianas e/ou não possui dificuldade para realizá-la).*

Na avaliação de importância,

- (1) *indica que a competência não é importante para suas atividades.*
- (2) *Pouco importante.*
- (3) *Razoavelmente importante.*
- (4) *Muito importante.*
- (5) *Indica que você a considera extremamente importante para o trabalho que realiza na organização.*

Competência	Domínio					Importância								
	Não domínio	1	2	3	4	5	Domínio Completamente	Não domínio	1	2	3	4	5	Domínio completamente
	N/A Não se aplica					N/A Não se aplica								
	Não domínio	1	2	3	4	5	Domínio Completamente	Não domínio	1	2	3	4	5	Domínio Completamente
	N/A Não se aplica					N/A Não se aplica								
	Não domínio	1	2	3	4	5	Domínio Completamente	Não domínio	1	2	3	4	5	Domínio Completamente
	N/A Não se aplica					N/A Não se aplica								

		
<h1>Certificado</h1>		
<p>Certificamos que _____ concluiu o curso de Estrutura e Conjuntura para Prática da Cidadania / Formação da Guarda Municipal de Lauro de Freitas, executado pela Superintendência de Segurança Municipal, através de Convênio SENASP/MJ Nº 763102/2011, firmado entre o Município de Lauro de Freitas e a União, por intermédio do Ministério da Justiça, no período de julho à novembro/2012, com carga horária total de 332 horas.</p>		
<p>Lauro de Freitas/Bahia, 12 de Dezembro de 2012.</p>		
 Ingrid Leila dos Santos Silva Secretária de Administração	 Mozart de Oliveira Vivas Superintendente de Segurança Municipal	



POLÍCIA MILITAR DA BAHIA
COMANDO DE OPERAÇÕES POLICIAIS MILITARES
COMANDO DE POLICIAMENTO ESPECIALIZADO
CIPE POLO INDUSTRIAL



CERTIFICADO

Certifico para os devidos fins que, [REDACTED] – GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS concluiu com total aproveitamento a Instrução de Técnicas de Patrulhamento Operacional, com carga horária de 20 horas, realizada na CIPE POLO Industrial nos dias 18 e 19 de março de 2019.

CIPE-PI, 21 de março de 2019


Orlando Rodrigues Pereira Filho - Maj PM
Comandante